

DANTIELLI ASSUMPÇÃO GARCIA

***A REVISTA DO IHGB E O SABER LINGUÍSTICO: UM  
GESTO DE DOCUMENTAÇÃO***

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

2011

DANTIELLI ASSUMPÇÃO GARCIA

***A REVISTA DO IHGB E O SABER LINGUÍSTICO: UM  
GESTO DE DOCUMENTAÇÃO***

Tese apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, câmpus de São José do Rio Preto, para a obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística).

Orientador: Prof. Dr. José Horta Nunes

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

2011

Garcia, Dantielli Assumpção.

A Revista do IHGB e o saber linguístico: um gesto de documentação /  
Dantielli Assumpção Garcia. - São José do Rio Preto: [s.n.], 2011.  
300 f.; 30 cm.

Orientador: José Horta Nunes

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências,  
Letras e Ciências Exatas.

1. Linguística histórica. 2. Análise do discurso. 3. Língua portuguesa –  
Periódicos. 4. Linguística – Documentação. 5. Revista do Instituto Histórico e  
Geográfico Brasileiro. I. Nunes, José Horta. II. Universidade Estadual  
Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 81-112

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE  
Campus de São José do Rio Preto - UNESP

## COMISSÃO JULGADORA

### Titulares

Prof. Dr. José Horta Nunes - Orientador  
Profa. Dra. Carolina María Rodríguez Zucolillo  
Profa. Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer  
Profa. Dra. Lídia Almeida Barros  
Profa. Dra. Maria Onice Payer

### Suplentes

Profa. Dra. Claudia Zavaglia  
Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias  
Profa. Dra. Mariza Vieira da Silva

*Esta tese é a vocês: Maria Aparecida, José Carlos e Danyara. Luzes da minha vida, que sempre me ampararam mesmo em toda a minha ausência. Sem vocês nada na minha vida teria sentido, forma, cor, valor. Foram vocês que me sustentaram nessa caminhada que possuí mais pegadas suas do que minhas. Amo vocês imensamente. Obrigada infinitamente por tudo!*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer neste momento significa que uma parte do trabalho chega ao fim, e todo fim implica em refletir sobre o caminho percorrido e agradecer às pessoas que estiveram conosco nesta jornada, nos auxiliando e mostrando qual seria a melhor direção a tomar. Sem esses seres a vida é até vivida, todavia sem a luz, o encantamento, o aprendizado que cada encontro propicia.

Primeiramente, agradeço a Deus que me permitiu escolher esta existência, que me possibilitou estar com minha família, que me ofereceu em cada manhã de sol ou de chuva um imenso aprendizado (intelectual e moral) que levarei marcado em minha alma.

Agradeço, de todo o meu ser em evolução, à minha família: mami (Maria Aparecida), papi (José Carlos) e irmãzinha (Danyara). Definitivamente, sem vocês minha vida não teria luz, não teria sonhos e conquistas. Foram e são vocês meu porto seguro, meu lugar de refúgio, lugar em que mais aprendo sobre as coisas mais importantes da vida: fé, amor, caridade, companheirismo. Amo-os sem palavras, embora busque por meio delas, expressar todo a minha gratidão e afeto por tudo que vocês me possibilitaram viver. Mami, estava me esquecendo: aqui está seu “livrin” com todo o carinho de sua filha.

Ao Bernardo, meu amor desta existência, sem o qual os dias com certeza seriam mais tranquilos, contudo sem o mesmo brilho que cada “eu te amo” propicia, sem o crescimento que cada discussão gera, sem os sonhos e conquistas que duas almas levam quando escrevem sua história de amor. Com certeza nossa história teve momentos cômicos, momentos trágicos, com certeza ela poderia ser uma tragicomédia, mas hoje e por toda a existência será simplesmente uma linda história de amor de duas almas que buscam auxiliar uma a outra em sua evolução. Lindo, obrigada por todos os momentos bons e pelos ruins também! Te amo!

À minha linda vizinha Eudóxia (*in memoriam*), com a qual aprendi o valor da vida, como devemos ser fortes em nossas batalhas, como a vida vale a pena ser vivida e sonhada! Vó, sem a senhora, meu caminho não teria sido tão belamente dançado, foi a senhora que me ensinou os mais belos passos! A meu avô José Manoel, que com seu encanto de vô sempre teve uma palavra certa nos momentos mais difíceis. Obrigada por cada vez que me incentivou a buscar sempre o meu melhor e lutar pelos meus ideais.

Ao Prof. Dr. José Horta Nunes, que durante esses anos guiou-me pelo caminho do saber, direcionando minhas leituras, esclarecendo minhas dúvidas. Obrigada, por dividir comigo o gosto pelo conhecimento e ensinar-me a buscar sempre mais e mais saberes!

Aos meus professores de graduação e pós-graduação, que me ensinaram amar as ciências da linguagem, muito obrigada pelas reflexões, pelos incentivos, pelas críticas.

Ao Prof. Dr. Jean Marie Founier (Paris-Nouvelle Sourbonne) e à Profa. Dra. Carolina Rodriguez pelas infinitas contribuições por ocasião do debate no SELIN.

Às Profa. Dra. Carolina Rodriguez Zucolillo, Profa. Dra. Claudia Castellanos Pfeiffer, Profa. Dra. Lídia Almeida Barros e Profa. Dra. Maria Onice Payer, por aceitarem fazer parte de minha banca de doutorado e pelas inúmeras contribuições que me deram.

Às Profa. Dra. Claudia Zavaglia, Profa. Dra. Cristiane Dias, Profa. Dra. Mariza Vieira da Silva por aceitarem fazer parte de minha banca como suplentes.

À Profa. Dra. Eni Orlandi, por receber-me durante um semestre como aluna especial na Unicamp.

Aos meus amigos do Grupo PALADIS, obrigada por cada palavra de incentivo, por cada sugestão, por cada discussão que me possibilitou crescer e desenvolver-me no mundo acadêmico. Foi graças a vocês que esse universo ficou mais alegre e menos solitário!

À Maria Teresa Martins. Amiga de longos anos! Você foi muito importante neste processo. Espero que possamos dividir ainda muitas experiências e conquistas. Obrigada sempre por sua amizade.

À FAPESP, pela bolsa concedida.

Aos amigos conquistados em cada ida a um congresso, em cada disciplina feita. Muito obrigada! Um obrigado especial ao Zé Simão! Adorei muito conhecer-te e dividir contigo, mesmo que por pouco tempo, algumas dúvidas e saberes. Também um obrigado especial à Rejane Arce, estou esperando nosso projeto em conjunto!

Aos funcionários do Ibilce, que sempre estiveram à disposição para solucionar cada problema. Muito obrigada!

E para finalizar uma frase de Chico Xavier como forma de agradecimento a todos:

*É exatamente disso que a vida é feita, de momentos. Momentos que temos que passar, sendo bons ou ruins, para o nosso próprio aprendizado. Nunca esquecendo do mais importante: nada nessa vida é por acaso. Absolutamente nada. Por isso, temos que nos preocupar em fazer a nossa parte, da melhor forma possível. A vida nem sempre segue a nossa vontade, mas ela é perfeita naquilo que tem que ser.*

*Agradeço ao Instituto e nada mais digo porque o  
Instituto sabe que eu sou todo dele.*

D. Pedro II



## ÍNDICE

---

Resumo da Tese.....	p.11
Abstract.....	p.12
Introdução.....	p. 13
Capítulo I: Perspectiva Teórica.....	p.16
1. A Revista do IHGB lida pela Análise de Discurso.....	p.16
1.1 Os textos na RIHGB: diferentes recortes, diferentes sentidos.....	p.18
1.2 Condições de produção: a fundação do IHGB e o surgimento de sua Revista.....	p.22
1.3 A constituição, a formulação e a circulação do saber linguístico nas RIHGB.....	p.25
1.4 O gesto de documentação da RIHGB.....	p.27
1.5 Os membros do IHGB e a função-autor.....	p.32
2. A Revista do IHGB e a História das Ideias Linguísticas .....	p.37
2.1 O saber linguístico na RIHGB.....	p.40
2.2 A RIHGB e o processo de gramatização.....	p.43
2.3 A dicionarização na RIHGB.....	p.46
2.4 A institucionalização de um saber linguístico na RIHGB.....	p.49
Capítulo II: Um discurso de abertura: o IHGB e sua Revista.....	p.51
1. Análise da RIHGB n° 1: um discurso inaugural.....	p.51
1.1 O discurso sobre a criação do IHGB.....	p.53
1.2 As atas: um discurso de documentação.....	p.61
1.3 O discurso de Januário da Cunha: a pátria e as letras.....	p.69
1.4 Um ano do IHGB: relatando “literárias tarefas”.....	p.83
2. Os historiadores analisando o IHGB e sua Revista.....	p.97
Capítulo III: O saber linguístico na Revista do IHGB .....	p.113
1. As línguas indígenas do Brasil: ciência, civilização e disciplinarização.....	p.121
2. Da letra ao som: que dizeres sobre os aspectos fonéticos são estes?.....	p. 131
3. A noção de palavra: como funcionam as línguas do Brasil em relação à etimologia, à história e à forma.....	p.141
4. Comentários linguísticos: o saber sobre as línguas.....	p.154

5. Os tratados gramaticais: o fonético, o ortográfico e o morfológico.....	p.161
Capítulo IV: A Revista do IHGB e os instrumentos linguísticos.....	p. 169
1. Os domínios do dicionário.....	p.169
2. Dicionários bilíngues.....	p.173
2.1 Os índios Botocudos em Paris.....	p. 175
2.2 <i>Vocabulário da Língua Bugre</i> : uma obra sem autor?.....	p.186
2.3 <i>Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas</i> : uma semelhança com o <i>Dicionário Brasileiro</i> ?.....	p.192
2.4 <i>Vocabulário dos Índios Cayuás</i> : mais uma obra elaborada por um missionário? .....	p.200
2.5 <i>Vocabulário da Língua Guaná ou Chané</i> : uma língua da família Aruák.....	p.205
2.6. <i>A Grammar and vocabulary of Tupi Language</i> : um retorno ao passado.....	p.213
2.7 <i>Os índios caingangs – Monografia acompanhada de um vocabulário do     dialecto que usam</i> .....	p.230
2.8 <i>Vocabulário Puri</i> : dois índios “portugueses” .....	p.251
3. Dicionários monolíngues.....	p.255
3.1 <i>Collecção de vocábulos e frases usados na província de S. Pedro do Rio     Grande do Sul</i> : um olhar para o campo.....	p.256
3.2 <i>Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar</i> : uma língua de mistura?.....	p.261
4. Dicionários de especialidades: o <i>Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo</i> e o <i>Dicionário Histórico e Geográfico</i> .....	p. 271
Capítulo V: A Revista do IHGB nº 400 e o percurso temático de arquivo.....	p.275
1. Apresentando um guia: as palavras do presidente do IHGB.....	p.276
2. <i>Introdução</i> : o presente e o passado.....	p.278
3. A tematização na RIHGB nº400: os dicionários, as línguas e os índios.....	p.283
Considerações Finais.....	p.290
Referências Bibliográficas.....	p.295

Nossa tese de doutorado consiste em analisar como o saber linguístico se constituiu no discurso da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) no século XIX (1838-1889). Objetivamos analisar que formas de saberes linguísticos foram coletadas/metodizadas/divulgadas na RIHGB. A tese segue quatro direções: (i) *Um discurso de abertura: o IHGB*, (ii) *O saber linguístico na RIHGB*, (iii) *Os instrumentos linguísticos* e (iv) *A RIHGB n° 400* (1998). Em (i), analisamos os discursos de abertura do IHGB que aparecem no primeiro tomo da RIHGB (1839), o modo como esses discursos se formulam e constituem um dizer do/sobre o IHGB no Brasil do século XIX. Em (ii), evidenciamos como o saber linguístico aparece na Revista do IHGB, que concepções linguísticas circulam nas RIHGB, como a RIHGB conceitua *língua* e como esse conceito aparece nas Revistas. Que teorias são consideradas para a produção desse saber linguístico? Quais são os autores que escrevem na Revista? Que obras são documentadas? Em (iii), observamos o modo como os instrumentos linguísticos (principalmente os dicionários) são coletados e divulgados nas RIHGB. Nessa direção, analisamos como um verbete se constitui. Para isso analisamos os prefácios, a nomenclatura, a definição, os exemplos, a etimologia que são apresentados nesses instrumentos linguísticos. Por fim, nessa direção, compreendemos como uma Revista, aqui especificamente a RIHGB, participou do processo de gramatização no Brasil do século XIX. Em (iv), analisamos como a *RIHGB n° 400* funciona como um índice, isto é, analisamos como um índice sistematiza, ordena, data e seleciona os saberes sobre as línguas do Brasil desde a primeira publicação da Revista (1839) até 1998. Nossa perspectiva teórica é a da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, saber linguístico, História das Ideias Linguísticas, Análise de Discurso.

**ABSTRACT**

Our doctoral thesis analyzes how the linguistic knowledge was constituted in the discourse of *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) in the 19th century (1838-1889). We aim at examining which forms of linguistic knowledge were collected/methodized/disclosed in RIHGB. The thesis follows four directions: (i) *Um discurso de abertura: o IHGB*, (ii) *O saber linguístico na RIHGB*, (iii) *Os instrumentos linguísticos* and (iv) *A RIHGB n° 400* (1998). In (i), we analyze the opening speeches of the IHGB that appear in the first volume of RIHGB (1839), how these discourses are formulated and constitute a saying of/about the IHGB in nineteenth-century Brazil. In (ii), we highlight how the linguistic knowledge appears in the IHGB magazine, which linguistic conceptions circulate in RIHGB, how the RIHGB conceptualizes *language* and in which way this conception appears in the magazines. Which theories are considered in order to produce such linguistic knowledge? Who are the authors who write for such magazines? Which works are documented? In (iii) we observe how the linguistic tools (especially dictionaries) are collected and divulged in RIHGB. In this direction, we analyze how an entry is composed. In order to do that, we examine the prefaces, the nomenclature, the definition, the examples, and the etymology presented in such language tools. Eventually, in this direction, we comprehend how a magazine, here specifically RIHGB, took part in the process of grammaticization in nineteenth-century Brazil. In (iv), we analyze how *RIHGB n° 400* serves as an index, i.e. we study how an index systematizes, orders, dates and selects the knowledge about the languages in Brazil since the first publication of the magazine (1839) until 1998. The theoretical perspective which supports our work is the Discourse Analysis in conjunction with the History of Linguistic Ideas.

**KEYWORDS:** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, linguistic knowledge, History of Linguistic Ideas, Discourse Analysis.

## INTRODUÇÃO

---

Em 1838, funda-se na cidade do Rio de Janeiro, com base em um projeto apresentado à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) por Januário da Cunha Barbosa e por Raymundo José da Cunha Mattos, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Essa instituição se constitui com o objetivo de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos” (Extracto dos Estatutos, RIHGB n° 1, 1839, p. 18) relativos à história e à geografia do Brasil. Esses materiais servirão para que seja composta, pelos escritores da sociedade brasileira e internacional, uma história do Brasil. Um lugar em que se pode observar a organização desses textos sobre a história e a geografia do Brasil é a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB). A RIHGB teve sua primeira publicação em 1839 e mantém sua produção até os dias de hoje. Nela, podemos notar a descrição das atividades da Instituição, os materiais sobre a história e a geografia do Brasil coletados e arquivados na revista. Em meio a esses materiais, encontramos os que dizem respeito ao saber linguístico.

Em nosso trabalho, da perspectiva teórica da Análise de Discurso em articulação com a História das Ideias Linguísticas, objetivamos analisar como se constrói um saber linguístico na Revista. Pretendemos analisar que formas de saberes linguísticos são coletadas/metodizadas/divulgadas na RIHGB. Nosso material de análise são inicialmente as RIHGB de 1839 até 1889 (Brasil Império). Analisaremos também a RIHGB n° 400 (1998), que se constitui como um índice das publicações da RIHGB. Nossas análises se dividem em quatro recortes:

- (i) *Um discurso de abertura: o IHGB e sua Revista.* Nesse recorte, analisaremos os discursos do IHGB sobre o Instituto e sobre a RIHGB. Para analisar os discursos do IHGB, selecionamos como material a RIHGB n° 1, de 1839. Como se trata da primeira publicação, ela discorre sobre a fundação do

Instituto, seus estatutos, seus objetivos, essa revista nos dá um panorama geral dos discursos da Instituição. Aqui, também realizaremos uma leitura de alguns trabalhos de historiadores com o objetivo de perceber como esses historiadores efetuam uma leitura do IHGB, ou seja, de que modo eles compreendem a fundação dessa instituição e de sua revista. Seleccionamos os seguintes trabalhos: Faria (1965), Guimarães (1988), Schwarcz (1989, 1993), Guimarães e Holten (1994), Guimarães (1995) e Sánchez (2003). Esses trabalhos nos auxiliaram na compreensão do IHGB e de sua Revista.

- (ii) *O saber linguístico na Revista do IHGB.* Nessa parte, pretendemos compreender a construção do saber linguístico na Revista do IHGB. Que concepções linguísticas circulam nas RIHGB? Quem escreve na Revista? O que se documenta sobre o saber linguístico? Nessa direção, pretendemos analisar como nas obras o saber linguístico é construído e passa a se significar nos discursos do século XIX. Nesse recorte, analisaremos também os autores que produzem esses textos sobre o saber linguístico. Para isso mobilizaremos a noção de *autoria*. Refletiremos, ademais, sobre as teorias/conceitos que embasam os textos dos membros do IHGB documentados na Revista.
- (iii) *A Revista do IHGB e os instrumentos linguísticos.* Aqui, analisaremos o modo como os instrumentos linguísticos (principalmente os dicionários) são coletados e divulgados nas RIHGB. Refletiremos sobre como se constituem os instrumentos linguísticos e que discurso eles produzem. Para isso, analisaremos os textos introdutórios, a nomenclatura, a definição, a etimologia apresentados nos instrumentos linguísticos.
- (iv) *A RIHGB n° 400 e o percurso temático de arquivo.* Nessa direção analisaremos a RIHGB n° 400, de 1998. Essa Revista é um índice dividido em *Assunto*,

*Título e Autor.* Objetivamos perceber como um índice funciona como um texto, ou seja, como ele sistematiza, ordena, data e seleciona os saberes linguísticos e os documenta em temas.

Uma questão que permeia todos os capítulos de nossa tese é a da *documentação*, ou seja, como a RIHGB, com seu gesto de coleta e metodização, documenta um saber linguístico no século XIX. Com esse gesto de documentação podemos perceber como os membros do IHGB liam os arquivos, o que é de interesse do Instituto. Por meio da documentação, temos de certa maneira a atualização de uma memória que estava preservada em outros arquivos que não o IHGB. O século XIX será, como veremos, o período em que o IHGB, por meio de sua Revista, documenta uma história do Brasil.

## CAPÍTULO I: PERSPECTIVA TEÓRICA

---

### 1. A RIHGB LIDA PELA ANÁLISE DE DISCURSO

Neste capítulo, apresentamos os conceitos da Análise de Discurso mobilizados em nossas análises para a compreensão da constituição do saber linguístico na RIHGB. Buscamos mostrar como trabalhamos cada noção teórica em nossas análises e o modo como a Análise de Discurso nos permite compreender uma revista.

Nossa perspectiva teórica é da Análise de Discurso (AD) tal como trabalhada no Brasil por Eni Orlandi. A AD surge na França na década de 1960 com a publicação de Michel Pêcheux intitulada *Análise Automática do Discurso* e com o lançamento da revista *Langages*, organizada por Jean Dubois.

A AD constitui-se, salienta Orlandi (2006, p. 13), “no interior das consequências teóricas estabelecidas por três rupturas que estabelecem novos campos de saber: a que institui a linguística, a que constitui a psicanálise e a que constitui o marxismo”. Assim, a Linguística mostra que a língua não é transparente, ela tem uma materialidade que lhe é própria; o Materialismo Histórico explicita que a história tem sua materialidade, o homem faz história, mas essa não lhe é transparente; e a Psicanálise afirma que o sujeito tem sua opacidade, ele não é transparente nem para si mesmo.

Orlandi (2006, p.13) ressalta, porém, que a AD tem seu método e seu objeto próprio que se relacionam com a linguística, o marxismo e a psicanálise, mas que não se confundem com eles. A AD constitui-se como uma “disciplina de entremeio” que se formula na contradição desses três campos de saber. Segundo Orlandi (2007b, p. 23), uma disciplina de entremeio é uma disciplina não positiva, é dizer, ela não acumula conhecimentos, mas discute seus pressupostos continuamente. A AD se formula na contradição da relação das ciências



humanas e sociais. Não se pode dizer que a AD é interdisciplinar, ela não se forma entre disciplinas, mas nas suas contradições:

Eu diria, antes, que a AD é uma espécie de antidisciplina, uma desdisciplina, que vai colocar questões da linguística no campo de sua constituição, interpelando-a pela historicidade que ela apaga do mesmo modo que coloca questões para as ciências sociais em seus fundamentos, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam (ORLANDI, 2007b, p. 25).

Assim, para a AD (Orlandi, 2002a, p. 19-20): i) a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem); (ii) a história tem seu real, afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos); (iii) o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tem controle pelo modo como elas o afetam. Isso resulta em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

A AD, diz Orlandi (2005, p. 32), não interpreta os textos que analisa, mas sim os resultados da análise de que esses textos constituem o *corpus*. O analista tem, pois, “como gesto de observação o texto e como objetivo de análise a sua compreensão enquanto discurso. Ele vai então, com sua escrita, tornar possível essa compreensão” (Orlandi, 2005, p. 33). O analista parte da análise das formulações e sua escrita deve tornar visível a forma de análise “no batimento contínuo do seu próprio gesto de analista entre descrição e interpretação” (Orlandi, 2005, p. 32-33).

Antes de passarmos à apresentação dos conceitos mobilizados para a descrição e interpretação do nosso *corpus* – as revistas do IHGB – julgamos indispensável explicitar a diferença entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico. Conforme Orlandi (2002a, p. 27), aquele diz respeito à teoria da Análise de Discurso, ao conjunto de seus conceitos enquanto este consiste no dispositivo teórico já “individualizado” pelo analista, de acordo com a especificidade de sua pesquisa, a partir das questões por ele propostas.

A autora (2006, p. 26) ressalta que o dispositivo teórico determina o dispositivo analítico. Nas palavras de Orlandi (2006, p. 26):

O dispositivo teórico orienta o analista em como observar o funcionamento discursivo. É o dispositivo teórico que faz o deslocamento de uma leitura tradicional para uma leitura que chamamos sintomática: a que estabelece uma escrita que coloca em relação o dizer com outros dizeres e com aquilo que ele não é mas poderia ser (ORLANDI, 2006, p. 26).

Já o dispositivo analítico, determinado pelo dispositivo teórico, vai depender da “questão do analista, da natureza do material analisado, do objetivo do analista e da região teórica em que se inscreve o analista (linguística, história, antropologia, literatura etc.)” (Orlandi, 2006, p. 26).

Em nosso trabalho, com o objetivo de analisar a constituição de um saber linguístico na Revista do IHGB, temos como dispositivo analítico, estabelecido após uma análise do *corpus*: a diferença entre *texto* e *discurso*, *condições de produção*, *constituição*, *formulação e circulação do discurso*, *percurso temático de arquivo* e *função-autor*. Esses conceitos apareceram de modo mais decisivo em nossas análises, embora outros também possam ter sido utilizados em seu decorrer. Na continuação do trabalho, explicaremos detalhadamente cada conceito e o modo como os operacionalizamos em nossas análises.

Iniciemos com a noção de *texto* e *discurso*.

### **1. 1 Os textos na RIHGB: diferentes recortes, diferentes sentidos**

Em nosso trabalho, temos como *corpus* de análise as RIHGB do século XIX. Nessas revistas, selecionamos alguns textos em que podemos ver materializados discursos sobre as línguas do Brasil. É importante salientar o modo como consideramos o texto e sua diferença em relação ao discurso. O texto, em nossas análises, é o lugar em que podemos compreender o processo discursivo, em que podemos analisar a constituição de um saber linguístico. Por

meio dos textos selecionados é que poderemos perceber como um discurso da documentação vai se formulando nas revistas do IHGB. Temos nas RIHGB uma prática textual de coleta e metodização de saberes (linguísticos, históricos, geográficos etc.).

Definido como efeito de sentido entre locutores, deslocando a proposta de Jakobson do esquema de comunicação, o discurso é o lugar de “observação do contato entre a língua e a ideologia, sendo a materialidade específica da ideologia o discurso e a materialidade específica do discurso, a língua” (Orlandi, 2005, p. 86). Orlandi (2005, p. 93) coloca que a ordem do discurso se materializa no texto, materialização de que a organização textual é vestígio. Sendo assim, a unidade da análise de discurso é o texto – unidade significativa – visto na AD como um objeto linguístico-histórico: “Ele não é apenas um conjunto de enunciados portadores de uma e até mesmo várias significações; é antes um processo que se desenvolve de múltiplas formas em determinadas situações sociais” (Orlandi, 2006, p. 22).

Empiricamente, o texto é uma unidade dotada de começo, meio e fim, porém, do ponto de vista discursivo, o texto não é uma unidade fechada, ele reinstala a incompletude. Nas palavras de Orlandi (2007b, p. 54),

O texto, visto na perspectiva do discurso, não é uma unidade fechada – embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira – pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), com que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer).

Orlandi (2005, p. 64) salienta que o texto se abrirá – enquanto objeto simbólico – às diferentes possibilidades de leituras que mostram “o processo de textualização do discurso que sempre se faz com ‘falhas’, com ‘defeitos’”. Conforme a autora (2005, p. 59), o texto é heterogêneo:

- i) quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos: imagem, grafia, som.

- ii) quanto à natureza das linguagens: oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição.
- iii) quanto às posições do sujeito.
- iv) o texto não corresponde a uma só FD, dada a heterogeneidade que o constitui.

Como veremos nas análises, os textos que compõem as Revistas do IHGB são heterogêneos. Em geral, temos textos escritos, embora alguns textos também tragam imagens. A linguagem desses textos também é bastante variada. Temos textos científicos, literários, narrativos (relatos, diários de viagem), descritivos. As posições dos sujeitos também não são homogêneas, embora se tenha uma filiação a um discurso dominante que sustenta um discurso produzido pelo poder imperial, representado dentro do IHGB na figura de D. Pedro II. Ainda que haja uma heterogeneidade no modo como esses textos são escritos, eles seguem uma tipologia. Para estabelecer essa tipologia nos baseamos nos títulos dos textos selecionados para a análise<sup>1</sup>. Em geral, temos os seguintes tipos de textos:

- (i) Textos sobre um saber fonético.
- (ii) Textos sobre as palavras (história e etimologia dos itens lexicais).
- (iii) Textos com comentários linguísticos que versam sobre diversos saberes linguísticos (fonético, morfológico, sintático, etimológico).
- (iv) Instrumentos linguísticos (listas de palavras, dicionários) em que se trabalha a definição dos itens lexicais.

Orlandi (2005, p. 89) ressalta que o texto é o lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. O analista deve compreender tanto como o sentido está no texto quanto como ele pode ser lido. O texto, na perspectiva da AD, não é

---

<sup>1</sup> A tipologia estabelecida aqui se relaciona ao saber linguístico. Como veremos no capítulo II, há outras tipologias estabelecidas aos textos do IHGB que enfocam a produção geral do IHGB e não relativa ao saber linguístico, como fazemos.

visto nem como ponto de partida nem como ponto de chegada. Ele é o lugar em que se pode observar os gestos de interpretação do sujeito. O analista tem como resultado de sua análise o percurso que o faz passar do texto ao discurso, no contato com o *corpus*, o material empírico.

São essas as etapas de análises (cf. Orlandi, 2002a, p. 77):

1ª Etapa: Passagem da	Superfície Linguística	Texto
	para o	(Discurso)
2ª Etapa: Passagem do	Objeto Discursivo	Formação Discursiva
	para o	
3ª Etapa:	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Em nossa pesquisa, na primeira etapa de trabalho com o *corpus* (análise de cada número das revistas do IHGB do século XIX), as considerações iniciais são relativas à coleta do material de análise. Por meio da coleta das revistas, já podemos perceber que saberes linguísticos foram coletados e divulgados na RIHGB, e em que números esses saberes foram abordados. De-superficializando o *corpus* e relacionando-o com as condições de produção dos discursos do IHGB, observaremos o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura que constituem as revistas da instituição. Além disso, no interior do objeto discursivo, refletiremos sobre a autoria (discorreremos mais adiante sobre esse conceito), isto é, explicitaremos como os membros do IHGB assumem a posição de autor no interior das práticas de escrita sobre o saber linguístico. Também explicitaremos, como resultado, a análise do papel da revista do IHGB para a produção de um saber linguístico. Para concluir, teremos, no final das análises, explicitada a formação ideológica da RIHGB no século XIX e os sentidos e a memória que essa revista constituiu para as línguas do Brasil.

Além das Revistas do século XIX, analisaremos a *Revista do IHGB n° 400* (1998). O conceito de texto é importante aqui, porque poderemos notar de que modo um índice funciona como um texto, de que maneira a partir de sintagmas nominais (temas) o índice materializa-se

como um texto, de que modo ele pode ser lido como um texto e permitir que compreendamos o discurso que se materializa nas tematizações.

Desse modo, concluindo, analisaremos o texto em quatro instâncias: (i) em relação a uma prática textual de documentação; (ii) em relação aos autores que produzem/coletam os textos da RIHGB; (iii) em relação à tipologia dos textos sobre o saber linguístico e (iv) em relação ao funcionamento da RIHGB n° 400.

Uma outra noção que está sendo considerada ao se analisar os textos produzidos nas RIHGB é a de *recorte*. Conforme Orlandi (1984, p. 14), “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Assim, um recorte é um fragmento de situação discursiva”. Com o gesto de recortar, o analista visa a analisar o funcionamento discursivo do texto, buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre os elementos significantes.

Como aponta Orlandi (1996, p. 140): “*O texto é o todo que organiza os recortes*. E esse todo tem compromisso com as tais condições de produção, com a situação discursiva. Essa situação instaura um espaço entre enunciados efetivamente realizados, espaço que não é vazio mas social.”

Ao analisarmos os textos das RIHGB, estamos operacionalizando com a noção de recorte, uma vez que buscamos perceber o funcionamento discursivo dos textos analisados e suas condições de produção.

Vejamos como as condições de produção são entendidas:

## **1.2 Condições de produção: a fundação do IHGB e o surgimento de sua revista**

Para a compreensão de um discurso é necessário levar em conta suas condições de produção. Esse conceito, tal como trabalhado na AD, considera fatores extralinguísticos na

produção de sentido de um discurso. As condições de produção, então, compreendem os sujeitos e a situação.

Em relação ao sujeito, na AD, não é considerado o sujeito empírico, mas sim a posição sujeito projetada no discurso. Assim, as condições de produção estão relacionadas aos lugares que os sujeitos aí ocupam. Esses lugares nos processos discursivos funcionam como formações imaginárias que “designam o lugar que A [produtor] e B [destinatário] se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 1990, p. 82).

Esse jogo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. De acordo com Orlandi (2002a, p. 42):

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada, assenta no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas em uma sociedade como a nossa por relações de poder. [A imagem] se constitui nesse confronto do simbólico com o político, em processos que ligam discursos e instituições.

Em nosso trabalho, analisaremos a posição sujeito autor dos membros do IHGB, ou seja, refletiremos sobre o modo como os sujeitos, membros do Instituto, formulam seus dizeres. Que imaginário de sujeito interlocutor é constituído nos textos das revistas do IHGB, ou seja, temos textos direcionados aos membros da corte, mas como nos textos da RIHGB fala-se a esse sujeito, como é constituído o discurso da revista para seu público leitor. Para isso, refletiremos também sobre a possibilidade da “antecipação” – que é entendida como a capacidade que o locutor tem de se colocar na posição de seu interlocutor, experimentando sua posição e antecipando-lhe sua resposta:

O mecanismo de antecipação é em grande parte o responsável pela argumentação. E a troca da linguagem, por este mecanismo, se assemelha a um grande jogo de xadrez em que aquele que consegue melhor antecipar-se a seu interlocutor é melhor orador, mais eficiente com a palavra. E, não nos esqueçamos, trata-se de um jogo que se assenta no imaginário (ORLANDI, 2006, p. 16).

Ademais, fazem parte do modo como as condições de produção funcionam as relações de força e as relações de sentidos. Estas relacionam os dizeres a outros possíveis dizeres: “todo discurso é portanto aberto em suas relações de sentidos” (Orlandi, 2006, p. 16). As relações de força mostram que o lugar a partir do qual falamos marca o discurso com a força da locução que esse lugar representa. Cada lugar tem sua força: “na relação de interlocução e isto se representa nas posições sujeito. Por isso essas posições não são neutras e se carregam de poder que as constitui em suas relações de força” (Orlandi, 2006, p. 16).

Desse modo, como o Instituto Histórico e Geográfico com sua força institucional contribuiu para constituição de um saber linguístico na Revista do IHGB? Como os sujeitos, na posição de autores/coletadores de textos sobre a(s) língua(s) do Brasil, marcam sua posição institucional? Questões que responderemos no decorrer de nossas análises.

Coloca Orlandi (2002a, p. 15), em relação à situação, que esta pode ser pensada em sentido estrito e em sentido amplo: “Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico ideológico, mais amplo”.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aparece no século XIX, no Brasil Império. A criação dessa instituição assegura e legitima um dizer sobre o saber linguístico no Brasil do século XIX por meio do aparecimento de sua revista.

Para compreender a fundação dessa instituição e a publicação da RIHGB, analisaremos a construção do Império – trabalhado aqui como condição de produção no sentido amplo – e os autores, os interlocutores da Revista, o tempo (século XIX) e o espaço (Brasil e suas províncias) em que essa produção circulou (sentido estrito). Para tanto, analisaremos alguns textos do *Tomo I da Revista do IHGB* (1839), a saber: *Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Discurso* (de Januário da Cunha Barbosa), *Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e *Primeira Sessão*



*Publica Anniversaria*. Além desse material, analisaremos algumas atas que mostram as discussões desenvolvidas no dia-a-dia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

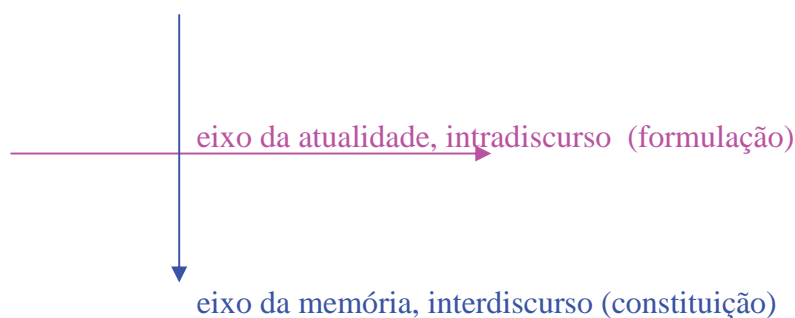
### **1.3 A constituição, a formulação e a circulação do saber linguístico na RIHGB**

De acordo com Orlandi (2005, p. 9), os processos de produção do discurso implicam três momentos: 1. sua *constituição*: a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico ideológico mais amplo; 2. sua *formulação*, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e 3. sua *circulação* que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições.

Conforme a autora (2005, p. 9), é na formulação que “a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde)”. Assim, na análise das revistas, refletiremos sobre o modo como os textos formulam, “mostram” e “escondem” sentidos para um saber linguístico. Nas análises das RIHGB, podemos perceber como a formulação dos textos torna evidente alguns sentidos às línguas, aos autores, às teorias, às obras do Brasil e apaga outros.

Orlandi (2005, p. 10) propõe a distinção entre *constituição* e *formulação*, pensando a *constituição* como dimensão vertical e a *formulação* como dimensão horizontal. Orlandi retoma estudos de Courtine (1984) para estabelecer essa diferenciação. O autor coloca (apud Orlandi, 2005, p. 11) que “uma rede de formulações consiste em um conjunto estratificado ou desnivelado de formulações que constituem outras reformulações possíveis”. Esse conjunto estratificado ou desnivelado remete à dimensão vertical (interdiscursiva) de uma posição sujeito. No nível da formulação, a dimensão intradiscursiva está funcionando.

Em uma representação teríamos:



Orlandi (2002a, p. 32) salienta que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso, entre a constituição do sentido e sua formulação. Ressalta a autora (2002a, p. 32) que Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição (interdiscurso) representada como eixo vertical “onde teríamos os dizeres já-ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível”. E o intradiscurso (eixo horizontal) que “seriam o eixo da formulação, isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (Orlandi, 2002a, p.32).

Dessa maneira analisaremos as revistas do IHGB, no nível da formulação – o que está sendo dito – e no nível da constituição – o que já foi dito – mostrando como um discurso sobre o saber linguístico vai se formulando e se constituindo na memória do dizer, como se produz um sentido a esse saber.

Como ressalta Orlandi (2002a, p. 33):

A constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). É desse jogo que tiram seus sentidos.

Temos, nas RIHGB, uma relação entre o interdiscurso e o texto. É no texto que se atualiza uma memória do dizer. É na formulação dos textos que vemos a memória e podemos

analisar o modo como os discursos se constituem nessa relação entre o que está sendo dito e o que já foi dito.

Em relação à circulação, Orlandi (2005, p. 11-12) diz que é na circulação onde os dizeres são como se mostram. “Os trajetos dos dizeres. E isto nos interessa pois, os ‘meios’ não são nunca neutros. Ou seja, os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam”. Em que espaços as RIHGB circulam? Para que público? Podemos notar que a RIHGB circulou tanto no Brasil, destinada para a elite imperial, como no exterior, direcionada para as instituições estrangeiras. De que maneira essas relações significaram no IHGB? De que modo a circulação de um saber linguístico se significa nesses espaços? Questões que responderemos em nossas análises.

#### **1.4 O gesto de documentação da RIHGB**

Nesta parte, retomaremos algumas discussões em torno do conceito de *arquivo*, para melhor compreender o funcionamento da RIHGB n° 400 e também do IHGB que se funda com o objetivo de criar um “tombo” de documentos históricos e geográficos do Brasil.

A discussão sobre as novas formas de leitura de arquivo na Análise de Discurso foi impulsionada por um texto em que Michel Pêcheux (1993) refletia sobre as mudanças tecnológicas ligadas à leitura em ciências humanas. Segundo o autor (1993, p. 57), o arquivo é entendido, em sentido amplo, como “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. Ao analisar as revistas do IHGB, pode-se notar como se constitui um arquivo sobre as questões linguísticas, sobre as línguas do território brasileiro.

Pêcheux (1993) explicita que há duas tradições de trabalho de arquivo: (i) literária e (ii) científica. Salienta que tradicionalmente os literatos são os profissionais de leitura de arquivo e os cientistas são os fabricantes das novas tecnologias e sustentadores das leituras dos

literatos. Para o autor, essa separação entre o literário e o científico revela uma divisão social do trabalho de leitura: “a alguns o direito de produzir leituras originais, logo ‘interpretações’ a outros a tarefa de preparar e sustentar as interpretações” (1993, p. 58). Nas RIHGB, temos uma divisão no trabalho de arquivo: a alguns é dada a possibilidade de se produzir “interpretações” dos textos, a outros somente é permitido a coleta dos materiais sem um gesto de interpretação. Há uma relação tensa entre uma leitura “científica” e uma “literária”. É a partir dessa diferença entre leituras que sustentamos que temos *autores* do IHGB e *coletadores* do IHGB. Aos autores, a compreensão da história e da geografia do Brasil; aos coletadores, a coleta/documentação da história e da geografia com os direcionamentos já dados pela RIHGB.

Conforme Pêcheux (1993, p. 63), é a existência da linguística em relação com a discursividade que possibilita produzir um trabalho de leitura de arquivo: “É esta relação entre a língua como um sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo”. São com as diferentes formas de ler, de trabalhar com o arquivo, que surgem as diferentes posições. De acordo com Pêcheux (1993, p.57):

em torno dos arquivos textuais, surgiram posições implícitas (de grupos, de escolas, e até de igrejazinhas) que se acotovelam numa relação ambígua de concorrência, de alianças parciais e de antagonismos disfarçados. Os grandes debates memorialistas, filosóficos ou literários são os mais frequentemente estruturados através dos confrontos sobre temas, posições ou, às vezes sobre métodos de trabalho. Mas, mesmo neste último caso, a questão da leitura permaneceu quase sempre implícita: há, entretanto, fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetem em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo, contraditórias de ler o arquivo.

Para o autor (1993), seria interessante reconstruir a história dos diferentes gestos de leitura. “Assim começaria a se constituir um **espaço polêmico das maneiras de ler**, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele mesmo, em uma série

de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (Pêcheux, 1993, p. 57). Desse modo pretendemos analisar as revistas do IHGB, mostrando a relação dos textos arquivados com a prática de documentação, de leitura dos arquivos e de constituição de uma memória nacional.

Orlandi (2006, p. 15) ao falar sobre o arquivo distingue dois tipos de memória: a memória discursiva e a memória institucionalizada. A memória discursiva é constituída pelo esquecimento, são todas as enunciações já ditas e silenciadas pelas condições de produção. Já a memória institucionalizada é o arquivo, estabilização dos sentidos. No arquivo, o dizer é documento, atestação dos sentidos, efeito de relações de forças, nele há um fechamento. Nas palavras da autora (2006, p.22), a memória de arquivo “representa o discurso documental, a memória institucionalizada que é aquela justamente que fica disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos. A ela temos acesso, basta para isso consultar os arquivos onde ela está representada”. Buscaremos aqui analisar que memória o IHGB constituiu em seus textos sobre as línguas do Brasil, ou seja, mostraremos que ao documentar/arquivar dizeres sobre as línguas algumas questões são apagadas e outros sentidos surgem como sendo únicos no imaginário do século XIX.

Nunes (2008, p. 91) salienta dois tipos de percursos ao se trabalhar com o arquivo: (i) percurso temático de arquivo e (ii) percurso temático no arquivo. O percurso temático no arquivo é aquele que se realiza em um ou mais arquivos para a composição de um corpus de análise. Dessa maneira realizam seus trabalhos Guilhaumou e Maldidier (1997). Entendem Guilhaumou e Maldidier (1997, p. 165-166) por tema uma noção que não remete nem à análise temática, tal como é praticada pelos críticos literários, nem aos empregos que dela se faz na linguística. “Essa noção supõe a distinção entre o ‘horizonte de expectativas’ – o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada – e o acontecimento

discursivo<sup>2</sup> que realiza uma dessas possibilidades, inscrito o tema em posição referencial” (Guilhamou e Malidier, 1997, p. 166). Conforme os autores (1997, p. 166), a análise do trajeto temático não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem: “a análise do trajeto temático fundamenta-se em um vai e vem de atos linguageiros de uma grande diversidade e atos de linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados”.

Já o percurso temático do arquivo é aquele construído em um arquivo, frequentemente ligado a uma instituição:

O que se estuda nesse caso não é exatamente como um tema está no arquivo ou atravessa vários arquivos, mas sim como o arquivo se constitui por temas, como ele ordena, classifica e constrói por meio de práticas documentais um discurso da história. Busca-se explicitar, de fato, as bases linguístico-discursivas do funcionamento do arquivo em relação a ele mesmo (NUNES, 2008, p. 91).

Na análise especificamente da *Revista n° 400 do IHGB*, explicitaremos o funcionamento do arquivo em relação a ele mesmo, ou seja, salientaremos como o gesto de sistematizar os saberes linguísticos, categorizar em um tema produz determinados sentidos e apaga outros.

Conforme Nunes (2008, p.82), o discurso documental pode ser visto enquanto uma prática de arquivo, mediada pelas instituições e que produz uma memória institucionalizada, estabilizadora de sentidos. Ao participar da construção do arquivo, o discurso documental estabelece uma regionalização da memória da ciência. Nas palavras do autor (2008, p.82-83), o discurso documental é:

---

<sup>2</sup> Conforme Guilhamou e Malidier (1997, p. 166), o acontecimento discursivo “não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência que se entrecruzam em um momento dado”. Para Pêcheux (1990, p. 19), o acontecimento é o fato novo, as primeiras declarações em “seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar”. Segundo Zoppi-Fontana (1997, p. 51), o acontecimento é o “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória a partir da qual se reorganizam as práticas discursivas”.

um saber científico que toma forma na relação com as instituições, os sujeitos da ciência, os meios de circulação do saber, dentre outros aspectos conjunturais. Esse discurso tem por materialidade específica os textos documentais, ou seja, textos que tomam esses materiais como objetos. Desse modo, trata-se de um discurso científico que se realiza por meio de textos documentais e que produz uma historicização da ciência.

Pretendemos enfim responder às seguintes questões ao analisar a documentação linguística realizada pela RIHGB: ao produzir um gesto de documentação que teorias, conceitos, objetos, métodos estão em jogo? Como o discurso do documentador recorta esses elementos, como ele os seleciona, os classifica, os descreve, os relata em uma temporalidade? O que se repete e o que se apaga nesse trabalho? Enfim, como a ciência da linguagem é documentada, arquivada, institucionalizada? Como ela significa nos textos documentais e na história?

Nunes (2008, p. 85-86) salienta que todo discurso documental pode ser analisado nas instâncias de sua constituição, formulação e circulação. No nível da *constituição*, ao analisar o discurso documental, localiza-se a memória documental “pensada como um espaço estratificado de formulações, espaço este sujeito à repetição”. Tomemos a revista do IHGB. Ao falar sobre o saber linguístico, traz-se a documentação de diversas línguas indígenas. Na Revista, há inúmeros textos que tomam as línguas, os grupos indígenas como objeto. Há uma série de dizeres sobre as línguas indígenas que são retomados, lidos, reformulados.

Em relação ao nível da *formulação* tem-se a instauração do texto documental com sua unidade, linearidade, imaginário de completude. Para Nunes (2008, p. 87):

um trabalho de análise do texto documental leva a explicitar seu modo de organização, os efeitos de co-referência que ele produz bem como o exercício da função autor. Inicialmente, é possível identificar as várias formas textuais que se constituem na história. Os comentários, as resenhas, as bibliografias, os prefácios, as classificações, as compilações etc.

Na análise das revistas, objetivamos perceber a produção textual documentada pela RIHGB: resenhas, comentários, vocabulários, dicionários, catecismos, entre outros materiais relativos ao saber linguístico.

Por fim, o nível da *circulação* refere-se ao meio pelo qual o texto circula (manuscrito, impresso, meio eletrônico). Nos diz Nunes (2008, p. 87): “O trabalho documental está diretamente relacionado aos modos de circulação do conhecimento, na medida em que lida com as condições de realização e de divulgação das ciências”. Neste trabalho, pretendemos traçar o percurso dos textos documentados pelas revistas do IHGB. Isto é, objetivamos analisar o percurso feito pelo IHGB para chegar-se ao texto divulgado na revista.

Definamos agora a *função-autor*.

### **1.5 Os membros do IHGB e a função-autor**

Um dos objetivos de nosso trabalho é analisar como os sujeitos da sociedade brasileira do século XIX se constituem como autores que escrevem na RIHGB. Para essa análise refletiremos sobre a *função-autor*. Analisaremos autores que produziram/coletaram um saber linguístico. Buscaremos compreender como esses sujeitos assumem essa posição de autor, dentro do Instituto Histórico, para produzir seu texto.

Em um texto, o sujeito pode ocupar diferentes posições. Segundo Orlandi (2000, p. 76), “os diferentes modos pelos quais os sujeitos se inscrevem no texto correspondem a diferentes funções enunciativas, discursivas”. Conforme Ducrot (apud Orlandi, 2000, p. 76), há duas funções enunciativas do sujeito: o *locutor* e o *enunciador*. Por *locutor*, entende o autor a função pela qual o sujeito se representa como “eu” no discurso. Já *enunciador* seriam as expectativas assumidas por esse “eu”. Orlandi (2000, p. 77) diz que haveria uma terceira função do sujeito que seria a de *autor*:



Nossa proposta é, então, a de colocar a função (discursiva) autor junto às outras e na ordem (hierárquica) estabelecida: locutor, enunciador e autor. Nessa ordem, teríamos uma variedade de funções que vão em direção ao social. Dessa forma, esta última, a de autor, é aquela (em nossa concepção) em que o sujeito falante está mais afetado pelo contato com o social e suas coerções.

Para desenvolver o conceito de autor, ressalta Orlandi a reflexão de Foucault (1970) em torno disso. Em *A ordem do discurso*, o autor (2004, p. 9) mostra que a existência de mecanismos de controle, seleção, organização e distribuição é que regem a produção do discurso. Esses mecanismos são mobilizados para que os discursos não tenham uma circulação livre, para “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Foucault (2004) divide esses mecanismos em *internos e externos*. Com relação aos mecanismos *externos*, funcionando como sistemas de exclusão, concernindo “a parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo” (Foucault, 2004, p. 20-21), o autor cita: a *interdição* – não é qualquer pessoa que pode falar em certos campos discursivos – a *segregação* – é quando a sociedade silencia certos dizeres – e a *vontade de verdade* – que exerce uma pressão sobre outros discursos que não sejam considerados “verdadeiros”, apóia-se sobre um suporte institucional.

Já os procedimentos *internos* são aqueles da ordem do discurso, “visto que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle”, esses procedimentos funcionam “a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição” e submetem-se a dimensão do acontecimento e do acaso (Foucault, 2004, p. 21). São três os procedimentos citados: o de *comentário*, há certos discursos que são fundamentais e outros que os repetem e os comentam; o de *disciplina*, que faz com que sejam requeridos certos enunciados para a produção de outros enunciados novos; e a de *autor*, visto não como um indivíduo empírico, mas como o princípio de agrupamento do discurso, unidade e origem de significações. O que coloca como responsável pelo texto que produz. Foucault trabalha a noção de autor restrita ao grupo de escritores legitimados. Diferentemente de Orlandi (2007b, p. 69) que ressalta que a função-

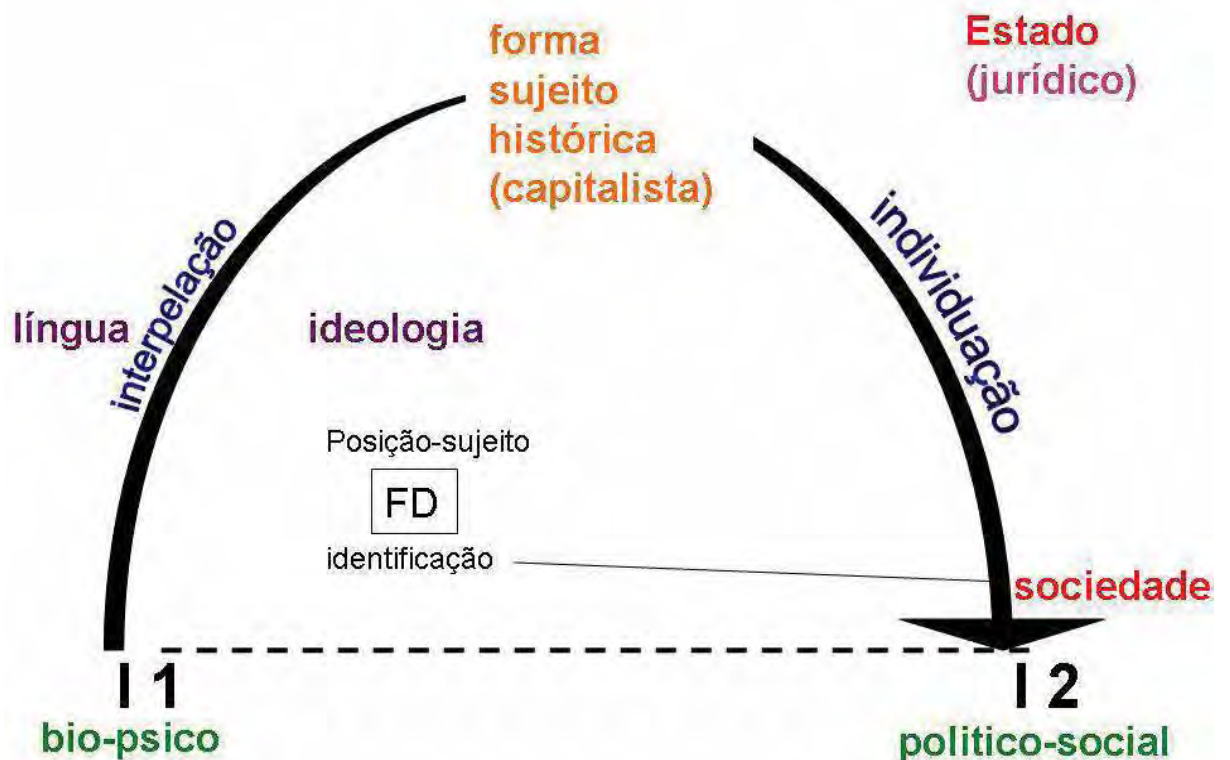
autor “se realiza toda vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim. Em outras palavras, ela se aplica ao corriqueiro da fabricação da unidade do dizer comum afetada pela responsabilidade social”. Em nosso trabalho, as duas noções são consideradas. Temos alguns escritores do IHGB que são legitimados pela Instituição e pela sociedade da época para discorrer sobre diversos assuntos e outros que somente se constituem como autor somente no texto que coleta. Vemos dois tipos de sujeitos ocupando a posição de autor: um que é autor e é legitimado como tal e outro que é legitimado somente como coletador, mas que nesse gesto de coletar se constitui autor, pois produz um dizer que é afetado pela responsabilidade social que lhe é atribuída pelo IHGB.

Conforme Lagazzi (2006, p. 93), “Assumir a autoria colocando-se na origem do dizer é fazer do dizer algo imaginariamente ‘seu’, com ‘começo, meio e fim’, que seja considerado original e relevante que tenha clareza e unidade. É, dessa maneira, responsabilizar-se pelo que foi dito e pelo que foi silenciado”.

De acordo com Orlandi (2000, p. 78), o autor é a instância em que haveria maior “apagamento” do sujeito. Isso porque é:

nessa instância mais determinada pela representação social – que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz. É da representação do sujeito como autor que mais se cobra sua ilusão de ser origem e fonte de seu discurso. É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social (ORLANDI, 2000, p. 78).

Isso nos remete ao processo de interpelação do indivíduo pela ideologia e ao processo de individuação do sujeito pelo Estado propostos por Orlandi (2010, p. 05). Teríamos a seguinte representação:



De acordo com Orlandi (2010, p. 04) temos:

Um primeiro movimento em que temos a interpelação do indivíduo em sujeito, pela ideologia, no simbólico, constituindo a forma-sujeito-histórica. Em seguida, com esta forma-sujeito histórica já constituída dá-se então o que considero como processo de individuação do sujeito. A noção de sujeito individuado não é psicológica mas política, ou seja, a relação indivíduo-sociedade é uma relação política.

No que concerne à individuação pelo Estado, quando se configura o sujeito capitalista que seria interpelado diferentemente, por exemplo, do sujeito medieval, é que se configura a forma de autoria histórica. É este, por meio do regime de propriedade para os textos, o momento onde se configura a injunção à autoria, ou seja, a figura a quem se atribui a função-autor, a responsabilidade pelo texto.

Em nosso trabalho, mostraremos como os indivíduos (membros do IHGB) são interpelados pela Instituição e se constituem na posição de autor com dizeres “coerentes”, “sem contradição”. Analisaremos o modo como se instaura essa subjetivação dos membros do IHGB e como estes assumem a produção/coleta de um dizer oficial/nacional.

Conforme Orlandi (2000, p. 78-79), para que o sujeito se coloque como autor, ele tem de estabelecer uma relação com a exterioridade, ao mesmo tempo em que ele se remete à sua própria interioridade. “A assunção [de autor] implica uma inserção (construção) do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social”. (Orlandi, 2000, p. 79).

Dessa forma, neste trabalho, analisaremos como a função-autor vai se cunhando em discursos já legitimados ou não, de que maneira os membros do IHGB se enunciam como sujeitos autores e são colocados na posição de autores. Para isso analisaremos a produção de alguns membros nas revistas do IHGB. Neste trabalho, ao refletir sobre a função-autor buscaremos mostrar como esses sujeitos formularam/coletaram um dizer sobre o saber linguístico que é divulgado na RIHGB. Lucas (1996, p. 16), refletindo sobre o papel do bibliotecário, coloca que: “o Bibliotecário, o arquivista, escrivão, copista, funcionários da memória, trabalhadores anônimos, que realizam as tarefas fastidiosas (no dizer de Pêcheux), através das quais os aparelhos do poder de nossa sociedade (Estado, Igreja, Empresas, etc.) gerem a memória coletiva”. Semelhante a autora, acreditamos que seja desenvolvida a leitura dos membros do IHGB que funcionam no Instituto como coletadores. Esses coletadores buscam sustentar uma memória que é gerenciada pela própria instituição IHGB a pedido do Imperador e da elite nacional.

## 2. A REVISTA DO IHGB E A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

Embasado na História das Ideias Linguísticas, buscaremos situar a Revista do IHGB na construção de um saber linguístico no Brasil do século XIX. A História das Ideias Linguísticas (HIL) visa a compreender o aparecimento, em diversas sociedades e épocas, do saber linguístico, que não se limita ao domínio da Linguística Moderna, mas a diferentes tipos de saberes produzidos sobre a linguagem humana. Os trabalhos em HIL analisam a produção de saberes linguísticos desde a Antiguidade. Conforme Auroux (1992, p. 08-09), da Antiguidade até os dias de hoje há três revoluções tecnológicas que contribuem para o surgimento e a consolidação das ciências da linguagem: (i) o aparecimento da escrita há cerca de três mil anos: “a escrita é um dos fatores necessários ao aparecimento das ciências da linguagem” (p. 08); (ii) a gramatização das línguas do mundo que teve seu apogeu no Renascimento: “o Renascimento europeu é o ponto de inflexão de um processo que conduz a produzir dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo (e não somente de vernáculos europeus) na base da tradição greco-latina” (p. 08); (iii) a informatização das línguas, cujos efeitos são ainda difíceis de avaliar.

Segundo Orlandi (2001, p. 07), a HIL, no Brasil, trabalha a história da produção de idéias linguísticas e o processo de constituição de uma língua nacional em suas diversas formas de manifestação. No Brasil, explicita Orlandi (2001, p. 09), o século XIX é o momento em que há uma reivindicação por uma língua nacional e sua escrita, por uma literatura e sua escritura, por instituições capazes de assegurar a legitimidade e a unidade de objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania. A HIL objetiva compreender o modo como ocorre a relação do sujeito com os sentidos trabalhando os objetos históricos – dicionários, gramáticas, manuais.

Segundo a autora (2001, p. 09), esses instrumentos linguísticos “são um excelente observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história”.

Ao falar sobre a constituição de uma língua nacional brasileira, Orlandi (2001, p. 13) salienta que antes de haver o Estado formado já existe a constituição de uma língua nacional brasileira. De acordo com Orlandi (2001, p. 13), “para nós brasileiros e, creio para os povos cuja história passa pela colonização ou outras formas de dominação em que o estrangeiro domina, temos elementos para falar em formação da língua nacional antes mesmo que o Estado Brasileiro já esteja constituído com todas as letras”.

A autora (2001, p. 15) mostra que em relação à constituição das línguas nacionais e dos saberes linguísticos, há três modelos historicamente bem documentados: (i) a construção de uma língua literária; (ii) a construção de uma língua comum pelo desenvolvimento hegemônico da burguesia; a construção se faz a partir de vários centros, fora da elaboração de um Estado; aceitação consequente dos dialetos locais; (iii) a construção de uma língua nacional pela vontade de um Estado forte e cuja centralização se marca pela existência de uma capital em que está um poder central de natureza absolutista; erradicação consequente das variantes locais ou das outras línguas que ocupam o território. É importante ressaltar que a língua nacional do Brasil não se enquadra em nenhum desses três modelos. Explicita Orlandi (2002b, p. 15):

E o nosso caso, que se constitui um caso diferente dos acima mencionados, com suas particularidades que derivam da colonização e do deslocamento da língua para um território diferente, em que há uma historicização da língua que se acompanha de todo um processo de gramatização: um outro espaço político da língua e das políticas da língua, no presente caso, a portuguesa. Esta forma estabelece um outro eixo de universalidade da língua (com consequência para as relações entre as línguas) sem deixar de fazer valer a legitimidade de uma variante sobre as outras. Princípio de unidade interna ao espaço de validade de uma língua e de sua normatividade para “seus” falantes.

Orlandi (2001, p. 16) propõe, no caso brasileiro, uma relação entre a HIL e a Análise de Discurso. Coloca a autora, “insistimos na abordagem discursiva que nos permite analisar os

discursos da e sobre a língua, o que nos dá contribuições valiosas na consecução de nossos resultados, e (...) nos permite praticar novas leituras de arquivo”. Além disso, salienta (2002b, p. 09) que considerando o discursivo pode-se perceber a HIL “como algo sujeito a equívoco, dando lugar a releituras, a divisões, a diferentes filiações teóricas, em suma, dando lugar à crítica em relação às teorias”.

Para Guimarães e Orlandi (1996, p. 09), não há como tratar a história das ideias fora das condições históricas, fora das práticas humanas. Sendo assim, ao falar da HIL no contexto brasileiro é importante considerar, colocam os autores, “a história de uma colônia portuguesa que se torna um Estado independente no início do século XIX” (p. 09). Assim, pela constituição de uma língua e de seus instrumentos é possível observar a história de um país.

Dentro dessa conjuntura uma questão fundamental é a da língua nacional, isto é, qual língua funciona no território brasileiro? As línguas indígenas? A língua geral? A língua portuguesa? Como já colocamos, os instrumentos linguísticos são um bom lugar para observar essas questões. Salienta Guimarães e Orlandi (1996, p. 09):

Observar a constituição destes instrumentos tecnológicos é tratar do modo como a sociedade brasileira constrói elementos de sua identidade. A produção tecnológica é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente. E a produção tecnológica relacionada com a linguagem é, não há dúvida, lugar privilegiado de observação do modo como uma sociedade produz seu conhecimento relativamente à sua realidade.

Para finalizar, é necessário ressaltar que a HIL inclui o político e põe a questão da ética. Conforme Orlandi (2001, p. 16), “a história das ideias linguísticas é inseparável da ética e da política, trazendo para a atualidade a perspectiva dessa reflexão, pensando o lugar do conhecimento na sociedade atual e o político como constitutivo da própria produção da língua nacional”. Será que a RIHGB assume um dizer sobre uma língua nacional? Há outros dizeres que não falam sobre a língua nacional, mas sim sobre outras línguas? Mostraremos, nas

análises das RIHGB, que temos o jogo entre a unidade, dada por uma língua “nacional”, “pátria” e a contradição que é explicitada pelo dizer de outras línguas.

A partir de agora, refletiremos sobre alguns processos que permitem a compreensão de uma história das ideias linguísticas no contexto brasileiro. Analisaremos a *gramatização/dicionarização*, a *institucionalização*. A análise desses processos nos permitirá perceber como a RIHGB se constitui como um conjunto de textos em que podemos notar o processo de gramatização brasileiro divulgado, em que podemos ver o processo de institucionalização de um saber linguístico no Brasil do século XIX.

Antes, porém, gostaríamos de pontuar de que maneira estamos considerando o saber linguístico e qual a sua relação com esses processos de descrição, instrumentação e instituição das línguas.

## **2.1 O saber linguístico na RIHGB**

Nossa tese tem como objetivo central analisar a construção do saber linguístico na Revista do IHGB. Mas como estamos considerando esse saber linguístico? Que fatores são levados em consideração para essa análise? Na RIHGB, temos a organização de um saber linguístico que é anterior ao que é produzido pela Linguística Moderna (que coloca como fundadores a gramática comparada do século XIX e depois Saussure no século XX). Na Revista, a constituição de um saber linguístico se dá a partir do século XIX, mas também há a retomada de séculos anteriores em um gesto de documentação de obras/autores do Período Colonial. Podemos observar um saber linguístico que vem desde o século XVI até o XIX. Há na Revista desde relatos de viagem em que podemos notar pequenos comentários linguísticos até a produção de grandes dicionários bilíngues no final do século XIX.



Auroux (1992, p. 11) aponta que desde o início do século XIX não faltam trabalhos consagrados à história dos conhecimentos linguísticos, embora tenham sido precedidos de “tentativas anteriores, sua multiplicação a partir desta data está ligada ao desenvolvimento institucional da pesquisa atinente a essas matérias”. No IHGB, podemos ver esse incentivo às pesquisas, sejam elas de campo ou de arquivo. Há uma forte contribuição da Instituição para a coleta/produção de materiais relativos ao saber linguístico.

Auroux (1992, p. 11) ressalta que os conhecimentos linguísticos podem ser classificados em três categorias:

- (i) os que visam a constituir uma base documentária para a pesquisa empírica;
- (ii) os que são homogêneos à prática cognitiva de que derivam;
- (iii) os que têm um papel fundador, isto é, os que se voltam para o passado com o fim de legitimar uma prática cognitiva contemporânea.

Na prática de documentação da RIHGB, podemos ver essas três categorias. Existe a construção de uma base documentária que é constituída pelos textos coletados/produzidos pelos membros do IHGB. Esses documentos servirão, nos dizeres do IHGB, para a construção de uma história e geografia do Brasil. Essa prática volta ao passado (Brasil Colonial) para legitimar a prática do Brasil Império.

Argumenta Auroux (1992, p. 11) em relação à produção dos conhecimentos linguísticos que:

Todo o conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber. Porque é limitado, o ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospectão, assim como um horizonte de projeção. O saber (as instâncias que o fazem trabalhar) não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência, ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina, o idealiza do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber.

Nas RIHGB, na construção do saber linguístico podemos ver essa temporalidade ramificada. Temos uma retrospectiva (voltando-se ao Brasil Colonial, com textos de relatos de viagens, de jesuítas) e uma projeção (a construção do Brasil Império, por meio dos dicionários bilíngues). Nas Revistas, temos uma seleção do passado com escolhas que legitimam a construção de um dizer do Brasil Império. Há, na constituição do saber linguístico, uma memória e uma atualização dessa memória a projetando para o futuro.

O saber linguístico, coloca Auroux (1992, p. 16), é múltiplo e principia na consciência do homem falante. “Ele é *epilingüístico*, não colocado por si na representação antes de ser *metalingüístico*, isto é, representado, construído e manipulado enquanto tal com a ajuda de uma metalinguagem”. O autor (p. 16-17) aponta que esse saber metalingüístico pode ser de quatro tipos:

Em princípio ele é de *natureza especulativa*, situado puramente no elemento da representação abstrata, ou de *natureza prática*, isto é, finalizado pela necessidade de adquirir um domínio. Neste caso ele parece determinado, bem geralmente, por três tipos de domínios: a. o *domínio da enunciação* que entendemos como a capacidade de um locutor tornar sua fala adequada a uma finalidade dada, convencer, representar o real etc.; b. o *domínio das línguas*: falar e/ou compreender uma língua materna ou de outras; c. o *domínio da escrita*. Os domínios dão lugar à constituição de *técnicas*, isto é, de práticas codificadas que permitem obter, a cada momento (existência de regras), ou, mais frequentemente, um resultado desejado; elas também dão lugar à formação de *competências* específicas, suscetíveis de receber um estatuto profissional em uma sociedade dada (turgimões/intérpretes, escribas, poetas, redatores etc.).

Com a finalidade de construir um passado linguístico às línguas do Brasil, a RIHGB se volta para uma pesquisa de natureza prática determinada pela enunciação, pelas línguas e pela escrita. As falas dos membros do IHGB serão adequadas às finalidades do Império que é dotar o Brasil de uma história e uma geografia. A RIHGB volta-se para o estudo das línguas, com a finalidade de explicitar a singularidade dessas línguas frente à língua portuguesa. Nessa prática, o domínio da escrita dá lugar à constituição de técnicas de documentação, de escrita dos textos e assim se inicia a formação de “especialista” em certos dizeres.

Para analisar a construção desse saber linguístico na RIHGB, estamos levando em consideração alguns elementos: as línguas, as obras, os autores, os conceitos e as teorias que são contemplados nos textos da RIHGB.

Analisaremos que línguas são documentadas nos textos da RIHGB. São somente as línguas indígenas? Há diversidade? Cria-se uma unidade ou cria-se um espaço multilíngue para o Brasil? Em relação às obras, buscaremos analisar que tipo de obra é documentado na Revista. Dicionários? Gramáticas? Relatos de Viagens? Quais são os autores que escrevem na RIHGB? Eles se baseiam em que teorias? Que conceitos trazem para seus textos. Responderemos a essas questões no decorrer de nossas análises.

Passemos à gramatização:

## 2.2 A RIHGB e o processo de gramatização

Podemos ver na RIHGB a publicação de diversos dicionários, vocabulários, listas de palavras de línguas indígenas e também de obras regionalistas do Brasil. Na Revista, há a criação de um espaço para se pensar nas línguas do Brasil. Um conceito importante para compreendermos esse processo de descrição das línguas do Brasil é o de *gramatização*.

No campo da História das Idéias Linguísticas, Auroux (1992, p. 65) desenvolveu o conceito de *gramatização*. De acordo com o autor, “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias que são ainda hoje pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. O dicionário é visto como um *instrumento linguístico* que prolonga a fala natural, permitindo o acesso a formas que não figuram na competência do locutor. Conforme Auroux (1992, p. 69):

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão,

transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor. Isto é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues.

Ressalta Aurox (1992, p. 74) que o processo de gramatização nunca termina; primeiro porque as línguas evoluem, e, depois, porque é difícil definir até onde pode ir o processo de gramatização. Porém, nas palavras do autor (1994, p. 74), podemos entender o que significa uma língua ser gramatizada: “quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras aprendê-las com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis [gramática e dicionário]”.

Aurox (1992, p. 36) mostra de que modo, em que época e por que ocorreu a *gramatização*. O momento histórico culminante para o surgimento de gramáticas e de dicionários foi o Renascimento. Esse “constitui uma virada decisiva para essas disciplinas [ciências da linguagem] e forma o eixo da segunda revolução técnico-linguística”. Duas são as causas que impulsionam a gramatização: (i) aprendizagem de uma língua estrangeira e (ii) a política de uma língua dada. Para o autor (1992, p. 08-09), o processo de gramatização:

mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimentos de dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX.

O processo de gramatização começa com o aparecimento do primeiro saber metalinguístico de uma língua qualquer, no entanto, salienta Aurox (1992, p. 73), é “preciso que este aparecimento seja a primeira margem significativa de uma série que se prolonga sem muita solução de continuidade até a redação de gramáticas e dicionários”.

Aurox (1992, p. 74) explicita que o processo de gramatização corresponde a uma transferência de tecnologia de uma língua para outras línguas. No início do processo de gramatização, houve uma transferência tecnológica a partir da gramática latina, que serviu de base para a gramatização das línguas do mundo. Nesse processo, é importante considerar o

sujeito que efetua essa transferência. Desse modo há: (i) a *exo-transferência* – transferência realizada por um falante não nativo; (ii) a *endo-transferência* – realizada por um falante nativo. Assim, teremos *endo-gramatização* e *exo-gramatização*. Conforme o autor (1992, apud Nunes 2001, p. 80)

Por definição, o processo de gramatização que nos interessa aqui corresponde a uma transferência de tecnologia de uma língua em direção a outra, transferência que não é, bem entendida jamais totalmente independente de uma transferência cultural mais vasta. Importa levar em consideração a situação dos sujeitos que efetuem a transferência, conforme eles sejam ou não falantes nativos da língua *em direção à qual* acontece a transferência. Falaremos respectivamente de *endo-transferência* e *exo-transferência*. Linguisticamente, teremos igualmente, seja uma *endo-gramatização* e *exo-gramatização*.

Finalizando, com as palavras de Auroux (1994, p. 57), “a revolução que a gramatização representa é um movimento que afeta a vida social a longo prazo”. Em nosso trabalho, objetivamos mostrar como a Revista do IHGB contribuiu para a divulgação do processo de gramatização. Isto é, analisaremos como, por meio da elaboração/divulgação de dicionários, gramáticas, de listas de palavras, a revista produziu um espaço para o saber linguístico brasileiro. Pensar em quem foram os sujeitos que realizaram o processo de gramatização também nos interessa: são os portugueses? Os brasileiros? Os dois? É um processo de *exo* ou *endo-gramatização*?

Gostaríamos de, a seguir, apresentar o trabalho desenvolvido por Nunes (2006, 2002, 2001), no qual o autor reflete especificamente sobre a produção lexicográfica no Brasil do século XVI ao XIX. Esse trabalho é importante, pois contribui para pensarmos especificamente na produção de dicionários. Esse tipo de material constitui uma parte significativa do que é documentado pela RIHGB.

Iniciemos:

### 2.3 A dicionarização na RIHGB

Nesta parte, localizaremos os dicionários brasileiros em relação à história dos dicionários. Nas análises, mostraremos como na Revista do IHGB há a criação de um espaço para pensar a produção de dicionários bilíngues que tomam as línguas indígenas em uma relação com a língua portuguesa como objeto.

É importante explicitar que entendemos o processo de *dicionarização* como a descrição e instrumentação de uma língua no dicionário. Nunes (2006, p. 43) salienta que:

considerar o dicionário como um instrumento linguístico implica concebê-lo como uma alteridade para o sujeito falante, alteridade que se torna uma injunção no processo de identificação nacional, educação e divulgação de conhecimentos linguísticos (...) Assim, o dicionário se apresenta como uma exterioridade para o sujeito e interfere na relação que ele entretém com a língua em determinadas conjunturas.

Ressalta Nunes (2002, p. 100) que a compreensão da historicidade da dicionarização traz elementos para abordar questões de ética e de política linguística, levando-se em conta os processos de produção dos dicionários, com os diversos fatores sócio-históricos aí envolvidos.

Nunes (2001, p. 72) apresenta quatro momentos na história do saber lexicográfico no Brasil em ligação com a questão da formação da língua nacional:

1º momento: situa-se no início da colonização com os relatos de viajantes que descreviam as coisas e os habitantes do país. Esses primeiros trabalhos sobre o léxico representam um esforço para enfrentar a realidade de um mundo que está sendo inicialmente descoberto. Segundo Nunes (2001, p. 73):

Uma das características da emergência desse saber é o questionamento da *referência*, que se torna um problema para os viajantes. De onde uma produtividade na constituição de domínios lexicais que constroem a imagem dos “exotismos”, das “singularidades”. Este efeito referencial da colonização estabelece para a lexicografia brasileira um estatuto particular, ligado não à explicação de textos antigos, ao ensino do latim, mas à compreensão do real. Os primeiros relatos de viagem constituem um corpus privilegiado para observar a construção de um modo de dizer o léxico no território brasileiro.

2º momento: concerne à elaboração de dicionários bilíngues português-tupi e tupi-português por missionários jesuítas com o objetivo de catequese, na Época Colonial. Mostra Nunes (2001, p. 75) que o “enunciado lexicográfico nessas condições tem como princípio a interpretação da fala do outro. Estabelecer o léxico é ouvir, interpretar e orientar os sentidos. O dicionário funciona como um instrumento de colonização que o saber linguístico legitima”.

3º momento: marcado pelo aparecimento do primeiro dicionário monolíngue – Morais e Silva (1789). Conforme Nunes (2001, p. 77):

O dicionário de Silva retoma o *Vocabulário Português e Latino* de Rafael Bluteau (1712) que já continha definições e comentários em português. No percurso de Bluteau a Silva percebemos os seguintes deslocamentos: da propriedade natural do objeto à matéria prima trabalhada; do modo de produção artesanal à descrição técnica do processo de fabricação; da finalidade natural ao uso instrumental; do discurso religioso ao discurso jurídico; do ponto de vista do produtor ao consumidor.

Além disso, o dicionário de Morais, salienta Nunes (2002, p. 106), marca uma mudança significativa no processo de dicionarização em virtude de vários fatores: expulsão dos jesuítas, influência da Gramática Geral, obrigatoriedade do estudo do português, surgimento de novas instituições, como as academias, e de um contingente de brasileiros que realizava estudos em Portugal. Ademais, é estabelecida uma relação Brasil-Portugal. O *Dicionário da Língua Portuguesa* foi publicado em Lisboa, mas não foi elaborado por um português e sim por um autor brasileiro (Antonio de Morais e Silva), natural do Rio de Janeiro.

4º momento: compreende a produção de dicionários brasileiros no século XIX, desenvolvida paralelamente à produção portuguesa. Podemos citar como exemplos, *Vocabulário Brasileiro para servir de Complemento aos Dicionários de Língua Portuguesa* (1853), de Costa Rubim; *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (1888), de Macedo Soares; *Dicionário de Vocábulos Brasileiros* (1889), de Beaurepaire Rohan. Temos em Nunes (2001, p. 82) que:

No último quarto do século XIX, a política da língua toma um outro rumo. Começa o interesse pelos falares populares, pelo “povo brasileiro”. O povo, ignorado durante a Monarquia, faz irrupção então nos dicionários. Além disso, as fontes escritas integram jornais, leis, revistas, documentos históricos que tocam o cotidiano das cidades. Aparece, assim, um discurso que leva em conta a vida cotidiana. A nomenclatura, além de termos da fauna e da flora, compreende igualmente os termos pertencentes aos domínios da atividade social e econômica tanto no meio rural como no meio urbano.

Nas RIHGB, podemos ver documentados esses quatro momentos do processo de dicionarização brasileiro. Os textos coletados vão desde relatos de viagens até a publicação de dicionários de regionalismos (*Collecção de vocabulos e frases usados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, de Antonio Álvares Pereira Coruja).

Nunes (2006, p. 53) mostra que o processo de dicionarização brasileiro pode ser visualizado nas seguintes etapas:

- a. transcrição alfabética de termos indígenas;
- b. citações, comentários, traduções de termos indígenas, diálogos;
- c. listas temáticas de palavras LI-LP e LP-LI<sup>3</sup>;
- d. dicionários bilíngues LP-LI;
- e. dicionários bilíngues LI-LP;
- f. dicionários monolíngues de LP no Brasil.

Para Nunes (2002, p. 102), há dois períodos maiores de dicionarização brasileira. No primeiro, há o predomínio da *exo-gramatização*, em que há a produção de listas de palavras e dicionários bilíngues. Já no segundo período, predomina a *endo-gramatização* com a produção de dicionários monolíngues.

Como mostraremos, no decorrer de nosso trabalho, nas revistas do IHGB, o processo de dicionarização, predominantemente bilíngue, é realizado/divulgado. Temos nas revistas: transcrição alfabética de termos indígenas; citações, comentários, traduções de termos indígenas, diálogos; listas temáticas de palavras LI-LP e LP-LI, vocabulários bilíngues LP-LI;

---

<sup>3</sup>Em que LI: língua indígena e LP: língua portuguesa.



vocabulários bilíngues LI-LP; vocabulários monolíngues de LP no Brasil. A RIHGB institui um lugar para o processo de gramatização. Na RIHGB, temos a estabilização de um dizer sobre as línguas e a criação de um espaço que legitima esses dizeres.

## 2.4 Institucionalização de um saber linguístico na RIHGB

Orlandi e Guimarães (2002, p. 7) salientam que “no decorrer da história da ciência pode-se observar o quanto a produção de conhecimento científico se faz em condições históricas específicas. Entre elas estão as condições institucionais em que o trabalho de pesquisa se desenvolve”. No Brasil, como já salientamos, o século XIX é o momento em que há uma reivindicação por uma língua, uma literatura nacional além de instituições capazes de dar legitimidade ao que é produzido na e pela Nação. É dentro desse contexto que vemos o papel do IHGB, ou seja, como uma instituição que assegura e legitima um dizer sobre o Brasil, sobre as línguas desse território e produz/divulga objetos simbólicos que as fazem significar. Lagazzi (2002, p. 15) explicita que a cientificidade e institucionalidade ficam sobrepostas quando se busca falar de um saber *sobre*: “a cientificidade se faz (em) um lugar institucional” (Lagazzi, 2002, p. 15). Neste trabalho, buscaremos analisar o modo como a RIHGB constituiu um espaço científico-institucionalizado para dizer sobre as línguas do Brasil.

Um aspecto importante no estudo das instituições é o conhecimento de acontecimentos específicos que de algum modo catalisam certos movimentos da prática científica. Esse tipo de estudo permite encontrar elementos da contingência que afeta a produção de conhecimento. Ao mesmo tempo em que é possível observar como esses acontecimentos não são da ordem dos indivíduos, mas de uma relação posta socialmente pelas instituições<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Cf. Orlandi e Guimarães (2002).

Um acontecimento editorial específico que marca a institucionalização de um saber sobre o Brasil e sobre as línguas desse espaço no Instituto Histórico e Geográfico é a publicação da *Revista do IHGB* (RIHGB). Em nosso trabalho, mostraremos especificamente como foi institucionalizado pela revista do IHGB um saber linguístico. Quais são as línguas indígenas documentadas? Essas línguas apresentam a mesma importância no interior da revista do IHGB? Quais são os tipos de materiais presentes na revista? Como a revista, pelos seus discursos, institucionaliza um dizer oficial/nacional sobre o saber linguístico do território brasileiro?

Iniciemos o capítulo II.

## **CAPÍTULO II: UM DISCURSO DE ABERTURA: O IHGB E SUA REVISTA**

Neste capítulo, analisaremos a RIHGB nº 1(1839), explicitando a constituição dos discursos da Revista e do IHGB que anunciam a fundação do Instituto. Essa Revista constitui-se como uma revista inaugural que indicará as bases, os objetivos, as finalidades do IHGB e os direcionamentos dados para a produção/coleta dos materiais que serão divulgados nas RIHGB e que constituirão o arquivo do Instituto. Além disso, traremos alguns textos de historiadores que nos auxiliarão, por meio da análise do contexto histórico/econômico/político da época, na compreensão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e das condições de produção do século XIX: Brasil Imperial.

Passemos às análises:

### **1. Análise da RIHGB nº 1: um discurso inaugural**

Nesta parte de nosso trabalho, analisaremos o modo como o IHGB formula seu discurso e o divulga em sua Revista. Refletiremos sobre os seguintes pontos: (i) a fundação do Instituto; (ii) a relação com o Instituto Histórico de Paris e outras instituições internacionais; (iii) a relação com o Imperador; (iv) os membros e (v) a Revista do IHGB. Esses pontos foram escolhidos porque nos permitem perceber o modo como essa instituição se organizou em torno de seus membros, das instituições internacionais e do Imperador para a coleta e metodização de materiais sobre a história e a geografia do Brasil que seriam divulgados na RIHGB.

Para atingir esse objetivo, analisaremos alguns textos publicados na RIHGB nº 1 (1839). Consideramos esses textos como textos de abertura, pois são os primeiros dizeres da Revista do IHGB. Selecionamos o primeiro tomo da Revista porque nele podemos observar as propostas do IHGB, os objetivos da fundação dessa Instituição. Os textos escolhidos são:

*Breve noticia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro; Discurso; Extracto dos Estatutos do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro; Primeira Sessão Publica Anniversaria* e, por fim, as *Atas das Reuniões*. Esse material nos ajudará a compreender as condições de produção da época, isto é, nos permitirá refletir sobre o que foi/é o IHGB. Essa reflexão é importante, pois por meio dela poderemos compreender o funcionamento da RIHGB. Poderemos entender como a Revista se organiza, como ela reflete sobre sua prática de produção/divulgação de conhecimento.

A Revista do IHGB nº 1 organiza as discussões e os eventos já ocorridos no IHGB para anunciar a fundação da instituição. A RIHGB nº 1 constitui-se como um discurso fundacional. Como aponta Orlandi (2003, p. 13), no discurso fundacional “há a necessidade de filiar-se a uma memória política, legitimar-se, reivindicar a fundação”. Na RIHGB nº 1, o que podemos notar é essa reivindicação da fundação do IHGB. Busca-se mostrar, como veremos, uma filiação à memória de outros institutos, mais especificamente do Instituto Histórico de Paris (IHP). As relações com as outras instituições e com o Imperador legitimam, dão força à fundação do IHGB. A RIHGB nº 1 constitui-se então como um discurso de abertura tanto da própria Revista como do IHGB. Abrem-se as portas da Instituição e as páginas da Revista à sociedade da corte Imperial para a discussão/coleta/constituição de uma história e geografia do Brasil.

Dividimos a análise da RIHGB nº 1 em quatro recortes: (i) *A criação do IHGB*; (ii) *As atas: um discurso de documentação*; (iii) *O discurso de Januário da Cunha Barbosa: a pátria e as letras*; (iv) *Um ano do IHGB: relatando as “literárias tarefas”*. No primeiro recorte, analisaremos o texto *Breve noticia sobre a criação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro* e também os estatutos do IHGB. Pretendemos perceber aqui como o IHGB anuncia a sua fundação. No segundo recorte, analisaremos as atas das reuniões do IHGB, refletindo sobre o modo como elas documentam as pesquisas realizadas pelo IHGB. No terceiro,

analisaremos o discurso de Januário da Cunha em relação à fundação do IHGB. Poderemos perceber nesse discurso como um dizer sobre a pátria e sobre as letras é formulado. No discurso de Januário, há uma forte relação com o discurso do iluminismo, em que o homem pode sair da obscuridade por meio das letras. Por fim, no quarto recorte, analisaremos o texto *Primeira Sessão Publica Anniversaria*. Nesse texto, é interessante notar como um discurso de relato vai se constituindo e explicitando as atividades científicas realizadas no primeiro ano de fundação do IHGB.

Passemos ao primeiro recorte:

### **1.1. O discurso sobre a criação do IHGB**

O IHGB, como já ressaltamos, foi fundado em 1838 a partir das propostas de Januário da Cunha Barbosa e de Raymundo José da Cunha Mattos apresentadas à SAIN (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional). No texto de abertura da RIHGB n° 1 (*Breve Noticia Sobre a Creação do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, dividido em “Proposta” e “Bases”), noticia-se a criação do IHGB, salientando o pedido de aprovação à SAIN. O Instituto Histórico surge como uma filial da Sociedade Auxiliadora. Raimundo Mattos e Januário da Cunha apresentam uma proposta ao conselho da SAIN em 18 de agosto de 1838. Essa proposta é aprovada em 19 de outubro do mesmo ano e o IHGB passa a funcionar em 21 de outubro de 1838, ocupando provisoriamente as instalações da SAIN:

Em sessão do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, de 18 de agosto deste anno [1838], leu o seu primeiro secretario, marechal Raymundo José da Cunha Mattos, uma proposta, por ele assignada e também pelo secretario adjunto o cônego Januario da Cunha Barboza, para a criação de um Instituto Historico e Geographico Brasileiro, filial da Sociedade Auxiliadora, pedindo que se obtenha a necessaria approvaçãõ da Assembléa geral da mesma sociedade (RIHGB n° 1, 1839, p. 5).

Após essa nota inicial, salientam-se as finalidades e as bases do IHGB. Januário da Cunha e Raymundo Mattos têm como interlocutores os membros da SAIN. Seus interlocutores nessa notícia são esses membros, embora com a publicação do texto na Revista a leitura seja ampliada, já que o texto passará a ser lido agora também pelos membros do IHGB.

Os autores começam a proposta explicitando a importância das Letras. Os dizeres são marcados por um discurso da instrução. Essa instrução é a que ministrará “grandes auxílios á publica administração e o esclarecimento de todos os Brasileiros” (RIHGB n° 1, 1839, p. 5). Podemos notar uma relação entre as Letras e o poder público. O IHGB surge como uma instituição que de alguma forma contribuirá para essa instrução. Esta será uma proposta do IHGB. Como podemos ver no Artigo 1° dos Estatutos do IHGB:

Art. 1° O Instituto Historico e Geographico Brasileiro tem por fim colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a historia e geographia do Imperio do Brazil; e assim tambem promover os conhecimentos destes dous ramos philologicos por meio do **ensino publico**, logo que seu cofre proporcione esta despesa (RIHGB n° 1, 1839, p. 18).

Uma das propostas do IHGB é a divulgação da história e da geografia por meio do ensino público. Podemos perceber um discurso econômico, “logo que seu cofre proporcione esta despesa”, que parece se constituir ainda como um obstáculo para que essa meta seja cumprida. Temos uma relação estabelecida entre o poder público e o poder privado, já que o IHGB era uma instituição que no seu início era mantida com as “doações” de seus membros. Vemos uma proposta do poder privado, embora seus membros sejam todos provenientes de cargos públicos, para o poder público. Com a fundação do IHGB de algum modo a sociedade começa a voltar um pouco sua atenção ao ensino, pensando na constituição de uma sociedade letrada, que poderia se tornar o público dos trabalhos do IHGB e de outros trabalhos intelectuais que surgissem.

Nesse texto, podemos observar o discurso do iluminismo se fazendo presente. Essa discursividade estará também muito presente no texto de Januário da Cunha Barbosa (*Discurso*). Por meio das Letras se “esclarece” os membros da Sociedade. Vejamos:

Sendo innegavel que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos é evidente que em uma monarchia constitucional, onde o *mérito* e os *talentos* devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior somma de luzes deve formar o maior grão de felicidade publica, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquellas que, versando sobre historia e geographia do paiz (RIHGB n° 1, 1839, p. 5).

Aqui, mostra-se a necessidade e a importância de uma Instituição como o IHGB que versará sobre a história e geografia do Brasil e em que as Letras é um elemento “indispensável”. Vemos, nesse trecho, uma ambiguidade ao se falar sobre sociedade e membros. Que sociedade seria essa? É só o IHGB ou é toda a sociedade brasileira? São só os membros do IHGB ou os “membros” do Brasil? Há uma indistinção que nos leva a pensar que as letras “influem” na “firmeza” dos membros do IHGB, que elas adornam essa sociedade e não toda, já que as discussões só serão feitas no IHGB e quem é convidado a participar é somente um grupo seletivo que foi aceito como membro por “mérito” e “talentos”. Temos nesse trecho, mais uma vez sendo salientada a questão do público (“costumes públicos”, “felicidade pública”). O IHGB se funda sustentando uma discursividade marcada por uma forte relação com o poder público e com a sociedade da corte Imperial. Além disso, novamente temos explicitado a importância da instrução, que abre as “portas aos empregos”. Aqui, um deslocamento se produz em relação ao trecho anterior. Se no primeiro, a instrução “abre as portas” ao conhecimento da história e geografia, no segundo, ela “abre as portas” ao emprego.

Os autores apontam o reconhecimento da SAIN da ausência na Corte Imperial de uma sociedade como o IHGB. Colocam:

Por isso, os abaixo assignados, membros do conselho administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional conhecendo a falta de um Instituto Historico e Geographico nesta Corte que principalmente se ocupe em centralisar immensos documentos preciosos, ora espalhados pelas provincias e que podem servir á historia e geographia do Imperio, tão difficil por falta de um tomo ou promptuario de que se possam aproveitar os nossos escriptores, desejam e pedem a sua prompta installação debaixo dos auspícios da SAIN.

A meta do IHGB é a organização dos materiais dispersos sobre a história e geografia do Brasil. O IHGB se constitui como um grande arquivo (“tombo”, “prontuário”), em que podemos ver uma memória do Brasil documentada. A partir dos textos documentados, os escritores da sociedade brasileira e internacional da época, poderão compor uma história/geografia do Brasil. Essa meta é também ressaltada nas “Bases” do IHGB.

Essas bases orientarão os trabalhos do IHGB, seja de coleta dos materiais, seja de admissão dos membros. O texto é composto de nove bases. A primeira salienta a fundação do IHGB “sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora”<sup>5</sup>. A segunda mostra que os membros do IHGB “trabalharão na mesma casa em que ora trabalham os da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional”. Isso é modificado em 1849, ano em que o IHGB passa a se localizar no 3º Andar do Paço Imperial. A terceira base novamente ressalta a finalidade do IHGB: “O fim deste Instituto será, além dos que forem marcados pelos seus regulamentos, colligir e methodisar os documentos históricos e geographicos interessantes à historia do Brazil”. Outra vez apontamos isso, pois em muitos trabalhos sobre o IHGB argumenta-se que uma das metas do IHGB era construir uma história do Brasil. Não vemos essa proposta explicitada em nenhuma das bases do IHGB e nem nos estatutos. O IHGB constitui-se como um lugar de memória em que podemos perceber o que se fazia/discutia no século XIX e nos séculos anteriores sobre o Brasil. Nas análises das RIHGB do século XIX, veremos que temos documentados textos de jesuítas, do Brasil Colônia entre outros. O que o IHGB funda é um discurso de coleta, de documentação sobre o Brasil e não uma história desse país. As bases 4, 5 e 6 salientam sobre o modo de admissão dos membros. Nos estatutos, temos a divisão e o

---

<sup>5</sup> As referências dessa parte estão na RIHGB nº 1, 1839, p. 6-7.



que era estabelecido a cada membro. Na estrutura interna do IHGB, observam-se as seguintes subdivisões: (1) sócios efetivos, (2) correspondentes, (3) honorários, (4) beneméritos; (5) presidente honorário. Aos *sócios efetivos* era exigida residência na capital Federal e apresentação de trabalho sobre história, geografia ou etnografia do Brasil; aos *correspondentes* era requerida ou a mesma condição de idoneidade intelectual dos sócios efetivos ou a oferta de “um presente de valor” que se destinasse ao museu do Instituto, aos *honorários*, que teriam como condição, além de “idade avançada”, o “consumado saber e distinta representação”; os *beneméritos* eram os sócios efetivos por serviços relevantes que viriam a se tornar merecedores de tal distinção, ou pessoas que tivessem feito doações de “10\$000 a título de jóia” quando recebessem seu diploma, e pago “a somma de 3\$000 em cada semestre para ocorrer as despesas do Instituto”; e por fim, o título de *presidente honorário*, só conferido ao chefe de Estado e aos chefes de outras nações<sup>6</sup>. Podemos notar como os critérios para a seleção dos membros são bastante heterogêneos. Temos desde critérios espaciais até critérios econômicos. Na sétima base, mostra-se que a SAIN é que determinará as datas das reuniões do IHGB, isso para que não haja um choque entre as reuniões das duas instituições. Na oitava base, temos: “A Sociedade Auxiliadora, como mãe do Instituto Historico e Geographico, facilitará todos os meios a seu alcance de que possa precisar esta filha, que também da sua parte concorrerá com todas as suas faculdades para sua maior gloria e prosperidade, ficando por isso em comum os arquivos e bibliotecas, tanto de uma como de outra sociedade”. Na base 9, apontam-se as relações do IHGB. Ressalta-se com quais instituições o IHGB “abrirá correspondência”. Aqui aponta-se claramente que umas das instituições com que o IHGB manteve contato foi o Instituto Histórico de Paris. O IHP legitima a fundação do IHGB, além de dar prestígio aos membros do IHGB que também fazem parte do IHP. Temos uma paráfrase em relação aos nomes das instituições. Os dois

---

<sup>6</sup> Cf. RIHGB (tomo 1, 1839, p. 19).

institutos versarão sobre história, mas o IHP objetiva constituir uma história universal, enquanto o IHGB além de uma história nacional objetiva discorrer sobre uma história das províncias do Brasil. Há uma questão espacial (geográfica) que aparece no nome do IHGB. Em virtude da dimensão do território brasileiro, os aspectos geográficos são fundamentais para se pensar na história do país, enquanto que no IHP existe uma unidade dada pelo território denominado Paris.

Os autores finalizam esse texto inicial, apontando o quão patriótico e glorioso é o gesto de fundar uma Instituição como o IHGB: “São estas as principaes bases que os dous abaixo assignados, membros do Conselho Administrativo da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e do Instituto Historico de Pariz, ambiconado patrioticamente a gloria de uma tao util quanto indispensavel instituição nesta corte”. Vemos mais uma vez o discurso sendo direcionado para a Corte Imperial.

Finalizando o texto de Januario da Cunha e Raymundo Mattos, a SAIN discorre sobre a fundação do IHGB. Não se aponta quem é o autor da SAIN que escreve esse texto. Temos um enunciador geral que enuncia em nome da SAIN. Nesse texto, mostram-se as datas em que a SAIN aprovou a ideia de criação do IHGB. Ressalta-se a importância para a pátria e também para seus membros. Podemos notar aí a constituição de um discurso nacionalista/patriótico: “... e louvados na acta desta sessão os seus proponentes – pela Idea da criação de um Instituto, do qual grandes vantagens se devem esperar em prol da pátria e para gloria de seus membros” (RIHGB n° 1, 1839, p. 7). Temos o uso de uma oração coordenada aditiva introduzida pela partícula *e*. Essa coordenação marca dois dos objetivos primordiais do IHGB que eram: elaborar um dizer sobre a pátria e servir como instrumento de “glória” para seus membros. Vemos aqui uma mistura de interesses em relação à criação do IHGB. Há desde interesses patrióticos até interesses pessoais, esses interesses sendo perpassados pelo academicismo que surgia na época. Além disso, nesse texto, nomeiam-se os primeiros

membros do IHGB que comporão o conselho do Instituto, as comissões de história, de geografia, de fundos e de redação da Revista. Podemos perceber que todos os membros efetivos indicados trabalham no poder público e têm alguma relação com o governo imperial. Os membros com sua atividade dentro do IHGB e na sociedade brasileira eram, usamos como referência o texto *Lista dos membros do Instituto Historico e Geographico Brasileiro* (RIHGB n° 1, 1839, p. 120-122):

- Visconde de São Leopoldo: Presidente do IHGB, Conselheiro do Estado e Senador do Império.
- Raymundo José da Cunha Mattos: Vice Presidente do IHGB, Diretor da Secção de Geografia, Conselheiro e Presidente da Câmara dos Deputados, Marechal.
- Candido José de Araújo Vianna: Vice Presidente do IHGB e Diretor da Secção de História, Conselheiro e Desembargador, mestre do Imperador e Presidente da Câmara dos Deputados.
- Januário da Cunha Barbosa: Primeiro Secretário Perpétuo do IHGB e diretor da comissão dos estatutos, da redação da Revista, da biblioteca e arquivo, Cônego e Pregador da Catedral e Capela Imperial, Professor Público de Filosofia Racional e Cronista do Império.
- Emilio Joaquim da Silva Maia: Segundo Secretário, Membro da Comissão de História do IHGB, Doutor em Medicina e em Ciências Naturais e Professor (“lente”) do Colégio Pedro II.
- Pedro de Alcântara Bellegarde: orador do Instituto, Major do Imperial Corpo de Engenheiros e Professor da Academia Militar.
- José Lino de Moura: Tesoureiro e Diretor da Comissão de Fundos do IHGB, Contador da Caixa de Amortização da Dívida Pública.

- Antonio Alves da Silva Pinto: Membro da Comissão de História do IHGB, Doutor em Leis.
- José Silvestre Rebello: Membro da Comissão de Geografia, Negociante.
- Conrado Jacob de Niemeyer: Membro da Comissão de Geografia, Brigadeiro do Imperial Corpo de Engenheiros.
- Thomé Maria da Fonseca: Membro da Comissão de Fundos, Administrador da Recebedoria do Município da Corte.
- Alexandre Maria de Mariz Sarmiento: Membro da Comissão de Fundos, Oficial Maior da Contadoria Geral da Revisão no Tesouro Público Nacional.
- José Marcelino da Rocha Cabral: Membro da Comissão de Redação da Revista, Doutor em Direito.
- Antonio José da Paiva Guedes: Membro da Comissão de Redação da Revista, Oficial Maior da Secretaria do Estado dos Negócios do Império.

Como podemos notar, os membros do IHGB têm uma vida pública, exercendo cargos no Governo Imperial. Há, no interior do IHGB, o poder religioso, o poder militar, o poder político, o poder econômico. Temos diversos poderes constituindo a corte da época. Percebemos que a elaboração/coleta de saberes sobre o Brasil não é realizada por sujeitos especialistas nas ciências humanas, são diversos saberes que colaboram para a constituição de um dizer. Podemos dizer que temos um sujeito polígrafo que escreve sobre diversos campos de saber.

No *Extracto dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, marcam-se bem quais eram as funções e finalidades do IHGB. Esse *Estatuto* é composto de 37 artigos. No entanto, no texto publicado na RIHGB nº 1, do artigo 7º pula-se para o artigo 31º. Em nenhum outro texto, temos todos os artigos publicados. Desse modo, registrados na Revista temos do artigo 1º ao 7º e depois do artigo 31º ao 37º. O *Estatuto* é dividido em quatro

capítulos, embora falte o terceiro no texto. Os capítulos são: (i) *Fim e objecto do Instiuto*; (ii) *Organização do Instituto; Admissão e deveres de seus membros* e (iv) *Das assembléas geraes administrativas, e da ordem dos seus trabalhos*. Aqui, organizam-se em artigos as propostas já feitas no texto que se noticia a criação do IHGB. Gostaríamos de salientar o artigo 3°. Nele, fala-se sobre a Revista do IHGB. Somente nesse momento temos uma descrição do que é a revista. Vejamos:

Art 3° Publicará de tres em tres mezes um folleto, que tenha pelo menos oito folhas de impressão, com o titulo seguinte – *Revista trimensal de história e geographia, ou jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, fundado no Rio de Janeiro sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional* – Nesta revista se publicarão, além das actas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros que forem interessantes á história e geographia do Brazil, e assim tambem as noticias ou extractos de história e geographia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas litteratas, estrangeiras ou nacionaes, precedendo a respeito dellas o relatorio de uma comissão do seu seio, para esse effeito nomeada.

Nesse artigo, temos a estrutura da revista descrita. Salienta-se que tipos de textos poderão ser encontrados na Revista: atas, memórias, notícias ou extratos de história e geografia. Em relação à RIHGB, só temos esse artigo nos Estatutos, não se discorre, nesses outros textos introdutórios, sobre a RIHGB. Acreditamos que um saber sobre a RIHGB vai sendo produzido por meio do próprio gesto de leitura da Revista. No gesto de leitura, é possível dizer sobre o que a Revista fala, como ela constitui seu discurso.

Nesse artigo, não se especifica sobre o que os textos deverão tratar dentro do campo história e geografia. Essas propostas de temas só poderão ser vistas nas Atas do IHGB. Nelas, é indicado sobre o que os membros do IHGB devem escrever ou coletar. Vejamos:

## **1.2. As atas: um discurso de documentação**

Um tipo de texto que merece ser analisado da RIHGB são as Atas. Como a RIHGB é uma publicação trimensal, quatro são os exemplares ao ano e quatro são as atas. Cada

publicação traz uma ata que exporá as discussões realizadas pelo IHGB em determinado período. Nas atas, mostram-se os membros aceitos para participar do IHGB, quais temas deveriam ser discutidos pelos sócios, que materiais eram de interesse à Instituição. As atas apontam o dia-a-dia do IHGB. Elas são divididas pelo dia em que ocorrem as reuniões do IHGB. Trazemos um exemplo:

“1ª Sessão em 1 de dezembro de 1838”. Nessa primeira sessão, Januário da Cunha apresenta três propostas ao IHGB que são prontamente aceitas. As propostas são: 1) Pedir ao Imperador D. Pedro II que aceite o título de protetor do IHGB. Nas sessões do dia 16 de março de 1839 e do dia 23 de março de 1839, expõe-se que o Imperador marcou uma reunião com a “deputação” do IHGB para que esta lhe apresente o pedido de Protetor, e o aceite de D. Pedro II a esse pedido; 2) Organizar uma “instrução sobre o modo de haver notícias históricas e geográficas acerca do Brasil” (p. 45). De certa maneira, nessa proposta, o que temos é a discussão sobre as práticas de arquivo: coleta, seleção, organização dos textos do IHGB; 3) “Determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil”. Aqui, temos mais uma vez sendo ressaltado o papel do IHGB como uma Instituição que legitima um dizer verdadeiro sobre o Brasil. Vemos que o IHGB é uma instituição que estará autorizada e legitimada a falar as “verdades” sobre a história e geografia do Brasil. Assim, são constituídas as atas, sempre ressaltando as propostas do IHGB, as respostas de seus membros a essas propostas e, por fim, a divulgação dos resultados disso na RIHGB.

Ao trazer as discussões realizadas na Instituição, as atas filiam-se a um discurso de documentação, isto porque nelas explicitam-se as práticas de arquivo (leitura, cópia, documentação) realizadas pelos membros do IHGB. As atas salientam os direcionamentos dados para uma prática de coleta de materiais relativos ao Brasil e traçam o percurso empreendido por esses membros para chegar até o material solicitado pelo IHGB.

As atas documentam uma prática de arquivo que é mediada pelas instituições (IHGB, IHP entre outras), pelo poder político (Governo Imperial), pelos documentadores dos textos arquivados no IHGB. Vejamos alguns fatos:

O LII.<sup>mo</sup> Sr. Paiva leu os dous seguintes requerimentos, os quaes foram approvados: 1º Que se dirija uma representação respeitosa ao governo imperial, pedindo-lhe a graça de prestar ao Instituto em donativo gratuito um exemplar de quaesquer obras, que por conta do mesmo governo tenham sido impressas na typographia nacional, e possam interessar á historia e geographia do Brazil; 2º Que se dirija ao governo outra representação, pedindo-lhe que se digne de comunicar ao Instituto quaesquer memórias ou outros papeis, que porventura existam nas secretarias d'estado, ou na biblioteca publica, que digam respeito á historia e geographia do Brazil, afim de serem copiadas e aproveitadas: responsabilizando-se o Instituto, debaixo de sua palavra, pela prompta restituição desses papeis e memorias (RIHGB nº1, 1839, p. 46).

Vemos nesse recorte uma relação sendo estabelecida com o governo imperial. Ao governo pede-se cópia de seus documentos, afinal a Família Real ao se deslocar para o Brasil traz suas bibliotecas e inúmeras obras podem “interessar á historia e geographia do Brazil”. O arquivo do IHGB será constituído com essas doações tanto feitas pelo governo imperial como por outros sujeitos da corte. Nota-se a presença de um discurso econômico (“donativo gratuito”). Nessa prática de documentar um saber sobre o Brasil, embora haja a compra de inúmeros materiais relativos à história e geografia, muitas também são as doações de obras, textos sobre esses campos. A partir da entrada do imperador ao IHGB, o governo imperial passará a contribuir com 75% das doações à Instituição. A prática da documentação de obras pelo IHGB, por meio desse trecho, pode-se dizer que é realizada de duas maneiras: (i) por meio das obras doadas e (ii) pela pesquisa de arquivo que será realizada a partir das “comunicações” feitas ao IHGB pelo governo ou por qualquer membro da corte imperial.

Em outros recortes também podemos notar essa relação com o Governo Imperial. Vejamos:

O LII.<sup>mo</sup> Sr. Aureliano como membro da comissão nomeada para dar seu parecer sobre uma proposta do Sr. Rebello, na qual pedia, que se fizesse um requerimento ao governo, afim d'elle

enviar um addido ás nossas legações em Hespanha e Portugal, para ali copiar os importantes manuscriptos que existam relativos ao Brazil, enviou á mesa a norma de um requerimento, no qual se pedia isso ao governo imperial, requerendo igualmente a gratificação de um conto e duzentos mil réis annuaes para dito addido. – O requerimento foi approved com uma emenda do Sr. Mello Mattos, na qual propunha que se deixasse ao arbítrio do governo marcar a gratificação, que se devia dar ao dito addido, no caso d'elle annuir ao pedido (RIHGB nº 1, 1839, p. 194).

Além da relação com o Governo Imperial, filiando-se a um discurso econômico, semelhante ao mecenato, ao patrocínio das atividades do IHGB, vemos também uma relação sendo estabelecida com outras instituições internacionais. Os membros que forem destinados a essa tarefa deverão consultar os arquivos existentes em Portugal e na Espanha. Inicia-se assim uma relação internacional no interior do IHGB. Essa proposta de ida a Portugal e Espanha em busca de “manuscritos” relativos ao Brasil será discutida em diversas outras reuniões do IHGB. Ademais, também se salientará que foram dadas aos membros do IHGB, embora não se diga quais, instruções para essa coleta:

O Sr. Bento da Silva Lisboa fez leitura das instrucções que se devem enviar ao addido encarregado de copiar os manuscriptos existentes em Hespanha e Portugal, que possam interessar á historia e geographia do Brazil; cujas instrucções foram acompanhadas de uma relação de alguns manuscriptos interessantes, que consta existirem nas bibliothecas dos ditos reinos, e que merecem ser copiados (RIHGB, nº 1, 1839, p. 201).

Em alguns momentos as relações estabelecidas entre o IHGB e as instituições internacionais/nacionais são perpassadas por relações sociais, pessoais. As relações são estabelecidas entre os sujeitos que representam o IHGB e outros sujeitos que representam ou não instituições. Podemos notar que é o sujeito enquanto indivíduo que estabelece as relações a mando e para o benefício do IHGB. É o membro do IHGB que indagará quais são as “condições” para um determinado material ser “cedido” à Instituição. A falta de uma adjetivação, de uma especificação de que tipo de “relações”, de “condições” abre para uma multiplicidade de sentidos que podemos dizer ser baseada nas relações sociais, pessoais, econômicas, acadêmicas. Não são somente os critérios científicos que são levados em conta,



mas outros fatores também contribuem para que as relações no IHGB sejam estabelecidas.

Notemos:

Proponho que de parte do Instituto se escreva ao socio correspondente o Sr. Dr. Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, ora residente nesta corte, para que usando das relações que tem com o Sr. Le Coq, residente em Montivideo, indague debaixo de que condições quererá este ceder ao Instituto o mappa e documentos relativos á demarcação do Rio Grande do Sul, dos quaes consta que é possuidor.

Nas atas, essas relações institucionais e também com diferentes personalidades do século XIX aparece de diferentes maneiras. Em diversos momentos, há somente a indicação das instituições e dos sujeitos com os quais o IHGB manteve contato. Vejamos:

O instituto ouviu com toda a atenção a leitura da carta do Sr. Schüch, e aproveitando-se da lembrança do mesmo, foi de parecer que se remetessem para Vienna d'Austria collecções da *Revista Trimensal* (RIHGB, nº1, 1839, p. 203).

Foi approvedo, por proposta do Sr. Bivar, que o Instituto abrisse correspondência com as seguintes sociedades de Londres: sociedade Real dos Antiquários; sociedade Real de Litteratura; sociedade para a Diffusão dos Conhecimentos úteis (RIHGB, nº1, 1839, p. 289).

O Sr. Cônego Cunha Barbosa propoz para sócio honorário do Instituto, da parte do E<sup>xmo</sup> Sr. Caetano Maria Lopes Gama, Sua Alteza o príncipe Eugenio de Sabóia, Carignan. Foi approvedo. Igualmente foram approvedos para a mesma classe os seguintes Senhores, propostos pelo Sr. Wallenstein: Ouvarow, conselheiro e ministro da instrução na Rússia; Sir Willian Gore Ouseley, encarregado de negócios de S. M. Brittanica nesta côrte; baronet Sir Gore Ouseley; Dr. Sir Wilian Ouseley; baronet Sir Artur de Capel Brooke; Sir Washington Irving; Sir Jared Sparks; e barão Apollonius de Malitz (RIHGB, nº1, 1839, p. 291).

Essa indicação explicita a própria constituição do Instituto Histórico. O modo como o Instituto vai apontando essas instituições e esses membros legitima a fundação do IHGB e dá notoriedade a essa instituição. Mostra-se na constituição do IHGB como as personalidades, os intelectuais, os governantes participam do Instituto e contribuem para a coleta/escrita de uma história e geografia do Brasil.

No discurso de documentação que é explicitado nas atas, um ponto a ser analisado é o modo como a RIHGB lista, organiza, discorre sobre as obras ofertadas ao IHGB. É importante salientar que as obras oferecidas ao IHGB não são necessariamente publicadas nas RIHGB. Algumas dessas obras compõem somente o arquivo da instituição e não são divulgadas em sua publicação trimestral. Analisemos alguns recortes:

Fez-se depois leitura da seguinte carta escripta de Lisboa ao Sr. 1º secretario pelo Sr. Francisco Adolfo de Varnhagen:

“Tenho minha satisfação de levar ás mãos de V.S<sup>a</sup>. para que se digne apresentar ao Instituto de que é digno secretario, o incluso exemplar de um escripto que acabo de publicar contando desde já, fiado na benevolencia e illustração de seus membros, que me serão relevadas minhas faltas, e as irregularidades typographicas pelo serviço que procurei prestar-lhe, e desejo e espero continuar.

Nas *Reflexões Criticas*, tenho por primeiro intuito o restaurar o nome e a obra do principal escriptor antigo do Brazil, insisti talvez demasiadamente em alguns pontos, que se a principio desagradarem ao leitor Brasileiro, espero que isto me será revelado por quem attender que escrevi uma obra critica entre os Portuguezes, aos quaes a extranheza do assumpto fazia reclamar autorisação de quem refutava ou affirmava. Neste escripto não poupei a mínima occasiao de dar noticias de muitos escriptores dignos de serem conhecidos para constituírem os elementos necessários á historia e geographia do Brazil. Os archivos e bibliothecas da Europa, especialmente os de Portugal, contêm tão ricos e preciosos manuscriptos sobre o Império, que muito conviria ao Instituto tomar providencias, para possuir por cópias, análogas ás que outr’ora praticou Portugal, votando sommas para conservar o monsenhor Ferreira em Madrid, o visconde de Santarem em Paris, e outros litterarios á Italia e Inglaterra. Sobre este assumpto devia talvez intervir o governo, devendo alimentar o espirito de nacionalidade, deve ter presente que são a primeira base talvez desta, a historia e o conhecimento do paiz natal.

Folgo de ter tido esta occasião de fazer algum serviço ao paiz e que primeiro vi o sol, e em que recebi os primeiros fudamentos da minha educação literária. Brevemente terei tambem concluida a publicação do *Diário de Pero Lopes de Souza* que estou acabando de imprimir, e espero que este escripto não será de menos utilidade, não só pela importancia do escripto, como porque em notas discuto o descobrimento da ilha de Fernando, o do Rio de Janeiro, Rio da Prata, S. Vicente, e a importante questão de Americo em 1501. Em outro escripto, para o qual já tenho riquíssimos elementos, procurarei para o futuro dar uma extensa Geographia Physica do Brazil, e sobre ella fundar um projeto de divisão e subdivisões territoriais, local mais conveniente para a capital do Imperio, etc. esta é obra de tão grande circumstancia, que não sahirá tão cedo.

Rogo a V. S<sup>a</sup>.queira transmittir ao Instituto as provas da minha consideração e respeito.”

Acompanhava esta carta a seguinte obra – *Reflexões criticas sobre o escripto do século XVI*, impresso com o titulo de *Noticia do Brazil*, no tomo 3º da Collecção de *Not. Ultr.* – Esta offerta foi recebida com especial agrado e deliberou o Instituto que o Sr. 1º secretario agradecesse ao Sr. Varnhagen; e outrossim que a citada obra fosse remetida á commissão de historia (RIHGB nº 1, 1839, p. 292-293).

A RIHGB ao listar as obras doadas ao Instituto traz às vezes alguns comentários sobre essas obras, trechos das cartas de membros do IHGB que ofereciam esses materiais. No fragmento anterior, é isso que temos. Trazem-se trechos da carta de Varnhagen.

Varnhagen oferece ao Instituto uma cópia de seu texto *Reflexões Críticas*. Há o estabelecimento de uma relação com os membros do IHGB, que estes poderão apontar as “faltas”, as “irregularidades typographicas” da obra de Varnhagen. No início da carta, temos ressaltado o objetivo do texto: “restaurar o nome e a obra do principal escriptor antigo do Brazil”. Contudo, não se salienta aqui quem é esse autor. Saber quem é esse autor somente é possível lendo o texto de Varnhagen ou o texto publicado na RIHGB nº 2 (1840, p. 109-113), *Parecer acerca da obra intitulada Reflexões criticas sobre o escripto do século XVI impresso com o intuito de Noticia do Brasil no T.3.da Collecção de Not. Ultr.* Nesse texto da Revista, temos: “Também parece que se acha demonstrado que o author não é Francisco da Cunha, mas sim Gabriel Soares de Sousa”. Aponta-se que o texto de Varnhagen versará sobre a obra de Gabriel Soares de Sousa.

Nesse trecho da carta de Varnhagen, faz-se uma separação entre os leitores. Há os leitores brasileiros, para os quais o texto de Varnhagen pode “desagradar”, e os portugueses, para os quais a “estranheza do assunto” fazia a necessidade de uma produção que “refutava ou afirmava” o que eles acreditavam sobre a história do Brasil.

Varnhagen traz a seu texto a questão da pesquisa em arquivos e a necessidade do IHGB consultá-los. Esse gesto deve ser feito com o objetivo de “alimentar o espírito de nacionalidade” e fazer com que se conheça o “paiz natal”, isto é, que se produza um conhecimento relativo ao Brasil. Aqui, vemos estabelecida uma relação com o poder político.

Varnhagen também ressalta algumas outras obras que está produzindo naquele momento. Isso divulga de algum modo o que esse membro do IHGB faz em relação à construção de uma história do Brasil. Há a elaboração de uma história e geografia do Brasil

que é feita por diversos membros do IHGB, mas não a pedido do IHGB que acabará constituindo o arquivo da instituição. Isto é, temos os membros do IHGB produzindo textos, obras que não são para a Instituição, mas que acabando sendo doada ao Instituto e este imitará pareceres que acabarão por dar mais legitimidade a essas obras.

Como já ressaltamos na RIHGB nº 2 (1840, p. 109-113), há um parecer sobre essa obra de Varnhagen. Emitir pareceres é uma prática muito comum no IHGB. Isso marca os posicionamentos do Instituto em relação aos autores e aquilo que é produzido sobre a história e a geografia do Brasil. O IHGB é o lugar em que se apontam as faltas, se corrige equívocos na história e geografia do Brasil e se legitima ou não autores e saberes. Vejamos alguns trechos desse parecer:

Parece que são concludentes os argumentos pelos quaes o Sr. Varnhagen demonstra, que em vez do título de Noticia do Brasil deve restituir-se áquele escripto o titulo de Roteiro Geral, como o traz o erudito Abbade de Sancto Adriano de Sever, entendendo-se isto pelo que respeita á primeira parte, pois que á segunda parece do mesmo modo que se deve restituir o titulo memorial, como igualmente se lê na Bibliotheca Lusitana (RIHGB, nº2, 1840, p. 109).

Depois das correções, escreveu o Sr. Varnhagen varias observações, na primeira das quaes publica uma resenha dos escriptos acerca do Brasil, datados do século décimo sexto. Esta resenha, assim como as multiplicadas citações, que faz o nosso illustre consocio, denotam evidentemente a que ponto levou elle o estudo, e a instrucção nas cousas da sua pátria. Louvores sejam dados ao Brasileiro honrado que ainda longe de seu paiz natal encontra nelle objecto de preciosas lucubrações (RIHGB, nº2, 1840, p. 110).

Aqui, podemos notar como se valoriza o trabalho empreendido por Varnhagen. É um trabalho patriótico que deve ser louvado. Nos dizeres do IHGB, legitima-se um lugar de autor para Varnhagen, mas acima de tudo o lugar de “brasileiro honrado” que diz “preciosas lucubrações” sobre seu “país natal”.

Desse modo, as atas podem ser vistas como discursos em que podemos refletir sobre a prática de discussão, documentação de textos sobre o Brasil. As atas ao descrever as atividades do IHGB, também constroem um arquivo sobre as questões discutidas na Instituição. Na análise das atas, podemos perceber como um discurso de documentação se

constitui. Nelas, documentam-se obras doadas ao Instituto, os membros que escrevem/documentam uma história/geografia do/sobre o Brasil. Nesse gesto de dizer o que se faz, se data um saber, seleciona-se o que será e é dito e apaga-se o que não pode e não deve ser dito.

### 1.3. O discurso de Januário da Cunha Barbosa: a pátria e as letras

Januário da Cunha Barbosa, no interior do IHGB, foi o primeiro secretário perpétuo, diretor da comissão de estatutos, diretor da comissão da redação da Revista do IHGB e diretor da biblioteca e arquivo da instituição. É da posição de secretário que ele discursa no ato de inauguração do IHGB no ano de 1838.

No discurso de Januário da Cunha, forte se faz presente um discurso nacionalista/patriótico que busca apresentar o papel de uma instituição como o IHGB. No início de seu discurso, Januário da Cunha traz uma epígrafe de Alexandre Gusmão<sup>7</sup> quando este é convidado para entrar na Academia de História de Lisboa no século XVIII. A epígrafe é: “Procura ... resuscitar também as *memorias da patria* da indigna obscuridade em que jaziam até agora” (RIHGB nº 1, 1839, p. 9). Por meio da epígrafe é possível afirmar que uma das metas do IHGB é trazer à luz as memórias da pátria, dizeres já ditos sobre o Brasil, e isso através da “procura”, pesquisa dos materiais produzidos sobre a história e a geografia do Brasil. Nessa epígrafe, há uma opacidade do dizer, uma indistinção do que deve ser entendido como pátria. Considerando que Alexandre Gusmão pertence ao período colonial brasileiro, seu dizer tem um sentido naquele contexto do século XVIII – o Brasil naquele momento ainda era colônia portuguesa. Esse dizer passará a ter outro sentido no discurso de Januário da Cunha no século XIX. Há um jogo entre uma memória e uma atualização do dizer que passa a

---

<sup>7</sup> Diplomata nascido em Santos no ano de 1695 e falecido em Lisboa no ano de 1753. É considerado o “avô” da diplomacia brasileira por sua atuação no Tratado de Madrid. Em: <[www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

ser ressignificar no discurso da RIHGB. Na atualização desse dizer, o contexto é o de um Brasil independente, que estabelece uma outra relação entre pátria-nação-território que o IHGB buscará na sua revista apresentar a seus compatriotas. É o espaço territorial um elemento primordial para o estabelecimento dos sentidos de Nação. No interior do IHGB, os sentidos de Nação passarão pelas questões histórias, territoriais.

O uso da pontuação na epígrafe também é interessante de se analisar. As reticências deixam em aberto os sentidos e estes podem ser preenchidos. Ainda não se diz o que se deve procurar, há uma suspensão dos sentidos que só será preenchida após as reticências. Além disso, o uso das reticências pode também caracterizar o trabalho de “procura”, pesquisa, isto é, as reticências explicitariam que esse trabalho é fastidioso, longo. Guimarães (2008, p. 399), analisando esse discurso de Januário da Cunha, salienta que o uso dessa epígrafe sugere um pertencimento desejado, modulando dessa forma o tom conferido ao texto, delimitando os limites e as finalidades para os quais ele é concebido. Nas palavras do autor (Guimarães, 2008, p. 399):

Rompendo a distância temporal, o recurso retórico aproxima Gusmão e Januário, articulando-os às demandas de um Estado Monárquico envolvido com inúmeras questões decorrentes de sua afirmação como projeto de nação. Esse discurso, para além de marcar uma fundação, e, portanto a possibilidade de uma escrita nacional, igualmente define o sentido político dessa mesma escrita para essa nação em gestação.

Sentido político este de construção das noções de história, pátria, nação, letras e do que é ser brasileiro no século XIX. O político no discurso de Januário da Cunha é a busca da constituição de um lugar ao projeto do IHGB na sociedade imperial. Esse projeto marcado por um discurso de documentação que “ressuscitará” dizeres sobre o Brasil e dirá o que faz ou não parte da história/geografia de um país em formação.

No começo de seu discurso, Januário aponta a falta no Brasil de uma sociedade como o IHGB. Ressaltando o lado patriótico, “zeloso da gloria da patria” do “genio brasileiro” expõe

que “não se compadecia deixar por mais tempo em esquecimento os factos notaveis da sua historia, acontecidos em diversos pontos do Imperio, sem duvida ainda não bem designados” (RIHGB nº 1, 1839, p. 9). Aqui, temos estabelecida uma outra função ao IHGB. Essa instituição trará à memória da sociedade brasileira fatos de sua história. Temos um discurso de resgate de uma memória que está espalhada por diversos pontos do Império. Além disso, temos o IHGB como uma instituição legitimada a designar fatos que “ainda não estão bem designados”. Nesse trecho há uma imagem sendo constituída ao brasileiro. Este é zeloso da glória da pátria. Vemos sendo formulado um sentido de patriotismo no interior do IHGB. Januário da Cunha coloca que:

Eis o motivo, Senhores, porque dous membros do conselho da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, e tambem socios do Instituto Historico de Pariz, participando dos generosos sentimentos dos nossos litteratos se animaram a propor a fundação de um Instituto Historico e Geographico Brasileiro, que sob os auspicios da sociedade curasse de reunir e organizar os elementos para a historia e geographia do Brazil, espalhados por suas províncias, e por isso mesmo difficeis de se colher por qualquer patriota que tentasse escrever exactamente tão desejada historia. Esta proposta, vós o sabeis, Senhores, foi coroada do mais feliz sucesso e de uma geral approvação, como se esperava do patriotismo e amor das letras que se animam os benemeritos membros da Sociedade Auxiliadora (RIHGB nº 1, 1839, p. 9).

De início, nesse trecho, é explicitado uma relação dos membros fundadores do IHGB com o IHP (Instituto Histórico de Paris). O IHP legitima o projeto do IHGB. Essa relação sempre que possível é trazida aos textos do IHGB. Guimarães (2008, p. 400) argumenta que o trabalho de constituição do arquivo do IHGB vai se definindo ao mesmo tempo que o trabalho de formulação de uma escrita da história. O modelo seguido para isso é o do Instituto Histórico de Paris, “Quer quanto à organização institucional, ao funcionamento do cotidiano da instituição, no caso o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quer quanto às formas próprias da relação entre os letrados e a instituição e da produção textual de seus membros” (Guimarães, 2008, p. 400).

O IHGB é fundado com o objetivo de se constituir como um grande arquivo que organiza os “elementos para a história e geografia” do Brasil que estavam dispersos nas províncias. O IHGB centralizará, dará unidade às discussões sobre o Brasil. Essa instituição estabelecerá um dizer nacional e o enfoque será na unidade do Brasil, enquanto um império, e não somente em suas províncias. A meta é a formulação de um dizer nacional que caracterize todo o Brasil. O dizer nacional a ser elaborado do/para o Brasil é atravessado por um discurso do patriotismo e do amor às letras. As letras nesse momento representando diversos domínios do saber linguístico, histórico, geográfico, etnográfico. No século XIX, ainda não temos os campos disciplinares bem definidos. Guimarães (2008, p. 393) salienta que quando se pensa em campos disciplinares no Brasil no século XIX, é muito difícil pensá-los a partir de uma lógica e de um sistema de fronteiras hoje plenamente constituído e assentado. Conforme o autor (2008, p. 393):

Certamente isso não era assim no século XIX, e esses homens de letras transitavam, em termos de suas discussões, pelos campos mais variados como a etnologia, a etnografia, a história e a lingüística. Uma gama muito variada de questões ocuparam aqueles que além de tudo, tiveram como tarefa pensar a Nação, de forma mais geral, mas sobretudo pensá-la de um ponto de vista de uma história nacional.

Nesse texto de Januário da Cunha, podemos ver de que maneira o IHGB está pensando a questão do Nacional, isto é, está pensando a constituição de um arquivo que aponte, explicitamente uma história nacional. Um gesto para a glória da pátria é mostrar as outras nações a história do Brasil, é mostrar que a sociedade brasileira, representada por uma associação literária chamada IHGB, zela por sua memória. Nas palavras de Januário da Cunha (RIHGB nº 1, 1839, p. 9):

Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Historico e Geographico do Brazil, e desta arte mostrarmos ás nações cultas que tambem prezamos a gloria da patria, propondo-nos a concentrar em uma litteraria associação, os diversos factos da nossa historia e os esclarecimentos geographicos do nosso paiz, para que possam ser offerecidos ao



conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexactidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionaes como estrangeiros.

Aqui, podemos notar mais uma vez a questão do “concentrar” as discussões em um só lugar, temos a busca por uma unidade no IHGB. Além disso, o IHGB também é responsável por corrigir os erros e as inexatidões dos materiais existentes no Brasil e no exterior, e isso também é um gesto patriótico. O IHGB almeja mostrar as nações cultas que também pensa em sua Nação. Nessa Instituição, os dizeres nacionais constituem o alicerce para a coleta de materiais relativos à história e geografia do Brasil. A busca por um dizer nacional revela a glória da Pátria.

Januário da Cunha traz a seu discurso uma citação de Cícero que define *história*. Para Cícero, “A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida”. Por meio dessa citação podemos notar a concepção de história do IHGB. Ela deve guardar os fatos, mostrar a verdade e ensinar. Essas também são algumas das metas do IHGB: construir um arquivo com materiais relativos ao Brasil, corrigir erros sobre essa história nacional e ensinar, através do ensino público, aos brasileiros a história e geografia de seu país. Nos dizeres de Januário da Cunha (RIHGB nº 1, 1839, p. 9):

Por esta judiciosa doutrina bem facilmente se conhece quão profícua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternisar pela historia os factos memoráveis da patria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhes agglomeram a parcialidade, o espírito de partido, e até mesmo a ignorancia.

Há, por meio desses dizeres, a exclusão de alguns fatos da história da pátria. Não são todos os fatos que serão eternizados pela história, mas somente aqueles “memoráveis”. Quem irá dizer o que é memorável é o próprio IHGB, o Imperador a partir do momento que começar a frequentar o IHGB e os sócios da Instituição. Haverá a exclusão de fatos que poderiam

comprometer a historia nacional. O IHGB será o responsável por trazer à luz e organizar esses materiais esparsos pelo Brasil e pelo mundo.

No decorrer de seu discurso, Januário da Cunha continuará salientando as metas do IHGB e o esforço patriótico que será depreendido para o alcance desses objetivos. Argumenta Januário da Cunha (RIHGB nº 1, 1839, p. 10):

Começamos hoje um trabalho que, sem duvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos, reparando os erros e enchendo as lacunas que se encontram na nossa história. Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memorias da patria, e os nomes de seus melhores filhos, nós vamos assignalar, com a possível exactidão, o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a corrente de seus caudalosos rios, a area de seus campos, a direção de suas serras, e a capacidade de seus innumeraveis portos. Esta tarefa, em nossas circunstancias, bem superior ás forças de um só homem ainda o mais emprehendedor, tornar-se há fácil pela coadjuvação de muitos Brasileiros esclarecidos das províncias do Império, que attrahidos ao nosso Instituto pela gloria nacional que é o nosso timbre, trarão a deposito commum os seus trabalhos e observações, para que sirvam de membros ao corpo de uma historia geral e filosofica do Brasil. As forças reunidas dão resultados prodigiosos, e quando os que se reúnem em tão nobre associação apparecem possuídos do mais encendrado patriotismo, eu não duvido preconisar um honroso sucesso á fundação do nosso Instituto Historico e Geographico.

Há no discurso de Januário da Cunha a forte presença do discurso iluminista que tira da obscuridade, que traz à luz, à razão o que “jazia” nos arquivos espalhados pelo Brasil e por instituições internacionais. Por meio desse trabalho se remediará os erros cometidos e salvará as memórias da Pátria. Temos a presença também de um discurso religioso nesse trecho. O IHGB com seu gesto de documentar, corrigir fatos errados sobre o Brasil se redime perante a sociedade brasileira. A instituição buscará reconstruir o passado precisando “o assento de suas cidades e villas mais notaveis, a corrente de seus caudalosos rios ...”. Mais uma vez a questão da unidade se faz presente. Em conjunto, os brasileiros “esclarecidos” – temos aqui uma divisão entre os brasileiros esclarecidos que contribuem à história do Brasil e os brasileiros não esclarecidos que não participam da constituição de uma história nacional – auxiliarão ao IHGB e ao Brasil. A união dessas forças trará o sucesso ao IHGB, isto porque os brasileiros

“aparecem possuídos do mais encendrado patriotismo”. Guimarães (2008, p. 401), refletindo sobre as memórias da pátria que trará o IHGB, argumenta que:

a correta memória, a recordação bem conduzida resultaria de um trabalho criterioso e forjado a partir de um sentimento particular: o patriotismo, concebido não apenas como referência a uma determinada região, mas como expressão de um tipo de relação com esse território e com esse passado. Memória e escrita da história articulam-se nesse projeto de dar forma à Nação no século XIX, expressando uma tensão própria a um campo ainda não plenamente constituído no Brasil do Oitocentos.

É nessa tensão entre a história já ocorrida e a construção da noção de história que os saberes se constituirão na RIHGB, no IHGB e também no Brasil, enquanto uma nação em formação. O objetivo é dar forma ao país até então sem dizeres institucionais/oficiais/nacionais que o legitimassem enquanto uma nação culta que produz conhecimentos sobre a realidade que a circunda.

O discurso de Januário da Cunha é um discurso nacionalista que canta as coisas da Pátria. Temos uma filiação ao movimento romântico que está surgindo também no Brasil no século XIX. Nesse discurso, vamos perceber como a natureza é colocada em cena, como se fala sobre as belezas da Pátria. O modo de ressaltar a história já ocorrida direciona a maneira como o trabalho no IHGB deve ser realizado. Vejamos:

A nossa historia, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em varios ramos e epocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização. Ou ella se considere pela conquista de intrépidos missionários, que tantos povos attrahiram á adoração da cruz erguida por Cabral neste continente, que lhe parecia surgir do sepulcro do sol, ou pelo lado das acções guerreiras, na penetração de seus emmaranhados bosques, e na defesa de tão feliz quanto prodigiosa descoberta, contra inimigos extrenos invejosos da nossa fortuna, ou finalmente pelas riquezas de suas minas e mattas, pelos productos de seus campos e serras, pela grandeza de seus rios e bahias, variedades e pompas de seus vegetaes, abundancia e preciosidade de seus fructos pasmosa novidade de seus animaes, e finalmente pela constante benignidade de um clima, que faz tão fecundos os engenhos dos nossos patricios como o solo abençoado que habitam; acharemos sempre um thesouro inexgottavel de honrosa recordação e interessantes idéas, que se deve manifestar ao mundo em sua verdadeira luz (RIHGB n° 1, 1839, p. 11).

Nesse trecho, Januário da Cunha propõe um modo de se considerar a história do Brasil. Tem-se uma reflexão das épocas dessa história, mas sempre em busca de se estabelecer a verdadeira. Traça-se uma história que vai desde Cabral, passa-se aos missionários que foram corajosos em seus feitos, depois pelos bandeirantes que se emaranharam pelas matas. Também se fala de uma história que é feita por meio da análise da fauna e flora brasileira. Há, aqui, a exaltação das belezas da Pátria. Podemos notar uma filiação ao discurso de Pero Vaz e Caminha<sup>8</sup>, principalmente a formulação, que não se encontra assim na carta, mas que se acha assim na memória do Brasil, “em que se plantando tudo dá”. Januário da Cunha, no final desse trecho, traz essa memória, mostrando que o solo do Brasil é “abençoado” e sempre será possível um “thesouro” achar. Até a história e a geografia se florescerá nesse solo abençoado que é o Brasil e que o IHGB representa.

É ressaltada no discurso de Januário da Cunha uma relação com a antiga Metrópole. Apresenta-se o modo como a Metrópole agia em sua ex-colônia. A primeira colocação é em relação à imprensa no Brasil e o fato de a Metrópole ter destruído a única imprensa existente no território nacional. A outra colocação é em relação aos escritores brasileiros que acabaram sendo esquecidos em virtude da produção literária da Metrópole. Observemos:

Nem pouco influiu para esta lamentavel falta de publicação das cousas da patria o triste fado que sobre nós pesára por mais de trezentos annos, sendo obrigado a mendigar o favor dos typos da Metrópole, não se nos consentindo assentar uma imprensa nesta então colonia. O intolerante monopolio, mola principal da administração portugueza nos tempos do absolutismo, e com especialidade a respeito do Brazil, estendia-se também a publicação dos escriptos dos nossos litteratos, e por isso ou morriam em gabinetes particulares sem verem a luz da estampa, ou eram tão mutilados para que se accomodassem ao systema de seu monopolio com a água tomando a fórma do vaso que enche, que pareciam como idéas destacadas não podendo servir bem de elementos para a historia geral brazileira. O que digo, Senhores confirma-se bem claramente pelo acto do governo portuguez, em meio do seculo passado, mandando destruir a unica imprensa brazileira levantada por Antonio da Fonseca, nesta cidade (...) (RIHGB nº 1, 1839, p. 11-12)

---

<sup>8</sup> Veja Orlandi (2003).

Januário da Cunha aponta que além dos brasileiros serem culpados pela falta de publicação das coisas do Brasil, Portugal também contribuiu e muito para a ausência desse tipo de publicação. Por proibir a imprensa na colônia, muitos materiais se perdem e não servem mais, por não se encontrar, à história geral brasileira. Também não servem mais os materiais que são publicados em Portugal em virtude das “mutilações” empreendidas pela Metrópole para se adequar ao seu modo de publicação. Esse gesto de proibir a imprensa no Brasil produzirá lacunas na história do Brasil.

Nunes (2006, p. 52), refletindo sobre o processo de dicionarização brasileiro, mostra que:

Com a ausência, até o início do século XIX, da imprensa, os relatos [dos viajantes] só foram publicados na Europa, sendo pouco difundidos no Brasil. Isso aliado à censura religiosa aos livros pagãos, explica porque a produção missionária se erigiu de modo tão independente com relação aos viajantes. Como bem mostra Antônio Cândido, ao abordar o caso da literatura, o modo de circulação dos textos dos primeiros viajantes não permite que haja no Brasil um sistema que reúna autores, obras e leitores. Daí as lacunas, os espaços vazios, as trilhas batidas e abandonadas da lexicografia desse período.

São essas lacunas, esses espaços vazios que o IHGB, por meio da publicação de sua Revista, tentará preencher. Podemos dizer que efetiva e oficialmente a imprensa no Brasil instala-se com a vinda da família real para o Brasil em 1808. De acordo com Sodré (1977, p. 19-20), as condições da colônia constituíam obstáculo mais poderoso ao advento da imprensa, antes da vinda da corte, do que os impedimentos oficiais que caracterizaram a atitude portuguesa:

Claro que estes [portugueses], na sua vigilância permanente, concorreram também para o retardo com que conhecemos a imprensa. Mas a razão essencial estava nas condições coloniais adversas: o escravismo dominante era infenso à cultura e a nova técnica de sua difusão. A etapa econômica e social atravessada pela colônia não gerava as exigências necessárias à instalação da imprensa. Quando surgiram as iniciativas isoladas, no século XVIII, o papel das autoridades coloniais foi importante. Eles não decorreram, assim, de uma imposição social, mas de esforços isolados nem estes, entretanto, permitiu a metrópole que surgissem, liquidando-os no nascedouro (SODRÉ, 1977, p.19-20).

É sobre esses desmandos que Cunha fala. Ao destruir a tipografia de Antonio da Fonseca, que havia sido patrocinada pelos jesuítas, a Metrópole controla a Colônia e o que era produzido no Brasil. Ressalta Laurence Hallewell (apud Lima, 2003, p. 35-36), ao abordar a vinda da família real ao Brasil, que:

a introdução da imprensa em 1808 foi um ato paradoxal, pois após a proibição de séculos, a própria metrópole, em sua figura máxima trazia no bojo da transferência da Corte, a Imprensa Régia. Mesmo tendo o monopólio de tudo que pudesse ser impresso, não se pode avaliá-la como mero instrumento burocrático. Publicava-se nela, ainda que sob a condição de censura prévia dos manuscritos, muito mais que papéis oficiais, leis e avisos.

Com a vinda da família real muitas são as mudanças empreendidas, mas antes, como ressalta Januário da Cunha muitos foram os abusos. Um desses foi em relação aos literatos brasileiros:

Nos tempos da passada Monarchia os escriptos brasileiros, que assim então se publicavam, punham a gloria de seus auctores em communhão com a dos Portuguezes, e como por tantas difficuldades eram em muitos menor numero, ficavam absorvidos pelo credito litterario da Metropole que bem pouco reflectia sobre o Brasil (RIHGB nº 1, 1839, p. 12)

As críticas de Januário da Cunha a Portugal são a pouca reflexão da Metrópole sobre o Brasil, a não diferenciação dos escritores brasileiros dos portugueses. Januário da Cunha busca escrever o nome de seus patrícios no rol dos grandes escritores. Para isso, além do discurso feito na inauguração do IHGB, temos também a publicação da obra de sua autoria *Parnazo Brasileiro, ou collecção das melhores poezias dos poetas do Brasil, tanto inéditas como já impressas* publicada em oito cadernos de 1829 e 1832. Senna (2008, p. 318) coloca que essa obra de Januário da Cunha pode ser pensada como eventual resposta ao *Parnaso Lusitano*, de Almeida Garrett, publicado três anos antes e que incluía diversos poetas nascidos no Brasil. Conforme a autora (2008, p. 318):

Pela simples substituição do adjetivo pátrio, a antologia de Cunha Barbosa parece tencionar *pôr as coisas em seus devidos lugares* e restituir ao Brasil o quinhão que lhe caberia por direito. A opção por essa denominação traz ainda outra implicação ao unir os termos *parnasos* e *brasileiro* está se estabelecendo um elo entre a tradição greco-romana – patrimônio da cultura ocidental – e a produção poética do Brasil. Com isso o Cônego estaria integrando o país ao grupo dos legítimos herdeiros de tal patrimônio, em pé de igualdade com a ex-metrópole.

É essa relação de pares que será estabelecida entre os brasileiros, membros do IHGB, e as instituições portuguesas que doarão materiais sobre o Brasil ao Instituto e onde também os membros do IHGB realizarão suas pesquisas de arquivo.

Após essas observações sobre o papel da Metrópole no Brasil, Januário da Cunha discorre sobre a posição do historiador e retorna a discussão sobre o que é a história. Nos dizeres dele (RIHGB nº 1, 1839, p. 12):

O talento de historiador, diz o barão de Barante, assemelha-se á sagacidade do naturalista, que com pequenos fragmentos de ossos, colhidos de escavações, como que resuscita um animal, cuja raça desconhecida existia em plagas que soffreram cataclysmos. A vida moral tem suas condições e suas leis compõe-se tambem de circumstancias ligadas por meio de relações quase necessárias, a philosophia póde reconhecê-la e demonstrá-la, e a imaginação, com mais celeridade e certeza, saberá então dellas assenhorear-se. A razão do homem, sempre vagarosa em sua marcha, necessita de um guia esclarecido e seguro, que acellere os seus passos. O talento dos historiadores e dos geographos é só quem póde offerecer-nos essa galeria de factos que, sendo bem ordenados por suas relações de tempo e de logar, levam-nos a conhecer na antiguidade a fonte de grandes acontecimentos que muitas vezes se desenvolverão em remoto futuro. A historia seria, portanto, incompleta, descoberta e arida, si occupando-se unicamente de resultados geraes por uma mal entendida abstracção, não collocasse os factos no theatro em que se passaram, para que melhores se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circumstancias que desembaracem a intelligencia dos leitores. A sorte geral da humanidade muito nos interessa, e nossa sympathia mais vivamente se abala quando se nos conta o que fizeram, o que nos precederam na scena do mundo: é isso o que falla á nossa imaginação, é isso o que resuscita, por assim dizer, a vida do passado, e que nos faz ser presentes ao espectáculo animado das gerações sepultadas. Só desta arte a historia nos póde offerecer importantíssimas lições, ella não deve representar os homens como instrumentos cegos do destino, empregados como peças de um amachinismo, que concorrem ao desempenho dos fins de seu inventor. A historia os deve pintar quaes foram na sua vida, obrando em liberdade, e fazendo-se responsáveis por suas acções. A Providencia, é verdade, faz muitas vezes sahir o bem do seio do mal, a ordem das turbulências da anarchia, e a liberdade dos terrores do despotismo; mas, é força dizel-os, Srs. estes caminhos não estão ao nosso alcance, os caminhos do homem são traçados pelos seus deveres, e aos olhos da Musa severa da historia o crime sempre deve ser crime.

Januário da Cunha, para falar sobre o trabalho do historiador, cita o também historiador Prosper de Barante. Guimarães (2008, p. 401-402) analisa o modo como esse historiador

concebe a escrita da história. Coloca o autor (2008, p. 401) que em *História dos duques de Borgonha*, Prosper Barante “deslanchou uma importante polêmica relativa à escrita da história concebida por ele como ‘pitoresca e descritiva’ por oposição a uma escrita filosófica”. Para Barantes, há uma tensão entre esses dois modos de compreender a escrita da história. Assim, a história filosófica concebida segundo um sentido que deveria se explicitar ao longo de sua narrativa e história pitoresca, a ser narrada segundo as marcas características de um tempo, segundo a sua cor local. A função dessa história seria o de promover a “ressurreição do passado”, tornando novamente presente pela via da narrativa<sup>9</sup>.

No discurso de Januário da Cunha, há uma tensão entre os diferentes modos de escrever a história. Tem-se uma filiação à história pitoresca (colocar no teatro os fatos ocorridos, pintar os homens) que promove a ressurreição do passado pela via da imaginação histórica, mas tem-se também uma filiação a uma história filosófica, herdeira do iluminismo, que trabalha a partir das noções de unidade, sentido e que busca trazer à luz o que está obscurecido pelas ações do tempo. É nesse jogo tenso entre os diferentes modos de fazer história que o próprio IHGB conceberá a história, a formulação de um dizer sobre o Brasil.

O historiador é comparado ao naturalista. Seu trabalho assemelha-se ao desenvolvido pelo naturalista, isto é, por meio de poucos resquícios devem-se construir os grandes eventos, deve-se “ressuscitar” os fatos que sofreram abalos e distorções. Como aponta Guimarães (2008, p. 402), para Januário da Cunha, seguindo as sugestões de Barante, a narrativa histórica devia ser capaz de restituir os eventos aos seus cenários originais, conferindo novamente vida àquilo que pela passagem inexorável do tempo fora condenado à morte. Nas palavras de Guimarães (2008, p. 402):

Nesse sentido, a narrativa histórica nacional, idealizada por seu fundador do IHGB, compartilha os princípios norteadores de uma cultura histórica oitocentista voltada para a luta contra a

---

<sup>9</sup> Conforme Guimarães (2008)



morte, representada pelo esquecimento, em esforço semelhante ao da taxidermia moderna preocupada em restituir a aparência de vida a seus animais empalhados.

Os modos de lutar contra a morte dos fatos, dos sujeitos que os realizaram são a constituição de biografias sobre esses sujeitos, a documentação, centralizada no IHGB, de textos produzidos anteriormente ao século XIX. A prática do IHGB de uma maneira geral é dar vida, é trazer à memória o que foi esquecido ou apagado pelo tempo, pela ex-metrópole e pelos próprios sujeitos brasileiros que não se importavam com os fatos da história da pátria. Contudo, como ressalta Januário da Cunha, a história deve “pintar [os homens] taes quaes foram na sua vida, abrando em liberdades e fazendo responsável por suas ações” (RIHGB nº1, 1839, p. 13). Não se deve inventar ou modificar os fatos. Construir uma história é dar luz à verdade, se isso não se fizer os deuses podem se vingar, afinal “aos olhos da Musa severa da história o crime sempre deve ser crime”. Então forjar uma história é cometer um crime, por isso o IHGB em sua base busca documentar a história para, posteriormente, comentar e talvez corrigir fatos errados sobre a história da Pátria.

Mais uma vez, a seu discurso, Januário da Cunha traz Alexandre Gusmão. Para Alexandre Gusmão, a “história é um fecundo seminario de heroes” (RIHGB nº 1, 1839, p. 13). Assim, o IHGB deveria concentrar uma parte de suas forças na organização da Biografia Brasileira. Januário da Cunha ressalta (RIHGB nº 1, 1839, p. 14):

O desejo de dar vida a benemeritos, que o nosso descuido tem deixado mortos para a gloria da patria e para a estima do mundo, já se tem apoderado de alguns dos illustres sócios deste nosso Instituto. Uma biografia dos mais preclaros Brasileiros é tarefa de certo, mui superior ás forças de um só homem, attentas as nossas circumstancias, mas a gloria que deve resultar de uma tal empresa accende o zelo dos que a tem encetado em communhão de trabalho, e reflectirá tambem sobre o nosso Instituto porque são do seu grêmio os emprehedores da desejada biografia brasileira, e se sua modéstia me priva de lhes dar os devidos louvores por uma obra de honra nacional (...)

Criar uma galeria dos heróis nacionais é um dos objetivos do IHGB. Ao descrever a história de vida desses homens ilustres do Brasil “aprende-se a conhecer as applicações da

honra, a apreciar a gloria e a affrontar os perigos” (RIHGB nº 1, 1839, p. 14). Fazer uma história dos brasileiros distintos por “letras, armas e virtudes” é de alguma maneira criar modelos que possam ser seguidos por todos os outros brasileiros para a “honra nacional”, para a “glória da Pátria”. Afinal, como questiona Januário da Cunha (RIHGB nº 1, 1839, p. 15): “E não oferecerá uma historia verídica do nosso paiz essas lições, que tão profícuas podem ser aos cidadãos brasileiros no desempenho de seus mais importantes deveres?” O modelo para a construção dessa biografia brasileira é a de Plutarco na Antiguidade. Nos dizeres de Januário da Cunha (RIHGB nº 1, 1839, p. 14),

O livro de Plutarco é uma excellente escola do homem, porque offerece em todos os generos os mais nobres exemplos de magnanimidade ... cada homem celebre ahi aparece com seu genio, com seus talentos, com suas virtudes e com a influencia que exercera sobre seu século ... vidas brilhantes e mortes illustres ensinam a amar a gloria, a apreciar as suas causas.

Guimarães (2008, p. 403) argumenta que o retorno à Antiguidade, especialmente a Plutarco, deve ser compreendido como parte do esforço desses letrados brasileiros em associar o uso do passado, pela via dos exemplos biográficos, às finalidades políticas do presente, quando estava em jogo a afirmação da monarquia constitucional, como a forma de organização política do Estado. Segundo o autor (2008, p. 404):

As vidas paralelas de Plutarco devem ser lidas tendo em consideração seu caráter de uma filosofia moral destinada mais à preparação para a ação do que propriamente voltada para o conhecimento do passado. E com essa chave interpretativa, podemos compreender a importância e o significado de sua referência para os construtores simbólicos da nação brasileira no século XIX. Como exemplo para a ação, a narrativa de vidas ilustres deveria contribuir para a afirmação do poder do Estado Nacional, pela via da narrativa desses exemplos, erigidos em modelos de conduta. O exemplo das grandes vidas, no caso, dos brasileiros ilustres, poderia significar um estímulo à imitação e, portanto, combustível importante para ação. O recurso a Plutarco atualiza o sentido pragmático que deveria orientar aqueles voltados para uma escrita de uma história moralizante, herdeira da cultura letrada das Luzes setecentista, encontra abrigo no modelo proposto pelo secretário do IHGB.

Januário da Cunha finalizará seu discurso ressaltando que o IHGB tem por fundamentos o “amor da pátria e o amor das letras”. Essa fala sustentou todo o discurso de Januário da Cunha. O patriotismo, o amor pelo saber são as bases de seu discurso nacionalista.

Por fim, Januário da Cunha termina seu texto com palavras de Isaías, filiando-se ao discurso religioso, marcando bem sua posição de cônego do Império (RIHGB nº 1, 1839, p. 17):

- E tu, Senhor, atêa, em luzeiro eterno faíscas tuas já assomadas neste horizonte.  
E sempre a face haja de encontrar-se nelle verdade.  
Mimosas esperanças caminham em triumpho de molestas difficuldades.  
Ó quanto, Senhor, tu mandas em assento andamoso montanhas empinadas!  
Compraze-te em dar-lhe rego aberto, que engrosse o plantio por ti disposto.

Nessa filiação ao discurso religioso, podemos ver que as noções de iluminar, fazer luz e produzir a verdade se tornam presentes. Assim termina o discurso de Januário da Cunha, explicitando um amor à Pátria e a Deus em uma aliança que se fará presente nos discursos do IHGB. O político e religioso caminharão juntos no Instituto e em todo o Império Brasileiro.

#### **1.4. Um ano do IHGB: relatando as “literárias tarefas”**

Apresentaremos, nesta parte, uma análise do texto *Primeira Sessão Publica Anniversaria*. Esse texto divide-se em (i) Discurso do Presidente e (ii) Relatório do Secretário Perpétuo. Antes, porém, há um pequeno texto introdutório.

Nesse texto introdutório – duas folhas somente – não há a indicação de quem é o autor do texto. É um enunciador geral que fala representando o IHGB. Aqui, descrevem-se as atividades realizadas pelo IHGB nesse seu primeiro ano de existência. Esse texto tem um funcionamento semelhante ao das atas. Ele busca documentar o que se fez/faz no IHGB, uma vez que está no estatuto do IHGB que as atividades do Instituto devem sempre que possível

solenizadas. No texto, mostra-se já uma relação do IHGB com o governo imperial. O Imperador, representado por seu tutor, oferece uma sala do Paço Imperial para a realização da sessão aniversária: “A pedido da mesa administrativa do instituto, S.M.I., nosso immediato Protector, por declaração de seu Ex<sup>mo</sup> Tutor e nosso socio honorário, franqueou ao Instituto uma das maiores e mais ricas salas do seu paço imperial da cidade para esta reunião anniversaria” (RIHGB nº 1, 1839, p. 207).

Temos um discurso de relato que discorre sobre o que aconteceu no IHGB. É um discurso que busca arquivar o que se produziu no Instituto. Esse material documentado/arquivado servirá para a formulação de uma memória nacional e sustentará as atividades “patrióticas” realizadas pelos membros do IHGB. Por esse gesto, o Brasil, como já apontou Januário da Cunha no seu discurso inaugural do IHGB, assemelha-se as nações cultas que preservam sua história. Vejamos o modo como se dá essa descrição:

Logo que o Ex<sup>mo</sup> Regente occupou a sua cadeira, e que os demais sócios se restituíram a seus lugares, o presidente do Instituto declarou aberta a sessão; então rompeu a orchestra, que se achava collocada em uma sala immediata á da sessão, executando uma excellente symphonia. Depois o presidente leu o seu discurso d’abertura, de que o incumbe os nossos estatutos, seguiu-se logo o relatorio dos trabalhos do anno social, pelo secretario perpetuo; os elogios historicos dos fallecidos membros o marechal Raymundo José da Cunha Mattos, e o sargento-mór Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, pelo orador do Instituto e por ultimo fez o socio effectivo José Silvestre Rebello leitura de uma sua memoria sobre o vocabulo – Brazil – que ficou substituindo a denominação de terra de Santa Cruz que fora dada por Pedro Álvares Cabral a este continente no momento de sua descoberta (RIHGB nº 1, 1839, p. 208).

Esse texto introdutório é finalizado pela seguinte passagem:

Durante a sessão reinou sempre na sala o maior respeito e transluzia a approvação d’este acto solemne e litterario em mais de duzentas pessoas das classes mais elevadas, que compareceram por convite do Instituto, servindo tão distinto obsequio de animar os seus membros a continuarem em seus trabalhos com todo o desvelo, em honra da nação brasileira, e em gloria das letras.

Podemos perceber por esse trecho que a sessão Pública Aniversaria do IHGB não era tão pública assim. Não eram todos os brasileiros que podiam participar, o convite do IHGB é somente às “pessoas das classes mais elevadas”. Podemos perceber como o sentido de público é deslizante. Há uma divisão entre os sujeitos da sociedade brasileira: a alguns é dado o direito de ser sócio do IHGB, a outros é dado o direito de participar de atos solenes, mas a alguns não é dado o direito de participar desse grupo seletivo de “brasileiros distintos”. Há sujeitos brasileiros que não podem pertencer ao IHGB, não fazem parte das “classes mais elevadas”. Podemos perceber que a história ela vai ficar fechada nos muros do IHGB.

O uso da coordenada “em honra da nação brasileira, e em gloria das letras” é recorrente nos discursos produzidos pelo IHGB. Tenta-se fixar essa ideia de que o Instituto sempre com os seus atos honra a pátria e, além disso, glorifica as letras, o saber. Cria-se, por essa coordenação, um imaginário para o IHGB que ecoará na memória do brasileiro. O Instituto sustenta um discurso nacionalista e os que não contribuírem para esse espírito patriótico, nacional seja mantido não honram a nação brasileira e nem glorifica as letras, a história de seu país. Esse gesto patriótico pode ser feito por meio de doações de materiais ao IHGB, de “jóias”, pode ser realizado por meio de propostas de temas para serem discutidos no IHGB.

Vejamos agora o discurso do presidente do IHGB. De 1838 a 1847, José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de S. Leopoldo) foi presidente da Instituição. José Feliciano tinha fortes relações com o governo imperial, sendo senador do Império e conselheiro do Estado. Ele inicia seu texto ressaltando a importância de uma instituição como o IHGB. Isso também é uma prática muito comum na formulação de dizeres sobre o Instituto. Essa prática de falar sobre a instituição busca legitimar a fundação do IHGB. Nos dizeres de José Feliciano (RIHGB nº 1, 1839, p. 209):

Elevado a esta cadeira pelos suffragios de vossa generosa benevolencia, antes do que pela minha propria valia, confunao-me todas as vezes que me contemplo presidindo a uma

associação por tantos títulos recommendavel, seja pela sublimidade dos assumptos que tomou por empreza, seja pelas illustrações nacionaes e estrangeiras, que a compoem, e por cumulo de felizes auspicios pela auréola de dignidade e consideração de que Sua Magestade o Imperador cingiu-a, annuindo benigno a nossos votos, e outorgando sua immediata protecção.

Esses dizeres sobre o IHGB constituem-se como uma propaganda da instituição. Ressaltam-se os títulos, as suas glórias. Os assuntos tratados pelo IHGB, os membros (nacionais e estrangeiros), a figura do Imperador vão dando peso e honra à Instituição. Nesse trecho, podemos dizer que há um discurso de exortação, que busca convencer o outro, em um jogo retórico, dos benefícios que de uma associação com “tantos títulos” pode-se tirar.

Em seu discurso, José Feliciano aponta a relação do IHGB com a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). O IHGB é representado como filho da SAIN e José Feliciano como um dos responsáveis pela fundação da Sociedade Auxiliadora. As relações com outras instituições e com sujeitos que participam de outras associações internacionais ou nacionais sempre são salientadas. Essas relações dão força para o IHGB se firmar como uma associação com finalidades honrosas (RIHGB nº 1, 1839, p. 209):

Da minha parte, pobre de merecimento para corresponder tão graciosa escolha, esmerei-me a menos em imitar vosso zelo na criação de nosso interessantissimo instituto e como era possivel deixasse de apertar ternamente em meu peito o filho d'aquella que nasceu em meus braços, quando o immortal fundador do império se dignou soprar-lhe a vida!

Há, nesse trecho, também explicitada uma relação com o governo imperial, mas este relacionado com a SAIN. Há uma nota de rodapé que aponta algumas observações sobre a fundação da SAIN. Faremos um parêntese aqui para expor um pouco o que foi a SAIN e entender essa relação com o Governo. Vejamos:

Allude-se ao aviso de 18 de julho de 1827, que se lê no fim dos primeiros estatutos da sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, no qual foi nomeada e organizada pela primeira vez a mesa ou conselho, incumbido da direção e administração da sociedade. Estes estatutos foram impressos no Rio de Janeiro, anno de 1828 (RIHGB nº 1, 1839, p. 209)

A origem da SAIN, como aponta Murasse<sup>10</sup>, reporta-se ao ano de 1816. Foi durante o governo de D. João VI que Inácio Álvares Pinto de Almeida, proprietário de uma destilaria, propôs a criação da SAIN no Rio de Janeiro. Conforme Murasse:

Na ocasião, a associação foi julgada precipitada. Todavia o autor não desistiu de sua proposta e, em 1820, Almeida escreveu um memorial defendendo a aquisição de máquinas rurais e fabris e seus modelos do exterior. Somente em 1824 obteve de D. Pedro I a autorização oficial para colocar em funcionamento a Sociedade Auxiliadora e pôde redigir seus estatutos. Em 1825 o Imperador aprovou a instalação da SAIN. Esta associação civil foi inaugurado em 19 de outubro de 1827 e sua primeira diretoria foi designada e empossada em 1828.

Podemos notar que a SAIN passa por diversos governos brasileiros. De início dialoga com D. João VI, depois com D. Pedro I. No trecho de José Feliciano, ao falar do Imperador e sua relação com a SAIN, está se falando de D. Pedro I. As relações da SAIN com os governos que administram o Brasil são um pouco diferente das dos IHGB. O Instituto relacionará mais com o Imperador D. Pedro II, considerado pelo IHGB, o verdadeiro patriota brasileiro e patrono das letras. Mas é interessante notar como as instituições privadas vão se relacionando com o poder público.

Aponta Barreto (p. 03)<sup>11</sup>:

Longe de ser uma associação de classe, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi criada no espírito da Ilustração e era, como tantas outras Sociedades da época, uma comunidade que se propunha ser científica, mas que congregava no mesmo espaço cientistas, letrados, políticos e homens ligados ao mundo dos negócios. No entanto, o seu afastamento das artes literárias e políticas a fez diferente das congêneres brasileiras. A associação que não tivera um caráter dissidente ao sistema político-econômico, pelo contrário, surgiu com o objetivo de explorar a natureza e colocá-la a serviço do progresso e da transformação do país. Criada na efervescência da Independência, em seus estatutos constava o seu fim: “promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e prosperidade da Indústria no Império do Brasil” amalgamando os alicerces econômicos da nova nação com a produção do conhecimento científico.

---

<sup>10</sup> Em: <[www.culturaapicola.com.ar/apuentes/historia/171\\_OAuxiliador.pdf](http://www.culturaapicola.com.ar/apuentes/historia/171_OAuxiliador.pdf)> Acesso em 27 de janeiro de 2010.

<sup>11</sup> Em: <[www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654\\_ARQUIVO\\_ARTIGOREVISADO.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGOREVISADO.pdf)>. Acesso em 18 de julho de 2011.

A SAIN, como mostra Barreto (p. 03-04), esteve voltada para a transformação de uma agricultura rotineira e esgotadora baseadas no machado e na coivara, em uma atividade moderna, revigorada por insumos, pelo desenvolvimento e adaptação tecnológica, tropicalização e variedades de culturas, resultando na retomada e expansão agrícola, perfazendo a vocação das terras brasileiras: elemento de grandeza e prosperidade de futuras gerações teve como fim a melhoria do processo produtivo através da introdução de inovações técnicas produzidas pelo conhecimento científico.

Como podemos observar tanto o IHGB como a SAIN se voltam para a constituição de um Brasil mais moderno, mais desenvolvido, mais esclarecido, tanto histórico-geograficamente quanto em relação às ciências da terra, da agricultura.

Barreto (p. 06) explicita que

A Auxiliadora, mesmo sendo uma sociedade civil de direito privado, foi uma instituição patrocinada pelo Estado, tendo seus Estatutos aprovados pelo Governo Imperial, com enquadramento ministerial, subvenção anual no orçamento do Estado e membros que compunham a equipe de pareceristas oficiais encarregados de conceder privilégios públicos.

Como podemos perceber o poder público e o privado no século XIX estão entrelaçados tanto no IHGB como na SAIN. O poder imperial participa da organização e da manutenção das sociedades brasileiras.

Voltemos ao discurso de José Feliciano. Em sua continuação, marca-se a função dos membros do IHGB no interior do Instituto. Fazem-se alguns questionamentos em relação ao “ramo histórico” e “geográfico” e como se deve proceder para a produção/documentação desses domínios de saber. Observemos:

Senhores, se forte e perseverante é vossa vontade, se dispodes de copiosos recursos de talentos e luzes, cumpre não dissimular, que também é mui árdua a empresa, a que fitais de *colligir, methodisar, publicar ou archivar os documentos necessários para a historia e geografia do Brazil*: arcanos jazem reservados e aferrolhados pela mão do tempo, que só na sua marcha lenta e insensível os vai largando, e entrega á sagacidade e estudo do sábio os vestígios dos povos,



que já passaram, estão ainda em começo, e quem, apesar dos seculos que tem decorrido, será capaz de prever e marcar as raias de seus vastissimos dominios? (RIHGB nº 1, 1839, p. 209).

Nesse trecho, podemos perceber que José Feliciano fala diretamente aos membros do IHGB (usa-se o vocativo *Senhores*). O presidente parece que se coloca fora das atividades a serem realizadas pelo IHGB. São os membros, aos quais José Feliciano direciona seu discurso, que deverão cumprir “mui ardua tarefa”. Ao presidente do Instituto só cabe a tarefa de dar direcionamentos, de questionar. A pergunta final desse trecho nos direciona a pensar que são os membros do IHGB que serão capazes de “prever e marcar as raias de seus vastíssimos domínios”. Como já apontamos em outros textos analisados, ao IHGB cabe a função de corrigir erros, de precisar fatos e no discurso de José Feliciano isso também se faz presente.

Na continuidade, teremos alguns apontamentos sobre a história e a geografia. José Feliciano traz a seu discurso alguns exemplos de estudos já realizados por outras instituições que podem servir de instruções aos membros do IHGB ao se pensar o fazer histórico e geográfico e as relações estabelecidas entre as instituições. Em seus apontamentos sobre a história, ressalta que, na constituição das civilizações, o comércio e a guerra foram elementos importantes. As relações econômicas e político-militares fazem “brotar” as civilizações. Ao falar sobre a “divisa geográfica”, José Feliciano salienta que:

Na divisa – Geographica – em vós, Senhores, realisada se acha a sublime Idea de Lord Bacon, quando em seus sonhos philosophicos meditou uma associação de observadores, voltados a examinar a verdade do que existe no globo e incontestavelmente a geographia abrange em sua esphera a mor parte dos conhecimentos científicos (RIHGB nº 1, 1839, p. 211)

Há uma aproximação da prática científica realizada pelo IHGB e realizada por Francis Bacon (1561-1626). Este é considerado fundador da ciência moderna. Para Bacon, o conhecimento científico tem por finalidades servir o homem e dar-lhe poder sobre a natureza. O objetivo de seu estudo é constituir uma nova maneira de estudar os fenômenos naturais.

Essa relação estabelecida entre o IHGB e Francis Bacon explicita uma concepção de ciência para o Instituto. A ciência é um espaço de observação. Aqui, temos um lugar de destaque dado a geografia. Para o IHGB ter poder sobre a natureza só é possível por meio de um estudo que aponte a geografia e este ramo no IHGB “permanece em embrião”.

Além dos aspectos físicos, o IHGB se importará com o que envolve a natureza.

Vejamos alguns trechos:

Neste solo virgem, onde tudo é maravilhoso encontra-se aglomerada a povoação no marítimo, reconhecidos e assinalados com mais ou menos exactidão seus portos, abras e ilhas adjacentes; calculadas as alturas e situações, reguladas as divisas políticas e civis, já com atenção ao systema e ordem administrativa, porém á proporção que se avança para o interior, atravessam-se solidões fastidiosas, acanhadas povoações disseminadas de longe em longe, e bem que em ponto de vista geral o aspecto do paiz seja risonho, todavia uma vegetação em força, e uma frescura eterna na vida orgânica, o assombra de inextricáveis e dilatadissimas matas, guarida e parada de innumeraveis tribus selvagens, as quaes dócil catechese, único meio que reputo efficaz, deveria com infatigavel solicidade ter attrahido a nosso gremio (...) (RIHGB nº 1, 1839, p. 211).

Aqui, podemos ver sendo explicitados aspectos que envolvem a demarcação dos espaços geográficos. Ademais, temos dizeres sobre as tribos indígenas do Brasil. O IHGB trará inúmeros trabalhos sobre os índios do Brasil e de suas fronteiras. É interessante perceber que ao buscar-se demarcar territórios, conquistar espaços também está se conquistando os índios. Nas diversas viagens empreendidas pelo IHGB, coletam-se línguas indígenas que são documentadas em listas de palavras, vocabulários, dicionários. Um ponto ressaltado por José Feliciano é a catequese. Nesse trecho, podemos notar o posicionamento do presidente do IHGB em relação à catequese (“dócil”, “meio mais eficaz”). Essa questão de qual seria o melhor meio de colonizar os indígenas será trazida às discussões do IHGB. Aqui, vemos de algum modo o próprio posicionamento do IHGB em favor da catequese empreendida no Brasil Colonial.

José Feliciano termina seu discurso, dizendo (RIHGB nº 1, 1839, p. 211-212):

Sobretudo, Senhores, ninguém ousará constestar-vos que no Instituto legais á posteridade deposito inestimável de preciosidades litterarias, enxame de capacidade, selecto e esperançoso, cujo progresso fácil é de calcular, pelo quanto se tem já avantajado, com um ano apenas de existência cuja duração é afiançada pela sua indisputavel utilidade: suas relações, produções científicas no actual periodo social ...

Nesse trecho, a documentação realizada pelo IHGB é ressaltada, afinal está se constituindo um “deposito inestimável de preciosidades litterarias”. Aqui, o gesto de documentação é visto como algo que contribui ao progresso da nação.

E para os membros diretamente um dizer especial de José Feliciano (RIHGB nº 1, 1839, p. 212): “Proseguí com o mesmo fervor respeitáveis consócios, na alta missão a que dedicastes, diffundi instrução geral pela publicação dos vossos estudos, d’esta arte contribuíres para o desenvolvimento e perfeição da historia e da geografia e para credito e gloria da patria”.

Mais uma vez o gesto patriótico deve ser mantido como uma das metas básicas que os membros do IHGB precisam cumprir. Esse gesto patriótico, como veremos a seguir, faz parte do ideal Romântico que surge no Brasil do século XIX. Esse dizer patriótico será também explicitado no texto de Januário da Cunha ao discorrer sobre as literárias tarefas do IHGB.

Passemos então ao Relatório do Secretário Perpétuo, Januário da Cunha Barbosa. Nesse texto objetivamos perceber como o sentido de associação literária vai se constituindo, como o IHGB compreende as letras e trabalha essas noções em seus textos.

Januário da Cunha inicia seu relatório mostrando que:

Um anno apenas se tem passado da fundação d’este Instituto Historico e Geográfico Brasileiro, e já temos, Senhores, que apresentar ao publico, em cumprimento dos nossos estatutos, alguns trabalhos que postos não sejam completos, são todavia esperançosos desenvolvimento do largo plano litterario, a que nos compromettemos. As difficuldades, que pareciam em principio embaraçar a progressiva marcha d’este tão novo, quanto necessário estabelecimento, vão se aplainando por um modo, que bem mostra que a importancia dos nossos trabalhos merece a geral approvação dos amigos da gloria nacional. Apenas se annunciou que era o fim das nossas litterarias tarefas reunir em só foco as luzes historicas e geographicas, derramadas por todo imperio, para assim prepararmos os elementos necessarios á historia do Brazil: apenas se ouviu que iamos arrancar á voracidade dos annos, e ao desprezo da ignorancia os nomes e feitos de tantos Brasileiros, que tem honrado a patria, e que por isso devem viver em eterna lembrança,

logo de quase todas as partes do imperio nos affluiram prazenteiras felicitações, que tem assaz refocilado o nosso zelo patriotico offerecendo-se com ellas muitas memorias e documentos preciosos que principiam a enriquecer o nosso archivo historico e geographico (RIHGB nº 1, 1839, p. 212).

Nesse Relatório, Januário da Cunha irá descrever as atividades realizadas pelos membros do IHGB durante o primeiro ano de existência do Instituto. Há uma relação que é estabelecida com os de fora do Instituto que é chamado de público. Esse outro enviará felicitações e também alguns materiais ao Instituto. A oferta de obras relativas à história e a geografia do Brasil é bem vista na Associação. Por meio dessas doações todos estão contribuindo para a glória nacional.

Um ponto que nos chama atenção é o modo como Januário da Cunha nomeia as atividades já ou a serem realizadas pelo IHGB. Para o autor, o IHGB possui um “plano litterario” e suas “litterarias tarefas” são “reunir em um só foco as luzes historicas e geographicas”. De alguma maneira temos a história e a geografia sendo subordinadas ao literário. E esse literário sempre ligado a um sentimento nacionalista. As tarefas literárias do IHGB são documentar, trazer à memória fatos da história pátria e isso aponta o zelo da Instituição com a glória nacional.

Cândido (1959), em seu livro *A formação da Literatura Brasileira*, salienta que da segunda metade do século XVIII e durante o século XIX procurou-se “dotar o Brasil de uma literatura equivalente às européias, que exprimisse de maneira adequada a Sua realidade própria, ou como então como se dizia, uma literatura nacional” (p. 9). Essa tarefa fica a cargo do Romantismo. Mas o que era considerado nacional? Conforme Cândido (1959, p. 10), o nacional para uns era a celebração da pátria, para outros o indianismo, para outros, enfim, algo indefinível mas que “nos exprimisse”. O autor coloca (1959, p. 10) que o Romantismo tem como uma de suas molas o patriotismo, que se aponta ao escritor como estímulo e dever. Nos dizeres de Cândido (1959, p. 10):

Com efeito, a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas considerar as próprias obras contribuição ao progresso.

Esse modo de conceber a literatura, como um dos elementos para a grandeza da nação, é semelhante ao modo como o IHGB concebe sua prática de escrita, documentação. A produção da Revista do IHGB, que centralizará as discussões da Instituição, contribui para o progresso da Nação. Os próprios membros com suas atividades dentro do IHGB se consideram honrando a pátria. Nos discursos de fundação do IHGB, há a filiação ao Romantismo, aos ideais dessa geração que objetivava cantar as coisas da Pátria.

Cândido (1959, p. 14) aponta que o Romantismo brasileiro foi tributário do nacionalismo, embora nem todas as manifestações se enquadrassem nele,

ele foi o espírito diretor que animava a atividade geral da literatura. Nem é de espantar que assim fosse, pois sem falar da busca das traduções nacionais e o culto da história, o que se chamou em toda a Europa “despertar das nacionalidades”, em seguida ao empuxe napoleônico, encontrou expressão no Romantismo. Sobretudo nos países novos e nos que adquiriram ou tentaram adquirir independência, o nacionalismo foi manifestação de vida, exaltação afetiva, tomada de consciência, afirmação do *próprio* contra o imposto. Daí a soberania do tema local e sua decisiva importância em tais países, entre os quais nos enquadrámos. Descrever costumes, paisagens, fatos, sentimentos carregados de sentido nacional, era libertar-se do jugo da literatura clássica, universal comum a todos, preestabelecida, demasiado abstrata – afirmando em contraposição o concreto, espontâneo (sic), característico, particular.

É essa prática que vemos no IHGB. O nacionalismo representa dar vida ao passado, aos brasileiros já esquecidos. É a ideia nacionalista que estará sempre presente como memória nos discursos do IHGB. Descrever fatos, paisagens, sujeitos sempre exaltando e glorificando a Pátria, esse é o “verdadeiro” gesto patriótico do brasileiro que diz amar sua pátria. Esse sentimento patriótico estará presente em todo o discurso de Januário da Cunha.

Voltemos ao Relatório de Januário da Cunha. Na continuidade, ele ressalta a aceitação da opinião pública em relação aos trabalhos empreendidos pelo IHGB. Após isso expõe um pedido feito ao governo Imperial. Vejamos (RIHGB nº 1, 1839, p. 213):

Convencidos da necessidade de colhermos noticias e documentos importantes á nossa historia e que hoje só se podem encontrar nos tombos e archivos da Europa, o Instituto, na impossibilidade de emprender por si tão necessaria colheita, dirigiu-se ao governo, requerendo lhe applicasse um dos addidos ás legações do Brazil em copiar nos depósitos públicos de Portugal e de Hespanha, aquelles escriptos, que possam dar á nossa historia e geographia, recommendando igualmente nos encarregados de negocios na Europa o facilitar a execução de tão util empreza.

Aqui, há uma relação de aliança estabelecida entre o IHGB e o governo imperial. Pede-se a este um auxílio para realizar determinadas práticas de arquivo. Além disso, as relações se dão entre países, por isso do Governo Imperial intervir no IHGB a pedido do próprio Instituto. Ademais, o governo imperial também auxilia, após “súplicas”, financeiramente o IHGB, já que a receita do IHGB é proveniente em parte de doações. Temos um discurso econômico permeando essas relações institucionais. Observemos um trecho:

Accresce que a assemblea geral legislativa, attendendo benignamento ás nossas supplicas, e convencido da importancia da nossa associação, acaba de votar um não pequeno subsídio pecuniário, visto que os nossos fundos, só provenientes de joias e mezadas de seus sócios, não se proporcionavam ás despesas de interessantes publicações, compra de livros, mappas e manuscriptos, que nos são indispensaveis (RIHGB nº 1, 1839, p. 213).

No decorrer de seu relatório, Januário da Cunha retoma a relação com o governo imperial, mas agora individualizando-o na figura do Imperador. O Imperador D. Pedro II ocupa um lugar de destaque na Associação. Além de doar obras, contribui para a discussão de temas relativos à história e geografia do Brasil. No interior do Instituto, D. Pedro II é visto como protetor das ciências e das letras e por isso os membros do IHGB “escreverão seu nome na historia da Patria”. Contudo, essa escrita só será produzida porque D. Pedro II honra a Terra de Santa Cruz. Comparado aos príncipes de outras nações que auxiliaram no desenvolvimento das ciências, D. Pedro II surge como um sujeito que auxilia na “ilustração” de seu povo, nesse caso a elite brasileira. Nos dizeres de Januário da Cunha (RIHGB nº 1, 1839, p. 213-214):

(...) Este assignalado favor tem sido ainda accrescentado, não só com cópia de alguns preciosos manuscritos da sua Imperial bibliotheca, como tambem com a concessão hoje de uma sala do seu mesmo paço, em que celebramos a primeira sessão anniversaria do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. A nossa litteraria associação, sensível a tanta honra, achará sempre na recordação d'estes grandes favores, motivos bem justos para desempenhar fielmente os gloriosos fins a que se endereça por seus Estatutos. A França, a Italia e Portugal, que tanto deveram aos Medicis, a Luiz XVI e a D. José I, declarados protectores das sciencias e das lettras, talvez tenham em proximo futuro o Brazil como companheiro de sua justa gratidão. O nome do Senhor D. Pedro II será com gloria accrescentado ao dos grandes principes que tem promovido a illustração de seus povos. A historia agradecida a tão Augusta Protecção, empenhará sua penna em eternisar em paginas indeléveis o nome e os feitos do Monarcha, que a honra na Terra de Santa Cruz. Os benefícios que do throno se diffundem sobre os litteratos reunidos em utilidade publica, accenderam luzes, que abrilhatam os principes que o protegem.

Após discorrer sobre o Imperador, Januário da Cunha salienta as associações com as quais o IHGB abriu correspondência e lista também as obras ofertadas ao Instituto. Algumas dessas obras serão publicadas na RIHGB e outras somente constituirão o arquivo do Instituto. Januário da Cunha aponta os méritos de uma instituição como o IHGB para a sociedade brasileira e agradece ao público pela aceitação ao IHGB, já que o Instituto será um dos responsáveis a “difundir as luzes” da história do Brasil.

No final de seu relatório, Januário da Cunha traz uma distinção entre a literatura e a política e aponta qual é a contribuição das letras para uma nação. Notemos:

[O IHGB] Agradece por fim a todos os litteratos brasileiros por sua prompta coadjuvação e não equivocac demonstrações de sua approvação, tem refutado a opinião de certas pessoas que julgavam incapaz de medrar na Terra de Santa Cruz um estabelecimento litterario de tal natureza, sem attenderem que o espirito brasileiro se tem distinguido sempre pela litteratura, e que a política não póde ser por muitos tempos, o estudo dominante da nossa talentosa juventude. A exaltação de idéas que ella soffrêra pelos acontecimentos da nossa Independência, da nossa liberdade e da nossa fundação constitucional representativa, parece que já toca o ensejo em que esfriam as fogosas paixões politicas, restabelecendo-se essa natural tranquillidade de espirito em que se concebem idéas luminosas que adiatam a marcha das sciencias e das artes, inimigas sempre de commoções revolucionarias. As letras tem felicitado as nações em que floresceram, porque os costumes públicos então se melhoram, e porque a experiência do passado recomendada nas paginas da historia offerece sufficientes esclarecimentos ao presente e ao futuro. Se os homens de Estado, que tem a seu cargo a direção dos negocios da patria, não se podem dispensar dos conhecimentos historicos e geographicos do seu paiz, tambem aqueles que em administrações subalternas se esforçam por cumprir honrosamente os deveres inherentes a seus cargos, devem ser illustrados por esses conhecimentos. A historia e a geographia do paiz necessitavam em nossa patria de serem explucadas por um modo que aproveitassem a todos os brasileiros. O Instituto tomou a seu cargo essa importante tarefa; e cheio de ufanía pelo bom conceito que geralmente tem merecido, confiado zelo e sabedoria de todos os seus membros; nos auxílios do Governo Imperial e da Camaras Legislativas, na honra com que o tratam os

ministros e sábios estrangeiros e finalmente na benignidade e reconhecimento amor das letras de todos os Brasileiros, protesta caminhar desveladamente a seus fins, e apresentar-vos em outras sessões anniversarias trabalhos mais completos que satisfaçam a vossa justa espectação, dizendo hoje, em sua desculpa, com um dos sábios da antiguidade, que no exercicio de suas litterarias tarefas ganhará forças para o glorioso desempenho das obrigações a que se submettêra, em honra e gloria das letras e do Imperio do Brasil: *Vires acquirit eundo* (RIHGB nº 1, 1839, p. 220-221).

Januário da Cunha aponta nesse trecho final que “o espirito brasileiro se tem distinguido pela litteratura” e não pela política e que esta não deve ser o foco dos estudos da juventude brasileira e sim a literatura. Aqui, vê-se a forte relação de Januário da Cunha com o movimento romântico que busca exaltar a pátria por meio das letras e não por disputas partidárias. O Brasil, pós-independência, nos dizeres de Cunha, é um país em que as ideias luminosas desenvolvem as ciências e as artes. Há o estabelecimento de uma divisão entre os campos do saber/poder. Januário da Cunha valoriza as letras para a constituição da história de um país e para a administração deste. Mais uma vez se valoriza o IHGB e suas literárias tarefas em honra da pátria. Januário da Cunha encerra seu texto com uma frase de Virgílio do livro *Eneida* que traduzida é: (A fama) ganha forças à medida que caminha. Essa citação resume as metas do IHGB: ganhar fama nacional e internacional à medida que desenvolve seus trabalhos patrióticos em prol da glória nacional.

Assim, constituem os discursos da RIHGB nº 1. Um discurso patriótico filiado ao nacionalismo romântico que exalta a pátria brasileira. Podemos notar que alguns pontos são recorrentes em todos os textos de abertura do IHGB. Falar sobre as grandezas, os méritos do Instituto é um modo de legitimar a instituição que está dando seus primeiros passos no século XIX. Apontar a figura do Imperador é marcar uma relação forte com o poder político da época. Todos os membros, como vimos, possuem uma relação com o governo Imperial. No IHGB, podemos notar os diversos poderes convivendo. Fundar o IHGB no século XIX significa também fundar uma Nação, um dizer nacional, um dizer que una as províncias do



Brasil. Nesse gesto patriótico, os dizeres também deverão inserir-se nessa formação discursiva, que exalta a Pátria, o Imperador e o IHGB.

Passemos agora aos dizeres dos historiadores.

## **2. Os historiadores analisando o IHGB e sua Revista**

Nosso objetivo, nesta parte, é analisar o modo como os historiadores construíram um discurso sobre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sobre a publicação da RIHGB. Basear-nos-emos nos seguintes trabalhos: Faria (1965), Guimarães (1988), Schwarcz (1989, 1993), Guimarães e Holten (1994), Guimarães (1995), Sánchez (2003)<sup>12</sup>. Esses trabalhos foram escolhidos, em virtude de sua grande representatividade nos estudos sobre o IHGB e sua Revista. O trabalho de Faria (1965) é publicado na Revista do IHGB. A autora busca analisar a participação de brasileiros no Instituto Histórico de Paris. O estudo de Guimarães (1988) mostra o modo como o IHGB formula uma história do Brasil. Para o autor, no IHGB, pode-se notar a constituição de projeto historiográfico brasileiro. Os trabalhos de Schwarcz (1989, 1993) analisam o IHGB em relação à produção de uma história oficial. A autora faz uma comparação entre o IHGB, o Instituto Histórico de São Paulo e o Instituto Histórico de Pernambuco. Nessa comparação, podem-se perceber as semelhanças e as especificidades de cada Instituto. Guimarães e Holten (1994) estudam a relação do IHGB com a Sociedade dos Antiquários do Norte. As autoras buscam mostrar em que se assemelham e em que se diferenciam a prática de documentação dessas duas instituições. O trabalho de Guimarães (1995) foi publicado na Revista do IHGB. Ele é resultado de sua tese de doutorado em que analisava a constituição do IHGB, seus dizeres iniciais. Por fim, o trabalho de Sánchez (2003)

---

<sup>12</sup> O trabalho de Sánchez não é da área de história e sim de literatura. Ele nos interessa aqui pelo estudo minucioso que o autor faz sobre a RIHGB.

busca analisar a constituição de uma sociedade letrada no IHGB. O autor analisa minuciosamente a estrutura da revista, relaciona os principais escritores do IHGB, os brasileiros que possuíram uma biografia feita pelo Instituto. Aponta em quais tipografias a Revista do IHGB foi produzida, analisa os emblemas que aparecem nas capas. Buscaremos analisar de que maneira os historiadores analisam o IHGB e sua publicação trimestral.

Falar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é discorrer de algum modo sobre a organização, a sistematização de um saber sobre o Brasil. Essa instituição foi fundada em 1838 com a finalidade de “colligir e methodisar os documentos historicos e geographicos interessantes á história do Brazil” (RIHGB, tomo 1, 1839, p. 6). A SAIN, no ato de fundação do IHGB, reconhecia a falta de uma sociedade na corte imperial capaz de “centralisar immensos documentos preciosos, ora espalhados pelas provincias, e que podem servir á história e geographia do Imperio, tão difficil por falta de um tomo ou promptuario de que se possam aproveitar nossos escriptores” (RIHGB, tomo 1, 1839, p. 5-6). Podemos notar que a meta do IHGB era documentar/arquivar materiais referentes ao Brasil. Nas revistas, podemos perceber que são estabelecidos direcionamentos para essa prática de documentação. Nesse gesto de documentação, a Revista do IHGB formula-se com o objetivo de construir um arquivo que possa ser “aproveitado” pelos escritores da história e da geografia do Brasil.

Em Murasse (2007), salienta-se a contribuição da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional para a educação no século XIX. Nesse texto, apresenta-se a forte relação da SAIN com a constituição de uma noção de educação. Essa instituição buscou e teve como preocupação a instrução do cidadão brasileiro na sociedade agrícola do período Imperial. Para isso, elaborou um periódico mensal *O Auxiliador da Indústria Nacional* que “abordava as mais variadas questões de economia rural bem como de indústria agrícola, manufatureira e mercantil e ensinava aos homens industriais as noções elementares de ciências para aplicar nos processos produtivos e desse modo obter maior soma de produtos” (Murasse, 2007, p. 1).

Além disso, a própria fundação do Instituto Histórico e Geográfico marca a preocupação da SAIN com a constituição de uma sociedade letrada no Brasil. Podemos notar que a produção de conhecimento nessa época estava marcada pelo ensino de uma prática. Os periódicos e as revistas “ensinavam” aos homens as noções de ciências, de história, de geografia.

Na RIHGB (tomo 1, 1839, p. 110), no artigo *Lembrança do que devem procurar os socios do Instituto Histórico, para remetterem à sociedade central do Rio de Janeiro*, de Januario da Cunha Barbosa, há uma parte dedicada à SAIN. Nessa parte, podemos perceber como se constitui a imagem dessa instituição e ademais notar o que significa falar de indústria no início do século XIX. Indústria, nesse período, está relacionada à agricultura, à pecuária, aos estudos sobre as terras do Brasil:

[Os sócios devem enviar a SAIN]

8°. Notícias sobre a agricultura mais particular do paiz, sobre seu progresso ou decadência; sobre novas descobertas, e melhoramentos de processos, sobre productos preciosos e raros; sobre o tempo das plantações e colheitas, sobre os fructos de commercio ou de consumo; sobre a criação e cruzamento de gados, sobre colmêas e cera vegetal (RIHGB, n°1, 1839, p.110).

São o militar Raimundo José da Cunha Mattos e o cônego Januário da Cunha Barbosa que desenvolveram um projeto de um instituto histórico. Eles eram membros também do Instituto Histórico de Paris. Guimarães (1988, p. 13) aponta que a tradição do IHGB pode ser vinculada “não só em termos de sua concepção historiográfica, como também em termos da forma específica de sociabilidade” às sociedades estamentais, mais precisamente, ao *Institut Historique de Paris* (IHP). Nos diz o autor (1988, p. 13): “Os contatos entre as duas instituições estendiam-se ainda à troca de publicações e correspondência, e à abertura de espaço na revista do instituto parisiense para o tratamento de temas e veiculação de notícias relativas ao Brasil”. Ainda nos dizeres de Guimarães (1988, p. 14): “podemos pensar o *Institut Historique de Paris* como fornecedor dos parâmetros de trabalho historiográfico ao IHGB, e instância legitimadora, cuja chancela poderia dar um peso relevante e destaque a uma história

nacional em construção, como a brasileira”. Ressalta Guimarães (2002, p. 192) que o projeto do IHP era constituir uma história de caráter universalista e por isso a instituição deveria construir uma rede internacional com sociedades congêneres de “forma a viabilizar esta escrita de uma história com pretensões verdadeiramente universais”. Como parte desse projeto pode-se compreender o interesse do IHP em manter relações com o IHGB “a partir de sua fundação, que passava assim a integrar uma vasta rede de associações culturais e de membros correspondentes espalhados pelo mundo” (Guimarães, 2002, p. 192). Embora o IHP tenha sido fornecedor dos parâmetros de trabalho historiográfico do IHGB, podemos notar que as concepções de história diferem entre as duas instituições. Enquanto o IHP pretendia constituir uma história universalista, o IHGB pretendia coletar materiais que servissem para a construção de uma história nacional, que descrevesse o Brasil enquanto uma unidade nacional, mas que também discorresse sobre a autonomia de suas províncias. As relações com as outras instituições, no IHGB, são estabelecidas com o objetivo de conseguir documentos sobre o Brasil que estão arquivados nessas instituições. O interesse do IHGB é “resgatar” documentos interessantes ao IHGB e à história e geografia do Brasil.

Faria (1965) também salienta a presença de brasileiros no Instituto Histórico de Paris. Argumenta a autora (1965, p. 106) que entre 1834 e 1856 encontra-se no *Journal de l'Institut Historique*, no *Investigateur* e nas atas das sessões da sociedade referência a 48 brasileiros, “admitidos como membros e cuja participação, maior ou menor, nas atividades do Instituto Histórico, constitui uma presença brasileira, coerente e contínua durante quase 15 anos”. Para a autora (1965, p. 106), essa participação pode ser dividida em duas fases distintas: (i) a da década de 30 – “a mais importante” – em que se pode encontrar a participação de poetas, diplomatas, escritores; (ii) a da década de 40, formada por personalidades “menos notáveis” caracterizando-se como um grupo heterogêneo, mas em que predominavam os homens públicos.

Foi Eugène Garay de Monglave o responsável por levar os brasileiros ao IHP. Faria (1965, p. 106-107) aponta que Monglave foi o principal divulgador da cultura brasileira no Instituto de Paris. Após sua demissão, a participação dos membros brasileiros diminuiu até desaparecer por completo:

Entusiasta das coisas brasileiras, [Monglave] acolheu com distinção tudo o que dizia respeito ao Brasil (e a Portugal), comentou nossos livros, corrigiu informações erradas, deu cursos de literatura portuguesa e brasileira e, finalmente, conduziu ao Instituto Histórico grande número de brasileiros. Ele próprio se encarregou de apresentar muitos deles, estimulando, em todos os sentidos, a aproximação dos dois países. Depois de sua demissão do cargo que ocupava na agremiação, os brasileiros cessam quase que por completo de ser mencionados no *Investigateur* e a presença brasileira no Instituto Histórico pouco a pouco desaparece (FARIA, 1965, p. 106-107).

Podemos notar por essa citação como Faria (1965) valoriza o papel de Monglave. A esse autor é permitido “comentar nossos livros”, “corrigir informações erradas” sobre a nossa história. Temos aqui um discurso do colonizador, ele sanciona o que é certo em relação à história do Brasil e também de Portugal. Há uma relação estabelecida com o de fora (francês), que por esses dizeres, é mais legitimado que o próprio brasileiro.

Faria (1965, p. 119) expõe que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sempre recebeu as “mais vivas manifestações de interesse e simpatia” do IHP. O IHGB era visto como uma espécie de “irmã mais nova” do IHP, como uma instituição que deveria ser lembrada nos discursos do Instituto Histórico de Paris,

Seja porque os brasileiros, por seu lado, se empenharam em filiar-se fielmente ao Instituto Histórico de Paris, enviando-lhe estatutos, diplomas, notícias, etc., seja porque realmente as relações entre colegas franceses e brasileiros era das mais amistosas, incluindo mesmo casos de velhas amizades pessoais, nenhum outro Instituto estrangeiro recebeu tantas atenções como o nosso (FARIA, 1965, p. 119).

Aqui, podemos notar como as relações entre as instituições se dão. São salientados tantos os aspectos acadêmicos como os aspectos pessoais. O que podemos perceber é que ao

se falar sobre o IHGB e as instituições com as quais ele teve contato, na maioria das vezes, os historiadores apontam como no IHGB os critérios são flexíveis. Para fazer parte das instituições que detêm o poder de “escrever” uma história o sujeito tem que ser ao mesmo intelectual e manter relações sociais, pessoais com os outros sujeitos com os quais convive, seja nas sociedades internacionais, seja no IHGB.

Contudo, salienta Faria que o IHP teve para os brasileiros um “papel eminentemente decorativo”. Argumenta a autora (1965, p. 120) que apesar da projeção da maioria dos membros brasileiros na vida nacional, o Instituto foi mal conhecido no Brasil. “Muitos deles devem ter sido impelidos mais pelo desejo de se enriquecer com um título, do que por curiosidade intelectual sincera, arrastados antes pelo espírito de bacharelismo, comum na época” (Faria, 1965, p. 120). Nos perguntamos diante desse dizer de Faria: a quem autora se refere? Aos membros da década de 30, “os mais importantes”, ou aos membros da década de 40, “os menos importantes”? Esse bacharelismo é comum a que sujeitos? A todos os membros do IHGB? Porque afinal a maioria desses membros ocupava cargos públicos no governo Imperial. Para nós, as relações no interior do IHGB são heterogêneas. Na constituição do que é ser intelectual no século XIX, todo tipo de critério é considerado: o econômico, o social, o político, o religioso. Defende a autora (1965, p. 123), diante desse quadro, que o Instituto Histórico de Paris, porém, exerceu influência na cultura brasileira e contribuiu para o “afrancesamento de nosso país no século XIX”.

Guimarães e Holten (1994, p. 3) mostram que o IHGB surgiu em momentos de crise institucional, em situações de redefinição nacional. “No Brasil, havia a necessidade de construir uma memória nacional, que minimizasse um legado colonial desagregador e fosse capaz de contribuir para a união das províncias do Império”. Ainda, conforme as autoras (1994, p. 3):

O império brasileiro, independente de Portugal desde 1822, dava os seus primeiros passos, atravessando uma conjuntura adversa, governado por regentes, desde a abdicação do Pedro I em 1831. Neste contexto, a fundação do Instituto deve ser entendida como um acontecimento político e cultural da maior relevância, capaz de contribuir tanto para a preservação da unidade nacional, quanto para o fortalecimento do regime.

Mais uma vez aqui é ressaltado o papel do IHGB como uma instituição centralizadora que almejava a unidade da Nação, embora preservasse também a autonomia das províncias, que objetivava de qualquer forma definir o que é nação, que esperava e tinha como meta fixa a construção de uma “memória nacional”. Para nós, como já mostramos na parte anterior do trabalho, o objetivo do IHGB não era construir uma história do Brasil, mas sim coligir documentos que servissem para a construção dessa história. Vemos no IHGB uma memória de arquivo, vemos na Instituição a documentação de uma história/geografia brasileira, a preservação de discursos sobre o Brasil.

Guimarães (1995) aponta que a meta do IHGB era dotar o país, recém-independente, de “um passado adequado às pretensões da monarquia instaurada”. Havia a exclusão deliberada, nos textos do IHGB, de insurreições, traumas e conflitos. Quando esses fatos históricos eram documentados, eles “eram atribuídos à mocidade do País, aos arroubos da juventude” (p. 602). Ainda nas palavras da autora (p. 602):

Atravessados os anos rebeldes da adolescência, o Estado brasileiro, segundo os registros dos integrantes do Instituto, teria chegado à idade adulta numa condição privilegiada. A paz fora garantida e a unidade das províncias preservada. A turbulência política e a fragmentação das repúblicas vizinhas, sucessoras das antigas colônias espanholas, passaram ao largo da Terra de Santa Cruz. O “Príncipe Perfeito”, pupilo predileto dos fundadores da “Casa”, cumpria o seu papel de monarca conciliador e amante das letras.

Podemos perceber por esse trecho um discurso evolucionista. O IHGB, assim como o Brasil, no início adolescente, ainda sem malícia suficiente para ser capaz de “dotar” o Brasil e a Instituição em si de um “passado adequado” aos desejos do Imperador (português/brasileiro). Com o passar do tempo, adulto, tanto o país como a Instituição. Todos

cumprem a sua função, “garantir a paz”, claro que com o Imperador, D. Pedro II, na posição de comando, de conciliador.

Como ressalta Schwarcz (1993, p. 135), o perfil “homogêneo” dos membros do IHGB “camufla” realidades diversas. Em seus discursos nota-se a forte relação, já apontada por outros historiadores, com o poder Imperial e com os dizeres de uma elite classista – oriunda das elites rurais. Guimarães (1995, p. 480), em uma análise minuciosa da estrutura interna e dos membros do IHGB, aponta que “ao contrário do que tradicionalmente se supõe, verificamos que não existiam figuras oriundas da aristocracia rural. Predominavam, no grupo, os indivíduos de origem urbana, descendentes de militares e de funcionários públicos”. Tem nesses discursos duas discursividades: uma rural e uma urbana. Para nós, a maioria dos membros do IHGB tem uma vida na cidade, desempenhando, como aponta bem Guimarães (1995) cargos públicos (militar, cônego, engenheiro etc). A maior parte da vida dos membros do IHGB é dedicado ao IHGB e as atenções se voltam para o discurso urbano, de constituição das cidades, dos espaços territoriais.

Argumenta Schwarcz (1993, p. 135) que com a fundação do IHGB, busca-se centralizar o poder e todas as discussões em torno de uma história sobre uma nação em formação:

Com relação ao IHGB, toda a produção intelectual esteve profundamente associada ao Estado Imperial, entendido como “a causa última da unidade política do país contra o espírito maligno da anarquia” (RIHGB, 1840, p. 505). Nascido em meio a uma conjuntura em que se luta pela preservação da soberania do país o IHGB identificou-se com a política centralizadora daquele período, mantendo desde a origem a finalidade explícita de construir uma “memória nacional” em que a produção intelectual e relações de poder estivessem tão irmanada que não haveria lugar para discórdia. “Guardiões do Imperador”, os sócios do IHGB souberam garantir seu espaço no interior da nova organização política justificando a manutenção da unidade interna, causa última de um Estado “que nasceu Império” e debatia-se ante a possibilidade da dissensão.

Por esses dizeres, podemos notar que o papel do IHGB, em uma aliança com o poder Imperial, é também o de uma instituição que almeja manter a ordem da/na sociedade “contra o espírito maligno da anarquia”. Nessa instituição, a possibilidade de “discórdia” é descartada,



já que todos os “Guardiões do Imperador” estão unidos com o objetivo de construir um espaço para a divulgação de uma memória do Brasil. Schwarcz (1993, 1989) mostra como o Imperador D. Pedro II mantinha fortes relações com o IHGB – era a aliança entre o Estado e uma sociedade da corte. A autora (1993, p. 102) salienta que desde o início das atividades do IHGB, o Estado representava com seus donativos 75% do orçamento da instituição. A partir dos anos 40, D. Pedro II passa não só a auxiliar como também a frequentar as reuniões do IHGB. Nas palavras do monarca em sua última participação no Instituto: “Agradeço ao Instituto e nada mais digo porque o Instituto sabe que eu sou todo dele” (D. Pedro II). Ao qualificar os sócios como “guardiões do Imperador”, Schwarcz explicita uma relação de mão-dupla em que o IHGB sabia que D. Pedro II era “todo dele” e D. Pedro II também sabia que o IHGB era “todo dele”, afinal os membros eram os seus guardiões, os seus eleitos para coligir um saber sobre o Brasil. Guimarães (1995, p. 486) mostra que, no final do ano de 1849, o IHGB ganhou novas instalações, ficando no terceiro andar do Paço, ao lado da Capela Imperial. A partir desse momento a participação de D. Pedro II nas reuniões do IHGB é assídua: “De dezembro de 1849 até a sua partida para o exílio, [D. Pedro II] participou de 508 reuniões ordinárias, sem contar as sessões públicas de aniversário e outras comemorações” (Guimarães, 1995, p. 487). Sánchez (2003), analisando os títulos da RIHGB, mostra que os títulos expõem cada vez mais proximidade com o Imperador, assim como uma autonomia junto à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Nas palavras da autora (2003, p. 58):

O título da Revista do IHGB e suas alterações ao longo dos anos podem denunciar outras particularidades do Instituto Histórico. Se em 1839 o título faz menção à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (...) logo no ano seguinte a primazia é deslocada para outra esfera. Quando o imperador aceitou o título de protetor do Instituto, foi acrescentado ao final do título. Esta referência começa em 1840, ano da antecipação da maioridade de D. Pedro II, permanece durante todo o longo Segundo Reinado e prossegue além dele: em 1890 o título ainda traz o nome de D. Pedro II (então no exílio) demonstrando em primeira página o comprimento da instituição com o poder imperial.

Podemos notar como as relações no interior do IHGB vão sofrendo deslocamentos com o passar dos anos. Inicialmente, temos uma relação com uma indústria nacional em formação; depois, essa relação movimenta-se mais para um contexto político – relação com o Imperador. É interessante que essas relações mudam até mesmo em termos de movimento no espaço. No início, o IHGB era localizado na própria SAIN. Em seguida, passa ao Paço Imperial, ficando ao lado da Capela Imperial, fato esse que corrobora para a assiduidade de D. Pedro II nas reuniões da instituição. O IHGB divide o espaço com o poder político que se centraliza nas mãos de D. Pedro II e com o poder religioso.

Em relação aos membros do IHGB, podemos perceber, de acordo com Schwarcz (1993, p. 105), como os critérios para a seleção dos membros são “bastante elásticos”. De um lado, o intelectual (com trabalhos relacionados à história, à geografia e à etnografia), de outro, o econômico (presente de valor, doações). A instituição, em sua constituição, cumpria diferentes papéis: “para alguns significava um local de projeção intelectual, para outros um espaço de promoção pessoal” (Schwarcz, 1993, p. 105).

Guimarães (1995, p. 484), diferentemente de Schwarcz (1993), defende que o ingresso ao Instituto era regulamentado por normas bastante rígidas, embora houvesse ausência de critérios acadêmicos, propriamente ditos. Às vezes, para ser tornar membro do IHGB, os aspirantes tinham a necessidade de uma indicação bem “apadrinhada”. Conforme Guimarães (1995, p. 484):

O aspirante a sócio deveria ter seu *curriculum vitae* apresentado por um membro efetivo, o qual se tornava responsável pela indicação. A proposta era encaminhada, de início, para a apreciação pelas comissões de História ou de Geografia, de acordo com a seção pretendida pelo candidato, que emitiam o seu parecer a respeito. Finda essa etapa, o parecer seria submetido à Mesa Diretora, que o votava em escrutínio secreto. Aprovado pela alta cúpula, o nome do futuro integrante era levado à Assembléia Geral, para que fosse referendado ou não.

Guimarães (1988, p. 10) argumenta que no IHGB a história era elaborada por uma sociedade da corte: “esta produção historiográfica escapa, assim, às regras e injunções

específicas do mundo acadêmico, cujo critério de recrutamento básico apóia-se no domínio de um certo saber específico”. O autor (1988, p. 10) aponta que a construção de uma história nacional ficará “preservada dentro dos muros da academia de tipo ilustrado, de acesso restrito, regulamentado por critérios que passam necessariamente pela teia das relações sociais e pessoais” (Guimarães, 1988, p. 10). É a história sendo produzida pela elite letrada imperial. O autor ressalta que um exame da lista dos 27 fundadores do IHGB fornece uma amostra significativa do perfil do intelectual atuante na instituição:

A maioria deles desempenha funções no aparelho de Estado, sejam aqueles que seguem a carreira da magistratura, após os estudos jurídicos, sejam os militares e burocratas que, mesmo sem os estudos universitários, profissionalizavam-se e percorriam uma carreira na média burocracia. Parte significativa destes 27 fundadores pertencia a uma geração nascida ainda em Portugal, vinda para o Brasil na esteira das transformações produzidas na Europa em virtude da invasão napoleônica à Península Ibérica. Tal experiência marcará certamente a socialização desta geração, criado nos princípios de recusa ao ideário e práticas da Revolução Francesa e de fidelidade à Casa reinante de Bragança (GUILMARÃES, 1988, p. 10).

Um ponto em comum ressaltado pelos historiadores é que as relações no interior do IHGB eram, no século XIX, relações de poder. Essas relações baseavam-se em aspectos sociais e pessoais. O academicismo da época se formava dessa maneira: regido pelo poder econômico, social e político. O político representado pela figura do Imperador, o pupilo do IHGB. Tendo o Imperador como o patrono, resta aos membros do IHGB somente a recusa ao “ideário e práticas da Revolução Francesa”. No interior do IHGB e na história do Brasil, não se matou um rei para uma elite/burguesia chegar ao poder e produzir/documentar o que lhe interessava. No Brasil, os brasileiros se aliam ao Rei/Imperador, o convidam para ajudar na coleta/metodização da história e geografia do Brasil. Nessa fidelidade à Casa de Bragança, o IHGB se firma como uma instituição que representa e legitima a história e a geografia do Brasil.

Pensar quais foram os membros do IHGB que coletaram, arquivaram documentos sobre as línguas é uma questão de interesse desse trabalho. Por meio dessa análise, será permitido

argumentar que a elaboração de um material relativo às línguas do Brasil era organizada, no decorrer do século XIX, ora por sujeitos ligados às ciências humanas (historiadores, geógrafos, literatos), ora por amantes dessas ciências (engenheiros, médicos, militares). Não tínhamos no século XIX ainda um sujeito especialista, mas sim um sujeito “polígrafo”, que falava e sabia sobre tudo.

Um modo, como já ressaltamos, de produzir/divulgar uma historiografia elaborada pela(os) elite/membros do IHGB foi a *Revista do IHGB*. A Revista tinha um público certo: os sócios do Instituto e as sociedades nacionais e internacionais com as quais o IHGB mantinha contato. A RIHGB, conforme Guimarães (1988, p. 21), constitui um “foro privilegiado” para notar o projeto historiográfico brasileiro:

Além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da Revista se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contidas – aliás, parte substancial de seu conteúdo nos primeiros tempos – de artigos, biografias e resenhas de obras (GUIMARÃES, 1988, p. 21).

De acordo com Guimarães (1988, p. 22), há três temas que mais são contemplados na Revista, chegando a ocupar 73% do volume de publicações: a problemática indígena, as viagens e explorações científicas – abordando questões de fronteiras e limites, as riquezas naturais do país – e o debate da história regional – pensando as regiões não nas suas especificidades, mas na sua relação ao conjunto nacional.

Expõe Guimarães (1988, p. 22) que trabalhos e fontes relativos à questão indígena ocupam indiscutivelmente o maior espaço da Revista, abordando os diferentes grupos, seus costumes, sua língua, assim como das diferentes experiências de catequese empreendidas e o aproveitamento do índio como força de trabalho:

A perspectiva de englobar na instituição estudos de natureza etnográfica, arqueológica e relativos às línguas dos indígenas brasileiros pode ser explicitada a partir da própria concepção

de escrita da história partilhada pelos intelectuais que a integravam. Presos ainda à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso, nossos historiadores do IHGB empenhavam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que definiam como o coroamento do processo. Neste sentido, lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, lingüísticos e etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha – a inferioridade dos indígenas existentes no território – cuja inferioridade em relação à “civilização branca” poderia ser através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada.

Schwarcz (1989, p. 19-20) aponta que a organização interna da Revista do IHGB seguia uma ordem “bastante previsível”, podendo ser dividida em três partes distintas:

*1ª Parte:* compunha-se de artigos e documentos que versavam sobre questões relevantes ao Instituto, interpretavam-se eventos históricos, textos sobre limites geográficos atentavam para os problemas territoriais; artigos referentes à etnografia indígena revelam a influência do movimento romântico local.

*2ª Parte:* constavam biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes”.

*3ª Parte:* formada por extratos das atas das sessões quinzenais, que reproduzem o cotidiano do IHGB, com suas hierarquias internas, costumes e competências.

A partir de 1864 essa estruturação da Revista se modifica, passando a ser publicada em duas partes distintas:

Para maior comodidade dos leitores será d’oravante publicada a Revista do Instituto em duas partes, compreendendo a primeira os documentos relativos ao Brazil, e a segunda os trabalhos de sócios, as actas das sessões ordinárias, os discursos do presidente, do orador e o relatório do 1º Secretario, com os documentos annexos (RIHGB, tomo 27, 1864)

Na análise das revistas, Schwarcz aponta que predominam os artigos de história “que corresponde a quase metade do material”. Os textos de geografia – 18% – referem-se às questões territoriais e de demarcação de limites. Em terceiro lugar estão as biografias – 16% – que constituem dizeres sobre os grandes vultos da história da pátria. Criam-se assim os heróis nacionais.

Conforme a proposta de Guimarães (1995, p. 509-510), os textos da Revista do IHGB podem ser divididos nas seguintes classes:

1. *Alocações*: discursos, cânticos, poemas épicos, peças de retórica em homenagem a personalidades importantes;
2. *Biografias e necrológios*: histórias de vida e elogios fúnebres;
3. *Cartas*: correspondência de sócios, de leitores em geral e da direção da *Revista*.
4. *Críticas de textos*: julgamentos de obras de caráter histórico, literário, artístico ou científico apresentadas espontaneamente por sócios.
5. *Crônicas, memórias e relatos de viagem*: narrativas do cotidiano e de experiências de vida.
6. *Estudos de etimologia*: obras que tratam da origem das palavras.
7. *Estudos de geociências*: obras de astronomia, cartografia, geografia e geologia.
8. *Estudos de heráldica*: textos dedicados ao exame de emblemas e brasões;
9. *Estudos indígenas e trabalhos de arqueologia*: vocabulários, descrições costumes indígenas e investigações sobre os habitantes primitivos do Brasil.
10. *Juízos e pareceres*: avaliações de manuscritos e de obras, elaboradas por Comissões especialmente constituídas para este fim, destinadas a julgar o mérito de manuscritos e de livros para a publicação na *Revista*, ou para integrar o acervo, respectivamente, do Arquivo e da Biblioteca do Instituto.
11. *Listas*: relações em geral, abrangendo catálogos, dicionários topográficos e corográficos, índices, inventários, mapas estatísticos;
12. *Memórias históricas*: dissertações sobre um tema histórico.

13. *Miscelâneas*: textos contendo informações de natureza diversificada, às vezes incluíam aspectos históricos.
14. *Pesquisa de documentos*: investigações e exame de manuscritos e fontes para a História do Brasil sob a guarda de arquivos, bibliotecas, repartições públicas, mosteiros.
15. *Programas históricos*: pontos sorteados para dissertação nas sessões ordinárias do IHGB.
16. *Transcrições e traduções*: documentos oficiais, notícias e artigos de jornais; textos de autores estranhos ao quadro social do IHGB selecionados ou traduzidos por sócios.

Sánchez (2003, p. 119) aponta que a primeira fase da Revista (1839-1863) é marcada pela instabilidade até mesmo por ser um período inicial da publicação:

O título é bastante modificado, a Revista é impressa em sete tipografias diferentes (enquanto que na segunda fase apenas em três), as vinhetas também se alteram várias vezes. Outra mostra da instabilidade é a hesitação a respeito de uma numeração: entre 1839 e 1856 ela atravessa três séries, com a numeração sendo bastante alterada.

A partir de 1856, podemos perceber um momento de transição para a segunda fase. É nesse momento que o Instituto tem seu subsídio significativamente aumentado e começa um período um pouco mais estável, inclusive com a reedição de tomos que estavam esgotados.

Em 1864 um novo período começa: a Revista do IHGB passa a manter uma série de características praticamente sem alterações. A sua aparência se mantém mais fixa, o título sofre poucas alterações, apenas uma vinheta é utilizada até 1888 e a Revista é impressa em poucas tipografias (SÁNCHEZ, 2003, p. 119).

Buscamos mostrar nessa parte como os historiadores analisam o IHGB. Para uns o IHGB é um espaço de construção da história nacional, para outros o IHGB produzirá um dizer oficial sobre o Brasil que não poderá ser contestado. Nas análises desses trabalhos, pudemos perceber o modo como o IHGB vai se significando no século XIX e contribuindo para um fortalecimento da própria Nação. Ao se fortalecer como Instituição, o IHGB também produz o

fortalecimento do Brasil. O IHGB dará unidade ao Brasil, centralizará o debate sobre as questões de história e geografia.

Ao falar sobre a Revista do IHGB, os historiadores a dividem de maneira distinta. Para uns, a maioria do material produzido/documentado foi relativo à história e às biografias de brasileiros ilustres. Para outros, há diversos tipos de textos sendo documentados no IHGB. Desde atas até grandes dicionários.

As análises dos historiadores nos permitiram refletir sobre o Brasil do século XIX e o modo como essa instituição foi sendo significada naquele período e como ela é lida atualmente no campo da história. Essas análises contribuirão para apontarmos os deslocamentos que uma leitura discursiva produz na análise desse material documentado na Revista do IHGB.



### **CAPÍTULO III: O SABER LINGUÍSTICO NA REVISTA DO IHGB**

---

Neste capítulo, analisaremos a construção de um saber linguístico na RIHGB. Pretendemos, para essa análise, considerar os seguintes elementos: as línguas, as obras – documentadas na revista – os autores – que escrevem ou documentam estudos na RIHGB – e os conceitos e teorias – que permeiam os estudos sobre um saber linguístico brasileiro na RIHGB. Para tanto necessário se faz delimitar nosso corpus de análise.

Quando iniciamos um trabalho da perspectiva discursiva o contato com o material de análise é uma das etapas mais importantes, pois é a partir desse contato que podemos formular as questões a serem trabalhadas, podemos dizer o que faz e o que não faz parte de nosso *corpus* de análise. Em AD, para a delimitação do *corpus* não seguimos critérios empíricos, mas sim teóricos. De acordo com Orlandi (1998, p. 10), “Esse material [*corpus*] se organiza em função de um princípio teórico, segundo o qual a relação entre o linguístico e o discursivo não é automática, não havendo biunivocidade entre marcas lingüísticas e os processos discursivos de que são o traço (as pistas)”. Ao analisar os discursos, portanto, concebe-se um lugar para a descrição das sistematicidades linguísticas, isto é, busca-se descrever o modo como o linguístico aparece no discurso. Além disso, o que analisamos é o estado de um processo discursivo. Há assim, a passagem entre a superfície linguística (o material de linguagem bruto) e o objeto discursivo – *corpus* já de-superficializado. Essa de-superficialização ocorre na análise da materialidade linguística, isto é, na análise do como se diz, de quem diz, em que circunstâncias. Conforme ressalta Orlandi (1998, p. 15), a construção do *corpus* e da análise caminham juntas, são simultâneas: “a constituição do corpus já é a análise, pois é pelos procedimentos analíticos que podemos dizer o que faz parte e o que não faz parte do corpus”.

Para delimitarmos o modo como o *saber linguístico* aparece nos discursos da RIHGB, inicialmente, efetuamos uma leitura/análise de todas as Revistas do IHGB de 1839 a 1889 (em

nossa periodização, 52 tomos). A metodologia empreendida em nossas análises foi uma leitura de arquivo, isto é, realizamos uma leitura de toda a produção da Revista do IHGB concernente ao período imperial brasileiro. É importante ressaltar que inicialmente nossa leitura foi *in-loco* (no próprio IHGB). Essa leitura não foi uma leitura informatizada, pois no início de nossa pesquisa o IHGB ainda não dispunha de uma versão digitalizada de suas revistas<sup>13</sup>. Após esse contato com a revista, adquirimos nosso material de análise. Como etapa seguinte da nossa metodologia, iniciamos a compreensão das RIHGB. Com base na compreensão das revistas pudemos estabelecer domínios do corpus em que notamos como o saber linguístico vai participando da formulação dos textos publicados na RIHGB. Os domínios, estabelecidos a partir do gesto de interpretação das revistas, foram:

- **Domínio da Letra**
- **Domínio da Palavra (Histórico/Etimológico)**
- **Domínio do Comentário Linguístico**
- **Domínio dos Instrumentos Linguísticos**

Para análise e categorização dos textos documentados na RIHGB, estamos considerando os *títulos*, os *objetos*<sup>14</sup> (descritos) e os *objetivos* dos textos. Assim, os textos no *Domínio da Letra* refletem sobre a distinção entre letra e som e buscam estabelecer uma representação ortográfica para os sons das línguas. No *Domínio da Palavra*, trabalha-se a noção de palavra, além de delimitar a significação dos itens lexicais. Traz-se também a etimologia, objetivando indicar a origem das palavras bem como uma história do item lexical, filiando-se a um estudo documental da palavra. O *Domínio do Comentário Linguístico* é um pouco diferente dos demais. Ele se constitui no interior de textos sobre a história, a geografia e a etnografia do Brasil. Nesses textos é trazido, às vezes, algum comentário sobre as línguas do Brasil. Esses comentários versam sobre aspectos fonéticos, etimológicos e até mesmo sobre a significação

<sup>13</sup> Atualmente essa versão digital pode ser consultada no site: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php>.

<sup>14</sup> Estamos entendendo *objeto descrito* como as obras documentadas/produzidas na RIHGB.

das palavras. Em alguns momentos, também se nomeiam coisas e seres. Nesses textos, temos a construção de um saber enciclopédico. Por fim, no *Domínio dos Instrumentos Linguísticos*<sup>15</sup>, apresentam-se os instrumentos linguísticos produzidos ou coletados pela RIHGB.

Todos os textos selecionados tocam em algum desses domínios do saber linguístico. As teorias que estão permeando esses estudos publicados nas RIHGB são a *Gramática Comparada*, a *Gramática Histórica* e a *Filologia*. Nesta parte de nosso trabalho, apresentaremos primeiramente nosso corpus de análise dividido nos domínios acima explicitados. Isso se justifica uma vez que nossa pesquisa tem como objetivo refletir sobre a documentação, em termos de um saber linguístico, realizada pela RIHGB, além disso, essa organização permitirá que se compreenda o modo de produção de um saber linguístico no século XIX e que foi divulgado pela RIHGB. Ressalta-se que explicitaremos todos os textos que servem de base para estabelecermos esses domínios de estudos publicados na RIHGB. Contudo, analisaremos somente alguns textos de cada domínio para compreendermos como foram realizados basicamente os estudos linguísticos no Brasil do século XIX. Dessa maneira, faremos uma leitura das RIHGB, bem como uma análise da configuração dos domínios e dos gestos de interpretação aí subjacentes.

Passemos aos textos, organizados nos domínios:

### **Domínio da Letra**

- A Língua Geral do Amazonas e o Guarany – Observações sobre o alfabeto indígena, João Barbosa Rodrigues, 1888, p. 73-110.

### **Domínio da Palavra**

- Discurso sobre a palavra Brazil, José Silvestre Rebello, 1839, p. 232-237.
- Discurso sobre a palavra Brazil, José Silvestre Rebello, 1840, p. 622-627.

---

<sup>15</sup> Exporemos esse domínio, pensando os instrumentos linguísticos produzidos na RIHGB, no capítulo seguinte.

- Collecção de Etimologias Brasílicas, Francisco dos Prazeres Maranhão, 1846, p. 69-81.
- Questões Americanas, Joaquim Caetano da Silva, 1863, p. 269-300; 1866, p. 5-35.
- O nome da América será americano? Candido Mendes de Almeida, 1876, p. 191-210.
- Notas para a história da Patria. Quarto Artigo. Porque razão os indígenas de nosso litoral chamavam aos franceses de *mair*, e aos portugueses *peró*? Candido Mendes de Almeida, 1878, p. 71-142.
- Tradição sobre a palavra Brazil, Ricardo Gumbleyton Daunt, 1884, p. 119-120.

#### **Domínio do Comentário Linguístico**

- História dos índios cavalleiros, ou da nação Guaycurú, Francisco Rodrigues do Prado, 1839, p. 21-44.
- Extracto de um manuscripto que se conserva na Bibliotheca de S. M. o Imperador e que tem por título – Descrição Geographica da America Portuguesa, sem autor, 1839, p. 156-177.
- Thesouro descoberto no Maximo Rio Amazonas, João Daniel, 1840, p. 447-500; 1841, p. 39-52, 158-193, 282-296, 422-456.
- Memoria sobre as nações gentias que habitam o continente do Maranhão, Francisco de Paulo Ribeiro, 1841, p. 184-196.
- Qual era a condição do sexo feminino entre os indígenas do Brazil? José Joaquim Machado de Oliveira, 1842, p. 168-202.
- Observações ou notas illustrativas dos primeiros três capítulos da parte segunda do Thesouro descoberto no Rio Amazonas, Antonio Ladisláo Monteiro Baena, 1843, p. 253-287.

- Sobre os usos, costumes e linguagem dos Appiacás, e descobrimento de novas minas na Província do Mato Grosso, José da Silva Guimarães, 1844, p. 297-317.
- Parecer sobre o aldeamento dos índios uaicurus e guanás com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes, Ricardo Franco de Almeida Serra, 1845, p. 204-218.
- Artigo extraído do “Panorama”, sem indicação de autor, 1845, p. 524-533.
- Noticia raciocinada sobre as aldeãs de índios da província de S. Paulo, desde seu começo até a actualidade, José Joaquim Macedo de Oliveira, 1846, p. 204-250.
- Informação dos casamentos dos índios do Brasil, José de Anchieta, 1846, p. 252-262.
- Relatório da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos, Vitor Reinault, 1846, p. 356-375.
- As villas de Caravellas, Viçosa, Porto Alegre, de Mucury, e aos rios Mucury e Peruhipe, Hermenegildo Barboza d’Almeida, 1846, p. 425-452.
- Os orizes conquistados ou noticia da conversão dos indômitos Orizes Procazes povos habitantes e guerreiros do Sertão do Brasil, novamente reduzidos á Santa Fé Catholica e á obediencia da Coroa Portugueza, Joseph Freire de Monterroyo Mascarenhas, 1846, p. 494-520.
- Viagem e visita do sertão em o Bispado do Gram-Pará em 1762 e 1763, João de S. José, 1847, p. 43-107, 179-227, 328-378, 476-526.
- O Caramuru perante a historia, Francisco de Adolfo Varnhagen, 1848, p. 129-152.
- Memoria a respeito dos rios Raures, Branco da Conceição, de S. Joaquim, Itomas e Maxupo, Francisco José de Lacerda e Almeida, 1849, p. 106-119.

- Dissertação histórica, etnográfica e política, Ignácio Accioli de Cerqueira e Silva, 1849, p. 143-257.
- Carta ethnographica indígena, línguas, emigrações e archeologia, padrões de mármore dos primeiros descobridores, Francisco Adolfo Varnhagen, 1849, p. 366-376.
- Memoria sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da capitania de Goyaz, Luiz Antonio da Silva e Souza, 1849, p. 429-510.
- Relação Geographica Histórica do Rio Branco da America Portugueza, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, 1850, p. 200-273.
- Continuação do parecer sobre os índios uaicurus, guanás, Ricardo Franco de Almeida Serra, 1850, p. 348-395.
- Memoria histórica e documentada das aldeãs de Índios da Província do Rio de Janeiro, Joaquim Norberto de Souza Silva, 1854, p. 109-353.
- Amazonas, Antonio Gonçalves Dias, 1855, p. 5-70.
- Noticia sobre os selvagens de Mucury, Theophilo Benedicto Ottoni, 1858, p. 173-218.
- Os cayapós. Sua origem, descobrimento, accometimentos pelos mamelucos; represália, meios empregados com violência e com arma em punho para subtrair os as mattas, esses meios substituídos pelos de brandura; seus benefícios resultados; aldeamento; conclusão, Machado Vieira, 1861, p. 491-524.
- Diário da viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao Rio Paraná, Camilo Leite da Silva, 1865, p. 5-31.
- Noticia da situação de Matto Grosso e Cuyabá, estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamante, José Gonçalves da Fonseca, 1866, p. 352-390.

- Memoria e considerações sobre a população do Brasil, Henrique Jorge Rebello, 1867, p. 5-42.
- Noticia etnonologica sobre um povo que já habitou a Costa do Brasil, bem como o seu interior, antes do dilúvio universal, Carlos Rath, 1871, p. 287-292.
- Archeologia. Relíquias de uma grande tribu extinta, Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, 1876, p. 51-64.
- Estudos sobre a tribu Mundurucu, Antonio Manoel Gonçalves Tocantins, 1877, p. 73-162.
- Povoação do Brazil relativamente á origem e influencia dos primeiros povoadores portuguezes nos costumes nacionaes, José Silvestre Rebello, 1882, p. 103-120.
- Diário da viagem philosophica pela capitania de São José do Rio Negro, Alexandre Rodrigues Ferreira, 1887, p. 11-141.
- As populações indígenas e mestiças da Amazônia, José Veríssimo, 1887, p. 295-300.

Temos também alguns textos que são permeados por esses três domínios. Esses textos, vistos como tratados gramaticais, buscam falar sobre a estrutura da língua (aspectos fonéticos, ortográficos, sintáticos), a significação, a história das palavras, além de descreverem ou os indígenas ou o território nacional. São estes:

- Memoria sobre o descobrimento da Colônia de Guarapuava, Francisco das Chagas Lima, 1842, p. 43-64.
- Brasil e Oceania, Antonio Gonçalves Dias, 1867, p. 5-168, 257-541.
- Um manuscrito Guarany, Antonio de Joaquim de Macedo Soares, 1880, p. 165-190.

- Ensaio de Antropologia. Religião e raças selvagens, José Vieira Couto Magalhães, 1873, p. 359-516.
- Questões propostas sobre alguns vocábulos da língua geral brasileira, Francisco Freire Allemão, 1882, p. 351-362.

Como podemos notar pelos títulos diversos são os tipos de textos que falam sobre as línguas indígenas. Podemos perceber que há diferentes tipos textuais sendo produzidos/documentados pela RIHGB. Contudo, é necessário ressaltar que neste trabalho as diferentes tipologias textuais não fazem parte de nossas preocupações centrais. Como Orlandi (2002, p. 86), estamos considerando que o que caracteriza o discurso, “antes de tudo, não é seu tipo, é seu modo de funcionamento”. Em nosso trabalho, os diferentes textos funcionam por meio de um discurso linguístico/científico que buscam caracterizar a produção de um saber linguístico nos domínios: (i) da letra, (ii) da palavra, (iii) do comentário linguístico, (iv) dos tratados gramaticais e (v) dos instrumentos linguísticos. Para as análises dos textos, estamos operacionalizando a noção de *recorte*, ou seja, analisaremos o funcionamento discursivo dos fragmentos dos textos, buscando perceber como o recorte explicita um fragmento de uma situação discursiva inserida em um contexto sócio-histórico-ideológico.

Na RIHGB, há a publicação de um texto de Francisco Adolfo Varnhagen que consideramos como o fundador de uma discursividade que inscreverá esses trabalhos da RIHGB. O texto *Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil* (Tomo 3, 1841) apresentará um programa para o estudo das línguas indígenas do Brasil. Esse texto funda um discurso civilizador sobre o indígena na RIHGB que será retomado em vários trabalhos da RIHGB. Antes de analisarmos os textos em cada um dos domínios, gostaríamos de analisar o texto de Varnhagen e apontar as propostas que o estudioso traz em relação ao saber sobre o índio e suas línguas.



## 1. As línguas indígenas do Brasil: ciência, civilização e disciplinarização

O texto de Francisco Adolfo Varnhagen, *Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil*, foi publicado na RIHGB em 1841. Nesse texto, Varnhagen discorre sobre o porquê do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil. Inicialmente o autor traça um percurso histórico mostrando que o tema discutido não é “novo” e que já percorreu a história do Brasil desde os missionários jesuítas. A relação estabelecida entre Varnhagen e os jesuítas é uma relação de acréscimo, de deslocamento. Varnhagen traz a seu discurso os dizeres dos jesuítas para fundar uma outra discursividade:

O objeto que este só titulo lembra nada tem de novo: os missionários lhe deram a consideração conveniente e o puzeram em pratica ja ha tres seculos, e modernamente muitos escriptores tem feito despertar a necessidade do estudo das línguas indígenas como urgente em virtude da sua influencia na catequese e civilização dos Índios (RIHGB, 1841, p. 53).

Varnhagen por esse trecho apresenta o objetivo pelo qual o estudo das línguas indígenas se justifica: catequese e civilização dos indígenas. Essa finalidade de modo geral perpassará diversos textos da RIHGB durante o século XIX. O objetivo de saber a língua indígena está atrelado à dominação, à imposição da fé católica, da língua portuguesa e também à civilização.

No texto de Varnhagen, é possível ver uma passagem de uma FD religiosa pra uma FD científica. O objetivo central das propostas apresentadas por Varnhagen é a civilização dos indígenas. Orlandi (1990, p. 48), refletindo sobre a formação de um sentido para o brasileiro, coloca que esses sentidos se produzem por meio de um jogo entre formas de discursos:

a) o discurso de nossa história (nossa origem) é o discurso missionário que, por sua vez regido pelo religioso, produz entretanto uma etnografia, elidindo a história; b) por outro lado, ainda mostrando a dominância do discurso do conhecimento, o discurso sobre as línguas e sobre nomes de lugares, objetos e fatos é um discurso científico: o discurso linguístico (ORLANDI, 1990, p. 48).

No texto de Varnhagen, podemos notar como a civilização vai justificando o processo colonizador. Varnhagen aponta em seu texto a questão da proibição imposta aos jesuítas de catequizarem os índios por meio da língua indígena. Essa proibição foi feita por meio do Diretório dos Índios. Varnhagen coloca que:

E sem dúvida é, Senhores, que por tal intuito hade ser de grande auxilio á conversão do catecumeno que este ouça na sua propria língua as palavras de doçura que o devem attrahir e domar. Esta circumstancia não escapou ao sábio Concilio Tridentino, que ordenou de fazer lei o que já fora posto em pratica pelos apóstolos e pelos catequisadores de mais nomeada. E por isso impropriamente prohibiu a previsão do Conselho Ultramarino de 12 de Setembro de 1727, e depois o Directorio dos Índios do Pará, missionar nas línguas indígenas, e impor a obrigação aos parochos de pregar em portuguez (RIHGB, 1841, p. 53).

Varnhagen defende a catequização e a civilização do índio pela língua indígena. Conforme ele, para o índio soa mais “doce” ouvir a “conversão” em sua língua. Por isso a necessidade do ensino e do estudo por parte daqueles que não sabem a língua indígena.

Após esses comentários iniciais, fazendo um panorama histórico sobre o estudo das línguas indígenas, Varnhagen discorre sobre a importância “atual” e para o futuro dessas línguas:

As nossas intenções devem ir mais longe, porque devemos olhar tanto para o presente como para o futuro. É para o bem da Historia e da Geographia, e de todos os ramos da litteratura que um dia hade ter este abençoado paiz, que eu, desde já aproveitando n’esta sessão a presença de tão esclarecido auditório, ouso a bem da philologia nacional reclamar, e em quanto é tempo, o estudo das línguas indígenas que fizeram sem contestação uma pequena reacção á língua colonisadora antes de a deixar aclimatar (RIHGB, 1841, p. 54).

Traz-se ao texto de Varnhagen a questão da história, da geografia e da literatura nacional que, como indica Varnhagen, ainda está surgindo no Brasil. Para o estudioso, os estudos sobre as línguas indígenas auxiliariam na preservação da nacionalidade. Esta representada pela filologia. É para a constituição de uma “filologia nacional” que o estudioso reclama os estudos sobre as línguas indígenas. Os estudos filológicos terão uma forte relação

com os estudos desenvolvidos pela RIHGB. No texto de Varnhagen, passa-se de um discurso catequético para um discurso científico que é legitimado pela filologia e outras disciplinas que surgem no século XIX.

Em relação à filologia, Coseriu (1986, p. 12-15) coloca que:

Em sentido restrito, por filologia se entende comumente a crítica dos textos e, em sentido mais amplo, a ciência de todas as informações que se deduzem dos textos, especialmente antigos, sobre a vida, a cultura, as relações sociais e familiares, econômicas, políticas e religiosas etc, do ambiente em que os próprios textos foram escritos ou a que se referem.

Isto quer dizer que, enquanto o linguista considera geralmente os textos apenas como fatos linguísticos, como fenômenos de linguagem, ao filólogo os textos lhe interessam como documentos de cultura e de história. Neste sentido, a filologia é uma ciência auxiliar da história e da história literária, e, às vezes coincide com esta última, sobretudo se se considera uma história literária que ignore o critério estético ou que se ocupe de textos desprovidos de valor literário. Porém é também ciência auxiliar da linguística já que lhe proporciona todas aquelas informações que não se podem deduzir exclusivamente do aspecto linguístico e que, em troca, são indispensáveis para a interpretação exata desse aspecto. Assim, por exemplo, se se descobre um texto inédito, o filólogo estabelecerá sua época, julgará sua autenticidade e seu estado de adulteração, considerará suas eventuais variantes etc, e, eventualmente, deduzirá dele informação sobre a história do grupo humano em que o texto foi produzido ou ao que o mesmo se refere, enquanto o linguista, analisando o aspecto puramente linguístico, e não informativo ou documental, do texto, e levando em conta os dados que lhe proporcionou o filólogo, considerará o texto na história da língua em que está escrito e, eventualmente, no marco geral da linguagem ou, pelo menos, no marco da família linguística a que pertence a língua do texto.

A distinção pode parecer, neste caso, muito sutil e, por outro lado, há que advertir que nem sempre é efetiva já que muitas vezes o filólogo terá de recorrer aos fatos linguísticos para poder cumprir sua tarefa (por exemplo, para estabelecer a data ou a autenticidade de um texto) e, por sua parte, o linguista poderá deduzir dos fatos linguísticos dados e informações sobre a história social e cultural que o texto não proporciona explicitamente. O que quer dizer que, normalmente, a linguística é, por sua vez, ciência auxiliar da filologia e que, assim como o filólogo tem de ser um pouco linguista, o linguista tem de ser um pouco filólogo: em seus limites, linguística e filologia frequentemente se confundem. A confusão, porém, não é grave, porque não subsiste além dessa zona intermédia, próxima à linha de demarcação. Com efeito, o filólogo se ocupa, em geral, de uma só língua, enquanto o linguista tem em conta, quase sempre, o critério comparativo, o filólogo atenta para o aspecto documental dos textos; enquanto o linguista se ocupa do seu aspecto linguístico, o filólogo se ocupa normalmente, de textos com certa Antiguidade, enquanto ao linguista lhe pode interessar qualquer texto e, sobretudo, não lhe interessam apenas os textos escritos, mas também a língua falada; ao filólogo só lhe interessam os textos que lhe possam proporcionar alguma informação, enquanto ao linguista pode interessar qualquer texto em si mesmo, ainda que, eventualmente, seja desprovido de qualquer valor informativo. Por outro lado, o filólogo não se ocupa das ciências linguísticas especiais (fonética, gramática, semântica etc), enquanto o linguista não se ocupa especificamente da filologia como história política, social, cultural etc, salvo à medida que suas informações possam aclarar-lhe os fatos linguísticos. Concluindo, a filologia ainda que se baseando em textos que podem ter também interesse linguístico, se ocupa, em geral, de fatos de história, especialmente antiga e especialmente social e cultural (literária), enquanto a linguística se ocupa de fatos de língua ou melhor, de linguagem.

No interior do IHGB, podemos notar uma prática filológica que está relacionada à formação de uma história/geografia/literatura nacional. No Instituto, tem-se uma prática de documentação que busca datar um saber linguístico/histórico do Brasil. Além dessa filiação à filologia, podemos observar na RIHGB também um estudo sobre as ciências da linguagem. Há diversos estudos no domínio da fonética, da ortografia, da palavra. É o início da constituição das ciências da linguagem no Brasil. Esses estudos perpassam por um saber filológico que busca datar, historicizar a produção de um saber na RIHGB. É um estudo filológico, mas é também um estudo linguístico com a preocupação de descrever as línguas do Brasil em seus aspectos fonéticos, ortográficos, semânticos e lexicográficos.

É com o objetivo de mostrar as relações entre o presente e o passado de uma nação que se deve estudar o indígena nos dizeres de Varnhagen. O estudioso funda um discurso sobre as línguas indígenas do Brasil que se volta ao passado como uma maneira de legitimar uma prática no presente. É na articulação entre o passado e o presente que está a história de uma nação. Para Varnhagen (RIHGB, 1841, p.54):

Com effeito, se a lingua portugueza é filha tão carinhosa da latina, se teve grande affinidade com a provençal, se n'ella se encontram tantas raizes gregas, tantos vestígios arábicos, é igualmente incontestavel que no passar o Atlântico e plantar-se n'esta terra se locuplantou de vocabulos, uns deduzidos de metaphoras inspiradas pelas fortissimas impressões da natureza á imaginação ardente do portuguez, outros tomados aos indígenas, attenta a necessidade de dar representativos a novas idéas, exóticas plantas, e antes desconhecidos pássaros, peixes e animaes muitos nomes de rios, terras e até varias províncias, cidades e grande numero de povoações descendem além d'isso, ou antes effectivamente pertencem a idiomas indígenas, com a circumstancia única de serem pronunciados por línguas estrangeiras não costumadas a dobrar-se para algumas novas articulações.

Aponta-se nesse trecho a influência da língua indígena à portuguesa. Há um discurso que nega essa influência, todavia Varnhagen faz questão de apontar que há fortes relações entre as línguas. A língua indígena nomeia a fauna, a flora brasileira, ademais o espaço territorial brasileiro. Varnhagen aponta na continuidade de seu texto como se deu o contato das línguas indígenas, além de com a língua portuguesa, com a francesa, a holandesa e

modernamente com a alemã. Aqui mais uma vez sendo explicitado um passado (antigo) e um presente (moderno) para os estudos das línguas indígenas. Enquanto os portugueses, os franceses e os holandeses fazem parte de um passado, os alemães fazem parte do presente, dos estudos modernos sobre as línguas:

Os portugueses, Francezes, Hollandezes, e modernamente os Allemães, com os órgãos da voz um pouco differentes dos Índios, não sabendo pronunciar nem tendo signaes para representar certas articulações de muitas palavras, introduziram na orthographia tal confusão que tem causado já no presente embarços e trabalhos, e mais deverão causar no futuro vindo talvez a ser necessário introduzir nos nomes indígenas alguns representativos próprios de certos sons, desconhecidos na língua portugueza. Acerca de vários d'estes nomes já se levantam contestações quase só nascidas da falta de conhecimento das línguas a que elles originariamente pertencem, para deduzir etymologias, que mais ou menos sempre occupam a curiosidade dos estudiosos. O desejo de investigação, ligado aos talentos lançados no mundo para concorrerem ao aperfeiçoamento dos conhecimentos humanos, faz muitas vezes deter o espírito perante obstáculos e abrolhos, que poderia achar aplanados se não tivesse havido quem despresse circumstancias ephemeras. Tempo virá em que alguns acontecimentos contemporâneos, cujas causas e effeitos hoje seria facil conhecer, venham a ser assumptos de controvérsia, como já o são muitas nações acerca dos autocthones, principalmente as que derivam das suas línguas, que algum dia virão a ser tanto mais differentes de estudar, quanto mais tempo deixarmos correr (RIHGB, 1841, p. 54-55).

Varnhagen de certo modo faz algumas observações sobre a prática de escrita das línguas indígenas realizadas por outras nações. Estas provocariam “confusões” em termos de ortografia da língua indígena por usarem sons e letras (pronúncia e ortografia) de sua língua mãe. Mais uma vez Varnhagen aponta a necessidade de que sejam estudadas prontamente as línguas indígenas, uma vez que com o passar dos tempos mais alvo de controvérsias estas serão e talvez até desaparecerão:

Hoje é percebido que os autocthones d'este território pertenciam a uma geração, que já ia e vae decadente, e por tanto tambem a sua língua. Porém além disso a guerra dos colonisadores foi a principio tal que, como se dizia no Pará, segundo o enérgico João Daniel, tempo virá em que se não hade conhecer que côr tinham os Índios: muito menos, acrescentamos, se conhecerão as suas línguas, usos e costumes, se d'isso não se cuidar quantos antes (RIHGB, 1841, p. 55).

Para isso é necessário documentar-se as línguas indígenas, “examinar sua sintaxe”, propor sua ortografia. Varnhagen em seu texto vai indicando alguns direcionamentos para o

estudo das línguas do Brasil e questiona-se por que ainda o estudo dessas línguas não foi tão “sustentado”:

Ora, é sabido quanto esta [sintaxe das línguas indígenas] deve favorecer o conhecimento e explicação dos nomes, tanto das sciencias naturaes como geographicas. Além disso se é incontestável que se a língua portugueza está necessitada de um systema orthographico feito na razão composta da analogia com a pronuncia, e approvedo por uma associação de literato, que imponha auctoridade, também se deve reconhecer que o Brasil demanda além disso um glossário especial dos vocábulos indígenas adoptados na linguagem vulgar, afim de acabar com os chãos que a tal respeito existe. Este glossário correrá porêm o risco de ser pouco seguro toda a vez que não seja feito por indivíduos versados nas línguas dos indígenas. Outra vantagem grande que se tirará d’este estudo para se entrar no conhecimento do verdadeiro numero de nações e tribus que tem pizado no território brasileiro. Muitos nomes analysados mostraram que elles não eram mais do que differentes alcunhas dadas por diversos povos circumvizinhos quasi sempre inimigos, e é por isso que tambem quasi sempre as mesmas alcunhas são desfavoráveis ao character das nações. Não quero fazer apologia das línguas indígenas para produzir mais argumentos em favor do seu estudo ha quem d’ elle possuísse mais conhecimento do que eu facil seria mostrar que se tem algumas d’ellas muitos sons nasaes e gutturaes, e outras tem expressões vagas e que desconhecem o uso da escripta, (e como dissemos ora vão em decadência, do mesmo modo que os seus idiomas) por outro lado tambem alguns d’estes, doces e sonoros, como quasi todos os dos habitantes dos trópicos, são pela sua melodia próprios para o canto. Possuem abundancia de periphrazes que as fazem aviventadas e coloridas, e inquestionável é que as onomatopéias em que abundam devem fazer a língua propria para a poesia: se os Europeus e tambem os Americanos se dedicam ás línguas mortas, se na Europa e na Azia se mantem tantas aulas de Chim, e se estuda o Persiano, Sânscrito, o EGYPCIO, e outras línguas orientaes; se em toda a Europa há tantas aulas de Hebraico e Chaldaico, e na sua parte Meridional, especialmente Portugal, Hespanha e França se cultiva tanto o Árábico, porque razão o Brasil, porque razão toda a America hade servilmente imitar a Europa sem olhar para as línguas indígenas, que são línguas vivas que tem emprestado tantas palavras, ás línguas colonisadoras, e o que mais é que o seu estudo e ensino poderá em resultado trazer ao estado social milhares de infelizes que se matam e devoram nos matos virgens (...) Na verdade, Senhores, porque motivo esta idea tal natural não tenha sido ha mais tempo suscitada e sustentada (RIHGB, 1841, p. 56-57).

Varnhagen faz uma comparação entre diversos países que estudam línguas mortas e são considerados como exemplos a serem seguidos e o Brasil que deve olhar para as línguas indígenas antes que estas se tornem mortas, desapareçam. Para o estudo da diversidade das línguas indígenas do Brasil, Varnhagen propõe que seja elaborado um glossário. Este daria unidade às línguas indígenas. Todavia esse glossário deve ser elaborado por sujeitos que saibam as línguas indígenas. Os sujeitos, que seriam “versados” nas línguas indígenas, seriam os brasileiros, membros do IHGB, os literatos nacionais. A justificativa para esse estudo está na produção de um conhecimento relativo às tribos do Brasil: quais são? quantas? Esse

vocabulário auxiliaria também nas ciências (“naturais” e “geográficas”), bem como na constituição de uma literatura (arte, poesia) nacional relacionada à indígena. Varnhagen mostra alguns aspectos das línguas indígenas que seriam interessantes observar: os sons, a ortografia, as formas frásticas, as onomatopéias. Estas últimas como elemento constituidor da poesia em língua indígena. A todo o momento Varnhagen direciona seu trabalho aos literatos, como se estes fossem responsáveis pela produção de um saber sobre as línguas do Brasil. Na finalização desse trecho, Varnhagen aponta mais uma vez que as línguas indígenas “emprestam” palavras às línguas colonizadoras. Ele faz uma ressalva em relação a essas línguas (indígenas) não serem consideradas “sabias” como as estudadas na Europa e na Ásia. Traz em nota de rodapé alguns comentários do Padre José de Anchieta, do Padre Figueira que salientam a legitimidade das línguas indígenas. Essas línguas são representadas pelo tupi antigo, ao qual “não falta um ponto na perfeição da praxe de nomes, verbos, declinações, conjugações activas e passivas” (RIHGB, 1841, p. 57). É o tupi antigo exaltado ao patamar das línguas clássicas, de línguas que devem ser estudadas para não serem esquecidas. Mais uma vez o moderno e o antigo no discurso da RIHGB. É o “antigo”, já legitimado, que dá estatuto a um fazer científico no século XIX.

Antes de apresentar as propostas ao IHGB relativas ao estudo e ensino das línguas indígenas, Varnhagen argumenta que:

Dê pois o Brasil e toda a America, e o mais breve possível, uma prova de adhesão ao seu continente, desprezando preocupações inveteradas, e promovendo por todos os meios o estudo das línguas indígenas, pelo menos até ellas estarem bem escriptas, e haverem as sciencias e as letras conseguido as idéas luminosas que seu estudo fornecerá. E os vindouros nos agradecerão mais esta introducção, do que se apenas se lhe conservassem aulas de Hebraico, grego ou latim a que todo o tempo se poderão novamente transplantar da Europa.

Mas eu, Srs., quase prevejo que a seriedade com que trato este assumpto, que julgo transcendente, poderá trazer para mim o escarneo da geração presente, que talvez julgará as minhas idéas só nascidas do gosto da novidade. Que o julguem não me importa. Espero e tenho que estas minhas palavras viverão mais algum tempo que eu, – do que nós todos! E então os litteratos decidirão algum dia que faces deverá o escarneo ter coroadado. Por mim não deixarei de concluir, lembrando que as ordens religiosas que na Europa salvaram preciosidades litterarias, e por ventura alguma língua antiga, e que com quanto muito decadentes se conservam n’esta

America com o principal intento de servir á cathequese dos Índios, são para este fim mui próprias, e parece que a Providencia cá as reservou para serem depositarias em seu seio dos thesouros das línguas dos indígenas, como o foram outr'ora os jesuítas, que do seu estudo nos deixaram provas por escripto.

E algum dia hade a benção de Deus descer sobre os missionários que se interessarem pelo estudo d'estas línguas para a conversão dos indígenas, e fará que a duração das ordens religiosas, longe de ser precária se reforce cada vez mais: o reconhecimento da patria virá ao governo esclarecido que a tal respeito providenciar, os litteratos bemdirão a memoria de todos os que cooperarem para bem das sciencias e das letras, e a humanidade reconhecida apregorá por mil boccas o reinado bem aventurado em que tantos dos seus membros passarem a gozar dos bens inherentes á sociedade e á civilização (RIHGB, 1841, p. 60-61).

Assim finaliza-se o texto de Varnhagen, justificando o porquê da importância do estudo das línguas indígenas. Aqui Varnhagen com um gesto patriótico busca apontar os proveitos que a literatutra, vista como a representação dos estudos sobre uma nação, poderá tirar no futuro do estudo do indígena. Com esse texto Varnhagen funda uma discursividade sobre o índio que ecoará nos textos vindouros da RIHGB. Com seu texto sobre o estudo das línguas do Brasil, Varnhagen disciplinariza um estudo no interior do IHGB que se interessará pela produção de um saber sobre o índio. É um discurso fundador das disciplinas filológicas, literárias que buscam estudar as línguas indígenas para o desenvolvimento da ciência e das letras nacionais. Um conhecimento sobre as línguas do Brasil vai sendo produzido no IHGB. Vejamos as propostas de Varnhagen<sup>16</sup> (RIHGB, 1841, p. 62-63):

Sendo de evidente necessidade, para se conhecer bem o Brasil e a sua historia, que o Instituto tanto tem em vista promover, quaesquer noções especiaes relativas aos indígenas d'este território, as quaes, além de pela sua natureza serem estranhas á geographia physica e historia política, demandam aprofundado espirito e indivíduos que se votem com assiduidade, e quasi exclusivamente, a obter e juntar esclarecimentos ethnographicos acerca dos autocthones do Brasil, proponho:

Art 1º. Que no Instituto se crie uma secção de Ethnografia indígena, a qual se occupará dos nomes das nações (com a synonymia quando a houver) suas linguas e dialectos, localidades, emigrações, crenças, archeologia, usos e costumes, os meios de as civilisar, e tudo o mais tocante aos indígenas do Brasil e seus circumvisinhos comprehendendo igualmente as noções geognosticas e conjecturas geológicas que possam esclarecer a obscura historia d'este território antes do seu chamado descobrimento.

2º Esta secção será formada de dez sócios effectivos escolhidos (em duas turmas cinco da ora secção de Historia, e outros cinco da de geographia, que n'isso conviverem).

---

<sup>16</sup> Reproduzimos na íntegra as propostas, pois elas contribuem para a compreensão da fundação de uma discursividade sobre o estudo indígena no interior do IHGB. Podemos perceber por esse texto como Varnhagen vai se constituindo como um autor legitimado para dizer e propor estudos sobre o Brasil.



§Único: Os membros da referida secção logo que approvados pelo Instituto ficarão desligados das secções a que antes pertenciam.

3º Cada uma das turmas da referida secção elegerá um representante para formar a respectiva commissão especial, que desempenhará funcções análogas ás das commissões especiaes de Historia e Geographia.

4º Para se levarem a effeito as disposições do art. 2º serão acceitos para a secção de Ethnographia os sócios efectivos que espontaneamente se offerecerem e não chegando ao total o Sr. Secretario perpetuo consultará verbalmente ou por escripto outros sócios até que seja completo o numero competente.

5º Os oito membros da secção que não forem da commissão especial, se encarregarão respectivamente e dois a dois de estudar com mais especialidade das ditas nações:

§ 1º O seu numero, nome e synonymia, segundo a ortografia dos diversos auctores e igualmente tentando esboçar uma carta ethnographica.

2º Sua língua, usos e costumes. Esta secção se encarregará de um glossário dos vocábulos indígenas vulgares.

3º Das conjecturas geológicas e archeologia.

4º Suas crenças e meios de civilização e cathequese.

5º Em igualdade de circumstancias, quando concorrerem escriptos para serem publicados pelo Instituto terão primazia os que disserem respeito a esta secção.

6º Esta secção proporá além disso para cada província um membro do Instituto para seu correspondente, com as noticias que seu patriotismo os levar a communicar. Estes diversos correspondentes gozarão das honras de sócios honorários do Instituto enquanto o Instituto assentar que devem exercer tal funcção.

O texto de Varnhagen contribui para que seja criado um espaço em que uma memória nacional, dada pelo indígena, será representada na Revista do IHGB. Esse texto cria as condições para que um discurso científico sobre o índio circule nas Revistas do Instituto. O trabalho de Varnhagen constitui os sentidos para as pesquisas sobre os indígenas e suas línguas.

Consideramos esse trabalho de Varnhagen publicado no Tomo 3 da Revista do IHGB como um discurso fundador. De acordo com Orlandi (1993, p. 07), o discurso fundador não se apresenta como já definido, mas sim como uma categoria do analista a ser delimitada pelo próprio exercício da análise dos fatos que o constituem. Explicita a autora (1993, p.07), que em relação à história de um país, os discursos fundadores são discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo desse país. A tarefa do analista “é então mostrar como é que eles [discursos fundadores] se estabilizam como referência na construção da memória nacional” (1993, p. 07).

Orlandi (1993, p. 08) salienta que devemos pensar o discurso fundador “como a fala que transfigura o sem-sentido em sentido”. De acordo com a autora (1993, p. 12), os discursos fundadores são enunciados “que ecoam e reverberam efeitos de nossa história e em nosso dia-a-dia, em nossa reconstrução cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade histórica”, isto é, os discursos fundadores constituem os sujeitos e fazem com que eles adquiram uma significação. No texto de Varnhagen, os índios passam a ser considerados como algo que deve ser observado e sua língua documentada para que não se perca uma literatura nacional. Em seu trabalho é mostrado que esse estudo é em prol da “catequização” e principalmente da “civilização” desses indígenas. Aqui, há uma retomada dos discursos dos jesuítas que, conforme Varnhagen, representam um modo de documentar mesmo que com o gesto de catequizar, as línguas. A esses textos é atribuído um primeiro gesto de documentação das línguas do Brasil. Contudo, como mostra Varnhagen, esses trabalhos realizados pelos jesuítas não são suficientes, uma vez que diversas línguas estão, no século XIX, a desaparecerem por não haver o estudo. De acordo Orlandi (1993, p.13-14), uma das características do discurso fundador é:

a sua relação particular com a “filiação”. Cria uma tradição de sentidos projetando-se para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito do permanente. Instala-se irrevogavelmente. É talvez esse efeito que o identifica como fundador: a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga no entanto na memória permanente (sem limite). Produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim.

O texto de Varnhagen cria na Revista do IHGB um lugar em que se poderá organizar uma produção sobre as línguas indígenas do Brasil. Retomando alguns dizeres dos jesuítas funda uma nova discursividade que será guiada por diversos objetivos: documentar as línguas, os costumes, os usos, as crenças, os meios de civilizar e catequizar os índios. É o passado e o presente constituindo o texto de Varnhagen e fundando uma discursividade para a Revista do

IHGB. Nos textos poderemos notar um dizer que retoma um passado, documenta o presente e projeta o futuro.

Conforme Orlandi (1993, p. 24), a marca do discurso fundador é a construção do imaginário que dá forma a um país. Porém esse ritual é conflituoso. De acordo com a autora (1993, p. 24), “o discurso fundador se faz em uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, aí produzindo uma ruptura, um deslocamento”. É, por fim, o discurso fundador que identifica uma cultura, uma raça, uma nacionalidade, é ele “que instala as condições de formação de outros, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância” (Orlandi, 1993, p. 24).

Assim funciona o texto de Varnhagen. Esse texto institui regiões de sentidos sobre as línguas indígenas que inscreverá os trabalhos que serão publicados pela RIHGB. A Revista será no século XIX um lugar em que poderemos perceber a constituição de uma identidade/memória nacional. É a RIHGB que de certa maneira reconhecerá o que é nacional, patriótico, brasileiro. É a Revista um dos instrumentos que dará forma para um país ainda em formação. É nela que os sentidos sobre os índios e suas línguas circularão. Vejamos alguns deles:

## **2. Da letra ao som: que dizeres sobre os aspectos fonéticos/ortográficos são estes?**

No *Domínio da Letra*, temos somente um texto: *A Língua Geral do Amazonas e o Guarany – Observações sobre o alfabeto indígena*<sup>17</sup>. Esse texto foi elaborado por João Barbosa Rodrigues (engenheiro, naturalista, botânico brasileiro e sócio efetivo do IHGB) e publicado na RIHGB no ano de 1888 (Tomo 51).

---

<sup>17</sup> Em outros textos publicados nas RIHGB, temos também algumas observações fonéticas, contudo são somente alguns comentários esparsos. Esse estudo de J. Barbosa Rodrigues é o único na Revista em que temos a organização e a sistematização de um saber fonético/ortográfico das línguas indígenas

Conforme Sá (2001, p. 900), a inserção de João Barbosa Rodrigues no meio científico nacional vai acontecer em meio a um cenário de afirmação da ciência produzida no Brasil.

Nos dizeres da autora (2001, p. 900):

Sem qualquer expressão no meio científico, Barbosa Rodrigues apresentou no ano de 1870, uma obra sobre orquídeas brasileiras – cientificamente ilustrada por ele – que incluía descrições de inúmeras espécies novas. Para surpresa de uns e incredulidade de outros, esse desconhecido estudioso da flora brasileira vai se tornar, no decorrer dos anos, um dos cientistas de maior expressão no país e no exterior. Durante sua carreira científica (1871-1909), Barbosa Rodrigues irá se caracterizar essencialmente como um cientista polêmico, ambicioso e astuto. Autodidata, envolveu-se com temas tão diversificados como a etnografia, a linguística, a arqueologia, o indigenismo, a botânica, a química e a farmácia.

A RIHGB serviu de lugar para a promoção e divulgação dos trabalhos realizados por João Barbosa Rodrigues com os indígenas e sobre a história e geografia da região amazônica.

Um dos trabalhos sobre as línguas dos indígenas da Amazônia é esse analisado em nossa tese.

Em Ferreira e Noelli (2009), temos que João Barbosa Rodrigues sofreu grandes influências de Karl von Martius no que diz respeito à metodologia e as análises empreendidas nos trabalhos desenvolvidos pelo naturalista brasileiro. Além do naturalista alemão, João Barbosa Rodrigues também se filiou a trabalhos de alguns de seus compatriotas. Nas palavras de Ferreira e Noelli (2009):

Se as instituições influenciaram na escolha de temas de pesquisa, a sistemática e algumas teorias e ideias gerais de Karl von Martius deram a estrutura analítica e parte da metodologia da obra antropológica e arqueológica de Barbosa Rodrigues. Evidentemente percebem-se outras influências mais específicas, como Batista Caetano no tratamento das palavras indígenas e Charles Hartt na forma de apresentar a cosmologia. Hartt e Couto Magalhães também parecem ter inspirado Barbosa Rodrigues no método de coletar os dados etnográficos, valorizando a pesquisa de campo e o informante.

No decorrer de nosso trabalho, analisaremos alguns trabalhos de Batista Caetano e Couto Magalhães que foram publicados também na RIHGB. Por meio dessas análises, acreditamos ser possível perceber como um estudo linguístico foi realizado no Brasil do

século XIX e notar como certas filiações teóricas vão fazendo parte da constituição de um saber linguístico brasileiro. Mas voltemos à análise do texto de João Barbosa Rodrigues.

O objetivo geral do texto *A Língua Geral do Amazonas e o Guarany* é apresentar o alfabeto indígena e a pronúncia das letras na língua indígena (língua geral e língua guarani). Há uma relação letra e som sendo trabalhada no texto do estudioso. O texto se estrutura da seguinte maneira: há um pequeno comentário introdutório e, após, a descrição, letra por letra, do alfabeto indígena e dos sons dessas letras. Por fim, um texto em que J. Rodrigues Barbosa comenta o estudo realizado. Ao descrever a letra, os aspectos fonéticos e ortográficos são salientados.

No texto introdutório, J. Barbosa Rodrigues traz alguns trabalhos realizados por jesuítas (principalmente os trabalhos de Padre José de Anchieta) que fundamentam seus estudos sobre a língua geral do Amazonas e sobre o guarani. J. Barbosa Rodrigues apresenta como objetivo geral do seu texto o estudo do “abanheenga”, considerado por ele, uma “língua matriz”, e, além disso, faz uma comparação com os trabalhos realizados pelos jesuítas:

Na “Advertência” do *Poranduba Amazonense*, tratando das corruptelas que separam o nheengatú do guarany e do tupy escripto, disse que do beato padre José de Anchieta nasceu a corruptela do abanheenga ou língua geral primitiva, o que me parece um arrojado meu, tendo sido elle o verdadeiro mestre da língua; que deixou a sua *Arte* para servir de guia a estudos posteriores e por onde naturalmente o padre Ruiz de Montoya, e outros, guiaram para escrever seus trabalhos, e estudarem todos os missionários daquelle tempo, que eram obrigados a aprender a língua antes de se entregarem ás missões; porém ligeiramente me justificarei, mostrando agora a corruptela que veio dos mestres da língua, pondo de parte alguma influencia phonetica da prosódia indígena. Lá mostrarei a differença que há entre a linguagem dos missionários, que passam por legitima, e a corruptela que soffreu o nheengatú pela sua influencia e pela das hordas nheengaibas; aqui trato do abanheenga ou língua matriz, comparado com o que nos deixaram os jesuítas, mostrando que fieis não foram elles na conservação dessa língua, porque mais facilmente a ensinariam modificada como escreveram (RIHGB, 1888, p. 73-74).

Nesse trabalho, J. Barbosa buscará mostrar algumas corruptelas que sofreu a língua indígena, isto é, o abanheenga. Haverá uma certa tentativa de se apagar a imagem que os jesuítas falavam e ensinavam uma língua pura, sem influências. Nesse dizer inicial, J. Barbosa

Rodrigues cita as discussões em torno desse tema. Retoma um estudo por ele já realizado em que discutia o nheengatú. Como aponta J. Barbosa Rodrigues a “língua” dos missionários é vista como legítima, no interior de alguns dizeres sobre os indígenas, e as outras, não as documentadas por jesuítas, são vistas como corruptelas.

Diversas são as nomeações apresentadas no texto: abanheenga é visto como a língua primitiva, a matriz. É essa língua que dá origem as outras: nheengatú, guarani, tupi. Há aqui uma filiação com a Gramática Comparada que busca mostrar o parentesco entre as línguas. Nesse trabalho, J. Barbosa Rodrigues de certo modo constrói uma árvore genealógica das línguas indígenas do Brasil. As línguas indígenas descenderam da língua geral matriz que é o abanheenga. O autor em todo seu texto defenderá a ideia de que os missionários jesuítas não foram “fiéis” à língua indígena, uma vez que a modificaram. J. Barbosa Rodrigues sustenta uma imagem da língua indígena pura, sem corrupções, sem alterações:

Permita-se-me que para mostrar a prosódia abanheenga – pelo menos a nheengatú conservada, penso que pura, entre os *tembés* selvagens, e muitos velhos do valle amazônico, principalmente de Santarém, Villa Franca e Solimões, que ainda não deixaram a sua língua pela do branco, *Kariuanheenga* – eu procuro mostrar isso por meio dos sons das letras do alfabeto, tal que se ouve dos que melhor fallam, para que bem se pronuncie as palavras do vocabulário que escrevi e se possa bem ler as lendas, contos e cantigas que comecei a publicar: e essa explicação mostra o porque differentemente penso do que até hoje se tem occupado da língua geral, tupy ou guarany (RIHGB, 1888, p. 74).

Nesse trabalho, conforme o autor, se documenta uma língua “pura”, conservada entre alguns índios selvagens, “velhos” indígenas. Em nota de rodapé temos a explicação da metodologia usada para documentação do falar indígena: “Procurei sempre ouvir os maiores de 60 annos, e com muitas velhas e velhos maiores de 100 annos me entendi. Em geral esses velhos não fallam portuguez e vivem retirados pelos sítios porque não querem fallar o portuguez” (RIHGB, 1888, p. 74). Aqui de certa maneira aponta-se o que corrompe a língua indígena: o contato com a língua portuguesa. Como mostra J. Barbosa Rodrigues alguns

indígenas “deixam sua língua” pela dos brancos. Nota-se que a pureza da língua indígena está nos antigos, “velhos” indígenas, os quais resistem ao contato português.

Para J. Barbosa Rodrigues, sua obra serve para que “bem se pronuncie” as palavras em língua indígena e para que se “bem leia” lendas, contos, cantigas desses indígenas. A obra funcionará como uma espécie de guia, manual para os sons da língua. O estudioso ressalta a importância de se ouvir os indígenas e não somente consultar “livros”:

O que aqui expendo é o fructo da observação e do estudo próprio, que muitos talvez não admittam; porém *veritatis simplex oratio*, dou-me por satisfeito se conseguir despertar a attenção dos que melhor possam escrever deixando os livros e ouvindo os índios, como fiz e o faço (RIHGB, 1888, p. 74).

Nesse texto, J. Barbosa Rodrigues busca estabelecer a língua primitiva dos índios brasileiros. Cita estudos já realizados, contudo para refutá-los e legitimar seu estudo:

É corrente já hoje e vulgar dizer-se que o guarany e o tupy são uma e mesma língua. Sendo assim a prosódia é a mesma: e como dispensarem uns, outros não, aquellas letras? Quero crer que devo as pronuncias das tribus, umas eram mais gutturaes e outras mais nazaes; mais apesar disso, para mim, o verdadeiro abanheenga, é aquelle que portuguezes, hespanhoes e francezes ouviram quando estas plagas aportaram, não foi nem o guarany, nem o tupy, como de ambos nos deixaram escriptos os missionários. Conhecemos a língua que por duas fórmas nos deixaram escriptas os primeiros mestres, accommadadas na syntaxe á latina, o tupy de Anchieta e Figueira e o guarany de Montoya; mas temos também o kiriry do padre Mamiani, os escriptos de outros missionários, ou de Lery e Ivo d'Evreux, que serviram para esclarecer a minha opinião. Para mim as letras do alphabeto primitivo foram, sem influencia da phonetica estranha, estas letras que adopto: A B D E G H I K M N O P R T U Y não existindo os sons C F J L Q S V X e Z (RIHGB, 1888, p. 74).

J. Barbosa Rodrigues busca fundar um dizer sobre a língua primitiva do Brasil. Embora diversos trabalhos realizados mostrem o tupi e o guarani como a língua dos índios antes do contato com os colonizadores, não é isso que o estudioso sustenta. A língua era o “abanheenga” e J. Barbosa Rodrigues passa a descrevê-la e, aparentemente, sem seguir os moldes da “sintaxe latina”, como os trabalhos dos jesuítas seguiam.

Para descrever a língua geral primitiva, o estudioso descreve cada letra do alfabeto e vai tecendo alguns comentários sobre a estrutura, o funcionamento e a história da língua geral primitiva. Vejamos alguns trechos:

O A soa sempre *a*, *á* e *ã*, como nas palavras portuguesa *na*, *pá*, *rã*, e na língua geral em *paraná*, rio, *iuká*, matar (jucá d'Anchieta) e *Tupã* Deus. Em *Paraná* vê-se o som dos três aa. No Amazonas, porém, conforme a tribo nheengaíba a que pertence o individuo ou os que della descendem, ás vezes, pela disposição das cordas vocais na pronuncia própria que fallaram e legaram, pronunciam *â* em vez de *á* ou *ã*. O som *a*, fechado, sempre no fim das palavras é vicio de paragoge portugueza, como em *Kutuká*. Este *á*, não abanheenga, no final das palavras, é uma das letras que, introduzidas nelle por vicio castelhana e popular, produziu a corruptela nheengatú (RIHGB, 1888, p. 74).

J. Barbosa Rodrigues descreve como se pronuncia determinada letra e traz as corrupções que a língua sofreu. Quando sofre uma corrupção o que temos é a língua nheengatú. Aqui a corrupção é em virtude do contato com o castelhana, com o popular (não temos especificado o que seja esse popular; quem são os sujeitos que falam essa variante da língua) e também com os falantes de português que produzem alguns “vícios” de linguagem.

Em alguns trechos, J. Barbosa Rodrigues apresenta uma divisão na língua abanheenga. Haveria a língua abanheenga dos “amazonenses” e a língua abanheenga do “guarani”. Todavia essa divisão foi em virtude da “ortografia fonética” dos portugueses. Mais uma vez se mostra o português (com seus valores ortográficos) como um dos responsáveis pelas alterações na língua abanheenga:

O *o* tem tres sons: fechado, *o*, aberto *ó* e nasal, *õ* ou *on*, como: *Koema*, *ikó* e *nhõ*. O som dessa letra pela influencia da ortografia phonética dos portugueses que nos primeiros tempos abordaram á capitania do Maranhão, contribue poderosamente para a separação do abanheenga fallado pelos guaranys do que fallam os amazonenses. Assim póde-se quasi dizer que ahi o som do *o* foi mudado para *u* (RIHGB, 1888, p. 76).



Como já salientamos, para fundamentar suas observações sobre a fonética da língua indígena J. Barbosa Rodrigues traz diversos estudos já realizados com a língua indígena.

Observemos como o estudioso descreve o som do *y*:

O *y* é uma letra indispensável no nheengatú, quer como vogal, quer como servindo de consoante, porque tem sons especiaes que mediante accentos como no *i*, facilmente poder-se-ia distinguil-os; porém não havendo nas typographias essa letra accentuada, temos que nos sujeitar a represental-o, em alguns casos, sublinhado quando em um manuscripto ou grifado quando impresso. Nunca o *y* tem o som de *j* e aqui damos os seus sons, segundo o logar que occupa na palavra ou que elle significar.

O *y* tem quatro sons, sendo um guttural muito especial:

1° sôa como *u* francez quando entre vogal e consoante, como em *pytá, tayra*, filho, que se pronuncia como em *du* francez.

2° sôa como *ii* ou *y grec* ou molhado francez, quando só entre vogaes, como *payé*, feiticeiro. Para substituir o *y* com este som pôde se adoptar o *i* tremado.

3° tem um som entre *u* e *i* semi-guttural, quando no começo de uma palavra, sempre antes de vogal, como em *yahu, yakaré*, etc.

4° tem o som guttural e nasal simultâneo, que só a audição ensina, certas palavras, principalmente quando estas denotam *água, liquido* ou alguma cousa que deste se pôde derivar, soando então levemente no final o *g*, pelo que Anchieta e Figueira dão-lhe o som de *ig*.

Todos estes sons desta letra foram mudados pelos portuguezes para *J*, que desfigurou completamente a pronuncia. O venerado Dr. Joaquim Caetano da Silva disse: “De tout temps les portuguais ont changé en *j l’y* espagnol employé comme consonne”.

O dizer que nunca o tupy teve e nem tem o som de *jota* me leva algumas considerações:

O primeiro que empregou essa letra foi Anchieta que diz “que o *y* sempre antes *a, o, e u*, é consoante, sem indicar o som, como *jará*, e quando estiver entre vogaes é sempre vogal e se escreve *y* como em castelhano, isto é, com o som de *ii*, como o *hoye* castelhano”.

Vê-se por aqui que o *j* foi convenção para a sua orthographia pelo genio da língua portuguesa, mas não porque assim o indio pronunciasse. O padre Figueira também adopta.

Entretanto padre Antonio de Araujo, missionário da Bahia, que, segundo o douto Barbosa Machado, “aprendeu a língua brasileira de tal modo a soube que parecia ter nascido entre aquelles bárbaros”, em 1618 disse, na “Advertência” do seu *Cathecismo na língua brasileira*: “Os antigos para exprimirem este som usaram de jota com um ponto em cima e outro embaixo. Outros escrevem *ig*. Porém insufficientemente uns e outros porque o jota tem diversa vocalidade, que nunca chega a proferir este som guttural; e escrevia *iepé, iar, iabió, iaué*, etc”.

O padre Araujo tem razão, porque *Yara* o indio pronuncia, como disse, soando o *y* como *i*, e diz *iara* e nunca *jará*, como aconselha Anchieta.

Temos um exemplo. Vemos sempre escripta e fallada a palavra *Airuoka* no Sul, e *Ayruoka* no norte, que os antigos escrevem *Ajuruoca*.

Porque o brasileiro assim a pronuncia?

Porque nunca tem o som de jota.

Porque assim procedeu Anchieta, introduzindo o som dessa letra? Procurando adaptar o tupy ao portuguez-castellano(...) (RIHGB, 1888, p. 78-79)

A essa letra traz-se a discussão de qual seria seu som. Os jesuítas empregam a letra *j*, embora não indicassem qual deveria ser a pronuncia para tal letra. Na descrição do *y*, se

explicitam as controvérsias que o envolvem. Contudo o que J. Barbosa Rodrigues busca fazer é por um fim à discussão, mostrando que os estudos anteriores estavam equivocados quanto a representação fonética de tal letra. Para explicar os diversos sons do y fazem-se comparações com a língua francesa. A língua francesa surge como a língua conhecida que auxilia na explicação do som. Os portugueses aqui também “desfiguram” a pronúncia da língua. Essa alteração, de acordo com J. Barbosa Rodrigues, ocorre por causa da ortografia portuguesa e não por causa do modo como os indígenas pronunciavam as palavras. Busca-se, como argumenta J. Barbosa Rodrigues, “adaptar” a língua indígena ao português, por isso produzem-se inúmeras alterações. O texto todo de J. Barbosa Rodrigues sustentará essa discussão, mostrando as alterações que os jesuítas (portugueses) produziram nas línguas indígenas e explicitando a “pureza” de seu estudo. Questiona em diversos momentos por que “si para as línguas cultas adoptamos a sua orthographia, que foi baseada nos sons primitivos e etymologicos, porque para a língua patria havemos de aporuguezal-a, transformando-lhe a prosodia?” (RIHGB, 1888, p. 81). Nesse trecho, temos também a imagem da língua brasileira como aquela que é falada somente pelos indígenas e não por todos os sujeitos que vivem no território nacional.

J. Barbosa Rodrigues salienta também em seu estudo a significação de algumas palavras que sofreram alterações. Em seu trabalho são apresentados os “verdadeiros” sentidos, as formas puras. Para explicar o modo como concebe as palavras e suas alterações, J. Barbosa Rodrigues trabalha em uma perspectiva histórica, apontando as mudanças que no decorrer dos tempos as palavras sofreram e explicando o seu porquê. Vejamos um exemplo (RIHGB, 1888, p. 83-85):

A palavra *Oyapoc*, nome dado pelos tupys, e conservado pelos francezes com a verdadeira pronuncia indígena, ao rio Vicente Pinçon ou Pinson, os portugueses fizeram *Japoco*. Foi o governador Gomes Freire de Andrade, em uma memoria dirigida ao ministro Roque Monteiro Paim, em 1699, que em vez de *Oyapoc* escreveu *Ojapoco*, o que deu logar a que pelo

tratado de Utrecht, enquanto no traslado francez se escrevia *Oyapoc*, no portuguez se escreve *Fapoc*.

Dahi originou-se, propositalmente ou não, uma serie de corruptelas, que têm dado logar a diversas reclamações na questão de limites com a Guyana Franceza, fazendo-se Fapoc ser outro rio que não o que legitimamente nos separa daquella possessão franceza (...)

Como é uma questão de interesse nacional e como até hoje não se tenha dado, que me conste, a traducção da palavra, aqui o faço, porque parece-me que dará alguma luz á questão.

Quando digo não existir a traducção da palavra é porque nenhuma das que se têm dado está de accordo com a índole da língua a não exprimem a verdade.

Conheço as traducções de Mr. Le Servec, de D' Avezac e de Martius, porém as primeiras foram bem destruídas pelo venerando Dr. Joaquim Caetano da Silva, e são irrisórias, e a de Martius não é também exacta, posto que mais se aproxima da verdade.

Mr. Le Servec interpretou, dizendo que *Oyapoc* era corruptela de *Igapoçu*, assim *igapó*, inundação (!) e *oçu*, grande, significando rio da grande enchente, ou o Amazonas.

Mr. D' Avezac interpretou primeiro: *igá* ou *oigá*, água, *epocu*, comprido, isto é, furos (!), terras extensas alagadas e depois *ia*, *cabaça* e *poca* ou *crique callebase*.

Martius diz que vem de *ajab*, abrir-se por si, e *poc* arrebentar, isto é, *dissilere*.

*Oyapoc* ou *Fapoc*, pela corruptela portugueza, deriva-se de *O*, recíproco *suus*, *sua*, *summ*, e *siu*, *sibi* se, de *y*, água e *poc* que é verbo “arrebentar com ruído, estrondar, estourar, etc” e significa, pois, as “águas que se arrebentam” que “correm estourando”, que “se quebram ou o rio que estronda, rio das corredeiras, ou encachoeirado”.

Ao trazer o percurso histórico dessa palavra, J. Barbosa Rodrigues vai expondo as diversas alterações e os diversos significados dados a ela. Nota-se que o modo como se nomeia interfere na própria questão espacial e de delimitação de fronteiras. J. Barbosa Rodrigues também salienta a questão da nacionalidade, isto é, seu estudo representa o “interesse nacional”. Aqui se tem um gesto patriótico sendo explicitado. Ademais, o gesto nacionalista também é salientado na tentativa de expor a língua abanheenga, anterior à colonização portuguesa e que até aquele momento (século XIX) ainda não havia sido explorada.

Após a descrição de todas as letras do alfabeto indígena, J. Barbosa Rodrigue traz um comentário sobre as línguas indígenas que encerra seu texto. Nesse comentário, apresenta como concebe o abanheenga, o nheengatú e como as alterações afetaram a concepção do que sejam essas línguas. Analisemos algumas passagens:

Estendi-me nesta exposição talvez mais do que devêra por dous motivos: para mostrar como tem-se adulterado o abanheenga que deu o nheengatú, distanciando-se do guarany (...)

Quando emprego a palavra abanheenga, cumpre-me advertir, quero com isso dizer a língua do índio, a *matriz, anterior á escripta* por Anchieta e Montoya, conservando a de nheengatú para o tupy do Amazonas, a de guarany para o tupy do Paraguay.

O tupy do sul é mais vulgar entre os escriptores, porque ha mais de dous seculos é perpetuado pela escripta e tem já litteratura, posto que pequena, emquanto que o não é o do norte, e por isso quasi todos suppõem que a língua mais pura é a que se falla no Paraguay (RIHGB, 1888, p. 101).

O que o autor mostra é que a língua pura é o abanheenga e esta é anterior ao processo de escrita empregado por Anchieta e Montoya, isto é, pelos jesuítas. O abanheenga seria uma espécie de *língua imaginária*<sup>18</sup>, semelhante à língua dos comparatistas. O abanheenga seria a língua primitiva. É uma língua que com esse gesto de documentação de J. Barbosa Rodrigues sofre uma disciplinarização. Assim também funcionam as línguas documentadas pelos missionários.

Para o autor, o tupi e o guarani já são línguas adulteradas, embora às vezes tenham a imagem de línguas puras. J. Barbosa Rodrigues aponta que:

Os vocabulários e as grammaticas do tupy, que chamam *tupy moderno*, appareceram hoje, por assim dizer, datam de 1852 para cá, depois que o Dr. Gonçalves Dias viajou o Amazonas e publicou o seu *Vocabulário da língua geral usado hoje em dia no Alto Amazonas* levou os litteratos, que só conhecem a língua pelo que existe escripto, e não porque a tenham ouvido de guarany e tupys, a tomarem a língua geral do Amazonas como um novo dialecto. É essa a opinião geral.

É verdade que parece um novo dialecto por estar muito corrupta pela prosódia do vulgo, “corrupção para qual os padres concorreram e mesmo preceptaram-na” como disse Baptista Caetano nos *Ensaio de Sciencia*, porém é mais pura no fundo do que o guarany, porque perpetua a verdadeira pronuncia primitiva (RIHGB, 1888, p. 102).

J. Barbosa busca mostrar mais uma vez que a língua Amazônica é mais pura que a língua indígena que se fala no Paraguai. O autor o tempo todo trata da questão da pureza do idioma indígena. Esse gesto constitui um sentido à língua que de certa maneira ecoará na produção que surgirá. Os trabalhos ou versarão sobre uma língua pura ou sobre uma língua com corruptelas. Todavia essa pureza só existe anterior ao gesto de colonização, a partir da

---

<sup>18</sup> Cf. Orlandi (1989).

colonização as línguas passaram a sofrer algumas alterações. J. Barbosa traz a seguinte classificação da língua geral (RIHGB, 1888, p. 104):

Classificando, pois, o que existe da lingua geral temos: a abanheenga falla do índio primitivo, pura e mãe, que não foi escripto; o nheengatú, fala boa primitiva e adulterada por aportuguezamento e cruzamentos; o *tupy-portuguez ou do sul*, língua viciada pela pronuncia e pela escripta; *tupy-hespanhol ou guarany*, língua transformada pela pronuncia e escripta hespanhola.

Essa divisão vai dando sentido ao texto de Barbosa e de certa forma também guiará as discussões que surgem em todo o século XIX. Como veremos em vários trabalhos da RIHGB busca-se estabelecer um passado às línguas indígenas, busca-se traçar sua origem, estabelecer seu parentesco. E como salientou J. Barbosa Rodrigues esse gesto revela o amor à pátria, o espírito de nacionalidade, o patriotismo.

Nesse trabalho de J. Barbosa Rodrigues um saber sobre os aspectos fonéticos/ortográficos da língua geral é formulado. Nele, pudemos ver como as nomeações das línguas indígenas são controversas, como estabelecer a língua pura é um gesto que afeta o modo como os estudos das línguas indígenas é/foi feito. Para J. Barbosa Rodrigues, a origem está no abanheenga e não na língua indígena ensinada e gramatizada pelos jesuítas do século XVI ao XVIII.

### **3. A noção de palavra: como funcionam as línguas do Brasil em relação à etimologia, à história e à forma**

Gostaríamos de trabalhar nesta seção de nossa tese o modo como na Revista do IHGB uma concepção de palavra é desenvolvida. De que maneira a palavra é analisada? Como se produz um dizer que buscará falar da forma dos itens lexicais? O que se apaga quando se

busca analisar uma palavra? Como a significação da palavra é trabalhada nos textos? Como a história de uma palavra é explorada?

Os textos desse domínio estão divididos em dois grupos. Um grupo, a que chamamos de *História*, em que são documentados os usos de certas palavras no decorrer da história. Nesses trabalhos aparecem documentados os textos em que a palavra apareceu, ademais se data o período em que essa palavra foi usada. No outro grupo, *Etimologia*, a origem das palavras é trabalhada, além de sua significação. Diferentemente da *Etimologia* que se constitui como uma lista de palavras de determinada língua indígena, com sua significação em português; os trabalhos do grupo *História* caracterizam-se por documentar textos que atestam o uso das palavras analisadas. O grupo *História*, embora também traga ao estudo a origem das palavras, caracteriza-se por uma prática de documentação, de datação do item lexical. Já no estudo etimológico, o objetivo principal é estabelecer uma origem para algumas palavras indígenas, além da significação do item. Nesse domínio não se traça um percurso histórico percorrido pelo item lexical.

Vejamos os textos<sup>19</sup> divididos nesses dois grupos:

### **História**

- Discurso sobre a palavra Brazil (1839).
- Discurso sobre a palavra Brazil (1840).
- Questões americanas (1863, 1866).
- O nome da América será americano? (1876).
- Notas para a história da patria. Quarto artigo. Porque razão os indígenas do nosso litoral chamavam aos franceses *mair* e, aos portugueses *peró*? (1878).
- Tradição sobre a palavra Brazil (1884).

---

<sup>19</sup> Os títulos dos textos já são índices de discursividades. Pelo título já se tem traçado o percurso de análise que os textos empreenderão.

## Etimologia

- Collecção de etimologias brasílicas (1846).

Podemos perceber que no grupo de *História* os textos versarão basicamente sobre duas palavras: Brasil e América. Esses textos buscam precisar quando essas palavras surgiram, de que línguas elas vieram. Esses trabalhos em um gesto de documentação datam alguns dizeres sobre essas palavras. Também é trabalhada uma relação palavra-pátria. Vejamos:

Das palavras, que acabo de repetir, infere-se que nos meados do século XVI se usava já sosinha a palavra Brazil para designar o nosso imperio, a obra citada foi impressa em 1551, em Colônia, na Alemanha.

O mesmo dá a entender Pedro de Magalhães Gandavo na sua *Historia da Terra de Sancta Cruz*, publicada em Lisboa em 1576, eis aqui as suas palavras: Por onde não aparece razão que lhe neguemos este nome (refere-se ao de terra de Sancta Cruz) nem que nos esqueçamos d'elle tão indevidamente por outro, que lhe deu o vulgo mal considerado, depois que o páu-Brasil começou de vir a estes reinos (RIHGB, 1839, p. 232).

Na sessão publica do anno passado do nosso Instituto Historico tive eu a honra de ler uma memoria sobre a palavra Brasil, a qual foi acolhida com bondade e approvação maiores do que o seu merecimento na mesma disse que quando um dia tivéssemos mais conhecimentos das línguas da Azia Meridional, nellas acharíamos a origem da palavra Brazil (RIHGB, 1840, p. 622).

Aqui José Silvestre Rebello<sup>20</sup>, autor desses estudos, busca indicar que a origem da palavra Brasil está ligada às línguas da Ásia Meridional. Podemos perceber uma filiação aos estudos da Gramática Comparada e da Gramática Histórica que aponta a origem das línguas do mundo. O autor coloca em outra parte de seu texto o seguinte comentário (RIHGB, 1840, p.626):

Ainda que até agora se não saiba com evidencia de que língua veio a palavra Brazil, assim formada, é muito provável que por isso é uma imitação do adjectivo *Bradschita* da língua sanscripta, por isso que esta língua foi a mais universal no meio dia da Azia, e como o adjetivo *Bradschita* significa luzente e brillante, e a côr encarnada, que se extrahе do pão-Brazil, é entre as cores a que mais brilha, segue-se que provavelmente foi desta palavra que se formou a palavra Brazil, o nome do nosso Imperio.

---

<sup>20</sup> Negociante, primeiro representante diplomático do Brasil nos Estados Unidos, ministro em Washington de 1824 a 1829.

Nesse trecho, José Rebello atribui a origem da palavra Brasil a uma imitação de uma palavra em sânscrito (*Bradschita*). Mais uma vez podemos notar uma filiação aos estudos da Gramática Comparada e da Gramática Histórica. Nessa relação a comparação entre as línguas não passa pelo latim, outras filiações teóricas são estabelecidas, as filiações nesse texto de José Silvestre Rebello não passam por relações com Portugal. Há uma atualização da memória entre um Brasil Colonial, dependente de Portugal, e um Brasil Império, independente dos desígnios portugueses.

Segundo Auroux (1992b), no início do século XIX ocorre o desenvolvimento progressivo, nas universidades de língua alemã e depois na Europa e Estados Unidos, da Gramática Comparada e da Gramática Histórica. Os primeiros estudiosos foram Schlegel (1808), Bopp (1816) e Grimm (1822). Schlegel, estudando o sânscrito, levanta fatos para analisar a “genealogia da linguagem”; Bopp também analisando o sânscrito e Grimm descrevendo as leis fonéticas. Esses estudos provocaram grandes transformações dentro de um processo de produção de um saber linguístico. Conforme o autor (1992b), as grandes compilações surgiram revirando o movimento centrífugo produzido pela gramatização das línguas do universo. A diversidade das línguas documentadas põe fim a representação de unidade da gramática latina. Cabia aos estudiosos juntar dados dispersos e compreender o fenômeno da linguagem. É esse gesto que vemos na RIHGB. Os estudiosos buscam produzir e compreender a linguagem que se usa<sup>21</sup> no território brasileiro e suas fronteiras. As práticas da RIHGB voltam-se para o espaço nacional, estas olham para as línguas do Brasil frente a outras línguas nacionais. Ainda de acordo com Auroux (1992b), nas comparações estavam em jogo, de início, os *vocábulos* e *estruturas tipológicas*. A produção de dicionários era acompanhada de classificações das línguas. A partir da segunda metade do século XIX, passa-

---

<sup>21</sup> O uso é aqui visto como um gesto de documentação, isto é, as palavras são documentadas em trabalhos históricos que buscam refletir sobre a origem das palavras. Juntam-se dados dispersos para buscar compreender o fenômeno da linguagem brasileira, ou seja, busca-se fazer um estudo linguístico brasileiro para dar forma a este país.



se a considerar a *proximidade genética* e a *explicação histórica*: de um lado, as genealogias, de outro as explicações e as etimologias. Nos estudos produzidos pela RIHGB, podemos observar isso que Auroux (1992b) expõe. Estabelece-se uma genealogia para as línguas do Brasil. Estas teriam como origem a língua geral (mãe). Além disso, temos estudos etimológicos que explicam o funcionamento das línguas no século XIX, ademais dicionários, listas de palavras que buscam dar conta da significação dos itens lexicais.

Nesse grupo de textos, a produção de um saber morfológico (um saber sobre a formação de uma palavra) está associada à história dos *usos* dessas palavras. A análise é feita a partir de um comentário, uma citação já tecida por diversos sujeitos (na história) sobre a origem, significação do item lexical. No texto, *Questões Americanas*, de Joaquim Caetano da Silva<sup>22</sup>, há também um estudo sobre a palavra Brasil. O autor retoma alguns estudos já realizados acerca desse item. Começa ressaltando que:

A mais antiga de todas as vozes introduzidas na America pelos seus colonisadores é o bello nome de nossa patria.

Largos annos antes do ardimento de Colombo, *Brazil* chamavam os europêos ao precioso páo vermelho que então se importava na Ásia e que pela sua abundancia em varias partes do Mundo Novo ficou servindo para designal-as umas transitoriamente, e perpetuamente o nosso grande imperio.

E muito tempo antes d'estas applicações, muito tempo mesmo antes do apparecimento da Antilia com o nome de Brazil figuravam os mappas no Atlantico uma ilha (RIHGB, 1866, p. 5).

Após esse comentário, Joaquim Caetano apresenta diversos trabalhos em que a palavra Brasil aparece. Um gesto de documentação podemos ver nesse estudo de Joaquim Caetano. Diversos são os textos trazidos como “provas” do uso, em documentos históricos, da palavra:

Documento genovez de 1151, em latim bárbaro – Acto do archebispo e cônsul de Genova, publicado por Canale, e reproduzido por Branchero no seu livrinho intitulado “Il Daomo di Genova” cuja terceira edição é de 1859 – “Mandamos que pagueis a Phillipe de Lamberto Guezzi cem libras a quarta parte em dinheiro, a quarta parte em livros, a quarta parte em pimenta, a quarta parte em *Brazil* (*in brazilem*) (RIHGB, 1866, p. 6).

---

<sup>22</sup> Profesor do Colégio Pedro II.

Já em 1552 bem o advertiu João de Barros, ponderando que o nome de Santa Cruz se foi perdendo “tanto que daquela terra começou vir o páo vermelho chamado *Brasil* (RIHGB, 1866, p. 8).

Em 1307. Documento veneziano, em francez puro. Segunda redacção das viagens de Marco Polo, inédita codice 10.270.a. da Bibliotheca Imperial de Paris, onde examinei – Rubricas 163, 165, 166, 168, 174: cinco vezes, *bresil* (RIHGB, 1866, p. 10).

Cada estudo sobre a palavra *Brasil* se filia a uma forma de análise da palavra: uns trazem a origem, outros as significações para a palavra. Há a comparação em diversas línguas do sentido da palavra *Brasil*: italiano, francês, português (Portugal), asiático, irlandês. No texto *Tradição sobre a palavra Brazil*, Ricardo Gumbleton Daunt<sup>23</sup> faz uma comparação do item *Brasil* na língua irlandesa, mais uma vez desconsidera-se o latim e as relações com a língua portuguesa:

Pretendo escrever para consultar com alguma pessoa versada na língua irlandesa sobre a significação n’esta língua porque graças á tirania da raça aleman, que habita a Inglaterra, eu como milhares de indivíduos da raça irlandeza, ignoro o que devia ser o meu idioma vernaculo da palavra *Brazil* ou *Brazil*, pois é uma coincidência extraordinária, que de todo tempo houve entre os Irlandezes do Oeste da Irlanda uma viva crença, que mais do poente havia uma terra, que, como a Atlantes de Platão, era outr’ora unida ou ao menos muito mais xegada ao mundo então conhecido, e a esta terra davão o nome *Hy-Brazil*, e de terra dos bemaventurados. *Hy* é simplesmente uma partícula adida a muitos nomes, como tambem na língua grega *ha*. *Brazil* é também nome de família, não desuzual na Irlanda, e são famílias, que de uma ou outra forma se relacionavão com estas matérias das tradições populares.

Bazeadas n’esta crença, que avia esta terra de *Hy-Brazil* ou *Brazil* são innumeraveis legendas e tradições do mais exquisito romance e beleza de sentimentos, que o genio poético do povo irlandez o habitou a conservar por tantos seculos.

Ao mesmo este facto é prova que a palavra *Brazil* era antigúissima e que tinha uma existência independente da palavra brasileira *brazá*, da qual alguns a fazem derivar (RIHGB, 1884, p. 119-120).

A RIHGB nos trabalhos sobre a palavra *Brasil* não busca estabelecer uma origem precisa do termo. Traz diversos estudos que analisam essa palavra e contam sua história, que diferencia conforme a posição do sujeito que a escreve. Alguns estudos explicitam uma relação da palavra *Brasil* com o contexto das tradições populares, outros com o contexto do comércio, e também com um dizer sobre a nomeação da flora de um determinado local. Como

<sup>23</sup> Nascido na Irlanda em 1838, Ricardo Gumbleton Daunt foi médico e sócio correspondente do IHGB.

já salientamos, esse gesto aponta para o modo como se realizavam os estudos linguísticos no século XIX: são estudos que comparam as línguas e buscam estabelecer uma possível origem comum a todas as línguas, ressaltando em que essas línguas se assemelham e em que elas se diferenciam.

Assim também será o texto *O nome da America será americano?*, de Candido Mendes de Almeida, publicado em 1876 na RIHGB. O autor comporá seu texto contando a história da palavra *América*, além de responder à questão colocada no título de seu trabalho sobre a origem desse item lexical. O autor justifica seu estudo uma vez que,

se tem suscitado entre os cultores da geographia do novo continente, pela natural repugancia que há em deduzir o nome de America do prenome do celebre navegante e cosmographo florentino – Vespuci ou Vespucio – com prejuizo do verdadeiro descobridor do mesmo continente Christovão Colombo (RIHGB, 1876, p. 191).

Nesse trabalho, direcionado aos cultores da geografia, há uma busca por estabelecer uma origem ao nome do continente que não tenha somente relação com seus conquistadores. Candido Mendes indica o porquê tal confusão foi gerada e tenta corrigir esses equívocos. Nos dizeres do estudioso (RIHGB, 1876, p. 209-210), a versão que ele apresenta sobre a origem/história da palavra *América*:

Primeiramente nada tira á gloria de Cristoforo Colombo: o nome do continente descoberto por elle era um nome indígena que de uma pequena localidade limitada estendeu-se á todo o Novo Mundo, graças á um erro de um livreiro-editor de uma pequena cidade perdida nos Vosges. As accusações de plagiato, lançadas contra Alberico Vespuzio, cahem, e não há mais razões para censural-o de haver imposto o seu prenome a todo um continente; tanto mais quanto o seu prenome nunca foi Américo, mas ao contrario Alberigo ou Amerigo.

O nome de America, posto que aborígene, não crea confusão entre a parte e o todo: porque a localidade em que existe como ponto assim denominado (lieu-dit) é mui pequena, mui insignificante e mui occulta para dar occasião ás falsas ou dobres interpretações. Enfim, este nome parece admiravelmente escolhido, porque se estende do centro ás extremidades do continente, radiando, dando a mão ao norte e ao sul, encarando as Antilhas e o Pacífico, e sendo no meio mesmo d’essa crista de montanhas immensas, a mais extensa que existe em nosso planeta, e que se estende da Terra do Fogo ás margens do rio Makenzie, formando a espinha dorsal do hemispherio occidental.

Tambem é bem escolhido, porque é mui provável que esse nome fosse ouvido pelo grande almirante Colombo durante a sua quarta viagem, e que o illustre descobridor do Novo Mundo

foi o primeiro europeu que ouviu e pronunciou o nome *Amerique* ou *Americ*, ainda que nós possuamos a certeza e a prova material.

Se este nome pertencesse á algumas partes das extremidades do norte ou do sul do continente, é pouco provável que o aceitassem tão facilmente mas elles segurava o Novo Mundo, por assim dizer pelo meio do corpo, vagamente, sem outra significação que a de região mui rica em minas de ouro; e empregou-se e aceitou-se sem pensar-se em nada com relação ao piloto Alberico Vespuzio; e foi longo tempo depois que as discussões entre sábios geographos se levantaram que o erro grosseiro de Hyclacomylus se impôz como uma verdade.

Em uma palavra, o nome de America é americano.

Como o IHGB é uma instituição que versará sobre a história e a geografia, nesse texto de Candido Mendes de Almeida, a instituição se posiciona em relação a um ponto da história mundial e não somente da história do Brasil. É realizado todo um estudo com o objetivo de que o IHGB aponte seu posicionamento diante de uma questão lançada: “O nome de América será americano?” Fazendo a história de uma palavra, o IHGB faz a história de uma nação e também comenta as histórias de outros países. São os autores se posicionando, em nome da Instituição, frente a questionamentos que surgem no século XIX. Na RIHGB, nesses textos analisados, podemos perceber uma forte relação entre palavra e história. Conta-se a história da palavra e ao mesmo tempo se faz sua história.

Finalizemos o grupo *História* com outro texto de Candido Mendes de Almeida, “*Notas para a historia Patria – Quarto artigo – Porque razão os indígenas de nosso littoral chamavam aos francezes de ‘mair’ e aos portuguezes ‘peró’*” (1878). Candido Mendes de Almeida foi sócio efetivo do IHGB. Era advogado, jornalista e político brasileiro (deputado e senador do Império). Nesse trabalho, o estudioso discorrerá sobre a nomeação que os indígenas davam aos portugueses e aos franceses no Brasil desde a Época Colonial.

Candido Mendes inicia seu trabalho mostrando que os indígenas chamavam aos estrangeiros que aqui aportavam, “hóspedes ou invasores”, de *caraibas*. O autor aponta que os índios do Brasil tratam a esses sujeitos como “entidades superiores” a eles. Nesse começo de texto, Candido Mendes traz as nomeações que os indígenas davam a qualquer estrangeiro

(“europeu”) que aqui estivesse. Somente após esse comentário inicial se especificará o porquê de os franceses serem chamados de “mair” e os portugueses de “peró”:

Os indígenas do Brasil, parece que por um tácito e singular accordo, acolheram os europeus, que abordaram ás nossas praias, como entidades demasiado superiores por sua intelligencia, de procedência quasi celeste. E por isso, na generalidade, applicavam aos hospedes ou invasores a denominação de *caraibas*.

As duas nações que primeiro disputaram o domínio do território brasileiro foram os portuguezes e os francezes. Os hespanhoes, posto que verdadeiros e primeiros descobridores do seu littoral, e como taes directamente o demandaram, não tomaram logo parte n’essas pugnas.

Entretanto por accordo quasi maravilhoso, os indígenas ao norte, ao centro e ao sul do littoral distinguindo as duas raças, designaram desde logo os francezes por *mair* e os portuguezes por *peró* (RIHGB, 1878, p. 71).

Diferentemente dos textos anteriormente analisados, este de Candido Mendes analisará nomeações dadas aos sujeitos e não ao espaço geográfico. Para explicar o que justifica a diferença entre a nomeação dada aos franceses e a nomeação dada aos portugueses, o autor recorrerá a estudos realizados por cronistas nacionais e estrangeiros:

Qual a razão, pois, d’essa distincção, que nenhuma prévia acquiescencia determinou?

Eis o problema a que nos propomos resolver mediante o estudo dos chronistas tanto nacionaes como estranhos, que serão não só examinados, como confrontados. Este exame que a muitas pessoas, alheias ao estudo de nossa historia parecerá até certo ponto fútil, concentra em si a grande utilidade de cercar os factos historicos da indispensavel exactidão, e resolvendo por isto muitas duvidas em que interessam, além da história, a geographia do paiz (RIHGB, 1878, p. 72).

A fonte consultada por Candido Mendes consiste em textos de cronistas que vão desde o Brasil Colonial até o Brasil Imperial. Esses textos são usados como documentos que atestam o uso de determinadas nomeações dadas aos sujeitos que vivem no Brasil. O trabalho de Candido Mendes focaliza-se na descrição dos itens lexicais “mair” e “peró”, contudo, no decorrer de seu trabalho, traz outras nomeações. Vejamos alguns comentários de Candido Mendes:

Pelos chronistas germânicos e francezes dos primeiros dois seculos após a descoberta do território de nosso paiz, sabemos que a denominação de *peró* era a dos portuguezes entre os indígenas, tanto do littoral do sul como das do norte e centro.

Hans Staden, Trevet, Lery, Abeville, Evreux e Marcgrave em seus interessantes trabalhos o attestam (RIHGB, 1878, p. 72).

Ao texto são apresentados alguns viajantes que também utilizaram a palavra *peró*. Todo o texto de Candido Mendes se estrutura dessa forma. São tecidos alguns comentários acerca das palavras *peró* e *mair* e após citam-se autores que a usaram em seus textos. Além disso, Candido Mendes também traz alguns fatos lendários em torno dessas palavras:

Os escriptores posteros não querendo examinar o assumpto, aceitando a lenda, copiaram-se uns aos outros. Mas para distinguir-se ou para explical-a, imaginaram romances, e cercaram de trevas uma tão simples questão.

Um lembrou-se de attribuir a origem da denominação a um naufrago ferreiro de nome Pedro, vocabulo que no século XVI se pronunciava *Pêro*; outro accrescentou o numero d'esses *Pedros* constituindo, além de uma família de *Pedros* o *Pêros*, uma numerosa tribu assim cognominadas; e finalmente outros para melhor interpretarem a lenda, julgavam haver feito bom achado na palavra – perros – cães, e por isso pronunciariam o *Pêro* por *Perou* (*Pêro*) e não *Peró* como Simão Estácio tinha encontrado e reproduziu Berredo. Mas se a questão fosse ou resultasse dos *Pedros* ferreiros, não era possível que tanto ao sul como ao norte do nosso território, o portuguez fosse conhecido pela denominação de *Peró* que por si só enunciada exclue a origem de *Pêro* e *Perro* (RIHGB, 1878, p. 74).

Candido Mendes aponta que para se compreender a acepção dessa palavra deve-se recorrer a sua pronúncia, aos aspectos fonéticos do item lexical. Conforme o autor (RIHGB, 1878, p. 74):

Na pronuncia da palavra está o nó da questão.

Se se houvesse prestado atenção á esta pequena circumstancia, a pronuncia da palavra exhibida pelos indígenas, poupar-se-hiam os escriptores subsequentes, e ao mesmo Estácio, ao desgosto de aventurar proposições que se não podem seriamente sustentar.

Após esses comentários, o texto se divide em duas partes: (1) *Mair* e (2) *Peró* em que serão detalhadamente explicados os sentidos e a história de cada um dos itens lexicais. Ao explicar a significação das palavras, uma história do Brasil é explicitada. No texto todo, fala-

se sobre o processo de colonização/catequização brasileiros. Trabalham-se algumas nomeações dos sujeitos que se relacionam com a constituição da sociedade brasileira:

Pela côr distinguam o preto e o cafuz, pela denominação de *Abduna* ou *Abuna*, e *Tapanhuna* ou *Tapuyuna*; o místico ou mulato por *Cariuaca*, por corrupção *Curiboca*; e muitas vezes por *Muratú*, adoptando a seu modo a denominação portugueza. Ao indígena de outra procedencia *Tapuya* ou *Tapiya*, e vivendo com os portuguezaes, aldêados por elles, *Caboclo*, o calvo, o depenado, para darem idea da sua significação como a ave apprehendida (Dicc. Tupi em Martius) do verbo cabôca, pillar, depennar as aves (RIHGB, 1878, p. 101-102).

Podemos perceber o modo como o Brasil se divide. Temos o negro, o mestiço, o índio, o índio aldeado. Mostra-se um país de mistura, em que cada nomeação ganha uma significação e representa uma parte da sociedade.

Em todos os textos do grupo *História* faz-se um estudo sobre a significação de uma palavra. Traça-se um percurso histórico do item lexical. Documentam-se os textos em que a palavra apareceu. Nesse domínio podemos perceber como um estudo de uma palavra era realizado na RIHGB: fala-se sobre sua história. Não é um estudo descontextualizado, mas sim um estudo em que os fatos históricos apresentam uma relação com a significação da palavra, é o *uso* que a palavra teve no decorrer da história.

Analisemos como é vista a palavra no grupo *Etimologia*. Na RIHGB, temos o seguinte texto que objetiva especificamente discorrer sobre a etimologia das palavras “brasílicas”: *Collecção de etymologias brasílicas* (1846), de Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão<sup>24</sup>.

Nesse trabalho, há um texto introdutório em que o autor expõe a justificativa da elaboração da obra e uma lista de palavras em que se indica a etimologia e a significação de tal item lexical. Em *Collecção de Etimologias*, há a organização do saber etimológico em uma lista de palavras. Não se foca na história do item lexical, mas busca-se explicitar sua forma

---

<sup>24</sup> Fr. Francisco dos Prazeres Maranhão era um missionário capuchinho, se torna membro correspondente do IHGB em 1843.

(raiz) e sua significação na língua portuguesa. O estudo nesse grupo se volta para as línguas indígenas e a sua relação com a língua portuguesa.

No texto introdutório, temos:

Depois que o Instituto Historico e Geographico Brasileiro do Rio de Janeiro me nomeou seu socio correspondente em 1843, lembrei-me de trabalhar mais alguma cousa para elle, o que faria algum serviço ao Brasil, se lhe desse a noticia d'algumas etymologias suas. É verdade que já são passados 23 annos desde que sahi do Brasil, a minha memoria está quasi caçada; eu nunca vi o dictionario grande da língua Tupinambá, e talvez algum sábio brasileiro já terá tratado de etymologias brasílicas e em ponto grande. Tudo isto me ocorreu. Porém também me lembrou ao mesmo tempo que o meu trabalho, ainda que diminuta e imperfeito, não deixará de ser de alguma utilidade, ou porque dará principio a uma obra nova, ou porque alguma cousa accresceterá a essa obra talvez já principiada. Esta idea me venceu, e então compuz, a pequena colleção que apresento.

No Pará ainda innumeraveis pessoas sabem fallar a língua geral ou Tupinambá (embora fallem já com muita corrupção, como é provável, e por isso um sábio d'esta província que seja versado na dita língua, e que esteja minuciosamente instruído em todos os ramos da historia do Brasil, julgo será a pessoa mais apta para compor um dictionario das etymologias brasílicas. Esta obra, que quanto antes se deve empregar, será de grande utilidade para as letras, e sobretudo para as letras brasileiras (RIHGB, 1846, p. 69-70).

O estudo da etimologia será “útil” para as letras brasileiras. É interessante notar essa nomeação. Podemos perceber que esse tipo de estudo é de “utilidade” para o brasileiro e não para o português. Aqui se marca bem uma divisão nos estudos e nos sujeitos. Contudo ainda não se fala em uma língua brasileira e sim brasílica. Esta é a língua dos indígenas e não de toda a população que vive no Brasil, embora haja algumas pessoas no Pará que ainda no século XIX a falem com algumas “corrupções”. Temos uma imagem da língua que já sofreu uma corrupção e não é mais pura. Nesse estudo de Francisco dos Prazeres Maranhão, além da etimologia também há na obra um trabalho com a definição. Há uma certa semelhança ao discurso lexicográfico. Vejamos alguns exemplos:

Nome	Raízes	Significações
<b>Abaité</b>	Abá-eté	Abalisado ou pessoa notável. Povoação do Pará. Rio de Minas Geraes.
<b>Andiroba</b>	Jandi-iróba	Azeite amargoso. Árvore que da azeite bom para luzes e



		sabão.
<b>Araray</b>	Arára-yg	Rio das araras. Ilha do Pará.
<b>Caheté</b>	Caá-eté	Vespa má. Nome de uma tribo d'Índios de Mato Grosso.
<b>Paraguay</b>	Paragoa-yg	Rio dos papagaios. Rio que em parte divide o Brasil d'America hespanhola independente, ao qual alguns chamam Rio da Prata.
<b>Paranayba</b> } <b>Parnayba</b> }	Paraná-ayba	Mar Mao ou perigoso Villa e Rio de Piauhy.
<b>Pericumá</b> } <b>Pericumã</b> }	Piry-camá	Junco de cama ou para cama. Rio do Maranhão.
<b>Pernambuco</b>	Paraná buca	Boca do mar. Província do Brasil (d) (d) Os <i>Tupinambás</i> usavam de vocabulos nossos, umas vezes por necessidade, outras sem umas diziam <i>juru</i> , outras <i>bûca</i> ; e d'aqui vem talvez o chamar-se ainda hoje no Maranhão ao cabaço ou cuia de boca estreita cuiam-búca ou bukecuia.

As palavras, que o estudioso documenta, são topônimos e nomes de plantas e animais provenientes do tupi. São essas palavras brasílicas que dão forma ao país. Nesse gesto de documentar também se registra a variação (ortográfica) entre alguns termos, além de serem tecidos alguns comentários, em nota de rodapé, sobre esses vocábulos. Assim se constitui um saber etimológico na RIHGB, além de se apresentar a raiz da palavra, também se trabalha com a significação, com observações referentes a alguns usos enunciativos desses itens lexicais. Nunes (2006, p. 141) aponta que a divisão nome-raiz-significação corresponde a uma estrutura discursiva. Conforme o autor (2006, p. 141):

O nome é o termo indígena incluído na língua em uso. A raiz é definida a partir de uma divisão morfológica da língua indígena. E a significação é uma atualização no português do Brasil composta de tradução seguida da determinação geográfica no território brasileiro. Deste modo, a língua indígena, através da etimologia, passa a figurar dentro de uma unidade nacional por meio do discurso natural e geográfico. É um trabalho sobre os domínios; o de um tempo passado, por

meio da morfologia da raiz, e o de um tempo atual, com a tradução e determinação do sentido em direção ao português.

No *Domínio da Palavra*, os estudos na Revista do IHGB falam sobre a etimologia, a história, a significação e o uso dos itens lexicais. Focaliza-se em um determinado item e um estudo acerca desse item é realizado. O tempo atual e o passado são trabalhados nesse domínio. Volta-se a formulações já ditas para fundamentar algo que está sendo construído no tempo atual. As práticas de escritas, na RIHGB, voltam-se para o território nacional. O olhar está para o Brasil e as coisas que o constituem como uma nação. É um olhar geográfico, histórico, etimológico para as coisas da pátria.

Vejamos o funcionamento do domínio do *Comentário Linguístico*.

#### **4. Os comentários linguísticos: o saber sobre as línguas**

Nesse domínio, o modo como os textos se constituem se diferem dos demais. Nos domínios anteriormente analisados, os textos objetivam analisar algum aspecto linguístico: fonético, etimológico, histórico das línguas do Brasil. Há estudos que analisam os sons das línguas e como estes são representados ortograficamente em um alfabeto, outros que analisam o uso de determinada palavra em um texto e outros que por meio de um estudo etimológico estabelecem a significação de uma palavra. No domínio do *Comentário Linguístico*, o objetivo principal não é discorrer especificamente sobre um saber linguístico, mas sim realizar um estudo ou sobre a história, a geografia ou a etnografia do Brasil. É no interior desses estudos que o comentário linguístico surge. Sendo assim diversos serão os textos que trarão uma observação relativa às línguas do Brasil. Essas observações versarão sobre a significação de alguns itens lexicais, sobre aspectos gramaticais, semânticos, enunciativos.

Analisaremos somente alguns textos para mostrar como o comentário linguístico se formula no interior dos trabalhos publicados na RIHGB. Esse gesto justifica-se uma vez que o funcionamento nos diversos trabalhos publicados na RIHGB obedece a certas regularidades.

Em *História dos índios cavalleiros ou da nação guaycuru* (1839), de Francisco Rodrigues do Prado, o objetivo é descrever os costumes (rituais, usos), o governo e também as “hostilidades” praticadas por esse grupo indígena a outras “nações bárbaras, aos portugueses e hespanhoes” (RIHGB, 1839, p. 21). O texto inicia-se trazendo uma descrição dos índios guaycurú:

É a nação guaycurú errante como todas as outras nações selvagens que não cultivam a terra, nem permutam com os outros povos os seus generos e fructos: Ella sempre habitou nas margens do rio Paraguay, que tendo suas primeiras fontes pela latitude austral de 13 grãos, e fazendo contra-vertentes com as cabeceiras do rio Tapajoz (grande braço do Amazonas), corre ao sul na extensão do seu curso total de 600 leguas, até ir entrar no mar com o nome de Rio Prata, onde tem quarenta léguas de bocca pela latitude de 35 grãos e minutos. Esta nação habita pelo lado oriental do Paraguay desde a latitude de 19 grãos e 36 minutos (RIHGB, 1839, p. 21).

Os comentários linguísticos nesse texto são relativos a algumas nomeações indígenas, também ressalta-se a diferença entre o falar indígena masculino e o falar indígena feminino.

Vejamos alguns recortes:

(1) Pela latitude de 21 grãos e 29 minutos está o lugar propriamente chamado Fecho dos Morros, porque pelo lado oriental desde a margem do rio principia uma cadêa de montanhas, que se estende para o centro do paiz, fazendo em partes algumas pequenas quebradas, que facilitam aos guarycurús o irem fazer guerra aos gentios chamados por elles *Cayavaba*, e por nós *Coroados*, que habitam as cabeceiras do Mambaya (...) (RIHGB, 1839, p. 21).

Interessante notar que há uma diferença entre o modo de nomear os gentios. Há um enunciador “eles” e um “nós”. Esse “eles” são os indígenas da nação guaycurú e o “nós” seriam talvez os portugueses, os não indígenas. A depender do sujeito que enuncia um ou outro termo é usado.

(2) Talvez se deva atribuir a saúde que gozam a *summa dieta* que guardam nas suas enfermidades, comendo sómente um pouco do amago de uma espécie de palmeira chamada por elles *carandá* (RIHGB, 1839, p. 23).

(3) Debaixo do panno trazem uma espécie de tanga, a que na sua tosca língua chamam *aijucate*, cousa que desde que nasce uma menina nunca se verá sem ella. Este uso devia servir de modelo a muitas mulheres, que tendo a felicidade de nascer debaixo de uma religião santa como é a catholica (que professo), fazem garbo da desnudez (RIHGB, 1839, p. 25).

Nesses dois recortes temos nomeado os costumes, os objetos do universo indígena.

Podemos dizer que o autor da obra provavelmente era um missionário que professava a fé católica. O autor se posiciona em relação à língua dos guaycurú. Para ele, a língua é “tosca”, embora seja abundante em certas nomeações. O costume indígena de “guardar a nudez” é visto como um modelo que deveria ser seguido pelas “mulheres católicas” que mesmo possuindo uma religião ainda tem costumes inferiores, como indica o autor.

Sobre o modo de falar indígena, nesse texto, temos:

(4) O *jargão* dos guaycurús é maior parte collocado e abundante em phrases e nomes: as mulheres explicam-se quasi sempre differentemente dos homens. Por exemplo: os homens para dizerem morrer, dizem *aleo*: as mulheres *gema*. Para dizerem *vou para minha terra*, dizem *saragigo oypilo*; e ellas *seragigo yoi*. – Ao beber dizem os homens *jaguijá*, e as mulheres *jaucá*: elles para dizerem homem dizem *hulegere*, ellas *aguina*. Em muitas coisas respondem no figurado. A pronuncia é mais guttural que nasal; a proporção do que querem encarecer, carregam sobre a voz, e com as mãos e gestos acompanham o discurso (RIHGB, 1839, p. 30).

O autor desse trabalho não nomeia o falar indígena de “língua”, mas sim “jargão”.

Aparentemente o falar dos guaycurú não seria visto como uma língua legitimada, mas sim como um falar de um grupo indígena. Contudo, como podemos notar, não temos nesse texto uma imagem de uma língua inferior, pobre, mas sim uma língua “abundante” e que apresenta grandes diferenças entre o falar masculino e o feminino. Os comentários linguísticos nesse trabalho vão se constituindo conforme Francisco Rodrigues Prado descreve os costumes, os usos dos indígenas e os conflitos que estes tiveram com os portugueses, espanhóis e com as tribos indígenas.

Vejamos o texto *Descrição Geographica da America Portugueza*. Esse texto é uma transcrição para a Revista do IHGB de um manuscrito do século XVI (1587). Essa transcrição foi publicada no ano de 1839 na Revista do IHGB. O texto não traz a indicação de autoria. Aqui, podemos ver como funciona a posição de um sujeito coletador. Algum membro do IHGB coletou esse texto a pedido do IHGB e esse texto figura na revista da instituição. Quando isso ocorre às vezes o nome do coletador aparece no texto, outras vezes o nome do coletador não é ressaltado.

O texto *Descrição Geographica da America Portugueza* se divide nas seguintes partes:

- Dá-se noticia de quem foram os primeiros povoadores da Bahia de Todos os Santos.
- Descreve-se a estatura do gentio Tupinambá e sua divisão.
- Dá-se noticia do motivo que os Tupinambás da cidade tiveram para se dividirem e passarem a Ilha de Taparica e Jaguarive.
- Referem-se as formalidades da língua dos Tupinambás, da lei que professam.
- Dá-se noticias de como se governam os Tupinambás, da qualidade dos seus maiores e formalidades de suas aldêas e cosas, e modo de viver.
- Referem-se os casamentos dos Tupinambás, a multiplicidade que tem de mulheres, como se conservam, escolhem, conseguem, e cerimoniais com o que fazem.
- Trata-se dos enfeites dos índios, e do seu modo de trajar.
- Refere-se o que os Tupinambás praticam quando lhes nascem os filhos, e a criação que lhes dão.
- Refere-se qual é maior bizzaria dos Tupinambás.
- Dá-se uma succinta da luxuria de sensualidade dos Tupinambás.

- Referem-se as ceremonias com que os Tupinambás fazem os funeraes e lutos que toma e como curam as moléstias.
- Refere-se a formalidade com que comem os Tupinambás.
- Dá-se noticia da formalidade com que este gentio trabalha nas suas roças, e de suas maiores habilidades e manufacturas.
- Dá-se noticia da natural propensão do gentio Tupinambá.
- Trata-se dos Tupinambás feiticeiros dos que querem mostrar que o são, e dos que comem terra para se matarem.
- Refere-se como os Tupinambás recebem os seus hospedes, cantam, choram, supportam e praticam suas saudades, e tratam seus negócios.
- Trata-se da forma com que este gentio cura suas enfermidades.
- Mostra-se o grande conhecimento que os Tupinambás naturalmente tem da altura do sol e do movimento das estrellas, por cujo motivo gyram todo o sertão, sem perderem passo, indo parar à terra que querem.
- Refere-se como os Tupinambás dão suas batalhas; como engordam os captivos, e solemnidades com que os matam e comem.

Pelos títulos podemos notar o modo como o texto vai se constituindo: formula-se um saber sobre os índios tupinambás. Discorre-se sobre seus costumes, forma de governo entre outras coisas. Desse modo, fala-se sobre o índio e a sua língua surge como um elemento a mais que o constitui, o caracteriza. Sendo assim, a parte que nos interessa analisar é: *Referem-se as formalidades da língua dos Tupinambás e da lei que proferem*. Vejamos:

Ainda que os Tupinambás se dividiram, como fica dito, sempre era uma nação e sempre conservaram a mesma linguagem.

É esta quasi geral por toda a costa, e sertão do Brazil: sua vida, costumes e gentilidade, é quasi uniforme não tem conhecimento da verdade, não reconhecem cousa alguma por autor da

natureza, não prestam adoração a alguma cousa, nem conhecem superior, apenas sabem por experiência, que se nasce, vive e morre, e é o povo mais bárbaro que Deus criou:

Capacitam-se que é verdade infallível quanto lhes dizem, que não há mentira nem engano, tem muita graça quando fallam (especialmente as mulheres) e são compendiosos em seus discursos e historias. Em sua linguagem não tem as letras F, L, e R, grandes ou dobradas, circumstancias que muitos notam dizendo: – Que não tem F; porque lhes falta a Fé; e não crêm cousa alguma, nem adoram de coração, ainda os baptisados, e já nascidos no gremio da igreja, adorando as imagens e crendo os mysterios da nossa religião, porque assim o vêm fazer e lh’os ensinam, e não por compunção interior, não tendo lealdade com quem os beneficia, e nem acreditando por verdades infalliveis os dogmas da igreja. Não tem L, porque lhes falta lei, pela qual se governem, cada um faz o que a vontade lhe pede, e nada mais lhe importa. E não tem R, porque não tem rei, que os governe. O pai não governa o filho, nem este reconhece superioridade tendo alma, e sendo racionaes, vivem como brutos no mundo. Em logar de dizerem *Francisco* dizem *Tancisco* porque comem o F, em logar de *Rodrigo* dizem *Odigo*, em logar de *Lourenço* dizem *Oenço* (RIHGB, 1839, p. 158-159).

Aqui temos um imaginário de unidade que é dado pela nomeação tupinambá e essa unidade representa toda uma nação indígena. Há uma relação estabelecida entre a língua, por meio da nomeação, e a nação. Mesmo aceitando que há uma divisão entre os indígenas é como se todas as tribos fossem procedentes dos índios tupinambá. Seriam esses índios que teriam originado os outros grupos indígenas. E todos esses grupos falariam a “mesma linguagem”. Esses dizeres que apontam que certos grupos indígenas falam uma mesma língua são retomados em outros textos da RIHGB.

Em *Artigo extrahido do Panorama*<sup>25</sup> (1845), também se aponta isso. Dividem-se os indígenas do Brasil em dois grupos. Um que falaria a “mesma língua geral”, nomeada pelos europeus de *língua brasílica*, e outro que teria diversas línguas diferentes entre si:

Em dois grandes grupos se podem estes [indígenas] commodamente dividir. O 1º comprehende todas aquellas nações, ou raças de gentios indígenas, que falam com discrepância a mesma língua geral e commum, a que por isso os europeus chamaram língua brasílica. Estes pela maior parte habitavam o litoral no tempo da conquista. – No 2º entram os que vivendo quasi todos mais para o sertão têm entre si línguas e costumes diferentes (RIHGB, 1845, p. 524).

A língua que dá unidade no espaço brasileiro é a língua brasílica. Ela é falada, pelos dizeres do texto, pela maioria dos indígenas do Brasil que vivem no litoral, os outros

---

<sup>25</sup> Não há a indicação de autor.

indígenas que falariam diferentes línguas são grupos espalhados pelo território nacional. É importante ressaltar que nos textos que buscam classificar as línguas indígenas do Brasil, há sempre um jogo tenso entre unidade e diversidade. Entre uma língua originária e línguas diversas. Além dessa imagem de uma língua única, também é explorado, em diversos textos da RIHGB, a questão de a essa língua faltarem certas letras, o que denotaria a falta também de civilização. No *Artigo do Panorama* fala-se também da falta das letras: F, L e R. Observemos:

Todas estas nações, ainda que diferentes e muito contrarias, e ocupando toda a extensão da costa do Brasil, falavam com tudo a mesma língua com tão pouca discrepância como succede entre as províncias da mesma nação. Esta língua é fácil, elegante, suave e copiosa, e toda a dificuldade d'ella está em ter composições. Os portugueses a aprenderam logo, e os missionários a reduziram a arte escripta, e a ensinavam.

A respeito d'esta língua diz um dos nossos mais estimados escriptores das cousas do Brasil: - "Tem muita graça quando fallam, mormente as mulheres são mui compendiosos na forma da linguagem, e mui copiosos no seu orar; mas falta-lhe três letras das do ABC, que são F, L e R (grande ou dobrado), cousa muito para se notar, porque se não têm F, é porque não tem fé em nenhuma cousa que adorem, nem os nascidos entre os christãos e doutrinados pelos padres da companhia têm fé em Deus Nosso Senhor, nem têm verdade, nem lealdade a nenhuma pessoa que lhes faça bem. E se não têm L na sua pronunção é porque não têm lei nenhuma que guardar nem preceitos para se governarem, e cada um faz lei a seu modo, e ao som de sua vontade, sem haver entre elles reis com que se governem, nem têm lei uns aos outros. E senão têm esta letra R na sua pronunção é porque não têm rei que os reja e á quem obedçam, nem obedecem a ninguém, nem o pai ao filho, nem o filho ao pai, e cada um vive ao som da vontade. E para dizerem Francisco dizem Prancico, e para dizerem Lourenço dizem Borenço, e para dizerem Rodrigo dizem Gorigo, e por este modo pronunciam todos os vocábulos em que entram estas três letras (RIHGB, 1845, p. 526-527).

Esses comentários sobre a língua dos indígenas vêm desde o Brasil Colonial e são retomados com o intuito de caracterizar a língua dos índios e também os indígenas. Há o estabelecimento de um padrão, um modelo de língua e busca-se adaptar a língua indígena a esse modelo. Esse gesto foi uma prática na descrição das línguas indígenas. Traz-se o modelo da língua portuguesa e a língua indígena é descrita por este modelo. Esses textos que analisamos da RIHGB são a publicação de manuscritos que foram elaborados no início da colonização, por isso um discurso de unidade, homogeneidade dada pela língua brasílica é muito presente. Com esse gesto a RIHGB documenta um tipo de estudo sobre as línguas que foi realizado no Brasil.



Como vimos e veremos em outros textos os trabalhos da RIHGB sobre o saber linguístico brasileiro retomam estudos já realizados, mas também propõem outras formas de se ver e analisar o indígena e sua língua. Em alguns trabalhos refutam-se esses dizeres do Brasil Colonial e busca-se estabelecer um novo saber sobre as línguas indígenas do Brasil em outros sustentam-se dizeres dos jesuítas e estes passa a servir de modelo.

Vejamos um trabalho em que diversos aspectos (fonético, morfológico, sintático) sobre as línguas indígenas são levados em consideração para se estabelecer uma classificação às línguas do Brasil/América. Nesse trabalho, podemos dizer que temos um tratado gramatical sobre as línguas da América Latina sendo produzido.

### **5. Os tratados gramaticais: o fonético, o ortográfico e o morfológico**

Nesse domínio, os textos discorrem sobre diversos aspectos linguísticos (fonético, ortográfico, morfológico). Esses textos caracterizam-se por serem semelhantes a tratados gramaticais das línguas indígenas.

O texto *Ensaio de Antropologia – Religião e raças selvagens*, publicado na Revista do IHGB em 1873 e elaborado por José Vieira Couto Magalhães, desenvolve uma análise minuciosa sobre algumas tribos do Brasil e também propõe uma classificação das tribos indígenas por meio de suas línguas. O autor filiado a perspectiva da Gramática Comparada e da Gramática Histórica desenvolverá um estudo sobre as línguas dos indígenas e as dividirá em alguns grupos. Analisemos:

Couto Magalhães era político, militar e escritor brasileiro. Foi um grande estudioso das coisas do sertão. Compôs em 1867 o livro *O Selvagem*. Nesse estudo, publicado na RIHGB, discorrerá sobre os indígenas. A parte do estudo que nos interessa é o capítulo IV, *Línguas*. Esse capítulo se divide nas seguintes partes:

- Classificação Morfológica.
- Dois grandes grupos nas línguas sul americanas.
- Línguas Aryanas da America.
- Línguas Geraes, não Aryanas.
- Índole das Línguas no grupo Tupi.
- Trabalhos sobre a língua Tupi ou Guarani.
- Trabalhos sobre a língua Quíchua.

Couto Magalhães inicia seu texto ressaltando a importância do estudo das línguas para que seja produzido um conhecimento sobre os povos. Traz uma citação de Leibnitz em que fundamenta sua opinião: “Leibnitz, em uma carta ao padre Verjus, dizia: *julgo que nada serve tanto para se poder bem julgar da afinidade dos povos como as línguas*. O grande philosopho tinha razão” (RIHGB, 1873, p. 421).

Partindo desse comentário Couto Magalhães começa a discorrer sobre as raças que habitam a América e sobre suas línguas. Nas palavras do estudioso (RIHGB, 1873, p. 421):

As raças aborígenes do Brasil apresentam dois typos: um primitivo, e outros cruzados com raças brancas que deverão ter aportado á America muitos centos de annos antes da descoberta d’ella por Cristovão Colombo.

Além de caracteres phisicos que demonstram este cruzamento há outro vestígio irrecusável: é presença de numerosas raízes sanscritas em certas línguas da America.

Como para a classificação das raças os vestígios deixados pelas línguas sejam documentos de incontestável valor, antes de entrar n’aquella classificação, vamos estudar a das línguas americanas assim como os factos que se prendem a taes línguas, e que, elucidam mais de um ponto obscuro de ethnographia.

Para Couto Magalhães, por meio do estudo das línguas dos povos podem-se estabelecer as diferentes raças desses povos. Na própria constituição da língua é possível perceber semelhanças e diferenças entre grupos, nesse estudo especificamente, entre grupos indígenas da América. É isso que o estudioso fará nessa parte de seu trabalho, mostrará como as línguas

da América se dividem e revelam também uma divisão entre os povos desse continente. É o estudo das línguas auxiliando no campo dos estudos etnográficos.

Na parte *Classificação Morfológica*, Couto Magalhães traz uma classificação geral das línguas proposta por Max Müller. Conforme Couto Magalhães, isso se justifica em virtude do modo como classificará as línguas da América, algumas “generalidades” auxiliarão no modo de análise das línguas e contribuirão para tornar “mais claro este assumpto de classificação” (RIHGB, 1873, p. 422). De acordo com o autor:

O notavel professor inglez o Sr. Max Müller, seguindo as immortaes pegadas da Gramática Comparada de Bopp, classificou todas as línguas humanas em três grandes secções: línguas *monosyllabicas*, línguas de *aglutinação* e línguas de *flexão*.

São monosyllabicas aquellas em que cada syllaba tem um significado.

São de aglutinação aquellas em que as raízes primitivas, as monosyllabicas, tem em grande parte perdido o seu significado quando isoladas, mas que adquirem um desde que entram em composição com outra raiz. É n'este tronco que devem ser classificadas as nossas línguas americanas, e o seu typo é a língua turana.

São línguas de flexão aquellas em que as raízes já totalmente se perderam, de modo que o pensamento nunca pôde ser expresso senão por meio de nomes de maior ou menor numero de syllabas, mas que não são uma raiz. O sânscrito e o hebraico são typos n'esta família, á que pertencem tambem o portuguez e as línguas europeas (RIHGB, 1873, p. 422).

Para o autor essa divisão não mostra em si o parentesco entre as línguas, mas sim o “maior ou menor grão de adiantamento de uma língua”. Couto Magalhães vê essa divisão como um processo pelo qual qualquer língua pode passar. O estudioso coloca que:

Quando a anthropologia estiver mais adiantada, a linguistica, sua filha primogênita, ha de fixar regras de uma classificação mais profunda das línguas, e muito provavelmente esta classificação, partindo de caracteres mais íntimos do que a sua forma externa, ha de auxiliar a classificação das línguas humanas e vice-versa, esta há de por sua vez auxiliar a das línguas (RIHGB, 1873, p. 423).

A linguística nos dizeres de Couto Magalhães é filha da Antropologia e, como já salientamos, o estudo das línguas – classificando-na – auxiliaria na compreensão dos seres humanos. Por trás da compreensão de uma língua, está a compreensão do sujeito que a fala. Os estudos sobre um saber linguístico no século XIX no interior da RIHGB são feitos com o

intuito de se conhecer o índio, busca-se dar forma a uma nação e aos sujeitos em que nela vivem. Sendo assim o estudo histórico, geográfico, antropológico, etnográfico e linguístico faz-se necessário. São esses campos teóricos que a produção da RIHGB versará e sempre com o objetivo de formular, sustentar um dizer sobre o Brasil.

Na segunda parte de seu texto, *Dois grandes grupos nas línguas sul americanas*, o autor classificará as línguas americanas em dois grupos. Segundo Couto Magalhães (RIHGB, 1873, p. 423-424):

Supposto que as línguas americanas tenham todas chegado ao 2º período de desenvolvimento – o de aglutinação, resta saber qual o grão de parentesco que ellas têm entre si.

Os estudos comparados a respeito das línguas americanas estão apenas começando agora, e muitos annos decorrirão antes de esclarecer-se completamente este assumpto.

Empregando o methodo naturalista, que não deixa de fazer as grandes divisões pelo facto de não ter dados para fazer as pequenas, propomos que se adopte a seguinte classificação:

1º grupo: *Línguas aryanas*, ou aquellas que contendo centenaes ou milhaes de vocábulo sâncritos, indicam um cruzamento entre índios da America e aquella grande família branca: o quíchua, que era a língua fallada por Yncas, seja o typo predominante d'esta grande divisão, na qual se virá agrupar mais tarde uma outra grande língua, a saber: o quinché com seus dialectos o *choque-chiquel* e o *zutuil* que, segundo o demonstra o padre Brasse de Bourbourg são parentas próximas de línguas europeas aryanas.

2º grupo: *Línguas Geraes, não aryanas* n'este grupo se comprehende o tupi e o guarani entre os quaes não ha maior differença do que a que existe entre o portuguez e o hespanhol.

Assim como comprehendem-se numerosos dialectos d'essas línguas, entre os quaes o dos índios *kiriris* no qual possuimos um curioso cathecismo escripto de 1698, impresso em Lisboa, de que trato na noticia que dou no fim d'este capitulo, onde escrevo a bibliographia dos dois grupos de línguas americanas: supponho que o segundo dos dois comprehende tambem todas as línguas do Brasil.

Após essa classificação das línguas da América em dois grupos, Couto Magalhães passa a categorizar cada um desses grupos. O autor mostra fortemente a filiação aos estudos comparatistas que estavam em pleno desenvolvimento no século XIX no mundo todo e que no Brasil ainda estava em seu princípio. Aponta Couto Magalhães (1873, p.425):

Os estudos sérios de philologia comparada datam da publicação da grammatica de Bopp.

Homens estudiosos não recuaram diante da aridez d'este estudo, e, com indizível paciência, escavaram essas minas pejadas de thesouros da antiguidade, e tem feito tantos progressos que talvez não esteja longe o dia em que, com o estudo de uma só grammatica e de um só systema

de raízes se consiga a chave para entender todas as línguas e dialectos de um grupo, fallados pela humanidade.

Apresenta-se por esse recorte o objetivo da gramática comparada: elaborar uma gramática das línguas. Por esse estudo, Couto Magalhães contribui com as pesquisas dentro desse campo linguístico que se desenvolve no século XIX. É a contribuição brasileira para os estudos do mundo.

Couto Magalhães documenta vários estudos realizados com os dois grupos de línguas americanas. Em relação ao grupo *Aryanas*, são apresentados os estudos de Brasser de Bourbourg, Fidel Lopes, José Fernandes Noda. Estes surgem como referências para quem deseja saber sobre a relação do sânscrito com as línguas aryanas. Em relação ao grupo das *Línguas Geraes, não Aryanas* cita os trabalhos de Antonio Roiz de Montoya, John Luccock, Martius, Lourenço Furtado de Mendonça, José de Anchieta, Paulo Restivo, Luiz Figueira. A maioria dos autores citados é do período colonial (século XVI ao XVIII).

Nesse estudo, Couto Magalhães trabalha a questão da similiaridade entre o tupi e o guarani. Aponta que:

o tupi ou o guarani foi, é e será ainda por muitos annos a língua mais geral da America do Sul, é a questão que não pode ser seriamente contestada, desde que se admitta a quasi identidade das duas. Que ellas são quasi identicas não ha a menor duvida para os que a tem ouvido fallar pelos naturaes (RIHGB, 1873, p. 431).

Contudo, Couto Magalhães em uma nota de rodapé estabelece uma diferença entre essas duas línguas, ademais de já ter apontado que as “circumstancias geográficas” também produziram diferenciações nas línguas. Vejamos essa observação (RIHGB, 1873, p. 427):

Entre as differenças uma ha curiosa, e é a tendencia que manifesta o guarani em abandonar as raízes primitivas dos vocábulos aglutinados, e isto demonstra que o guarani é filho do tupi; exemplo: *sucurijú*, é o nome da nossa grande serpente amphibia, em tupi; os guaranis dizem *curyjú*; *Cahapora*, é o nome de um genio de sua mythologia em tupi; os guaranis dizem *Pora*, *Curuopira*, é o nome de outra divindade, em tupi; os guaranis dizem *Curupim*, *Matim taperé* ou

*Saci Cerere* é outro genio em tupi, os guaranis dizem: *céréréê*, onça, *jaguara* em tupi, os guaranis dizem *jaguá*. Estes exemplos, que eu poderia alongar a um grande numero de vocábulos, indicam que é a mesma língua em dois períodos: o tupi em um periodo mais primitivo quase monosyllabico, conservando com escrúpulo as raízes com que formou a aglutinação; o guarani em um periodo mais desenvolvido, aquelle em que a raiz monosyllabica perde a significação para abandonal-a ao vocabulo aglutinado. Portanto o tupi, é a fonte, e por isso denominados o grupo com o nome de tupi.

Couto Magalhães defende o tupi como fonte de diversas línguas, sendo uma delas o guarani. Tem-se nesse trabalho uma forte tentativa de estabelecer um parentesco às línguas da América. Mais uma vez o tupi surge como a língua que dá unidade à diversidade de línguas, aqui a unidade é dada pelo fato de certas línguas descenderem do tupi. Na América Latina é o tupi que unifica as línguas dos territórios vizinhos. O restante do texto de Magalhães discorrerá sobre a estrutura das línguas do grupo tupi e argumentará mais uma vez sobre a importância de um estudo comparativo das línguas da América. Gostaríamos de trazer dois recortes em que o estudioso salienta isso. Observemos:

(1) É para lamentar que, no grande movimento de estudos fortes que nos últimos annos se hão deprehendido na Europa e America sobre as línguas do novo mundo, o Brasil não tenha concorrido com um só livro; se alguns estudam nada publicam, e assim figuramos entre os indolentes, incapazes ou indifferentes ao progresso da grande questão da língua universal (RIHGB, 1673, p. 434-435).

(2) Os padres jesuítas hespanhóes e portuguezes foram os únicos que na antiguidade estudaram as línguas selvagens. As línguas selvagens hoje são o mais valioso documento para resolverem-se dois problemas importantes da sciencia, a saber: os grãos de parentesco da grande família americana, e as leis a que o entendimento humano está sujeito no desenvolvimento da poderosa faculdade de compor línguas. Descoberta essa lei, será possível uma grammatica que sirva de chave para entenderem-se todas as línguas de uma mesma família, o que será cousa mais importante para o progresso da humanidade do que a descoberta do vapor ou das leis da electricidade (RIHGB, 1873, p. 435).

Couto Magalhães marca bem a importância de um estudo sobre as “línguas selvagens”. Mesmo tendo já sido estudadas pelos jesuítas, as línguas dos índios são objetos importantes a serem analisados, uma vez que contribuirão para que se pense nas línguas da América e para que uma gramática universal seja elaborada. De certo modo Couto Magalhães faz um apelo para que o Brasil olhe para as suas línguas e que as estudem e elabore obras que

apontam como as línguas da América se constituem, se significam e se diferenciam de outras línguas do mundo e também aponte como essas línguas contribuem para a constituição de uma língua nacional.

Na RIHGB, um estudo sobre as línguas do Brasil é documentado, nem sempre objetivando contribuir para a constituição de uma gramática das línguas, mas sim pretendendo aprender a língua indígena para civilizar. Outras vezes, os estudos servem somente para apontar uma situação de contato, relatar uma viagem. Por fim, em outros momentos, textos da época colonial de missionários jesuítas, que deram a alguns falares indígenas o estatuto de língua, são documentados e começam a fazer parte de um discurso de retomada de um passado para legitimar uma prática de documentação realizada no presente.

Mostramos neste capítulo que os trabalhos publicados na RIHGB sobre um saber linguístico brasileiro são baseados em (i) comentários linguísticos – em que nomeiam seres e coisas, fala-se sobre a estrutura da língua, sobre sua história – (ii) aspectos fonéticos/ortográficos – em que se realiza um estudo sobre os sons das línguas e sua representação ortográfica – (iii) aspectos históricos/etimológicos – em que a unidade de análise é a palavra em sua história (uso) e em sua etimologia; (iv) tratados gramaticais – em que as práticas voltam-se para a constituição de um saber linguístico que analisa os diversos domínios de uma língua e sua relação com a língua portuguesa.

Nesses domínios as línguas contempladas foram as línguas indígenas. O olhar estava para o índio e seu falar. Nesses trabalhos, pudemos notar a disciplinarização de estudos que se voltam para o saber linguístico. Esses estudos são entremeados pelos estudos geográficos, antropológicos, etnográficos e históricos. Disciplinariza-se um saber linguístico enciclopédico em que diversos domínios contribuem para a constituição de um dizer sobre as línguas do Brasil e de suas fronteiras. É o início de uma linguística brasileira sendo divulgada na RIHGB.

Agora analisemos o saber linguístico no domínio dos instrumentos linguísticos. Separamos esse domínio em virtude da especificidade do objeto analisado – dicionários. Vejamos:



## **CAPÍTULO IV: A REVISTA DO IHGB E OS INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS**

---

Durante o século XIX, a RIHGB dedica-se à publicação/documentação de vários instrumentos linguísticos. Sua prática de documentação centraliza-se na produção de vocabulários bilíngues de línguas indígenas. Contudo, na RIHGB há também uma obra regionalista que traz palavras da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma que documenta itens lexicais de diversas línguas (indígenas, africanas, francesa entre outras) introduzidos à língua portuguesa, *Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar*, e duas obras de especialidades (o *Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo*, e o *Dicionário Histórico e Geográfico*).

Neste capítulo, analisaremos essa documentação referente aos instrumentos linguísticos da RIHGB. Iniciaremos com a análise dos vocabulários bilíngues (língua portuguesa-língua indígena e vice-versa). Após, analisaremos *Colleção de Vocábulos e Frases usados na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, de Antonio Álvares Pereira Coruja, e *Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar*, de Braz da Costa Rubim, e, por fim, faremos uma análise do *Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo*, de Braz da Costa Rubim, e do *Dicionário Histórico e Geográfico*, de João Vicente Leite Castro. Todavia, antes de analisarmos os instrumentos linguísticos, faz-se necessário compreender como concebemos uma análise discursiva das obras lexicográficas.

### **1. Os domínios do dicionário**

Em nossa perspectiva teórica, vemos o dicionário como um objeto discursivo (Collinot e Mazière, 1997; Orlandi, 2002a, 2002b; Nunes, 1996, 2002, 2006) que estabelece a relação entre a língua, o sujeito e a história na constituição do discurso lexicográfico. Conforme Orlandi (2002, p. 103), “A lexicografia discursiva vê, nos dicionários, discursos. Desse modo,

na escuta própria à análise de discurso, podemos ler os dicionários como textos produzidos em certas condições, tendo seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória diante da língua”. A leitura do dicionário como um discurso questiona a evidência das definições e a imagem do dicionário como um objeto de consulta. Assim, ao ler-se a definição lexicográfica podemos perceber o modo sócio-histórico, ideológico de conceber a língua. Conforme ressalta Orlandi (2002b, p. 104):

Quando pensamos o dicionário em sua relação com essa representação da língua [que contenha todas as palavras da língua], estamos interessados menos em seu autor – específico e ligado a uma filiação teórica particular – e mais no fato de que este instrumento lingüístico é lugar de construção da memória social, em que se marca a relação da ciência com o Estado.

Na análise discursiva dos dicionários, trabalham-se algumas noções provenientes da lexicografia e da lexicologia, tais como: prefácio, verbete, nomenclatura, definição. Conforme Nunes (2006, p. 33):

Tratar esses domínios como discursivos leva a considerar a historicidade de sua constituição e a analisar os sentidos de seus elementos na relação com outros domínios do *corpus*. Incluem-se aí a observação das relações de intertextualidade e de interdiscursividade que constituem o discurso lexicográfico, bem como a interpretação relacional das formas enunciativas de um domínio a outro e de um dicionário a outro.

Os prefácios constituem material fundamental para análise das condições de produção do discurso e da posição do lexicógrafo. De acordo com Nunes (2006, p. 33), nos prefácios,

os autores se colocam, construindo as imagens dos leitores e as do dicionário: o plano da obra, a concepção de língua, o recorte da nomenclatura, os procedimentos lexicográficos, o contexto em que o dicionário se insere (dicionário de língua nacional, dicionário de regionalismo etc). Este aspecto da posição do lexicógrafo refere-se ao que, a partir desta posição, se diz (ou não diz) sobre a língua, o dicionário e seus interlocutores. Sem esses textos introdutórios, o dicionário perde grande parte de sua historicização, que só pode então ser explicitadas por um trabalho de arquivo.

Para a análise dos verbetes, ressalta Nunes (2006, p. 34), consideramos a singularidade de cada dicionário. O estudo histórico-discursivo permite mostrar os processos de produção dos verbetes, as paráfrases de um a outro dicionário, a constituição de seus subdomínios (nomenclatura, definição, contextualização, etimologia e marcação<sup>26</sup>).

O conceito de nomenclatura é trabalhado em Collinot e Mazière (1997, p. 53-55). Segundo esses autores, o primeiro gesto de um lexicógrafo é elaborar a lista de entradas que constituirá a sua obra, cujo conjunto forma a chamada nomenclatura. Assim, o lexicógrafo recorta um número finito de palavras dentre todo o potencial da língua.

Collinot e Mazière (1997) afirmam, ao utilizar a expressão “prêt-à-parler”, que o dicionário coloca em circulação certos modos de dizer de uma sociedade. Na produção do discurso lexicográfico a definição ocupa um papel fundamental.

De acordo com Nunes (2006, p. 157), a definição pode ser vista como uma paráfrase das unidades lexicais:

Na definição, léxico e sintaxe estão articulados de um modo intrínseco. A definição como objeto lexicológico leva ao estudo do sintagma. Uma definição clássica consiste em um sintagma nominal mais ou menos estendido. Nele observamos o funcionamento da hiperonímia e o da determinação do hiperônimo, que conjuntamente constroem as chamadas significações gerais e específicas. Acrescente-se que, no discurso, léxico, sintaxe e enunciação estão intrinsecamente ligados, de maneira que a descrição lingüística considera a relação constitutiva entre língua, sujeito e história. Além disso, levando-se em conta a dimensão discursiva, o estudo do léxico está aliado à análise do complexo das formações discursivas em uma conjuntura, bem como à compreensão dos espaços de memória e dos campos lexicais a eles associados.

Conforme Collinot e Mazière (1997), a definição pode apresentar variação formal (sintático-enunciativa). Essa variação faz sentido, ou seja, ela é índice de diferenças significativas no discurso lexicográfico. Conforme Nunes (2003a, p. 10), por meio da análise dos enunciados definidores, podem-se explicitar diversos fatos discursivos dentre os quais:

---

<sup>26</sup> As marcações são entendidas neste trabalho como observações relativas aos aspectos linguísticos e históricos referentes aos itens lexicais definidos nos instrumentos linguísticos.

identificação de formações discursivas, configuração da posição do lexicógrafo, deslocamentos de sentido na passagem de um estado discursivo a outro, distribuição dos enunciados definidores em diferentes domínios lexicais.

Nunes (2003a, p. 22-23) indica alguns recortes possíveis para a análise da definição lexicográfica:

1. Análise de um dicionário ou de uma série de dicionários: no primeiro caso, pode-se ter em vista conhecer a estrutura geral do dicionário ou apenas realizar um recorte dele. Um procedimento que tem sido utilizado é o de analisar os verbetes de uma amostragem de uma letra. “Tal procedimento tem a seu favor o fato de que qualquer domínio temático pode estar presente neste recorte” (Nunes 2003a, p. 22). No segundo caso, o procedimento é construir séries de dois ou mais dicionários, tais como: (i) série sincrônica: analisar diferentes dicionários em circulação em uma mesma conjuntura, comparando suas definições; (ii) série histórica: analisar um conjunto de dicionários tomados historicamente, por exemplo, os dicionários de uma língua elaborados dentro de um certo período; (iii) série heterogênea: selecionar dicionários de diferentes tipos (geral, especializado, escolar) mostrando as variações dos enunciados definidores.
2. Análise de um domínio: com esse tipo de análise o objetivo não é conhecer o dicionário como um todo, mas sim como são constituídas as definições de um domínio (por exemplo, no domínio da fauna e flora).
3. Análise de palavra ou tema: essa análise exige um posicionamento em relação à noção de *palavra* a ser utilizada, em relação a que unidade de análise considerar: lema, entrada, verbe. Aqui pensa-se o domínio da entrada, o domínio do verbe.

Em nosso trabalho, construímos uma série histórica com toda a publicação lexicográfica realizada pela RIHGB no século XIX. Nela temos desde lista de palavras até dicionários de especialidades. Assim é possível perceber como a escolha da nomenclatura é realizada, como se produz uma definição lexicográfica a depender do tipo de dicionário elaborado pelos sujeitos lexicógrafos.

Nessa conjuntura, analisar os instrumentos linguísticos é perceber como os sentidos se constituem, como ecoam, como são silenciados na/pela história. Na continuidade analisaremos cada instrumento linguístico publicado na RIHGB. Dividimos este capítulo em: (i) *Dicionários Bilíngues*, (ii) *Dicionários Monolíngues*, (iii) *Dicionários de Especialidade*. Vejamos:

## 2. Dicionários bilíngues

A RIHGB durante o século XIX publica/coleta diversos instrumentos linguísticos<sup>27</sup>. Seu ponto de partida são as línguas indígenas. Os dois principais troncos documentados são o tronco *Tupi-Guarani* e o tronco *Macro-Jê*. Temos também um vocabulário da língua guanã que pertence à família *Aruák*. Contudo, como mostraremos, há em alguns instrumentos linguísticos uma aproximação dos troncos. Certas línguas, pertencentes ao tronco *Macro-Jê*, são classificadas como fazendo parte do tronco *Tupi-Guarani*, há alguns equívocos sendo produzidos no gesto de classificar as línguas. Nesse gesto constitui-se um imaginário de unidade das línguas indígenas do Brasil, esse imaginário é dado pelo *Tupi-Guarani*. No século XIX no Brasil não estavam bem definidas as diferenças entre cada tronco linguístico, por isso alguns equívocos na busca por uma classificação das línguas.

Observamos em nossa pesquisa que a publicação/documentação de dicionários especificamente bilíngues pela RIHGB está relacionada à formação de uma história do Brasil

---

<sup>27</sup> Foram publicados na RIHGB doze instrumentos linguísticos.

que busca constituir uma identidade aos brasileiros, com um passado linguístico de origem indígena. Segundo Nunes (2006, p. 135), “as línguas indígenas passaram a ser consideradas como provas de um passado linguístico brasileiro. Despontaram, então, alguns modos de interpretar o lugar dos índios, e, paralelamente, o lugar das línguas indígenas na História do Brasil”. Nos instrumentos linguísticos, como veremos, o índio é trazido para dentro da história do Brasil, porém sem dar voz a esse sujeito. Neles, o índio é observável, compreensível, sua cultura legível.

Nunes (2006, p. 244) mostra que as práticas de arquivo durante o período imperial apontam múltiplas transformações discursivas localizadas:

estabelecimento de uma passado linguístico com a imagem do tupi antigo, construção de uma temporalidade passada no enunciado definidor, elaboração de uma narrativa histórica no interior dos verbetes, surgimento de uma descrição etimológica que ligava o tupi ao português, assim como um trabalho específico com a noção de radical, numa filiação à gramática histórica. Simultaneamente, temos nesse período a inauguração de instituições como a Biblioteca Nacional e os Institutos Históricos e Geográficos e, com isso, a formação de dispositivos de interpretação que relacionam o saber linguístico à elaboração de uma História do Brasil.

Nas RIHGB, temos os seguintes instrumentos linguísticos bilíngues documentados.

Estes foram produzidos entre 1847 e 1889:

- Notícia sobre os Botocudos acompanhada de um vocabulário de seu idioma e algumas observações (1847), M. Jomard.
- Vocabulário da Língua Bugre (1852), não há a indicação de autoria.
- Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto Amazonas (1854), Antonio Gonçalves Dias.
- Vocabulário dos Índios Cayuás (1856), oferecido pelo Barão de Antonina.
- Vocabulário da Língua Guaná ou Chané (1875), Alfredo d’Escragnolle Taunay.
- A Grammar and vocabulary of the tupi language (1880, 1881), John Luccock.

- Os índios Caingangs e seu dialecto (1888), Alfredo d'Escragnolle Taunay.
- Vocabulário Puri (1889), Alfredo de Noronha Torrezão.

Como podemos notar as línguas do tronco Tupi-Guarani documentadas são: a língua geral do Amazonas, a língua tupi e a língua dos índios Cayuás. As línguas dos Botocudos, dos Caingangs e dos Puri<sup>28</sup> pertencem ao tronco Macro-Jê. A língua Guaná ou Chané faz parte da família Aruák.

Analisemos cada um dos instrumentos linguísticos com o objetivo de refletir sobre o modo como as línguas indígenas foram descritas nos textos publicados nas RIHGB.

### 2.1. Os índios Botocudos em Paris

O texto *Noticia sobre os Botocudos acompanhada de um vocabulário de seu idioma e de algumas observações* foi publicado na Revista do IHGB, Tomo 9, no ano de 1847. Seu autor era M. Jomard (francês, fundador da *Sociedade Geográfica de Paris* e membro honorário do IHGB). Esse texto, *Note sur les Botocudos accompagné d'un vocabulaire de leur langue et de quelques remarques*, foi publicado anteriormente no ano de 1846 em Paris no *Buletin de la Societé Geographie* (Tomo 6, Terceira Série). Esse artigo, tradução do texto francês, traz um texto introdutório que descreve alguns costumes dos índios Botocudos, além de alguns comentários sobre a língua dos indígenas. Após esse texto, há um vocabulário dos Botocudos e algumas observações referentes ao idioma desse grupo indígena.

O texto se inicia noticiando a presença de dois índios Botocudos em Paris. M. Jomard relata que “Tendo a Sociedade de Geographia encarregado a uma comissão de examinar

---

<sup>28</sup> Estamos seguindo o modo como esses nomes são escritos na RIHGB. Atualmente, há outra grafia para esses nomes indígenas. No século XIX, ainda não se seguia um modo fixo de nomear os grupos indígenas. Hoje, os nomes dos povos e línguas indígenas são vistos como palavras invariáveis, sem flexão de gênero, nem de número (Rodrigues, 2002, p.10).

dois jovens *Botocudos* conduzidos a Paris pelo Sr. Marcus Porte, ouviu um relatório verbal relativamente aos hábitos dos dois sobreditos índios (...)” (RIHGB, 1847, p. 107). Vemos que os índios foram deslocados a Paris e lá são “examinados” pelos franceses. Como coloca Morel (2001, p. 1044):

o caso desses dois índios botocudos foi “exemplar” e “interdisciplinar”. Além de fotografados e alvo de debates na Academia de Ciências, viram-se medido, apalpados e tornados objetos de outros ramos das Ciências. O clima de curiosidade em torno destes índios expressava significativa mistura de espetáculo atraente e serenidade científica: a tênue fronteira entre o exato e o exótico. De certa forma eram tratados como animais selvagens que precisavam ser melhor conhecidos.

Esses dois índios, retirados de seu espaço natural de vivência (“sabe-se que ela [tribo] habita principalmente as margens do Rio do Doce e do Belmonte, estendendo-se até as nascentes do primeiro na província de Minas Geraes”) surgem em Paris como representantes da tribo indígena dos Botocudos: “ouve um relatório verbal relativamente aos hábitos dos dois sobreditos índios, sua maneira de sustentar-se, sua physionomia, e particularidades que caracterizam essa tribo” (RIHGB, 1847, p. 107). Todos os Botocudos são semelhantes a esses dois índios. Temos uma coletivização dos hábitos, das características físicas da tribo dos índios Botocudos:

O uso que elles conservam de introduzir no lobo da orelha um curto e grosso cylindro de páo, sempre mais volumoso á medida que se dilata a abertura, e o de cortar o lábio inferior para formar appendices lembram e explicam os ornamentos que se vêem frequentemente entre as antiguidades americanas, nas orelhas de certas figuras, e tanto mais que os *Botocudos* usam esculpir e ornar as extremidades das rodéllas de que fallamos (RIHGB, 1847, p. 107).

Com essa descrição dos índios é possível formular uma imagem de como eram esses indígenas fisicamente, como eles adornavam seus corpos. É trazida ao texto a maneira como os índios *Botocudos* nomeiam esse enfeite de seu corpo “dão a este enfeite o nome de *gnemetok*, e ao que as mulheres trazem no lábio inferior o de *guimoua*” (RIHGB, 1847, p.



107). No interior do texto, trazem-se algumas descrições da língua dos Botocudos, o modo como eles nomeiam determinadas palavras. Há aqui uma relação estabelecida entre *palavra-palavra* (língua portuguesa-língua indígena).

Na continuação do texto, apresentam-se outras nomeações dadas aos índios Botocudos. É possível notar que há uma divisão entre os sujeitos. Os que não são pertencentes a essa tribo, isto é, que não são necessariamente índios, nomeiam os índios *Botocudos* de um modo, os que fazem parte da tribo dos botocudos pretendem que eles sejam chamados por determinados nomes. Vejamos:

Os Botocudos têm também o appellido de *Aymores* e *Batachoas*, mas pretende-se que entre si se designam com o nome de *Eugereemoung*: póde ser que este vocabulo signifique particularmente uma das suas tribus errantes, pois a palavra *moung* ou *moung-oun* quer dizer em sua linguagem *andar, passear* (RIHGB, 1847, p. 107).

Entre os Botocudos é a nomeação *Eugereemoung* que os diferencia. Tenta-se estabelecer uma significação para o nome da tribo, especificamente de uma tribo. Existiriam várias tribos de Botocudos e uma específica espera ser chamada, em seu meio, de *Eugereemoung*. Conforme Morel (2001, p. 1042):

Estes grupos, nomeados de Aimoré até o século XVIII durante o século XIX eram chamados de Botocudo (possuíam diferentes nomes locais, como Outurack, Naknyamúk, Pojichá etc) e desde princípios do século XX são conhecidos como Krinák. Vistos pelos colonizadores como temíveis guerreiros, ocupavam unicamente extensa faixa do território [brasileiro] incluindo partes das províncias da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo e durante quatro séculos ofereceram resistência e infligiram sérias derrotas às tentativas de colonização e conquista. Pertencem ao grupo etnolinguístico Macro-Jê.

Os índios Aymorés (Botocudos) lutavam contra sua escravização. Esses índios “atacavam” os brancos (povoadores portugueses) como uma forma de defesa. O governo do Brasil entre 1806 a 1809 estabelece algumas Cartas Régias que determinavam o extermínio desse grupo indígena e de alguns outros. Gomes (1988, p. 73) aponta que as Cartas Régias de

1806, 1808 e 1809 “promovem guerras ofensivas aos Índios Botocudos, Coroados, Guerén, dando concessões a quem o fizer particularmente, inclusive com direitos a escravização de prisioneiros por períodos entre 10 e 15 anos”.

De acordo com Morel (2001, p. 1041-1042), as tribos dos Botocudos viviam um contato de três séculos com os movimentos de colonização no território brasileiro e havia um forte componente bélico. Nesta relação, mesmo que as dimensões de diálogo, negociações e miscigenação estivessem presentes, fazendo parte desse encontro, os conflitos bélicos ainda se faziam muito forte nessas relações. Nas palavras de Morel (2001, p. 1042):

Na década de 1840 esta guerra era conjugada no presente: ainda resistiam e sofriam verdadeiro genocídio por parte da sociedade brasileira, havia tráfico de escravos desta tribo na província de Minas Gerais em benefício de obras públicas, construção de estradas e trabalho doméstico. Ainda que a legislação e o discurso oficial da monarquia brasileira não acatassem a escravidão indígena e valorizassem estas populações como objetos de estudos científicos o que ocorria ao mesmo tempo era que, no contato direto com proprietários rurais e autoridades locais, predominavam o preconceito e a violência em relação a tais índios sobretudo levando-se uma região próspera e com reservas de riquezas mineiras exploradas por firmas britânicas. A sede do progresso cobiçava estas faixas de florestas tropicais.

Conhecer esses índios que lutavam contra o governo português foi objetivo de vários cientistas, viajantes e aventureiros. Com o intuito de conhecer cientificamente os índios Botocudos, Marcus Porte leva dois índios a Paris. Esses índios foram fotografados no ano de 1844 na França por E. Thiesson. Essas fotos encontram-se na Photothèque du Musée de l’Homme em Paris. Os índios levados a Paris eram um homem e uma mulher. Enquanto esses índios estiveram em Paris foram objetos de inúmeros estudos científicos. Entre eles está o estudo realizado por M. Jomard, como membro representante da *Société de Géographie*. M. Jomard faz um estudo da língua dos índios botocudos, bem como apresenta um possível método de coleta de palavras da língua dos indígenas.

M. Jomard antes de explicitar seu posicionamento em relação à língua dos Botocudos, traz alguns comentários do Príncipe Maximiliano de Neuwied e de Marcus Porte. O Príncipe

Maximiliano Neuwied foi um naturalista, etnólogo e explorador alemão que estivera no Brasil no século XIX, estudando a fauna, a flora e as populações indígenas. Era sócio correspondente do IHGB. É autor da obra *Viagem do Brasil*. Segundo Costa (2008, p. 05-06), em sua estada no Brasil, o Príncipe Maximiliano teve amplo contato com os índios Botocudos: “é justamente aos índios Botocudos, os nativos mais temidos e difamados na literatura de viagem, que Maximiliano dedica a maior parte de seu relato de viagem”. Ainda de acordo com Costa (2008, p. 6): “Ao questionar as representações, Maximiliano se vê diante do desafio não só de mudar seu próprio discurso, mas também de possivelmente sugerir novos meios para a produção de conhecimento científico sobre os indígenas”.

Conforme M. Jomard (RIHGB, 1847, p. 108), de acordo com Maximiliano de Neuwied, a língua dos Botocudos :

não distingue os generos nem os tempos dos verbos, os quaes fallam sempre no infinito e se confundem com o substantivo; a declinação apenas tem dois casos; o número plural se manifesta pela addicção do termo *rouhow* ou *rouou*, que quer dizer *muito*, as vogaes são numerosos, e as articulações difficeis de serem percebidas, o que depende sem duvida da frequencia do som nasal; mas em compensação só tem gutturaes o *c* duro ou *k*.

Os apontamentos feitos por Maximiliano Neuwied são referentes à forma morfológica da língua dos Botocudos e em relação aos sons dessa língua. Traz-se também a questão da formação do plural, que é feito por meio do termo (*sufixo*) *rouhow* ou *rouou*. O enfoque aqui é dado à forma da língua. Maximiliano é legitimado como autor para falar sobre os índios Botocudos, uma vez que conviveu com esses índios. Na continuação do texto, M. Jomard traz uma diferença entre denominações feitas pelo príncipe e as feitas por Marcus Porte:

Diz o referido príncipe de Neuwied que o sol é designado por uma palavra composta: *Taro dipo* ou *Tarati-pó*, isto é, corredor do céu. *Pó* quer dizer *pé*, mas o vocabulário que me comunicou o Sr. Marcus Porte, como abaixo se verá, apresenta outra imagem: *sol*, segundo elle, se diz *torou-chompek*, o que equivale a fogo do dia (RIHGB, 1847, p. 107).

Salientam-se os equívocos dessas diferentes nomeações. M. Jomard, embora explicitamente que Marcus Porte em alguns momentos “não tenha tomado os nomes” de algumas palavras, M. Jomard não indica qual seria a designação correta. M. Jomard abre para a possibilidade de diferentes definições. Essa polissemia será sustentada em todo o texto de M. Jomard:

É de se sentir que o Sr. Porte não tenha tomado os nomes de números, nem ordinaes nem cardinaes; *um* se diz *mocenam*; custa a creer que elles não tenham palavras para exprimir os números dois, três &c, e que o vocabulo *rouou*, que quer dizer *muito* mencione indistinctamente todos os números, acima da unidade (RIHGB, 1847, p. 108).

Coloca-se em dúvida o próprio modo de nomear as coisas do universo indígena. Essa dúvida é colocada também na maneira como a coleta dos itens lexicais indígenas era feita. M. Jomard propõe um modo (método) para que a coleta dos termos indígenas seja feita. Essa proposta é direcionada aos viajantes que possam a vir documentar palavras de línguas não conhecidas:

Não há talvez questões mais importantes a fazer aos indígenas relativamente á sua linguagem do que as concernentes á numeração: os viajantes devem se compenetrar bem da necessidade que há não somente de interrogar-os sobre este ponto, mas ainda de repisal-o muito para não haver equívoco acerca da natureza da resposta. O meio não é difficil; basta apresentar sucessivamente uma mesma quantidade de objetos, differentes entre si, mas semelhantes a cada pergunta; a palavra commum a todas as respostas será o número (RIHGB, 1847, p. 108).

O viajante deve “interrogar” o indígena e fazer um exercício de repetição para que não se produza erros referentes à linguagem dos indígenas. Um método é legitimado. O viajante pergunta, o indígena responde, o viajante volta a perguntar, o indígena volta a responder, até que se tenha certeza do sentido das palavras. Tem-se aqui uma exigência que o método expõe: repetição para a comprovação.

Após esses comentários, M. Jomard traz o vocabulário da língua dos Botocudos conforme coletado por Marcus Porte. O vocabulário é composto por 196 palavras. A relação estabelecida é entre a língua indígena e a língua portuguesa. Há uma relação palavra-palavra,

isto é, palavra em língua indígena-palavra em língua portuguesa e também uma relação palavra-definição. As definições são feitas ou por meio de uma oração relativa, ou por meio de uma oração com gerúndio, ou também por meio de uma palavra mais um adjetivo caracterizando-a. Podemos dizer que no vocabulário as definições são feitas de duas maneiras diferentes<sup>29</sup>:

- (i) palavra-palavra;
- (ii) palavra-definição (N+ Adj ou N+GPrep ou N+Relativa ou N+Oração em Gerúndio)<sup>30</sup>.

Notemos:

Akignim	Espirrar (Relação palavra-palavra)
Coupenn	Saco de rede que os homens trazem (Relação Palavra-Definição)
Krokodji	Canna servindo para fazer cordas (Relação Palavra-Definição)
Taknei	Vaso de barro (Relação Palavra-Definição)

No vocabulário, as palavras definidas por meio de um nome (substantivo) e mais um adjetivo ou Grupo Preposicional são:

Chompekouam	Fogo Apagado
Chongouïn	Porco da Índia
Djaknei ou Iaknei	Vaso de Barro
Djioké	Cauda de Pássaro
Kein	Pellos do corpo
Kignikmak	Penna d'Aza
Kiou	Partes Genitais
Kiouké	Pellos das Partes Genitais
Nem djitak	Corda do Arco
Nikmakioupok	Coxa Magra
Nipokmé	Palma da Mão
Nipokutinga	Costas da Mão
Pokran	Unhas do Pé
Pokroum	Dedos do Pé
Popouin	Planta do Pé
Taknei	Vaso de Barro

<sup>29</sup> Não há uma categorização feita pelo lexicógrafo. Este não traz marcações gramaticais à definição.

<sup>30</sup> As definições às vezes apresentam mais de uma forma. Isto é, diferentes maneiras de definir são usadas em uma única definição.

As palavras que apresentam definições por meio de orações relativas são:

Coupenn	Saco de rede que os homens trazem
Gnemetok	Ornamento que os homens trazem nas orelhas
Gnimoua	Ornamento que as mulheres trazem no lábio inferior
Krokodji	Canna servindo para fazer flechas
Mougougnak	Páo com que furam as orelhas
Ninkta	Casca d'arvore servindo para fazer cordas
Tankgiokan } Tang giokann }	Saco de rede que trazem as mulhres

Temos o nome-cabeça mais uma oração relativa, sendo introduzida pelo pronome *que*. Contudo, essa oração relativa não está retomando um sujeito da oração, mas sim o objeto da oração relativa que é introduzido pelo nome-cabeça. Vejamos:

Coupenn	Saco (N-cabeça) de rede (Grupo Preposicional) que os homens trazem (Oração Relativa)
Tankgiokan	Saco (N-cabeça) de rede (Grupo Preposicional) que trazem as mulheres (Oração Relativa)

O grupo preposicional, juntamente com a oração relativa, funciona como uma adjetivação do nome-cabeça. A oração relativa tem como sujeito *homens* e *mulheres*. A oração relativa retoma o nome-cabeça como objeto direto do verbo *trazer*. Assim também funcionam as palavras *Gnemetok*, *Gnimoua* e *Tang giokann*. As palavras, discursivamente, apontam para a utilidade das coisas. Observemos:

Krokodji	Canna servindo para fazer flecha
Mougougnak	Páo com que furam as orelhas
Ninkta	Casca d'arvore servindo para fazer cordas

*Krokodji* é um objeto (natural) que serve para fazer flechas, *mougougnak* é um objeto com a finalidade de furar as orelhas, *ninkta* é um objeto natural que serve para fazer cordas. As definições que indicam uma finalidade/utilidade são as de objetos naturais (cana, pau e casca). Há um sujeito que é marcado, ora pelo verbo em 3ª pessoa do plural (furam), ora ele está opacizado nos verbos em sua forma gerúndio. Essas definições pressupõem a existência

de um sujeito que pratica a ação de fazer flechas, cordas. As coisas naturais (cana, casca da árvore) servem ao sujeito para que este transforme a natureza. Temos a descrição de certo modo de um processo realizado pelo homem de transformação das coisas da natureza. É na ação de “servir” que as coisas também ganham os nomes.

Nesse vocabulário, há algumas palavras que apresentam variações. Explicitaremos primeiramente essas variações (fonéticas, ortográficas) que aparecem na língua indígena:

Achin, Achirenei	Comer
Kéton, Nekéton	Olho
Kignikmakpokie, Kignima	Aza
Nikétonton, nketonton	Nada ser
Nikmak, Nikmakioupok	Coxa
Nikmaknokgniak, Niknokgniak	Hombro
Nikonchek, Nikonchen	Sangue
Torou Angri, Toroutou	Noite

Aparentemente, o que diferencia uma palavra da outra são os aspectos fonéticos/ortográficos, isto é, a diferença é marcada pela presença/ausência de determinado som/letra. Por exemplo, nas palavras (1) nikétonton-nketonton; (2) nikonchek-nikonchen; (3) torou guenket-torou guenkek. Em (1), a diferença é marcada pela pronúncia ou não do [i], em (2) a diferença está na última consoante pronunciada que pode ser [k] ou [n], em (3) também a diferença está na última consoante pronunciada que ora é [t] ora é [k].

Como já mostramos, no funcionamento da variação no vocabulário, o que ocorre é uma diferenciação no modo de escrita e pronúncia das palavras que são trazidas como semelhantes. Há uma tendência à diferença. Isso mostra que no século XIX cada coletador (viajante, aventureiro, cientista etc) que documenta as palavras anotava-as do modo como entendia o som e aproximava a escrita da língua indígena à escrita de sua própria língua (português, francês, alemão entre outras). Em *coudji*, notamos também uma variação na escrita. O autor do vocabulário assim apresenta essa palavra:

Coudji (V. Koudji)	Moço, pequeno
Koudji	Pequeno

Constitui-se, ao mesmo tempo, uma diferença e uma semelhança, isto é, ao mesmo tempo em que podemos analisar essas palavras como sinônimas, também podemos analisá-las como palavras diferentes que são somente semelhantes em virtude dos sons da letra *c* e da letra *k*, mas cada uma com seu sentido (moço, pequeno). Não se trata somente de alterações ortográficas, pois as acepções de uma e outra palavra são diferentes. Foneticamente, os sons são semelhantes, mas morfologicamente as alterações das letras afetam o significado.

Como já ressaltamos, também ocorre a sinonímia na direção *língua portuguesa*.

Observemos:

Champann	ir, ir-se
Djakmaounn	repulsar, bater-se
Djipakiou	muito, grande
Ké	pequenas, pennas, pellos
Kouaen	gordo, gordura
Kouenpen ou pouen	Morrer, morte
Mougougnak	passar, andar
Nipo	mão, dedo
Nougouara	jaguar, tigre
Prak	mato, floresta
Rouou	muito, grande
Temei	chamar, gritar
Tontan	Esposa, mulher
Tonton	cortar, cortado, curto
Torou	amanhã, dia
Touroutoun	feio, grande, grosso

Podemos perceber que há sinônimos de diferentes categorias gramaticais, isto é, uma palavra em língua indígena significando um substantivo e um adjetivo (gordura, gordo), um verbo e um substantivo (morrer, morte), um verbo e um adjetivo (cortar, cortado, curto). Têm-se diferentes classes gramaticais e diferentes sentidos que são contemplados por meio de um único termo indígena.

M. Jomard finaliza seu texto trazendo algumas *Observações* acerca do vocabulário. Essas observações centram-se na discussão sobre os erros cometidos por Marcus Porte e outros viajantes ao “interrogar” os indígenas e coletar vocabulários sobre a língua dos índios.



Para M. Jomard, há um modo correto de fazer pesquisa envolvendo os indígenas e esse modo evita que equívocos, confusões sejam produzidos:

Acontece frequentemente que pela maneira de interrogar na língua dos selvagens e de interpretar a resposta, o viajante confunde uma parte com o todo, uma qualidade com um substantivo, e reciprocamente, e como mais razão os tempos dos verbos. É mui difícil fugir d'este ultimo genero de erro, mas ha enganos faceis de evitar e admira que n'elles tenham cahido observadores inteligentes e muito instruídos (RIHGB, 1847, p. 112).

M. Jomard aponta que para não se cair no “erro”, evitar enganos, deve se questionar diversas vezes os indígenas para se ter certeza do “verdadeiro” sentido das palavras. O método proposto por M. Jomard é um método quantitativo, que se baseia na frequência do uso das palavras pelos indígenas: “Se se tivesse mostrado a mesma parte do corpo em um certo numero de individuos bem differentes uns dos outros, a palavra commum a todas as respostas seria a verdadeira” (RIHGB, 1847, p. 112).

M. Jomard não vê as diferenças como índice de polissemia das palavras, para ele há um sentido verdadeiro, correto. Já no vocabulário de M. Porte, podemos notar justamente isso a abertura para os possíveis sentidos, possíveis sinônimos. Para M. Jomard essa abertura é vista como “erro” e há uma forma certa/verdadeira que um método quantitativo indicaria: “Os selvagens confundem muitas vezes o dedo e a mão, o olho com suas partes, e da mesma sorte a bocca: e por isso convém, para obter o verdadeiro nome, insistir bastante sobre a distinção, e mesmo recorrer a desenhos quando for necessário” (RIHGB, 1847, p. 112). M. Jomard ao propor um método, esperava que seu modelo de coleta desse conta do processo de contato com os índios e do modo de documentação desse contato.

Nas observações de M. Jomard, podemos perceber os deslizamentos entre a nomeação *índios* e *selvagens*. Quando o termo *selvagens* é usado, a imagem constituída ao índio é de inferioridade aos viajantes e cientistas (brancos). Ao selvagem falta o conhecimento, falta o progresso, falta a cientificidade. O selvagem é visto como um objeto a ser observado e tem

como finalidade servir como exemplo para as comprovações científicas de uma época em que esses sujeitos eram vistos como sem “fé, lei e rei” e agora também sem ciência.

M. Jomard após explicitar alguns equívocos cometidos por Marcus Porte, finaliza seu texto salientando: “Exceptuando estas ligeiras observações, o vocabulário acima impresso não deixa de ser interessante e próprio para coadjuvar aos viajantes futuros em suas indagações e mesmo servir-lhes-há de muito”. Aqui se traz a utilidade prática do vocabulário: auxiliar o viajante em suas pesquisas. Agora, já com algumas observações que as tornarão mais precisas, mais científicas.

## **2.2. Vocabulário da Língua Bugre: uma obra sem autor?**

Publicado na Revista do IHGB em 1852 e reeditado em 1888, o *Vocabulário da Língua Bugre* constitui-se de um vocabulário de palavras em língua portuguesa com a equivalente em língua bugre, mais alguns comentários e exemplos do emprego das palavras. Nesse vocabulário a nomeação da língua é dada por meio do nome da tribo. Não há a indicação de quem elaborou esta obra. O vocabulário possui cerca de 650 palavras-entrada. Nelas não há a indicação de categoria gramatical. Esse vocabulário é organizado em ordem alfabética.

*Bugre*, como podemos ver definido no vocabulário<sup>31</sup>, tem como acepção *índio do mato* e *caingang*. A língua dos Caingang pertence ao tronco Macro-Jê e faz parte da família Jê. D’Angelis (2003, p. 5) aponta que provavelmente esse vocabulário foi escrito por um missionário, uma vez que há a forte presença de um discurso religioso. Nas palavras do autor (2003, p. 5-6):

No entanto, se o autor foi um missionário, devemos descartar os frades capuchinhos italianos Luiz de Cemitille e Timotheo de Castelnuovo, uma vez que o primeiro só chegou ao Brasil em 1865, e o segundo, que veio para o Brasil em 1850, só iniciou seu trabalho missionário entre os

---

<sup>31</sup> “Bugre: índio do mato, caingang” (*Vocabulário da Língua Bugre*, 1852).

índios, com os kaingang do Tibagi (PR), em 1855. As únicas missões entre os kaingang na primeira metade do século XIX foram, de fato, a do Padre Francisco das Chagas Lima, capelão da Real Expedição de Conquista de Guarapuava, que atuou ali entre 1812 e 1827 e a efêmera presença jesuítica junto aos kaingang do norte do Rio Grande do Sul entre 1848 e 1850.

D' Angelis atribui a autoria do *Vocabulário da Língua Bugre* ao Padre Francisco das Chagas Lima. Para legitimar isso, traz um outro estudo feito pelo Padre Chagas Lima, *Memória sobre o descobrimento da colônia de Guarapuava*, publicado também na RIHGB (1842). De acordo com D'Angelis em *Memória*, o Padre Chagas Lima mostra o que se esperaria do autor de um vocabulário na língua dos índios caingang: conhecimento de nomenclatura gramatical, conhecimento de uso da língua indígena. No *Vocabulário da Língua Bugre*, como mostraremos, há a presença de um discurso gramatical que discorre sobre a língua dos índios, há diversos exemplos de uso, aponta-se o modo como os índios caingangs falam.

Na análise desse Vocabulário, fizemos um recorte pela letra A. Contudo em alguns momentos traremos verbetes de outras letras. Esse recorte justifica-se em virtude da extensão do vocabulário. A análise de uma letra nos possibilita uma visão ampla da estrutura da obra, diversos domínios são contemplados.

Antes de passarmos à análise da nomenclatura, gostaríamos de salientar que não há nenhum texto introdutório no Vocabulário. Este se inicia apresentando a nomenclatura da Língua Bugre. Como poderemos notar essa nomenclatura, às vezes, é feita por meio de sintagmas, frases. Nunes (2006, p. 35) salienta que nos primeiros dicionários jesuítas a nomenclatura era formada não de palavras isoladas, mas de frases ou sintagmas completos. Conforme o autor (2006, p. 35): “Tais enunciados são índices da discursividade do missionário, envolvido nas atividades de descrição dos costumes indígenas, de pregação, de confrontos, de colonização. Nesse contexto notam-se na nomenclatura os equívocos (X ou Y), as incertezas, os ajustes entre palavra e coisa”.

O verbete desse Vocabulário se estrutura da seguinte maneira:

*Palavra-Entrada (língua portuguesa) → Palavra-Equivalente (Língua Indígena).*

Todavia no interior do verbete o lexicógrafo pode fazer observações tanto da palavra-entrada como da palavra-equivalente. Nos verbetes, não temos indicação de categoria gramatical. O que há são algumas marcações que indicam o tempo e o modo dos verbos, e outras que buscam delimitar, precisar o sentido de algumas palavras-entrada:

Abster-se de fazer alguma coisa, quentomgrá (no imperativo)  
 Accender o fogo, pingungrá (Imperativo) pingru, (Pretérito) pimienará  
 Algodão (a planta), yxomton  
 Anta (quadrúpede), ajoron  
 Aza (de pássaro), thé  
 Azedinha (herva), veni

Há um recorte da realidade e a marcação tenta controlar os possíveis equívocos na compreensão de determinado termo. Ademais, a marcação salienta em qual sentido a palavra está sendo apresentada no dicionário. As marcações são em relação ao significado, ao uso da palavra, a sua forma gramatical.

O *Vocabulário da Língua Bugre* traz diversos exemplos no verbete. Esses exemplos são de situações do dia-a-dia. Em alguns parece que está sendo estabelecida uma situação de diálogo (a própria forma do *imperativo* marca isso, marca uma situação discursiva), em que um sujeito pergunta e outro responde:

Abrir a porta, rom. Abra-me a porta, jorom. Está aberta, romyá. Não abro, meyá. Fechar a porta, ni faina. Não feches a porta, ni fai ton.  
 Aldêa de uma horda ou patria, jamé. Minha patria, y-jamé. Patria dos matreiros, camgang jami.  
 Andar, tim-ko. Quem vai lá andando? Ona tim hom? Vinde para cá, a que tím, ide para lá, atim.  
 Assentar-se, nim. Eu estou aqui sentado, inhue taqui nine. Sente-se aqui, taque nin. Esta palavra nin também significa morada, v.g. F e F estão aqui morada, F e F embrá taque nin, não estão aqui, taque ni tom.

Em alguns verbetes, podemos ver locuções sendo formadas (pátria dos matreiros). Também ocorrem alguns comentários do lexicógrafo, como pode ser visto em *ni* – palavra

que possui mais de uma significação (assentar ou morada). Esse vocabulário abre para uma multiplicidade de sentidos, o lexicógrafo não busca fixar um sentido único, mas apontar para a multiplicidade de sentidos que uma nomeação pode indicar. Vejamos:

Abafar o corpo, esconder-se ou arrecadar alguma cousa, guaipayu ou payu.  
 Adandonar, botar fora, forjá  
 Abelha, mel, colméia, mangué  
 Abraçar ou pegar, quimi ou ame  
 Abutre, corvo, jongoung  
 Acoutar-se ou esconder-se, guapaiu  
 Affadigado ou cansado, cangiri  
 Affagar, estar alegre, brincar, cangiri  
 Affoito, forte, valente, taramani ou taramein

O *Vocabulário da Língua Bugre* tende para uma polissemia, para uma abertura do dizer.

Algumas palavras (em língua indígena), com esse gesto do lexicógrafo (de documentar diversos sentidos), funcionam como sinônimas uma das outras. Como em *taramani* ou *taramein* que significa “afoito, forte, valente” ou em *quimi* ou *ame* que significam “abraçar ou pegar”. Outros exemplos:

Alagôa, capé ou oré  
 Amar, maké ou toké  
 Aqui, taque, cri

Há um funcionamento sinonímico no dicionário. Nunes (2006, p. 154) ressalta que o trabalho com a sinonímia nos dicionários pode conduzir a duas imagens de língua, uma de “abundância” e a outra de “justeza”. Nas palavras do autor (2006, p. 154-155):

A imagem da abundância é aquela de uma profusão de sinônimos, de um léxico “rico”. A da justeza é a de um léxico conciso, em que as palavras são medidas e as diferenças explicitadas. No primeiro caso, por exemplo, um dicionário pode apresentar uma série de sinônimos para algumas palavras, listados seguidamente sem especificação de diferença, de sua significação específica. Isso leva a duas concepções da descrição do léxico, bem como as duas formas de dicionário.

No Vocabulário, há somente a indicação dos termos que se assemelham em sua significação, mas não se indicam suas diferenças. A imagem que o Vocabulário constitui é de uma língua rica, com uma profusão de termos equivalentes.

Voltemos aos exemplos. Além dos verbetes que aparecem sem nenhuma marcação, como os analisados anteriormente, também temos outros verbetes com algumas marcações indicando que se tratam de exemplos:

(1) Ir e vir (algumas aplicações): Eu vou, timoká, vamos todos, momaká, vão todos, mom mom, vamos para casa, intonamaká, venha para cá, aquetim, vá para lá, a tim, vamos juntos, embratim, sendo muitos se diz, moná, sendo todos quanto ali se acham, mom moneká, há de ir muito depois ou logo, caracambanc, carancaxim timoá, ir de um lugar para outro, timom, ou timoá, ir de um lugar para outro, timon ou timoá, eu vou, ixiri timoá, com quem foi junto, ombra totimom ou timoá, sendo no futuro.

(2) Razão, alguns exemplos: tem razão, heiyá, não tem razão, ou não faço o que dizes ou não te dou o que pedes, ndeyá.

Nesses verbetes, temos a indicação de “alguns exemplos” e “algumas aplicações”. Três são as maneiras como os exemplos aparecem no Vocabulário: (i) sem nenhuma indicação, já trazendo diretamente (entre vírgulas) as orações em que a palavra-entrada aparece; (ii) com o termo *algumas aplicações* e (iii) com o termo *alguns exemplos*.

Diversos são os comentários feitos pelo lexicógrafo em relação à significação das palavras, aos usos destas, também busca delimitar/expandir alguns sentidos. Esses comentários são marcados por *N.B.* No Vocabulário, não se indica o que significa essa abreviação, mas a consideramos como a indicação de um comentário do lexicógrafo:

Chamar, aprere; vai chamar, apreretim ou ipureitim ou pamuretım. N.B. Estes últimos verbos significam ir e trazer consigo.

De muitos dias a esta parte, inoromii, de muitos annos a esta parte, eu criri preimii. N.B. Contam os annos pelas épocas das geadas annuaes. – De muitos mezes a esta parte, cochembancii – N.B. Os mezes contam pelas luas. – De muito tempo, xietim, de pouco tempo, taim, de cá pra lá, quando atirão alguma cousa, tarapen, devagar cumera de la para ca, eiquetápem, de rijo, jumahuri, de cima, quando é olhando para o céu, ou horizontal, caïque jariri, de cima a parte de uma cousa, cumá, de baixo, epré.

Escremento ou escrementar-se, jafáia ou jafaiate. N.B. Tambem o dos animaes.

Igualar, em erique vinerá. – N.B. iagerique vaguerique que significa serem as cousas de um tamanho.

Nesses verbetes, podemos perceber que alguns verbos estão em 3ª pessoa do plural: “contam, atirão”. Essa forma verbal aponta para os índios: eles contam, eles atiram. Aqui se mostra quem são os locutores da língua bugre. Vejamos outro exemplo:

Acabar de gastar (uma coisa consumível), tanja – Quando querem dizer que uma coisa cabou de todo dizem tom, se resta pouco, xim, pouquíssimo, xi-in – Quando não ha, dizem tontini.

Nota-se que o lexicógrafo está fora desse dizer. Ele apenas indica como os índios falam. É um discurso outro que o lexicógrafo traz a seu discurso. Ele surge como um observador da língua dos indígenas.

Para finalizar a análise desse Vocabulário, gostaríamos de analisar duas discursividades que aparecem em alguns verbetes: (i) discursividade gramatical e (ii) discursividade religiosa.

Notemos alguns verbetes:

Não, quando negativo antes do verbo ou nome, é tom; v.g. não dóe, cangaton, não tires d’ahi, econotom. Quando se nega algum habito de fazer certas cousas, é eim ou uem; v.g. não costuma furtar, paiueim, quando se responde não absoluto, é ua; v.g.; tu já comeste isso? Não, aurucô epié?

Percebem-se algumas observações em termos de estrutura da língua bugre. Antes de nome e verbo a partícula negativa é uma, quando a resposta é somente “não”, esse item na língua indígena é outro. É apresentada mais uma vez a multiplicidade de sentido e de formas lexicais e gramaticais que há na língua indígena.

O Vocabulário é formulado no interior de uma formação discursiva religiosa. Assim como D’Angelis acreditamos que esse vocabulário tenha sido elaborado por um missonário que realizava missões catequéticas junto aos índios caingang:

Adorar ou Respeitar, cometim. No 1º Mandamento, Tupen piri on banc cametim.  
 Aleive, orbece – Não digas falso testemunho, Omó oi tom.  
 Cruz, cavai, cofimarim; fazer o signal da cruz, caiquerem. – Onde morreu Christo? Jesu Christo ena quiteré? Pregado na cruz, cavai cofé marim toefin.  
 Deos, Tupen. N.B. Para evitar equívocos usa-se a palavra portugueza.  
 Homem, caia, pahy ou any; homem bom, caiaké, homem máo, caicorem. Exemplo: o homem bom depois de morto vai para o céo, o máo para o inferno a queimar-se no fogo de onde não sahirá mais, caioké tere craca caiquerá ta pru; caicorem num bera pim cri cote, caraça que cotiuem, homem branco, on cupri, homem negro, oncaporom.

Além de um discurso catequético que busca ensinar o cristianismo aos índios, podemos também ver um processo de dominação, um gesto do colonizador em relação à imposição da língua portuguesa, isto é, embora haja o termo indígena para a palavra *Deus*, para “evitar equívocos” usa-se a palavra em português. Essa imposição caracteriza bem o processo catequético que impõe seu discurso aos indígenas. Estes no final do processo serão “já compatriotados” dos portugueses, isto é, já catequisados, civilizados e pensarão do modo como os missionários ensinaram. No século XIX, esse ensino objetivava atender aos interesses de um governo imperial, ou seja, almejava construir uma memória do Brasil que o ligava ao elemento indígena.

### **2.3. *Vocabulário da Língua Geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas: uma semelhança com o Dicionário Brasileiro?***

O *Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas* foi uma obra oferecida ao IHGB por Antonio de Gonçalves Dias. Essa obra apresenta um texto introdutório escrito por Gonçalves Dias e uma lista de palavras língua portuguesa-língua indígena. Aparentemente não é Gonçalves Dias quem elaborou a obra. Como ele aponta só fez “algumas ligeiras correções de erros que se poderam introduzir na copia, que lhe foi oferecida” (RIHGB, 1852, p. 553). De acordo com Gonçalves Dias (RIHGB, 1852, p. 553):



O vocabulário da língua geral, ainda hoje de uso vulgar no Alto Amazonas, devo-a bondade do actual excmo bispo do Pará. Ouvindo algumas pessoas, e principalmente sacerdotes, que tenham viajado por aquelles logares, ou ali residido tempo bastante para adquirerem grande copia de termos (...)

No Vocabulário, a voz do índio é trazida pela voz do missionário/sacerdotes. São esses sujeitos e mais algumas “pessoas”, provavelmente não indígenas que “adquirem” os termos indígenas, os termos da língua geral amazônica. Nessa formulação, coloca-se de fora o índio como falante legitimado da língua geral. O que podemos notar é que a língua geral é uma língua que reflete o processo de conquista, de catequese. Essa língua é um dos resultados disso. Não são os índios que surgem como falantes e sim os sacerdotes que participam ou participaram de missões com os índios.

Pelo título da obra busca-se especificar o tempo e o lugar onde a língua geral era falada. A língua geral amazônica era no século XIX ainda falada no território nacional principalmente na região do Alto-Amazonas, compreendendo o Maranhão e o Pará.

Como aponta Rodrigues (1993), as línguas gerais do Brasil devem ter sido muitas, a maioria de existência passageira e não documentadas. Rodrigues (2002, p. 101) aponta que a “língua popular, geral a índios e missionados e aculturados e não índios, é que foi mais sistematicamente aplicado o nome de Língua Geral”.

Para Rodrigues (1993), duas línguas gerais tiveram maior vitalidade e importância histórica: a língua geral paulista e a língua geral amazônica. A primeira foi a de mamelucos e paulistas, língua de penetração no interior de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná. A segunda, também chamada de nheengatu, foi a língua dominante na penetração portuguesa na Amazônia, onde em várias partes tornou-se língua franca. Em relação a essas duas línguas, Rodrigues (2002, p. 102) aponta que:

A Língua Geral do Sul, ou Língua Geral Paulista, menos conhecida que a outra, teve sua origem na língua dos índios Tupi de São Vicente e do alto rio Tietê, a qual diferia um pouco da língua dos Tupinambá. É a língua que no século XVII falavam os bandeirantes que de São Paulo

saíram a explorar Minas Gerais, Mato Grosso e o Sul do Brasil. Por ser a língua desses pioneiros e aventureiros, penetrou essa Língua Geral em áreas onde nunca tinham chegado índios Tupi-Guarani e aí deixou sua marca no vocabulário popular e na toponímia. Em São Paulo ela foi dominante no século XVII, mas passou a ser suplantada pelo Português no século XVIII. No início do século XIX só se faz referência a um ou outro falante no interior do Estado de São Paulo, na área de Porto Feliz, no rio Tietê.

Já a Língua Geral Amazônica desenvolveu-se inicialmente no Maranhão e no Pará, mais tarde do que a do Sul, a partir do Tupinambá. Ao contrário de São Vicente e São Paulo, onde a colonização teve início já na primeira metade do século XVI, no Maranhão a conquista portuguesa começou quase cem anos depois, na primeira metade do século XVII. O litoral onde primeiro se estabeleceram os portugueses estava densamente povoado pelos índios Tupinambá, que se estendiam para oeste até foz do rio Tocantins. Em consequência dessa situação, aí o Tupinambá foi a língua predominante na população colonial durante o século XVII e acabou dando origem à nova Língua Geral, que foi falada pelas tropas e missões que foram penetrando e criando núcleos de povoamento no vale Amazônico. Portanto, o Tupinambá e essa língua geral em que se transformou, é que foi a língua da ocupação portuguesa do Amazônia nos séculos XVII e XVIII. Aí ela foi o veículo não só da catequese, mas também da ação social e política portuguesa e luso-brasileira até o século XIX. Ainda hoje é falada, especialmente na bacia do rio Negro, sendo que no Uaupés e no Içana, além de ser a língua materna da população cabocla, ainda mantém o caráter de língua de comunicação entre índios e não índios, ou entre índios de diferentes línguas.

Como poderemos perceber no Vocabulário há diversos termos provenientes do discurso religioso que marca a relação dos portugueses com os índios permeada pela catequese empreendida pelos missionários. Em relação ao *Vocabulário da Língua Geral*, no texto introdutório, Gonçalves Dias ressalta que o Vocabulário pouco difere do “Diccionario Brasileiro publicado em Lisboa por um anonymo no anno de 1795”. Nunes (2006, p. 125) salienta que o *Dicionário Brasileiro*, em suas diversas versões, foi um dos mais copiados vocabulários tupi. “A partir de 1795 e durante a Época Imperial houve muitas retomadas desse vocabulário” (Nunes, 2006, p. 125). Nesse Dicionário, aponta Nunes (2006, p. 125), estabelece-se uma imagem purista tanto do português como da língua indígena. Nos dizeres do autor (2006, p. 127):

O Dicionário Português Brasileiro que se publicou em 1795 resulta de um manuscrito anônimo que Frei Veloso utilizou para preparar essa edição. O acontecimento editorial da passagem do manuscrito à edição é acompanhado de um gesto interpretativo no sentido de “purificar” tanto o tupi quanto o português descritos no manuscrito – uma reação contra as línguas gerais em expansão. Trata-se de uma assepsia das línguas que lembra os ideais iluministas de clareza e concisão. Realiza-se um trabalho editorial e de leitura de arquivos que, ao lado das expedições científicas, determinará as práticas lexicográficas relacionadas com línguas indígenas.

Nunes (2006, p. 129) coloca ainda que com a publicação desse dicionário produz-se uma divisão de sentidos avessa a mistura linguística:

Operou-se uma “purificação” das línguas separando-se as “impurezas” e obtendo-se imaginariamente uma certa homogeneidade para o português do Brasil. Tal transformação pode ser pensada no âmbito de uma historicização da censura. Com os iluministas, esta muda de lugar. Não é mais aquela do Santo Ofício que proibia livros e autores adversos à religião. Agora, ela se estabelece em nome da clareza e da simplicidade. Assim, essa forma de interdição não recai diretamente sobre o sujeito, mas sobre o instrumento linguístico e o modo de dizer que ele sustenta.

Busca-se mostrar as modificações ocorridas no idioma. Embora no manuscrito do *Dicionário Brasileiro* busque-se afastar o idioma brasileiro das línguas gerais, aqui o que temos no *Vocabulário da Língua Geral* é uma tentativa de aproximação, mostrando que poucas são as modificações:

Observaremos comtudo, se o confrontarmos, a introdução de alguns termos novos com aquelles que designam a festividade da páscoa, os dias da semana, roupa, machado, etc. O emprego de alguns appellativos para significarem objectos anteriormente conhecidos por outras designações, a substituição de umas vogaes por outras designações, a substituição de umas vogaes por outro, taes como o *u* por *b*, como Mocaua, Ipeua, por Mocaba, Ipeba; o *e* pelo *i*, como E' por Y'g ou ig, emira por embira, eucê por ybucei, o *o* pelo *u* principalmente na partícula Mo que ajuntam ao verbo para activar-lhe a significação, a elisão do *g* no meio de algumas palavras, e no principio de todas ou quasi todas das poucas que começavam por esta letra, como getyca, guabiru, guassu, guaimin, guananá, guirá, guatá e derivados, pois hoje pronunciam jutica, uaiúru, uassu, uaimin, uananá, uirá, uatá, uataçára, etc (RIHGB, 1852, p. 553-554).

Como podemos ver Gonçalves Dias considera que “leves” modificações passou o idioma: “Não me persuado que sirva este vocabulário senão para mostrar que leves modificações tem soffrido a língua, desde a publicação do ultimo Diccionario Brasileiro, parecendo-me porém que muito mais profundas alterações deverá ter soffrido nos idiomatismo, phraseologia e grammatica” (RIHGB, 1854, p. 554).

Há uma comparação sendo feita nesse texto introdutório de Gonçalves Dias. Dias compara essa edição do Vocabulário (1852) com a edição de 1795. A edição de 1852

representa o “hoje” da língua e a de 1795 o “passado”. Aqui de alguma maneira analisa diferentes estágios da língua geral e ressalta que poucas são as alterações e as mais profundas são na fraseologia e na gramática do idioma.

Gonçalves Dias, ao documentar esse Vocabulário na RIHGB, busca documentar uma língua em uso, mas sem deixar de fazer um percurso histórico de descrição dessa língua geral. Ao mesmo tempo em que se tem uma relação sincrônica, a língua em um momento específico, por meio da referência ao Dicionário Brasileiro um percurso histórico se estabelece. Olha-se o passado, para analisar o presente e documentar a língua “falada hoje no Alto do Amazonas”.

Teçamos alguns comentários em relação aos verbetes:

Como já salientamos, no *Vocabulário da Língua Geral*, há a presença de um discurso religioso. Esse discurso traz algumas palavras que apontam para o processo de catequese sofrido pelos índios. Há, no *Vocabulário da Língua Geral*, palavras que indicam festas cristãs (Natal, Páscoa, Finados), outras que indicam termos das missas (batismo, benzer, papa, rosário, confissão).

Alma	Anga
Batismo	Seroc
Benzer-se	Munhã curúca
Confissão	Tumunicu Imoméu
Cruz	Curussá
Cinza (dia de)	Tanimoca ara
Diabo	Jurupari
De Deos	Tupana maán
Finados (dia dos)	Teiú poça
Igreja	Tupã-Oca
Inferno	Jurupari-tatá
Natal	Missa pituna
Procissão	Tupana uatá
Papa (Pontífice)	Aoarépo
Páscoa	Metuú assu
Rosário	Puêra curuça
Jejuar, jejum	Iucuacu

Marca-se a língua geral como sendo aquela falada pelos índios já catequisados, já domesticados que obedecem aos desígnios dos portugueses. No *Vocabulário da Língua Geral*, temos palavras nomeadoras dos sujeitos sociais que se filiam a um discurso religioso, familiar. São estabelecidas algumas relações de parentesco:

Avô	Ramonha
Avó	Ária
Afilhado (do homem)	Toira-angara
>> (da mulher)	Memara Angara
Cunhado	Ruai
Cunhada	Ukei
Entiado (do homem)	Raira nungara
>> (da mulher)	Memira nungara
Irmão do homem	Mún da mulher rendera
Irmã do homem	Quêra da mulher amú
Marido	Mena
Neto, neta	Ximiariruu
Sogro	Rateua: meu sogro: cerateua
Sogra	Raichá: minha sogra: ceraichá
Viúva	Remericoquera

O Vocabulário traz também os equivalentes em língua indígena das palavras *branco*, *mulato*, *negro*, não traz a palavra *índio*. Nos termos *branco e negro*, há uma marcação entre parênteses (homem), indicando tratar-se do sujeito e não da cor:

Branco (homem)	Cariua
Mulato	Muratú
Negro (homem)	Tapaiuna (cousa) picuna

Em *mulato* não ocorre a marcação, talvez por essa palavra indicar uma situação de mistura entre o *branco* e o *negro* e não provocar o equívoco que talvez as palavras *branco* e *negro* provocariam (indicando somente a cor). Em *negro*, há além do equivalente indicando *homem*, o equivalente indicando *coisa*. Há uma diferença entre a coisa e o homem, dois são os termos para marcar isso. O *Vocabulário da Língua Geral* traz a palavra escravo (miassúa).

Esse gesto aponta para um funcionamento da sociedade brasileira: dona de escravos, isto até entre os indígenas.

Como vimos em algumas dessas palavras há uma marcação. Essas marcações são um modo de precisar sentidos, de indicar categorias gramaticais, de apontar os possíveis complementos dos nomes e verbos. O uso da marcação é recorrente nos dicionários analisados. Isto indica uma nova concepção de obra lexicográfica surgindo. Começa-se o interesse pela palavra, sua forma, seu uso. Agora se trabalha com a definição da palavra e não com a definição da coisa como se fazia nos dicionários do período colonial:

Arder (sentir arder)	Sequenore
Apontar (aguçar)	Mussanti
Apanhar (fructos)	Epuo
Buraco (do ouvido)	Piuça-coara
Contar (numerar)	Paparê
Contar (falar)	Moméu
Cheirar (ter cheiro)	Saquema
Cem (numero)	Papácá
Fundo (no)	Puêpe
Isca (de anzol)	Pina-Putána
Ligeiro (homem)	Ipuianán
Ligeiro (adv.)	Curutem
Por (preposição)	Rupi: por onde, maa rupi, mehen rupi, por ali, meu rupi, por aqui, iquê rupi
Pôr (verbo)	Inûm
Para (preposição) Que fim	Arama

O *Vocabulário da Língua Geral* apresenta diversos sinônimos para as palavras em língua indígena. Essas são marcadas em alguns momentos pelo sinal gráfico }-. Esse gesto mostra que a língua geral é uma língua rica, em que a sinonímia está presente. Busca-se documentar o maior número de variantes das palavras. Isto abre para a polissemia. A língua de certa maneira apresenta uma multiplicidade de palavras, filiando-se a uma mesma discursividade:

Acabar }	Mumáum Upaân
Barreira }-	Eatére

	Euepiranga
Cozido } }	Uié Mimoia
Confissão } }	Tumunicu Imoméu
Desflorar	Mumuca, muaina, sacê saúa rupi munhá
Lago <sup>32</sup>	Epáua, Ig-paua
Sempre	Tenhen, Ara iaue, uapainara
Tu	Ene, inde, re
Todos os annos	Acaju eauê, ara euaê, opain ocaiú

O *Vocabulário da Língua Geral* documenta também sinônimos na língua portuguesa. A variação está nas duas línguas documentadas:

Calma, calor	Sacú
Caminhar, ir	Ussú
Compadre, comadre	Atuassaua
Decompor, disputar	Tacaú
Enchada, Encho	Paroré
Mastigar, morder	Suhú
Rir-se, riso	Puçá

A variação nos dicionários aqui analisados é semelhante. Tem-se uma mesma palavra em língua indígena para indicar duas em língua portuguesa. Estas de diferentes categorias gramaticais (nome, adjetivo, verbo), de diferentes gêneros, de significação próxima.

No *Vocabulário da Língua Geral*, têm-se diversas preposições. Em algumas se delimita o complemento e aponta-se uma diferença de emprego entre elas. Por exemplo:

Atrás delle	Suquequera
Atrás de mim	Seraquequera
Atrás de ti	Neraquequera
Atrás delles	Aitaraquequera
Para cima (nos rios)	Gapiira-quetê
Para baixo	Tumaçauá-quetê
Para cima	Uatê-quetê
Para baixo	Eura-quetê

<sup>32</sup> Note-se aqui uma questão de diferença ortográfica. A mudança do *e* pelo *i* que a língua geral estava sofrendo.

Quando falamos em relação aos rios é uma preposição que usamos e quando falamos em relação a outras coisas é uma preposição diferente. Mais uma vez está sendo explicitada a diferença entre as palavras na língua geral.

No *Vocabulário da Língua Geral*, podemos notar um trabalho com a palavra. Não se definem as coisas, define-se a palavra em relação a outra palavra. No *Vocabulário*, buscou-se documentar a língua geral que estava em uso (sendo “falada”) no século XIX na região do Alto-Amazonas, não é uma língua morta, mas sim uma língua que está ainda em funcionamento. A essa língua geral busca-se estabelecer um passado que está guardado no *Dicionário Brasileiro*. Nesse Dicionário está a memória da língua geral e no *Vocabulário da Língua Geral* a sua atualidade, mas como ressalta Gonçalves Dias, com poucas alterações. Trabalha-se com o passado, mas em uma relação com o presente. E nesse presente também se formula um saber sobre as línguas do Brasil. Um saber que vem entremeado por um discurso religioso, da conversão que, contudo, faz com que a língua geral se signifique. Gonçalves Dias, como documentador do IHGB, ao oferecer essa obra ao Instituto, contribui para a construção de uma História Nacional que no século XIX estará sempre relacionada com o indígena, embora em alguns momentos tenta-se apagar esse sujeito do processo de constituição do Brasil, ele com as suas línguas, entra nesse processo e dá ao brasileiro seu passado linguístico.

#### **2.4. *Vocabulário dos Índios Cayuás*: mais uma obra elaborada por um missionário?**

O *Vocabulário dos Índios Cayuás* foi publicado no Tomo 19 da Revista do IHGB no ano de 1856. Esse vocabulário não indica quem é seu autor, somente aponta que a obra foi oferecida pelo Barão de Antonina (sócio do IHGB) ao Instituto<sup>33</sup>. Também não se indica o

---

<sup>33</sup> Aqui tem o funcionamento da posição de coletador do IHGB. É esse sujeito o responsável por encontrar em arquivos obras que interessem ao IHGB e à constituição de uma história do Brasil.



ano de elaboração do vocabulário. Não há nenhum texto introdutório. Já no início apresenta-se a lista de palavras (língua portuguesa-língua indígena). Há aproximadamente 1900 palavras-entrada<sup>34</sup>.

A língua dos Cayuás<sup>35</sup> pertence ao tronco Tupi-Guarani. Esses índios viveram na região do Mato Grosso do Sul entre a porção leste setentrional do Paraguai. No Paraguai, esses índios se autodenominam Pai)-Tavyterã e, no Brasil, a denominação é *Kaiowá*, mas esta costuma aparecer grafada de diferentes formas Kaiwá, Kayová, Caiuá. Segundo Melia (1992, p.247):

Os pai)-tavyterã podem ser identificados com os antigos itatins, dos quais se tem notícia desde os tempos da primeira entrada dos europeus no Paraguay (...) Do tempo em que eram conhecidos como caaguá da silva ficou a denominação de Kayová, ainda usada no Brasil. Sua autodenominação, no entanto, é a de pai)-tavyterã, com clara alusão ao seu modo de ser religioso pai)- seria o título com que os deuses e habitantes do paraíso saúdam e se dirigem a palavra, e tavyterã, os futuros habitantes do povoado.

O *Vocabulário dos Índios Cayuás* está ordenado alfabeticamente e o verbete se estrutura com uma palavra-entrada em língua portuguesa e sua equivalente em língua indígena. Em alguns momentos temos enunciados (gramaticais), sintagmas funcionando como palavra-entrada:

A falsa fé, cupê rupi  
 Aba, comey ba  
 Abaixar, ojemogyb  
 A boas horas, arâ catu pupê  
 A boca da noite, pytuna opy  
 Abonado, opabinhé oba  
 Agora sim, coyr tenem  
 Agora não, coyr nitio  
 Ainda hoje, oji vê  
 Ainda mais, amo vê  
 Ainda não, nitio rante

---

<sup>34</sup> Contagem nossa.

<sup>35</sup> Em [www.labeurb.unicamp.br/elb](http://www.labeurb.unicamp.br/elb). Texto de Wilmar D'Angelis'

Nesse Vocabulário, inúmeras são as marcações – muito comum como pudemos notar nos instrumentos linguísticos analisados. Essas marcações indicam complementos de nomes, verbos, locuções verbais, nominais, comentários gramaticais – isso já mostra um outro olhar para a língua, busca-se estabelecer uma classificação para as palavras dicionarizadas. Além disso, com a marcação, há um controle dos sentidos. Esse Vocabulário diferentemente dos demais não abre para a polissemia, para a diferença. Há sempre um sentido único, um equivalente da palavra portuguesa. Não é trazido a esse dicionário uma profusão de sinônimos.

Vejam alguns exemplos de marcações. Dividimo-as em quatro grupos. O *grupo A* indica as marcações que trazem complementos dos verbos (objeto direto, adjuntos adverbiais), o *grupo B*, as locuções verbais e nominais – essas aparecem com os verbos *estar* e *ter* mais um adjetivo, particípio passado e um substantivo –, o *grupo C* as marcações que controlam os sentidos e o *grupo D*, categorização gramatical (preposições, conjunções, participios):

*Grupo A*

Abrir (a flôr), póroc  
Absolver (peccados), moveo  
Acalmar (o vento), ybytú ocanhêmo  
Afogar (n'agua), gépypyca  
Affrouxar (a corda), momembeca ceráne

*Grupo B*

Abafado (estar), giaçui oicó  
Acabado (estar), oje aujé vane  
Adoçado (estar), cúm vaé  
A pé (ir), epy rupî  
Bella (cousa), poranga eté  
Boa (cousa), mbaé catú  
Nojo (ter), jeguarú

*Grupo C*

Abafado (coberto), oje jacuî vaé  
Abafar (cobrir), jacuî  
Abafar (embrulhar), pakék  
Abanar (assoprar), pejú  
Abençoar (benção), momboré  
Abençoar (benzer), mongarayb

*Grupo D*

A (prepos.), pupé  
 Ainda (conj.copul.), vê  
 De (part), çui  
 E (conj), abê  
 Em (prepos.) pupê  
 No (prepos.), pupé  
 Por (prepos.), rupî  
 Se (conj.) çãê

No Vocabulário, há também algumas locuções que constituem uma sub-entrada do verbete. Esse é o primeiro vocabulário analisado em que podemos notar esse tipo de trabalho no domínio lexicográfico. O mais usual é trazer as locuções como marcações, sempre junto à palavra-entrada, mas colocada entre parênteses. Nesse vocabulário, abre-se um outro verbete.

Observemos:

## Água, yg

\_\_\_ quente, yg acub  
 \_\_\_ fria, yg roiçang  
 \_\_\_ ardente, cauim tatá  
 \_\_\_ benta, tupana yg  
 \_\_\_ salobre, yg cymbeca

## Alimpar (lavando) cotue

\_\_\_ panno, peteca  
 \_\_\_ varrendo, pyêre  
 \_\_\_ desenferrujado, ketingoca  
 \_\_\_ o arroz, paraboca abaty î  
 \_\_\_ o mato, caâ pyîr

## Amigo, camarara

\_\_\_ do vinho, caû goêra

## Andar, oatá

\_\_\_ de galope, opôpor  
 \_\_\_ de perdido, copar  
 \_\_\_ precatado, jemeçocui cecê

## Dia, ára

\_\_\_ grande, de festa, ára eté oçû  
 \_\_\_ santo, mutuú  
 \_\_\_ de cinza, tanimbuca ára  
 \_\_\_ de entrudo, jamotínga ára  
 \_\_\_ de paschoa, mutuú oçû  
 \_\_\_ dos finados, tyjepoi ára  
 \_\_\_ de natal, missa pytuna  
 \_\_\_ de juízo, papaçaba ára  
 \_\_\_ de sol, coaracy ara

Como já ressaltamos, o *Vocabulário dos Índios Cayuás* não apresenta o autor da obra. Contudo acreditamos que provavelmente ele foi elaborado por um missionário. Isto porque há uma forte presença de um discurso religioso:

A falsa fé, cupê rupî  
 Abençoar (benção), momboré  
 Abençoar (benzer), mongarayb  
 Absolver (peccados), movéo  
 Adão, jandé paya ipy  
 Adultério, mbaé puxi  
 Adultera, cunha ôména momoxi cara  
 Alma, anga  
 \_\_\_\_ peccadora, anga teço  
 \_\_\_\_ justa, anga angaturama  
 Anjo, caraibébê  
 Artigos de fé da S. M. Igreja, recó rerobiaçára  
 Badalo do sino, tamaraca raconha  
 Batismo, yg carayba pupé nhemoacûca  
 Baptisar, carde  
 Benzer, monger ayb  
 Cathecumeno, ceryma  
 Celebar missa, missa monhang  
 Cemitério, tupan oca rocara  
 Ceo, ybake  
 Christão, tupanâ rayra  
 Clérigo, pay abaré  
 Commugar, tupanrar  
 Communhão, tupanrara  
 Condennado (do inferno), gúrupariratâ porá  
 Condennado (ao castigo), teço ay bapora  
 Confessar, moje mombeú  
 Confessar-se, jê mombeú  
 Confessor, moje mombeú çara  
 Confissão, nhemombeuíçaba  
 Convento, pay eta róca  
 Crucifixo, tupan tayra rangaba  
 Cruz, Curuçá  
 Demônio, jurupari  
 Deus, tupana  
 Discípulo, cememboé  
 Fé catholica (Jesus Christo), rerobiaçába  
 Frade de missa, pay missa monhangaru  
 Hóstia, iriry  
 \_\_\_\_ consagrada, tupana  
 Igreja, tupân oca

Finalizando, diversas são as palavras que retratam o dizer do missionário, da religião católica e que são trazidos para o Vocabulário. Como pudemos perceber, trazer essa

discursividade religiosa nos vocabulários documentados pela RIHGB é uma prática comum. Parece que o contato que o IHGB tem com as tribos indígenas é limitado àquelas que já foram “catequisados”, “civilizadas” pelos portugueses. Podemos notar que há uma retomada de um dizer produzido no Brasil Colonial que legitima a busca de um passado linguístico às línguas do Brasil. Esse passado é dado/legitimado pelo ato catequético. A produção de um discurso sobre as línguas do Brasil é entremeado por um discurso religioso.

### ***2.5. Vocabulário da Língua Guaná ou Chané: uma língua da família Aruák***

O *Vocabulário da Língua Guaná ou Chané* foi publicado na Revista do IHGB no ano de 1875 (Tomo 38). Nele há a indicação de qual região os índios guanás fazem parte: Província do Mato Grosso. Esse Vocabulário foi composto por Alfredo d’Escagnolle Taunay. A obra é composta por um pequeno texto introdutório, uma lista de palavras (língua portuguesa-língua guaná), algumas indicações gramaticais (pronomes possessivos, adjetivos numerais, pronomes pessoais), alguns exemplos de verbos (presente, imperfeito do indicativo) e algumas frases. No Vocabulário, diversas são as notas de rodapé que também constituem um saber sobre a língua guaná ou chané.

A língua guaná, como indica Silva (2001, p. 03), é também conhecida por Exoaladi, Chooronó, Chualas, pertence à família linguística Aruák. Coloca a autora (2001, p. 03-04) que:

No século XVIII, esses índios migraram do Chaco Paraguaio para as margens orientais do rio Paraguai ao sul de Mato Grosso, influenciados pelo processo de colonização espanhola e pelas relações interétnicas com outros povos indígenas.

Os povos indígenas da família Aruák estão disseminados em diversas regiões da América do Sul, no Brasil, por exemplo, além dos Terena em Mato Grosso do Sul; temos os Paresi, Enawenê-Nawê (Alto Jurena), Mehináku, Waurá, Yawalpitie (Alto Xingu) e os Apurinã (Juruá-Purus).

Taunay inicia seu texto com a seguinte observação (RIHGB, 1875, p. 143): “Achando de interesse augmentar o numero de vocabulários de línguas indígenas do Brasil que a *Revista do Instituto* tem publicado, destaquei de um trabalho meu sobre a província de Matto Grosso as seguintes paginas, afim de terem o destino que V.S. lhes assignalar”. O trabalho inicial realizado pelo IHGB se dá em termos espaciais. É um trabalho de demarcação, de discussão sobre o território nacional. Por esse trecho, podemos perceber que Taunay havia realizado um estudo sobre a província de Mato Grosso e ao realizar esse estudo o saber linguístico se torna presente.

Alfredo de Taunay era engenheiro, militar, professor, político, historiador, sociólogo, romancista, membro do IHGB e também orador do Instituto. Nasceu no Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1843 e faleceu também no Rio de Janeiro em 25 de janeiro de 1899. No ano de 1865, no início da Guerra do Paraguai, é incorporado à Expedição de Mato Grosso como ajudante da Comissão de Engenheiros, para trazer ao governo imperial notícias do corpo expedicionário de Mato Grosso, que havia muito se supunha perdido e aniquilado<sup>36</sup>. Provavelmente é nesse período que Taunay colhe as palavras junto aos índios guanás que vivem na província de Mato Grosso. Em outro trabalho também publicado na RIHGB no ano de 1888 (*Os índios caingangs – Monographia acompanhada de um vocabulário do dialecto que usam*), traz um comentário do viajante americano Herbert Smith sobre esse Vocabulário dos índios guanás:

Da prudência e cautela com que procedo consegui já bella recompensa, pedindo permissão para manifestar não pequeno desvanecimento pelo juízo que o ilustre viajante americano Herbert Smith, tão laborioso, tão honesto em suas informações, quanto original em suas descrições e na redacção dos seus diários, encarou sobre o *Vocabulario da lingua chané* (índios guanás, kinikinaus, laianas e terenos) de Matto Grosso, por mim [Taunay] recolhido, impresso nas paginas da Revista do Instituto Historico, e que já mereceu transcripção nos Estados Unidos. “Difficil é, diz elle, levar mais longe a exactidão em trabalhos desta natureza. Com o dictionariosinho de Taunay em mão consegui muitas vezes entender-me com aquelles índios.

---

<sup>36</sup> Em [www.academia.org.br/abl/cgi/cgiluaexe/sys/start.htm?inford=97&sid170](http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgiluaexe/sys/start.htm?inford=97&sid170). Acesso em 13 de abril de 2010.

Farei sempre justiça ao seu vocabulário, que considero de grande valor e excelente auxiliar ao viajante dessas distantes paragens” (RIHGB, 1888, p. 253)

Nesse trecho de Herbert Smith, o dicionário é visto com uma função prática. Ele auxilia no “entendimento” e ajuda o viajante a estabelecer um diálogo com os índios. Por meio desse instrumento linguístico, o viajante aprende a língua indígena.

Analisemos o vocabulário. A lista de palavras está ordenada alfabeticamente. Temos a palavra em português e sua equivalente em língua guaná.

<b>Português</b>	<b>Guaná</b>
Abobora	Camé
Aborreça	Bôopi (1)
Acarus (bicho da sarna)	Tchetá-uahatí (filho da sarna)
Adeus	Bióinne
Água	Unné
Agulha	Tope
Ai! (exclamação)	Vïu ou acacái
Aipim	Tchupú
Aipim (secco)	Catchó
Aldêa	Pituôco
Alegre	Elloketi (2)
Amanhã	Ārôti
Amar	Maiána-camú (3)
Anta	Cicicó
Aonde vai	Náiênó?
Aprender	Cequechivó
Aracuan (pássaro)	Uaragá
Arara	Parauá (4)

Como podemos notar, há algumas marcações que são trazidas juntas a palavra-entrada. Essas marcações têm o funcionamento semelhante a dos outros vocábulos analisados. Elas controlam alguns sentidos, precisam outros, indicam categorias gramaticais (exclamação, adjetivo, advérbio), formas verbais (imperativo), traz comentários fonéticos.

Chamam a atenção nesse Vocabulário as diversas notas de rodapé. Há 24 notas que trazem comentários do lexicógrafo. Estes são relativos aos aspectos fonéticos da língua indígena e à ortografia da língua guaná. Esses comentários, às vezes, são expostos em

comparação ou com a língua portuguesa ou com línguas indígenas, especificamente, com o guarani ou tupi. É interessante que nesse vocabulário busca-se traçar um parentesco entre as línguas guaná, guarani e tupi. Esse gesto mostra como estudos comparatistas/históricos estavam no século XIX, também presentes no Brasil. Vejamos algumas notas de rodapé<sup>37</sup>:

Aborreço: Bôopi (1)

(1) O ultimo accento é tonico, os outros modificam o som das vogaes.

Alegre: Elloketi (2)

(2) Os dois ll soam claramente.

Anta: Maiána-camú (3)

(3) Os laianas dizem morevi, como em guarani.

Arára: Parauá (4)

(4) Na língua guarani paraguá, papagaio, d'onde paragua'y, o rio dos papagaios.

Gato: Maracaiá (6)

(6) Os indios appellidavam-me ungé maracaiá, olho de gato. Os guaranis dizem mbaracaiá, na língua tupi maracayá ou maracajá.

Gostar: Gâchá-á (7)

(7) Talvez se devesse escrever ingâchá-á em todo o caso não se pronuncia claramente o *in*, fazendo só soar o *g*, arrastando-o.

Laiána (índio): Láiana (8)

(8) A palavra é esdrúxula, não sei porque os brasileiros a pronunciam grave.

Aqui podemos notar uma divisão da sociedade. O lexicógrafo busca corrigir, por meio dessa nota, um equívoco que há na interpretação dessa palavra. Nota-se, contudo, que ao escrever a palavra ele a documenta com a pronúncia e o acento português.

Mai: Mêmê (9)

(9) Mamá em língua caiuíá, muito approximada ao guarany, seña o proprio.

Nuvem: Capaci (11)

(11) Noné capaci, cara de nuvem, era a antonomásia de um de nossos soldados por causa da guedelha desgrenhada.

---

<sup>37</sup> Essas notas seguem a numeração do texto da RIHGB.



Por esse comentário do lexicógrafo, podemos perceber o contato que ocorreu entre os índios e os brasileiros. Os brasileiros estavam na região do Mato Grosso em virtude da Guerra do Paraguai, por isso, há uma relação com o poder militar. Aqui, aparentemente é um contato amistoso, uma vez que os índios “apelidam” os soldados, o próprio lexicógrafo.

Pirapitanga (peixe): Araraiti-issi (13)  
(13) Significa peixe de rabo de sangue (vermelho)

Pulga: Anatamucú (14)  
(14) Quer dizer piolho de cão.

Nesses exemplos, as notas definem por meio das expressões “significa” e “quer dizer” as palavras-entrada.

Quinquináo: Koinu-Kunó (15)  
(15) Vê-se claramente que quinquináo é alteração da palavra índia.

Essa nota aponta para uma intervenção do português na língua indígena, isto é, o português, ao buscar escrever, pronunciar as palavras indígenas, as altera. Isso se justificará talvez em virtude ao modo como na língua portuguesa os sons da língua indígena são produzidos. No gesto de documentar as línguas indígenas, muitas são as alterações que os idiomas dos índios sofrem/sofreram. Nesse Vocabulário, o lexicógrafo busca de algum modo indicar um dizer, uma ortografia correta, que seja a representação da língua indígena.

Teréna: Térena (17)  
(17) Esdrúxulo, quando em portuguez é grave.

Um: Poichâcho (20)  
(20) Esta palavra é de mui difficil pronuncia. Nunca a pôdemos escrever conforme a ouvimos.

Marca-se a diferença entre o português e a língua indígena quanto à posição do acento. Mais uma vez a questão fonética aparece. Busca-se explicar a imprecisão na escrita em virtude da pronúncia dessa palavra. O lexicógrafo, por esse comentário, trouxe à discussão o próprio gesto de coletar e documentar uma palavra. Por meio do que se escuta em língua indígena tenta-se representar por meio da escrita o que se ouviu, por isso que em alguns momentos há equívocos e diferenças entre as palavras documentadas de um mesmo idioma indígena.

Vejamos mais uma nota de rodapé:

#### Imperfeito

Eu queria: gachá nini ondi

Tu querias: queachá nini

Nunca pude organizar a conjugação de outros tempos (22)

(22) Os imperativos, que elles empregam muito, terminam quas todos em *ca*, exemplo: *íticá* faze, *tetucá* corta, *mcá* come, *angicá* lava, dos verbos *ittuketi*, *tetocoti* cortar, *ningá* comer, *angicoáti* lavar.

Tem-se nessa nota uma observação em termos morfológicos de uma língua. Mostra-se que se forma o imperativo pelo acréscimo da partícula *cá*. O lexicógrafo ressalta também a questão do uso desse modo verbal que é um modo muito empregado pelos índios.

Como podemos notar as notas de rodapé vão constituindo um saber sobre a língua guaná. Além dos itens lexicais organizados na lista de palavras, temos comentários gramaticais sobre a língua. É o saber linguístico sendo constituído por meio do saber gramatical – dividido em fonético, morfológico, sintático – e o saber lexical.

Após a lista de palavras, o vocabulário se divide como já ressaltamos em *Algumas Indicações, Imperfeito, Phrases e exemplos*. Antes, contudo, tem-se a descrição de um fato histórico, ocorrido por causa da Guerra do Paraguai. Em seu livro *Retirada da Laguna*, Taunay o descreve detalhadamente. Todavia, no Vocabulário, temos apenas um comentário

sobre isso e como isso contribui para a perda de um vocabulário mais extenso em língua guaná:

No incendio e saque de Nioac, a 2 de Junho de 1867, perdi um dicionario guaná com perto de dois mil vocábulos. Nos papeis que encontrei esparsos pelo campo e pude ajuntar, achavam-se algumas folhas com as palavras, ainda não em ordem alphabetica d'este incompleto vocabulário (RIHGB, 1875, p. 158).

Em *Algumas Indicações*, apresentam-se inicialmente, os pronomes possessivos “isolados”. Há uma inversão na ordem dos itens apresentados. Nesses pronomes indica-se primeiro sua forma em língua indígena e, após, sua equivalente em português:

Induguê: Meu  
Itiguê: Teu  
Iuti ou iú: Seu  
Utiguê: Nosso

Como salienta o lexicógrafo, em relação aos pronomes, “Entretanto são quasi sempre contrahidos nas palavras” (RIHGB, 1875, p. 158). Nos itens, documentam-se palavras que indicam partes do corpo humano. Os exemplos só utilizam os pronomes possessivos *meu* e *teu*. Vejamos:

Possessivos da 1ª pessoa	Possessivos da 2ª pessoa
Mínha cabeça: Duuti	Tua cabeça: Totihé
Mínha testa: Inucú	Tua testa: Inicú
Meu nariz: Guiri	Teu nariz: Quiiri
Mínha boca: Bahó	Tua boca: Pehahó
Meu dente: Onué	Teu dente: Tahoé
Meu queixo: Nónhi	Teu queixo: Neôîô

Em relação aos pronomes de terceira pessoa, o lexicógrafo faz apenas uma observação, não traz exemplos dessa contração: “Os possessivos da terceira pessoa são quasi sempre formados com os pronomes iú” (RIHGB, 1875, p. 159). Após, apresenta os numerais:

Os adjectivos numeraes vão só até tres:

Um: Poichâcho

Dois: Piátcho

Tres: Mopoá

Os índios continuam presentemente com as palavras portuguezas, algum tanto adulteradas:

Quatro: Uátro

Cinco: Cinquê

Seis: Siês

Sete: Siéte

Oito: Otcho

Nove: Noê

Dez: Léce, etc.

O fato de os índios “continuarem” os numerais com as palavras portuguezas mostra um gesto de colonização. Os índios “adulteram” as palavras, mas na tentativa de reproduzir os sons como podemos notar nos exemplos.

Algumas *Indicações* são relativas à forma verbal da língua guaná:

Esses pronomes [pessoais] vão sempre depois do verbo.

A conjugação dos verbos é irregularissima e difficil senão impossível. São sempre defectivos.

Presente do Indicativo do verbo Ter (Hapè)

Eu tenho: Hape ondi

Tu tens: Iapê

Elle tem: Hapê

Nós temos: Hapé-uti

Elles têm: Hapé Noé

Para a formação do imperfeito acrescentam *nini*

Inindjoa, nini ondi: Eu tinha

Innitchiecó: Tu tinhas

Outro exemplo:

Eu quero: Gâcha pi

Tu queres: Queachá

Elle quer: Gachá

Nós queremos: Gachá uti

Elles querem: Gachá nóe

Imperfeito

Eu queria: Gachá nini ondi

Tu querias: Queacha nini

Um conhecimento sobre a língua vai se formulando a cada comentário do lexicógrafo. Podemos perceber que o interesse dessa obra está na descrição da língua, na produção de um saber que considera diversos fatos à sua constituição.

Por fim, o Vocabulário traz uma série de frases e exemplos. Em alguns momentos, é constituído um diálogo, alguém pergunta e alguém responde:

Estas com fome... Epê cati cima gati?

Sim... Aspiração guttural não exprimível<sup>38</sup>

Senta-te e come. Toma arroz com carne. Queres farinha? Iivapaquê, nikî via nacacú cuanê uaçã. Queachá ramucu?

Não senhor. Quero aipim e aboboras... Aço uñai. Gacha tchupú iocó camé

Traze facas e farinha... Iamané piritáu, cuané ramucu

O seu jantar está muito bom. Sua mulher sabe cozinhar muito bem: na minha casa nunca comi assim... Iamané pirtati cuané ramucú. Unati niké cuáti êchoté itucôati nica uno. Auó ningá onuongi cutia xonagú

Come mais então ... Nike, igopó

Não, obrigado. Agora quero água e vou-me embora ... Acó mondouané. Poiáne unné gachó, behopotime

Quando has de vir? Namõ kenaacá

Outro dia ... Poinu cáche

Quem sabe se amanhã? Etchuáne coecú arôti

É facto... Ennómone

Busca-se significar um contexto de jantar. É como se ensinasse ao outro como se deve agir em situação desta. De que modo se deveria responder às perguntas e colocar questões.

Finalizando, o *Vocabulário da Língua Guaná ou Chané* é o único documentado pela RIHGB que não pertence ao tronco Tupi-Guarani e nem tronco Macro-Jê. A língua guaná ou chané pertence à família Aruák. Em alguns momentos, notamos que se busca traçar uma relação de proximidade entre essas famílias linguísticas, isto talvez como um gesto de legitimar a língua guaná, já que no século XIX a busca por um passado linguístico ao Brasil é encontrada nas línguas da família Tupi-Guarani, no Tupinambá.

## **2.6. *A Grammar and Vocabulary of the Tupi Language*: um retorno ao passado**

Esse trabalho, escrito em inglês, foi publicado no Tomo 43 (1880) da RIHGB. Ele foi elaborado por John Luccock (negociante inglês). O autor para compor sua obra coleta e

<sup>38</sup> Mais uma vez sendo ressaltada a dificuldade em se reproduzir os sons da língua indígena.

transcreve partes dos trabalhos desenvolvidos por José de Anchieta (*Arte da língua mais usada na costa do Brasil*) e Luis Figueira (*Arte da língua brasílica*). Esses dois eram missionários jesuítas e estiveram no Brasil no período colonial.

Podemos dizer que a publicação dessa obra, em inglês, de John Luccok na RIHGB mostra as relações internacionais do IHGB. Traz-se a voz do estrangeiro não para censurá-la, mas sim para acrescentar o dizer brasileiro. É um gesto de acréscimo ao discurso do outro para constituir o discurso da RIHGB.

Há um pequeno texto introdutório nesse trabalho que traz algumas observações em relação à obra de Luccock. Não se indica a autoria desse texto. Essa observação surge como sendo da RIHGB, mais especificamente, da sessão de *Redação*. Nesse pequeno texto temos:

Em sessão de 2 de julho de 1880, o Instituto Historico Geographico e Ethnographico Brasileiro resolveu publicar a grammatica e o vocabulário manuscripto de John Luccok, que percorreu diversos pontos do Brasil e escreveu *Notes sur Rio de Janeiro*, em 1820.

Como este há muitos outros documentos manuscriptos que conviria dar á publicidade; porém quando os Platzmann, Porto Seguro, Uricoechea e outros, têm com tanta fadiga reimprimido grammaticas e vocabulários das línguas americanas, movidos pelo grande impulso que actualmente despertam os estudos linguísticos, pareceu ao Instituto Historico Brasileiro opportuno, dar á luz o manuscripto de Luccock.

Resolveu-se, é intuitiva a razão, que fosse impresso mesmo em inglez e com maior fidelidade. A redacção apenas tomou a liberdade de corrigir um ou outro erro orthographico, ou talvez de copia do inglez do manuscripto.

No fim do impresso irão algumas notas sobre o vocabulário e grammatica tupi, feitas pelo socio Dr. Baptista Caetano de A. Nogueira (RIHGB, 1880, p. 263-264).

Embora seja uma obra publicada no Rio de Janeiro em 1818, John Luccock volta ao período colonial para compô-la. Essa volta ao passado busca afirmar que as línguas do Brasil têm sua origem no tupi antigo descrito por Anchieta e Figueira. Esse gesto de documentar uma obra que retoma trabalhos de jesuítas é um modo de historicizar, preservar as línguas do território nacional. As línguas indígenas passaram a ser consideradas provas de um passado linguístico brasileiro e os jesuítas e os viajantes foram uns dos primeiros a documentá-las. Além disso, em alguns momentos, o autor compara o tupi com o inglês. Na obra de Luccock,

o autor faz comparações entre os dois trabalhos dos jesuítas, também compara com os de Hans Staden, Lery e Southey. Todos, autores do período colonial.

Nessa nota introdutória, há a citação de alguns nomes que, conforme se mostra, estavam interessados nos estudos das “línguas americanas”, isto é, das línguas indígenas faladas no continente americano. Os nomes citados são: Karl Julius Platzmann, Visconde de Porto-Seguro e Ezequiel Uricoechea.

Karl Julius Platzmann<sup>39</sup> era um viajante alemão e esteve no Brasil entre 1858 a 1864. Reeditou diversas obras sobre as línguas indígenas entre elas a de Padre José de Anchieta (*Arte da língua mais usada na costa do Brasil*) e a de Padre Luis Figueira (*Arte da língua brasílica*). Também elaborou uma obra bilíngue tupi-alemão (*Das anonyme wörterbuch Tupi-Deutsch und Deutsch-Tupi, mit einer karte des Amazostromes*).

Francisco Adolfo de Varnhagen ou Visconde de Porto-Alegre foi membro e primeiro secretário do IHGB. Escreveu diversos trabalhos sobre o Brasil, entre eles se destaca *História Geral do Brasil* (1854-1857) em que Varnhagen busca analisar diversos fatos que contribuíram à constituição do Brasil. O estudioso também se interessava por pesquisas das línguas do Brasil. Varnhagen oferecera diversas obras (manuscritos) sobre as línguas indígenas ao IHGB<sup>40</sup>.

Por fim, Ezequiel Uricoechea<sup>41</sup>. Colombiano, nasceu em Bogotá em 10 de abril de 1834 e faleceu em 28 de julho de 1880. Era cientista, filólogo. Uma de suas grandes contribuições foi no campo da linguística. Em 1871, publica *Gramática, vocabulario, catecismo y confesionario de la lengua chibcha*, editada em Paris. Em 1877, publicou *Vocabulario Paez-castellano* e um ano depois *Apéndice a la gramática, catecismo y confesionario de la lengua guajira*, composto em conjunto com Rafael Celedón. Sobre a língua castelhana escreveu: *Alfabeto fonético de la lengua castellana e Diccionario de voces de historia natural*

---

<sup>39</sup> Em [www.biblio.etnolingustica.org](http://www.biblio.etnolingustica.org). Acesso em 15 de abril de 2010.

<sup>40</sup> Em [www.ihgb.org.br](http://www.ihgb.org.br). Acesso em 15 de abril de 2010.

<sup>41</sup> Em [www.lablaa.org/blaavirtual/biografias/uricezeq.htm](http://www.lablaa.org/blaavirtual/biografias/uricezeq.htm). Acesso em 15 de abril de 2010.

*americana*. Realizou trabalhos também com a língua árabe: *Gramática árabe* e *Gramática del árabe vulgar*.

Ao trazer esses estudiosos, a RIHGB desse modo indica como estavam os estudos linguísticos da época. Julius Platzmann e Francisco Adolfo de Varnhagen pensando o Brasil e Urochea, a Colômbia. Mas sempre tomando como objeto as línguas indígenas. Nesse momento, a RIHGB aponta estudos que foram realizados por viajantes que estiveram no Brasil no século XIX e outros que se realizavam em diferentes países.

No final do texto da Revista, há um comentário salientando que à obra se trará algumas notas sobre o vocabulário e gramática tupi. Essas notas estão escritas em português e, como mostraremos, complementam a obra de Luccock. As notas foram escritas por Batista Caetano de Almeida Nogueira e por João Barbosa Rodrigues.

Batista Caetano de Almeida<sup>42</sup> (também conhecido como poeta Macambúzio) nasceu em 1826 em Camanducaia (hoje Jaguari-MG) e faleceu em 1882 no Rio de Janeiro. Foi professor no Colégio Pedro II e vice-diretor da Repartição Geral dos Telégrafos. Escreveu diversas obras sobre as línguas do Brasil: *Apontamentos sobre o Abañeenga* (1876); *Etimologia da palavra emboaba* (1879), *Manuscrito guarani da biblioteca nacional sobre a primitiva catequese dos índios das missões* (1879), *Vocabulario das palavras guaranis* (1880), *Notas etnográficas e linguísticas ao livro Rascunho sobre a gramática da língua portuguesa* (1881).

Já João Barbosa Rodrigues<sup>43</sup> foi engenheiro, naturalista e botânico brasileiro. Especializou seus estudos em botânica, sob a orientação de Francisco Freire Allemão (também membro do IHGB). Em 1890, João Barbosa Rodrigues tornou-se diretor do Jardim Botânico no Rio de Janeiro, exercendo essa função até sua morte em 1909.

---

<sup>42</sup> Em [www.ighb.org.br](http://www.ighb.org.br). Acesso em 15 de abril de 2010.

<sup>43</sup> Em [www.ighb.org.br](http://www.ighb.org.br). Acesso em 15 de abril de 2010.



Como poderemos perceber as observações desses dois estudiosos sempre objetivarão acrescentar fatos não percorridos por Luccock. Analisemos *A Grammar and vocabulary of the tupi language*.

A obra de Luccock inicia-se trazendo uma gramática da língua tupi. Apresenta os aspectos fonéticos dessa língua indígena, como se pronuncia os sons do tupi, traz palavras simples e derivadas, o modo como se faz o plural dos nomes, algumas expressões numéricas. Descreve as classes dos pronomes pessoais, dos pronomes possessivos, indica terminações dos substantivos, descreve a classe dos verbos e suas regras de formação. Traz também algumas conjugações, indica os verbos auxiliares. Temos a produção de um saber gramatical na obra de Luccock. Após, explicita algumas palavras da língua tupi, dividindo-as em listas: lista de animais, de pássaros, de árvores, de plantas, de frutas, de raízes, de peixes, de répteis e de insetos. Podemos perceber que os domínios descritos em listas de palavras são da fauna e da flora.

Luccock começa seu texto apontando que “the letters of the tupi or brazilian alphabet are twenty two viz”. Nota-se que há um deslizamento de sentidos entre tupi e alfabeto brasileiro. O idioma do Brasil é por esses dizeres, o tupi. Aqui se tem a imagem de que a língua falada no território nacional é a indígena, isto é, a língua brasileira é aquela falada pelos índios e não por outros sujeitos que também vivem no Brasil.

Além disso, um fato que chama a atenção do viajante é que na língua tupi existem sons guturais. Conforme o autor (RIHGB, 1880, p. 264), a representação desse som é feita de diversas maneiras pelos diversos autores que pesquisaram a língua tupi. Ainda não se tem um padrão para a representação da língua indígena:

This sound has been represented in a variety of ways. The grammar uses the *y* for that purpose as distinct from *i* which is always sounded like our *u*. The authour of the Dictionary writes the *y* with a point over it thus *y'* and Casal puts an *h* before the letter making *hy*. Anchieta inserts the letter *g* after a vowel. Figueira says the ancients used an *i* to express this sound and dissatisfied with it because that letter can never represent a guttural sound. The old linguas he says used

both the letters *i* and *y* promiscuously, but he prefers to retain the *i* for the usual sound *u* and reserves the *y* for what he calls the guttural vowel (RIHGB, 1880, p. 264).

Luccock, ao comentar sobre essas divergências, aponta que para um estudante de inglês isso causaria inúmeras “confusões” (confusions). O autor indica de alguma maneira seu público leitor: os estudantes de inglês que talvez tivessem interesse em aprender a língua tupi: “But to an english student each of these methods creates confusion, to avoid it as much as possible” (RIHGB, 1880, p. 265). A imagem que temos é a de um leitor americano que se interessará pelas coisas do Brasil.

Após isso, Luccock começa a descrever os sons das vogais da língua tupi. Conforme o autor, as vogais seriam: *a*, *e*, *i*, *o*, *u*, *y* e *hik*. Os exemplos trazidos são de palavras inglesas, isto é, indica-se o modo como se deve pronunciar cada vogal na língua indígena usando a língua inglesa:

*a* has the same sound as ours in the words “*hat, man, cast*”.  
*e* has that of our <a> in the English word “*hay*” or the “e” in “*get, fret, etc*”.  
*i* has ... the sound of air “ee” in “*hell, fell, knell etc*” or that of “ei” in “*yield*” but when it begins a word it is sound like *i* in the word *it*. In the middle of a word it has sometimes of ours in “*onions, trunnion etc*” (RIHGB, 1880, p. 265)

Na continuidade, o viajante passa a discorrer sobre as consoantes. Inicia apontando que muitos missionários e outros que escreveram sobre “nomes brasileiros” não usam a letra *k*, já que essa letra não faz parte do alfabeto português. No lugar desta usam o *c*:

Both the venerable padres and almost all who have written Brazilian names use the consonant *c*. Sometimes with and at other times without a zeura after the mode of the portuguese whose alphabet does not contain the letter *k*, with them the plain *c* is always hard before the vowels *a*, *o* and *u* and soft before the others, but even they were obliged in some instances to adopt the letter *k* and as our alphabet contains it I shall always use it instead of the soft *c* the letter *s* (RIHGB, 1880, p. 266).

Luccock aponta que Anchieta e Figueira não trazem a letra *s* ao alfabeto da língua falada no Brasil. Isto porque o processo de sibilização do *s* não aparece na língua brasileira, quando há é algo que resulta de uma “falha na pronúncia”:

It is true that neither Anchieta nor Figueira have the letter *s* in their alphabet, nor do they use it and the latter says that the natural sibilization of the *s* does not agree with the Brazilian tongue, but the excessive sibilations used by some people is a fault in pronunciation and this very author confesses that he uses the *c* with a zeura instead *s* (RIHGB, 1880, p. 267).

Há, na gramática de Luccock, em diversos momentos uma comparação entre a língua inglesa e a língua indígena e entre estudiosos das línguas indígenas do Brasil. Em relação ao uso do *c*, desconsiderado pelos missionários, Luccock coloca que:

The alphabet does not admit of this *c* with a zeura nor is it now certainly known what sound it represented three hundred years ago; at present it is expressed as an *s*, but this could not be the case formerly for Anchieta would then have used it, and Figueira could not have told us that the sound did not accord with Brazilian tongue. Mr. Southey thinks it might be pronounced like a soft theta and Casal in a few instances writes *th*, to me these appear more reasons for thinking that it expressed merely the same among the Indian sound *tz* does with us we shall use instead of it the *z* alone (RIHGB, 1880, p. 267).

Na continuação, traz-se a descrição de outras consoantes do alfabeto da língua tupi. Nesse trabalho de Luccock, há deslizamentos de sentidos ao se nomear a língua que está sendo descrita. Em alguns momentos, o autor traz como *Brazilian tongue*, outras como *tupi tongue*. Há um imaginário que circulará por muito tempo de que a língua brasileira é a língua tupi, é a língua dos indígenas. Há uma indistinção sendo produzida entre o tupi e a língua brasileira.

Luccock faz uma comparação entre algumas palavras documentadas por Anchieta e por Figueira. O autor aponta que há uma grande variação no modo como esses itens lexicais são documentados. Isso também ocorre em virtude de vários viajantes/missionários estrangeiros (franceses, espanhóis, alemães) terem trabalhado com as línguas indígenas. Há, conforme

ressalta Luccock, diferentes combinações de letras com o intuito de escrever a língua indígena. Luccock aponta para uma variação no modo de documentar a língua indígena. Isso se passa em virtude de quem é o documentador. É na língua do documentador que faltará letras e não ao indígena:

The words of this language are expressed by the romam characters, having conveyed to us chiefly through the médium of the portuguese tongue. Some have been written, by French, Spanish, German, Dutch and English authours and every one has represented the same sound by a different combination of letters in their respective contries and their own times. Even the two earliest writes upon this subject among the portuguese differ so much from each other in the mode of spelling, that become absolutely necessary to correct out of numbers more will make this obvious.

A list of words evidently of same import, but spelled variously by different authours:

By Anchieta	Figueira	Anchieta	Figueira
Umbe	Mbae	Aico	Oico
Ceyj	Ceyia	Aique	Oike
Yxe	Ixe	Aereme	Aerime

(RIHGB, 1880, p. 268-269).

Após essa comparação, Luccock ressalta o modo de formação das palavras simples e derivadas, analisa a formação do singular e do plural. Também observa a questão do gênero nas palavras da língua tupi. Conforme Luccock (RIHGB, 1880, p. 275):

No have no distinction of gender, but there are in the language words used only by men and outhers used by women, but consist of nouns and verbs, adverbs and even interjections; the following is a short list of them to show their nature

Words used only by men	Words used only by women	Signification
Tayikra Taihira	Membira	Son Daugther
Tendikra Mu Semu	Kevira Amu	Brother Sister
Cunham membikra	Penga	Cousin
Temimino	Temiarion	Grandchild
Crú or Cré	Ia ou Io	Oh- Interjection

Mostra-se nessa observação que não há diferença de gênero, mas que algumas palavras são faladas somente por homens e outras somente por mulheres. Aponta-se aqui uma questão social, alguns dizeres os homens falarão, outros fazem parte do universo feminino.

Luccock indica que a língua tupi é composta por quatro classes de pronomes pessoais. As formas se diferenciam conforme o locutor e se este está inscrito ou não na situação enunciativa. Nos dizeres de Luccock (RIHGB, 1880, p. 276):

The tupi language has four classes of personal pronouns each of which contains three persons in the singular and four in the plural number. – This latter number has two first persons, the former of them includes the persons speaking and those also who are addressed – the latter applies to the speakers alone. Thus the first is “we and together” the latter is “we alone without you” for the sake of distinction as we call one – the first personal plural inclusive, the other – the first personal plural exclusive. This difference in the persons must be very particularly observed.

Luccock traz diversos tipos de pronome: demonstrativos, relativos, possessivos. Documenta verbos ativos, passivos e reflexivos. Indica também diversas regras de formação de palavras derivadas (substantivos, verbos) e suas exceções. Mostra alguns verbos conjugados. Aponta ele em relação à conjugação verbal no tupi que há sete conjugações:

The first takes the prefix *a* and comprehends most verbs.

The second takes the prefix *ai*.

The third the prefix *xe*.

The fourth has the root beginning with an unchangeable *s* ou *z* and comprehends only six verbs, and may be classed under the 1<sup>st</sup> conjugation.

The 5<sup>th</sup> composes those verbs whose roots begin with *ra, re, ro, ru, po* and the verb *jar* which ought be referred to *jar*, the verb *guar* being regular when it signifies to take.

The roots of the 6<sup>th</sup> end in *iko* or *ique*.

And the 7<sup>th</sup> in *jub* or *jur* (RIHGB, 1880, p. 316-317).

Após essa observação, passa a listar essas conjugações com exemplos de verbos. Indica também algumas expressões em tupi em que os verbos ocorrem com sua equivalente em inglês:

Shall I kill presently or hereafter	Tajukane
Kill thow hereafter	Tere jukane
He may kill	Toro jukane
Ye may kill hereafter	Tape jukane (RIHGB, 1880, p. 320)

Luccock finaliza seu texto com algumas “observações” (remarks) que são em torno de sentidos de algumas palavras. Ele busca precisar as formas e os sentidos dos itens lexicais:

Supé rupi, perhaps supé means to support or conted for.  
 Pytu is problably a diminutive of Pytuna adding a syllable increases the meaning Tacarua (RIHGB, 1880, 342).

Nessa primeira parte do trabalho de Luccock, temos a construção, por meio da retomada de observações de Anchieta e Figueira, de um saber gramatical sobre a língua tupi. Descreve-se essa língua em seus diversos aspectos gramaticais.

Na continuidade do trabalho, Luccock apresenta uma lista de palavras (animais, pássaros, árvores, plantas, frutas, raízes, peixes, répteis e insetos) e suas significações. É sobre essa lista de palavras que a RIHGB fará suas observações. A lista da RIHGB não apresenta divisão. Todos os domínios estão juntos. Analisaremos em virtude da extensão desse vocabulário apenas algumas palavras-entrada das observações feitas pela RIHGB. Em relação a essa complementação do estudo de Luccock, J. Barbosa Rodrigues coloca que:

Estava já no prelo o trabalho do Sr. Luccock quando tive a honra de ser convidado para anotar, pelo lado das sciencias naturaes, as differentes listas de nomes indígenas que ele traz, pelo que vi obrigado, ao correr da penna e quasi de memoria, a fazer pequenas annotações, que vão pouco desenvolvidas, não só porque o espaço escasseia, como tambem porque em uma simples nota não se permite dar largas ao pensamento e ao que o assumpto requer. Nos animaes, nas plantas e na parte geographica, não só dei os nomes scientificos que nenhum só possuía, como firmei a localidade dos rios, serras, villas e aldeias, completando a série de nomes que havião sem um só esclarecimento tudo quanto pôde dar o meu pouco saber, quer em botânica e zoologia, quer em geographia patria, o dei. Se tempo tivesse e o quadro do trabalho do viajante inglez o permitisse, poderia desenvolver melhor as notas e ordenar o desalinho em que vão ellas escriptas. Tanto quanto a minha observação entre os tapuyos e o estudo linguístico que entre elles fiz o consentio dei a interpretação de alguns nomes indígenas, mas pouco cabedal disso fiz, porque o meu companheiro nesse trabalho, o sábio americanista Dr. Baptista Caetano, disso está encarregado e elle ás minhas obscuras notas ajuntará as suas doutas observações linguísticas (RIHGB, 1881, p.33).

Como veremos, os acréscimos feitos pela RIHGB serão no domínio das ciências naturais (temos aqui um naturalismo do final do século), da geografia. Temos o IHGB como possuidor de saberes sobre o Brasil, por isso legitimado a acrescentar observações científicas, geográficas ao “desalinho” do trabalho de Luccock. O IHGB, com seu discurso nacionalista, complementa um trabalho feito sobre o Brasil por um estrangeiro. É o IHGB mais uma vez falando sobre os indígenas, sobre suas línguas, os membros do IHGB sempre estão em um lugar legitimado para discorrer, opinar sobre qualquer tema pátrio.

Em nossa análise traremos as definições de Luccock para os termos indígenas e as definições feitas pela RIHGB. Nosso objetivo é realizar uma análise comparativa entre as duas definições. Iniciemos:

Luccock	RIHGB
<p>Aig (Bradypus, sp. The sloth, from yg water; this animal discharges a considerable quantity of water from its eyes, nose and mouth but I suspect its arises from its note in coying wich nearly resembles the word yg. Its is very delicate in its eating and will climb many trees sucessively in order to find its proper food. It always suspends itself from a branch or staff by claws, and never walks upon it as is generally represented un engravings. It never devours all the leaves from a tree unless of that kind wich produces its favourite food. It is also extreamly afraid of falling and can with great difficulty be beaten from is hold even when only one or two feet from the ground. The female has two pectoral rats and in general resemble the class of apes more nearly than is usualy supposed. The young ones cling to the hair of its mother and when she passes a very narrow place, it moves round her body to avoid any impediment it may be easely irritated but its mode of defense is very potent. Its looks steadily at the eye of the person who theases it and then makes a sudden stroke at them with one of its fore parws. The muscular force of its clawns is astonishingly great.</p>	<p>Aig, ay, ai, uanú denominações dadas por diversos naturalistas segundo a maneira de ouvir cada um á preguiça, como vulgarmente são conhecidas as espécies de tardigrados pertencentes ao genero <i>Bradipus</i> de Cuvier, habitantes de quase todo o Brasil.</p> <p>O nome ayg é uma onomatopéia á espécie de assovio que solta o animal parecendo pronuncia-lo moderadamente a... y ... g... As espécies que conheço são as seguintes:</p> <p><i>Unaú</i>, como chamam no Pará á preguiça real (<i>Bradipus tridactylus</i>, L.) é a maior, chegando a ter 0m8 de comprimento. Tem a cabeça arredondada, aproximando-se ás feições do macaco. Os membros alongados com as mãos munidas de dous dedos unidos armados de longas unhas. O seu sistema dentário compõe-se só de molares, tendo a 0/0 0/0 10/8 sendo os dous primeiros de cada maxilla um pouco maiores que alguns consideram como caninos. Os dentes são cylindros uma só raiz, sem coroa distincta, quando novos agudos gastando-se depois de ficarem como que truncados e ocos. As fêmeas têm as mamas no peito. Uma particularidade que n'ella se nota, como em todo o genero, que a distingue de todos os mamíferos d'esta ordem é o numero de vértebras que é o de vinte e quatro. A cor é</p>

pardacenta grizalha, com os pellos longos e seccos, sendo-as da cabeça e nuca maiores e mais escuros. Os da anca dirigem-se em sentido inverso, isto é, de baixo para cima. As plantas dos membros são semcallosa e sem pellos. Depois da preguiça-real a mais vulgar é a preguiça *Ay-ay* ou de *bentinho* (*B. didactylus* de Linneo). Esta é muito menos cinzenta, tendo nas costas entre os braços uma malha de pellos curtos e lustrosos alaranjado rodeada de preto, o que valheu-lhe o nome que tem. E semelhante á primeira tem, porém, a cabeça mais arredondada, a face ás vezes amarellena e um rudimento de cauda. Esta espécie afasta-se dos outros mamíferos pela particularidade de ter mais duas vértebras cervicaes, isto é, tem nove em vez de sete.

Uma outra espécie ainda menor se encontra, é a *B. tarquatus* de Illiger, Pr. *Collaris* de Desmaret, ou *Achocus torquatus*, do Príncipe de Newied. E tambem cinzenta, tendo em roda do pescoço uma espécie de meia colleira de pellos compridos e pretos, d'onde lhe veio o nome de preguiça de colleira.

Todas estas espécies têm os mesmos usos e costumes. A lentidão de seus movimento fez com que fosse vulgarmente appellidada preguiça. Faz quasi que exclusivamente o seu alimento dos grelos da emauva (*Cecropia*), pelo que abundam elllas pellas margens dos rios, encontrando-se todavia nos Mattos centraes e raríssimas vezes nas arvores do campo.

Pouco andam no solo, passam geralmente de galho em galho de uma para outra árvore. Quando junto a que está não há outra arvore, desce para procurar alimento em outra.

Como cabe nadar perfeita e ligeiramente sempre ainda pelas margens dos rios, que atravessam. Seus movimentos muito lentos, principalmente durante o dia, que passam quasi que dormindo abraçadas aos troncos, tornam-se rápidos quando nadam ou quando enraivecidas.

Subia eu um furo que costeava a ilha das Onças, na província do Pará, quando deparei com um casal de preguiças de bentinho, que estava em uma alta seringueira. Mandeí trepar um pequeno tapuyo que me a



	<p>companhava que atirasse uma n'agua. Chegando ao galho em que estavam agarradas, com custo tirou uma que lançou ao rio perto da canoa. Com o choque foi ao fundo, porém momentos depois boiou e nadou rapidamente para a outra margem. Vendo que a perdia mandei remar com força. A canoa partiu ligeiramente, mas apesar da força de oito braços marinheiros, não a pude alcançar. Chegando Ella a um pé de aninga (Montrichardia) segurou-se elle e começou então a subir, porém, tão lentamente que não parecia o mesmo animal que com tanta facilidade cortara a corrente muito antes. Para experiência mandei lançar a segunda e vi que com a mesma rapidez nadou. Outra vez herborizando eu na ilha do Espirito Santo fronteira á Villa-Bella, na província do Amazonas, encontrei uma preguiça rela, trepando em uma embaubeira. Tendo-lhe dado cinco tiros e não cahindo, mandei um tapuyo velho meu guia, que trepasse e a arrancasse do tronco onde a julgava morta se segura pelas unhas. Ahi chegando encontrou-a o tapuyo viva e tão feroz que apenas o viu começou a soprar, asoviando e a procurar com um braço agarralo. Era tão rápido o movimento do braço, que me admirou, lançando ao chão e conduzida á minha canoa repare que estava bastante ferida a anca, apesar, porém, doisso subiu ao mastro e dahi com o braço aberto procurava agarrar quem por Ella passasse. Estava grávida e esta preguiça no dia seguinte deu a luz a um fecto, envolto em uma pellicula que a mai abandonou morrendo pouco tempo depois. Criam os filhos agarrados na barriga, como diversas vezes vi. Quando agarram uma preza difficilmente largam, sendo quasi sempre precios mata-las para livrar-se das suas unhas.</p>
--	---

Podemos perceber que Luccock descreve a preguiça apontando apenas aspectos físicos, alimentação, modo de defesa. Apresenta-se esse animal desconhecido ao outro. O viajante traz um comentário que busca de alguma maneira indicar lugares em que esse animal já foi

representado (“nas gravuras”). É como se apresentasse o mundo brasileiro ao estrangeiro, ao outro que não o conhece. A busca por similitudes é um dos recursos usados para isso. Já na definição da RIHGB, temos indicado as diferentes nomeações dadas por naturalistas à preguiça (Aig, ay, ai, uanú). Ressalta-se de certo modo a maneira como a coleta dessas palavras era feita: escuta-se e depois documenta-se (“segundo a maneira de ouvir”). A RIHGB traz um discurso científico à definição (“gênero *Bradipus* de Cuvier”). Ademais se apontam alguns comentários linguísticos sobre as nomeações (“o nome ayg é uma onomatopéia...”). A RIHGB aponta algumas espécies da preguiça e descreve detalhadamente como elas são, mais uma vez é trazido o discurso científico e também a questão da similitude, isto é, buscar semelhanças em outros animais para descrever a preguiça (“Tem cabeça arredondada, aproximando-se às feições do macaco”). Só que diferentemente da similitude no século XVI<sup>44</sup> em que se fazia uma comparação de coisas não idênticas, no século XIX, as comparações são feitas dentro de uma mesma família (classificação das espécies). Ressalta a RIHGB que “Todas estas espécies têm os mesmos usos e costumes. A lentidão de seus movimentos fez com que fosse vulgarmente appellidada preguiça”. Mostra-se a motivação que acarreta na nomeação do animal, é uma observação do mundo que vai para língua, o exterior que determina a nomeação. Na definição da RIHGB, há também um relato de viagem feito pelo pesquisador/documentador de um saber sobre o Brasil. Nesse relato discorre-se sobre as características da preguiça e também alguns percursos de pesquisas empreendidos por esses sujeitos que “descobrem” o Brasil e documentam essas pesquisas.

Nas definições da Revista, se terá um discurso científico/natural/vulgar (nomenclatura ou comentário científico mais nomes vulgares), um discurso geográfico que aponta para as localizações espaciais das coisas e seres do Brasil, um discurso de relato de viagem. São essas marcas que caracterizam a definição da RIHGB e a diferencia das de Luccock. Nas definições

---

<sup>44</sup> Foucault (1996).

da Revista, temos uma predominância de descrições, embora também apareçam trechos narrativos. Como nos diz Orlandi (2002b, p. 304):

A passagem narração/descrição, na história dos discursos sobre o Brasil, refere ao modo de significar a realidade brasileira. Este modo tem que ver com as transformações das relações entre *história* e *ciência*. Se no século XVI, é o discurso sobre a cultura, os costumes, a religião que ocupa a frente da cena da cientificidade, no século XIX é antes o inventário das espécies que desempenhará este papel. Os longos relatos (em que a narrativa simula a dissertação) e os relatórios dos viajantes e missionários cederão seu espaço às exaustivas descrições e aos diários de campo, assim como às classificações dos objetos, seja da fauna, da flora ou das línguas, seja dos habitantes, das raças.

Analiseemos outro verbete:

<b>Luccock</b>	<b>RIHGB</b>
<p>Anhuma or Inhuma (Palamedea cornuta). This os cepawary of Brazil, having na horn upon its head and hard bonny substances of a triangular shape on its wings. The colour os its back os black, of its belly and under the wings grey. There are howerer several species.</p>	<p>Anhuma, anhima, inhuma, kamichi ou cauitahu. Este ultimo nome é onomatopaico, imita o seu canto. É um macrodactylo maior do que um peru, que anda aos casaes nos aninages do Amazonas. A sua pelle é cheia de ar. A carne não se come. Aninha-se nos mesmos aningaes, e é de facil domesticação. Alimenta-se de peixe, insectos e camarões. A crença indígena quer que quando esta ave está a beber água em um lago, enquanto Ella não sacia a sede nenhuma outra atreve-se a beber do mesmo lugar. A supertição dá a muitas virtudes á crista córnea que tem, entre ellas a de preservar do estupor quem a traz consigo.</p>

Como podemos perceber as definições de Luccock são semelhantes. Apresenta-se como o animal é, descreve sua estrutura física. Luccock traz entre parênteses um discurso científico, uma nomeação científica do animal (Palamedea cornuta). Na definição da RIHGB, indicam-se as diferentes nomeações indígenas de anhuma (anhima, inhuma, kamichi ou cauitahu). Com esse gesto, a RIHGB busca apontar as variações do nome do pássaro, isso como já foi indicado ocorre em virtude de uma não padronização no modo de documentar e também em virtude das diferentes técnicas que eram usadas para coletar uma palavra

indígena. A similitude mais uma vez é usada na definição do animal (“É um macrodactylo<sup>45</sup> maior do que um peru). A RIHGB explicita um aspecto cultural dos indígenas que envolve o pássaro ahuma: “A crença indígena quer que quando esta ave está a beber água em uma lago...”. Na RIHGB, o conhecimento sobre o indígena é feito por meio da definição de palavras de sua língua, por meio de aspectos culturais.

<b>Luccock</b>	<b>RIHGB</b>
Abacaxi ( <i>Ananassa sativa</i> , Lindl). A sort of pine Apple.	Abacaxi uacachy ( <i>Ananassa sativa</i> , Lindl). Fam. Das Bomeliaceas. É uma variedade do ananaz, que crece nas províncias do norte, principalmente em Pernambuco onde são mais saborosos, que se diferencia do commum pela falta de coroa e tornando-se por isso mais alongado ou coniforme. Em tamanho e em doçura não excede comtudo aos ananazes de Santarem e principalmente aos de Obidos, no Pará. Há ahi duas espécies, uma de folhas lisas e outra de folhas espinhosas.

Luccock, embora como indica a RIHGB não traga comentários científicos, apresenta sempre entre parênteses uma nomenclatura científica. O que a RIHGB faz é expandir esse discurso científico já salientado por Luccock. Como podemos observar nos verbetes a definição é natural, define-se a coisa, o sujeito aparece enquanto locutor descrevendo as coisas e os seres que encontra em suas viagens. O espaço geográfico também começa a fazer parte da definição. A marca geográfica aponta para um modo de definir as coisas do Brasil.

Analiseemos um último verbete:

<b>Luccock</b>	<b>RIHGB</b>
Boya or Giboia (Boa const rector) The Boa con strictor.	Boya, giboia – Pela etimologia desta palavra, razão têm os setanejos de sob o mesmo nome, confundir espécies distintas porque, como sabemos, a palavra hoje corrupta quer dizer cobra d’agua, de y, água e mboia, cobra. Comtudo nos sertões de Minas Geraes

<sup>45</sup> Macroductylo é uma espécie de pássaro. Podemos notar que a similitude é feita entre seres da mesma espécie.

	<p>e no Valle do Amazonas, os naturaes distinguem duas espécies a giboia e a sucury (em Minas) ou sucuryú (no Amazonas). Este nome modificado por euphonia, ou corrupto, bem exprime um dos caracteres que separa esta espécie de giboia, e o indio sempre observador não podia deixar passar desapercibido; assim a cobra d'agua é diferente da que tem espinhos na ilharga, proque sucurijú, ou como com mais propriedade dizem os índios do Amazonas, sucuryú, vem de suakara, ilharga e iú, espinho. Distingue-se a giboia de sucuryú, não só pleo seu tamanho, suas malhas, como principalmente por este caráter.</p> <p>(...)</p> <p>Julgo que Gardner levou um specimem para a Europa, porém não a vendo classificada, propuz para ela o nome de Boa Piranga (...)</p>
--	---

Em *boya* indicam-se alguns sujeitos da sociedade brasileira (índios, sertanejos). Aqui é trazida uma outra realidade do Brasil, já com os sertanejos que vivem nos sertões e estão afastados das grandes cidades. É a sociedade brasileira sendo contituída e documentada nas obras que falam sobre o Brasil. Saber as diferenças entre as cobras é uma característica do indígena. Eles “percebem” as diferenças e as nomeiam diferentemente. Já os sertanejos não conseguem distinguir, uma vez que seu conhecimento limita-se a saber a palavra. Aparentemente o saber indígena também se volta para a realidade externa e não somente linguística.

No verbete, apontam-se diferenças entre a jibóia e a sucuryú e mais uma vez busca-se descrever os “costumes” desses animais; indicar a nomenclatura científica. Marca-se nessa definição o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores do IHGB de estabelecer uma nomenclatura à flora e à fauna brasileira.

Nesse trabalho de Luccock, notamos como um saber sobre o indígena é produzido. Documenta-se a fauna e a flora brasileira, mas buscando explorar um discurso científico. Contudo é um discurso científico descontextualizado. A fauna e a flora brasileira no discurso

de Luccock não têm um lugar determinado. Fato que podemos notar nas definições da RIHGB que buscam determinar o lugar das coisas e seres do Brasil. Os comentários da RIHGB ao trabalho de Luccock deslocam-se para uma FD histórica/geográfica/linguística. A RIHGB legitima um discurso sobre o Brasil e busca comprovar/documentar cientificamente esse saber. É a produção sobre o Brasil feita por brasileiros e legitimada pela elite da época. Além do estudo sobre a nomenclatura da fauna e da flora, também se documenta o modo como a sociedade do século XIX realizava suas pesquisas científicas e estava preocupada com a construção de um saber sobre o Brasil.

***2.7. Os índios caingangs – Monographia acompanhada de um vocabulário do dialecto que usam***

Esse texto foi publicado na Revista do IHGB no ano de 1888 (Tomo 51). Alfredo d'Escragnolle Taunay é seu autor. Mais uma vez o estudioso realiza uma pesquisa sobre tribos indígenas com as quais teve contato em suas expedições militares pelo governo brasileiro.

Nesse trabalho, Taunay comenta sobre os costumes, a religião os dialetos dos índios caingangs que viviam na região de Guarapuava. Esses comentários foram retirados de um trabalho do frei Capucinho Luiz de Cemitille. Além disso, o estudioso reproduz um documento que estava arquivado na Câmara Municipal da cidade de Guarapuava que,

Por elle se verá quantas cidades mereciam dos estadistas portuguezes as possessões brasileiras, sobretudo nas fronteiras com os castelhanos, salientando-se bem o espírito sensato e largo que dominava todos os conselhos não só quanto a edificações dos novos e primitivos habitantes das terras que iam sendo descobertas (RIHGB, 1888, p. 279).

A esse estudo Taunay agrega um *Vocabulário do Dialecto Caingang* (Coroados do Guarapuava). Esse Vocabulário traz uma lista de palavras em língua portuguesa com o

equivalente na língua indígena, alguns adjetivos numerais e possessivos, pronomes pessoais e algumas frases.

Taunay inicia seu texto ressaltando seu contato com os índios e a maneira como sempre procurou realizar suas pesquisas com esses indígenas. Como o autor aponta os estudos eram realizados com base em “interrogatórios” que de certo modo buscavam dar cientificidade às pesquisas da época. Nas palavras do autor (RIHGB, 1888, p. 251):

Sempre que me achei em zonas habitadas por índios, procurei sobre elles colher todos os dados possíveis, organisando com escrupulosa cautela e a maior consciencia vocabulários mais ou menos completos e cujo valor quanto à verdade sônica, tinha como dever severo, e nunca preterido, verificar muitas e muitas vezes.

Todos quantos se têm achado em contacto com aborígenes sabem, comtudo, o grau de difficuldade que há nessas tentativas, não só pelo modo de pronunciarem as palavras deficiência absoluta de regras grammaticaes e a falta de signaes graphicos para bem exprimirmos as aspirações gutturaes ou sybillos que lhes são peculiares, como também pela reluctancia em responderem a interrogatorios um tanto longos e de character até certo ponto científico.

Por esse trecho podemos notar a metodologia empreendida para se coletar palavras do universo indígena: questiona-se o índio para que este reproduza palavras para se comprovar os sons de sua língua e isso exaustivamente, com o objetivo de representar o som do modo mais preciso, “mais verdadeiro”. Nesta sequência, mostra-se a ausência de uma representação gráfica para os sons das línguas indígenas e também uma imagem da língua indígena como “deficiente” em virtude das regras gramaticais. Taunay também aponta uma resistência dos índios em responder aos questionamentos dos “cientistas”.

Na continuidade do trabalho, Taunay faz diversas críticas a outros estudos desenvolvidos sobre as línguas indígenas por estrangeiros. Mais uma vez o IHGB traz trabalhos de estrangeiros para comentar na RIHGB. Temos uma leitura crítica realizada pela RIHGB em relação ao que foi produzido sobre o Brasil por sujeitos não brasileiros. A RIHGB não censura a voz do estrangeiro, como já vimos no trabalho de Luccock, mas busca pronunciar-se sobre o que o estrangeiro diz acerca de sua terra. As relações internacionais do

IHGB são explicitadas nas retomadas de textos de autores estrangeiros. Aqui se percebe as fronteiras geográficas e históricas entre o IHGB e as outras instituições internacionais.

Vejamos uma crítica ao gesto de documentar do estrangeiro:

Cada qual toma as suas notas de viagem na língua que falla, de maneira que mui naturalmente emprega as letras, vogaes e diphtongos com os sons próprios do idioma pátrio. Dahi equívocos e confusões honrosas e se quizerem até engraçadas, mas em extremo prejudiciaes aos estudos sérios e sinceros, quando uns copiam dos outros sem indicarem a fonte, onde foram buscar aquellas informações glottologicas, ou ainda tendo a peito encobrir essa origem para camparem de origianes (RIHGB, 1888, p. 252).

Nesse excerto, temos uma crítica ao método de documentação do falar indígena pelos estrangeiros. Estes não deveriam se basear em seu idioma para documentar as línguas indígenas, pois isso provocaria “equívocos”, “confusões”. Ademais indicaria a não “seriedade” desses estudos. Taunay faz uma crítica aos estudos descontextualizados, que não citam a fonte de onde coletam os dados e se dizem originais. Temos uma posição científica sendo requerida, isto é, requer-se dos estudiosos da época uma postura de autoria científica e não de cópia científica. Vejamos uma crítica a Castelnau (viajante francês) e a um trabalho de um brasileiro (não se cita o nome):

(1) Castelnau, sem citar outros, patentêa então uma sem cerimonia que merece o qualificativo de admirável, truncado, deformado e adulterado, de modo muito curioso, os mais simples vocábulos que a esmo recolheu, ou então inventando outros que nunca existiram (RIHGB, 1888, p. 202).

(2) Em longa relação de viagem de um distincto brasileiro, aliás bom conhecedor hoje de cousas indígenas, já vi transcriptas, como próprias, paginas inteiras do alemão Martius, em que andavam os v e w peculiares á língua materna daquelle illustre botânico e naturalista, e que portanto deviam ter o valor do f e v portuguezes e não de v e w (RIHGB, 1888, p. 252).

As críticas versam sobre o modo como esses sujeitos vão constituindo um saber sobre a língua indígena: às vezes inventando, às vezes imitando sem pensar no idioma português. De alguma maneira indica-se a metodologia que deveria ser usada: pensar a língua indígena em



comparação com o português e não adaptar a língua indígena a idiomas estrangeiros, como francês, alemão, espanhol entre outros.

Como já salientamos em uma análise anterior de um vocabulário de Taunay, há uma citação de um viajante americano (Herbert Spencer) elogiosa aos trabalhos empreendidos pelo autor. Taunay traz essa citação para reforçar como desenvolve todos seus trabalhos cientificamente. Sobre esse trabalho com os índios caingang, Taunay indica: “Affianco que nesta relação de termos agora publicada, empreguei o mesmo processo e meticoloso zelo, não assentando em seus cadernos expressão ou phrase, de que não tivesse quanta certeza podia adquirir nos meus insistentes inquéritos e penosas confrontações” (RIHGB, 1888, p. 253).

Taunay ressalta que teve colaboração de um “inteligente paranaense que encontrou no sertão de Guarapuava, conhecedor perfeito dos índios daquela zona” (RIHGB, 1888, p. 253). Esse estudioso era Antonio Mendes de Almeida e Taunay coloca que como sempre acontece entre nós, brasileiros,

sua aptidão e estudos em nada foram ainda aproveitados, quando deveriam, já ha muito, ter sido applicados ao chamamento dos índios coroados ao seio da civilização brasileira, tanto mais quando esses aborígenes, embora de índole mansa e sympathica, manifestam sensível, reluctancia em acceitarem os benefícios da sociedade culta (RIHGB, 1888, p. 254).

Temos aqui uma crítica ao governo imperial que não “chamam” os índios a viver envoltos à sociedade culta. Podemos perceber que esses não são vistos como parte integrante da sociedade brasileira, há a necessidade de se desenvolver estudos, políticas para que esses índios se “beneficiem da sociedade culta” que nesse caso é a brasileira. Essa sociedade buscará de certo modo impor sua cultura aos índios. Estes devem ser observados para depois serem modificados e incluídos no Brasil. Porém como podemos perceber é um processo que envolve “sensível reluctancia” por parte dos índios e ausência de políticas pelo governo do Brasil do século XIX.

Na segunda parte do texto, Taunay descreverá um contato que teve com os índios caingangos quando chegou à Província do Paraná. A essa descrição comenta também a diferença entre os itens coroados, croas, caingang. Nessa parte, Taunay busca traçar um parentesco entre a língua dos caingangos com a dos tupi. Vejamos alguns excertos:

Logo que cheguei á província do Paraná, de que fui presidente pouco mais de cinco mezes, de 28 de setembro de 1885 a 4 de maio de 1886, tive que me avir com os chamados índios de Guarapuava. Vagava pelas ruas de Curytiba uma turma semi-nua dessa gente, reclamando ferramentas, roupas, dinheiro, etc., e lamentando-se de haverem sidos maltratados por brasileiros e desposados de terras que lhes pertenciam.

Procedi a vários interrogatórios e vi que as suas queixas eram vagas, obscuras e sem objectivo determinado, porquanto as taes posses, segundo pretendiam occupavam superfícies enormes para poderem contentar os seus hábitos nômadés e de simples vagabundagem (RIGHB, 1888, p. 254).

Taunay, na posição de presidente da província do Paraná, constitui seu discurso. Traz-se a esse relato uma divisão da sociedade: índios e brasileiros. E os brasileiros, conforme o discurso dos índios, os maltratam. Taunay surge como um conciliador dessa situação de contato. Interrogará os índios e verá a procedencia das queixas, que de acordo com Taunay são “vagas, obscuras e sem objectivo determinado”. É interessante notar como a voz do índio é deixada de lado, é desconsiderada. Esses sujeitos são vistos negativamente pela sociedade, são considerados “vagabundos, nômadés” e, por isso, qualquer pedaço de terra é suficiente. Essa é uma discussão que se desenrolará até os dias atuais. Não se considera para demarcar o território indígena, como podemos ver desde o século XIX, os interesses desses índios que estão envolvidos nesse processo.

O segundo recorte que gostaríamos de analisar é:

Desde principio, porém, me impressionára o apelido de coroados, pelo qual são esses índios quasi exclusivamente conhecidos em toda a província do Paraná.

Como e porque razão tivera esse nome de character meramente portuguez a força e valor de eliminar do conhecimento geral a denominação de etymologia indígena e especial, que essa grande tribu devia, sem constestação possível, possuir e conservar?

Bem sabia eu que provinha aquella especificação do modo porque esses primitivos filhos do Brasil costumam cortar o cabello, e nehuma relação immediata os prendia aos coroados de Matto Grosso.

Com effeito, ahi procede o nome idêntico de simples e facil corruptela, transformação da palavra croás, que designa, em sua língua os índios do sertão intermédio a Goyaz e Matto Grosso.

No Paraná, porém, apesar das minhas indagações, ninguém sabia de outro alcunha de feição autochtona, e fiquei muito admirado quando, na cidade de Guarapuava, onde cheguei a 7 de abril de 1886, pela primeira vez ouvir da boca de um índio mais ladino a palavra *caingang*, como denominação geral da tribo e, do interrogatório a que o submetti, depreendi que tenham certo desgosto em ser chamados coroados.

Causou-se espécie esta novidade, e, insistindo então interessante ponto pude verificar, depois de me entender com outros homens e mulheres da partida que viera esperar-me, que esse sentimento de desprazer lhes era commum, ficando muito satisfeitos pelo vocábulo portuguez.

Communiquei esta observação ás pessoas que me rodeavam, e nas minhas conversações com os moradores mais antigos da localidade a ella de continuo alludi, mostrando-se ignorantes do verdadeiro nome da tribo, que mantém contudo, desde os primeiros annos deste século (1816), relações mais ou menos seguidas com aquelle centro de população.

Dahi me proveiu certa ufanía – poder reintegrar na grande família tupy esse ramo dos coroados, dando lhes a legitima e verdadeira appellidação indígena (RIHGB, 1888, p. 255-256).

Nesses trechos, há uma discussão em torno da nomeação da tribo indígena de Guarapuava. Na província do Paraná, como indica Taunay, esses índios são conhecidos como *coroados*. Esse nome é português e Taunay questiona-se como a palavra portuguesa teve mais força que a indígena de modo a se sobrepor ao nome indígena. Nota-se mais uma vez um gesto de colonizador: impõe-se a língua portuguesa de tal forma que a língua indígena se perde no tempo e no espaço, por isso, o gesto de documentar saberes sobre esses povos no século XIX, como uma tentativa de estabelecer um passado ao brasileiro que está ligado ao indígena. Para Taunay, *coroados* é uma corruptela do nome indígena “croá”. Contudo, os índios têm “certo desgosto em ser chamados de coroados”, como aponta um índio “ladino” por meio de uma interrogação de Taunay. Esses índios se autodenominam *caingang* e preferem ser chamados por esse nome.

Aponta Taunay, todavia, que essa nomeação é desconhecida pelos habitantes da província do Paraná, inclusive pelos mais antigos, chegando até mesmo a ser desconhecido o nome da tribo. Taunay, porém, com “certa ufanía”, gostaria de poder “reintegrar na grande família Tupy este ramo dos coroados dando-lhes a legitima e verdadeira appellidação

indígena”. Aqui se nota mais uma vez uma posição de autoridade dos membros do IHGB. Esses dizem o que é legítimo/verdadeiro sobre o indígena. Contudo podemos notar um equívoco no gesto de Taunay de querer reintegrar os índios caingang a família Tupi. Esses índios fazem parte da família Macro-Jê. Esse gesto mostra um desejo de enquadrar/classificar/reintegrar todos os índios do Brasil a família Tupi. Essa família como se nota no século XIX é escolhida como representante do passado linguístico brasileiro, a língua tupi-guarani representa a “mãe” das outras línguas e os índios tupi-guarani os que originam os outros povos indígenas.

Na continuidade dessa parte, Taunay aponta alguns estudos que nomearam “verdadeiramente” os índios da região de Guarapuava. Nesse ato de citar outros trabalhos, há um gesto de legitimação de seus dizeres, de suas pesquisas, indicam-se outros estudiosos, explicitando que estes também pensam como Taunay e são trabalhos que também podem servir de referência a outros. Vejamos:

Em Curytiba, quando de volta da longa e aprazível viagem aos Campos Geraes, sertão e cidade de Guarapuava, tive ocasião de manusear o Catalogo dos objetos do Museu paranaense remetidos á exposição anthropologia do Rio de Janeiro, que me foi offerecido pelo incansável creador e conservador daquelle curioso e instructivo estabelecimento provincial, o sympathico e popular desembargador Agostinho Ermelino de Leão.

Esse Catalogo, impresso por ordem do presidente Carlos Augusto de Carvalho, traz a data de 1882 e contém, como appendices, uma valiosa Memoria sobre os indios *caingangs* e *camés* (coroados), escripta pelo missionário capuchinho frei Luiz de Cemitille e vocabulários desses dialectos reunidos pelo Sr. Telemaco Marcines Borba, imperterrito sertanejo, e homem de longa data atirado a ousadas empresas e continuas explorações nos vastos campos e compactas florestas de pinheiros do Oeste da província do Paraná.

Posso contudo, afirmar, que somos, nós três, dos primeiros a chamar pelo seu verdadeiro nome os primitivos habitantes daquelle extensa região parecendo-me já tempo de acabar-se com a expressão tão vaga e indefinida de coroados que até hoje confunde muitas tribus, ramificando-se de todos os lados o erro, com a agravação, em Matto Grosso, de que os croás não usam a maneira especial de tosquiarem os cabellos, abrindo nelles a características coroa (RIHGB, 1888, p. 256).

Aponta-se aqui mais uma vez a necessidade de precisar, de indicar uma nomeação aos índios de Guarapuava. Taunay ao indicar esses outros trabalhos traz também uma memória da história do Brasil: a presença de missionários capuchinhos e o surgimento de sertanejos que

explorarão o sertão brasileiro. Esses dois grupos em contato com os índios, e, nesse contato, realizando também estudos sobre esses habitantes do Brasil. Na terceira parte de seu estudo Taunay coloca (RIHGB, 1888, p. 257):

Si a leitura dos modestos trabalhos de Cemitille e Telemarco Borba me trouxe certo desconsolo pela prioridade que lhes cabia, e tive de ceder, delles colhi, comtudo, não pequenas vantagens. Com effeito no Glossário do sertanista encontrei a melhor das contra-provas de que os meus apontamentos deviam merecer-me fé e confiança. Quanto á notícia do missionário nella achei coordenadas, bem coordenadas, muitas notas tomadas quase tachygraphicamente, ficando portanto o trabalho que eu teria de fazer sobremaneira simplificado ou antes excusado, sem inconveniente algum. Observo que o vocabulário Borba traz 262 termos, ao passo que o meu encerro nada menos e 604, além de algumas phrases que pude colligir.

Os comentários finais dessa parte de Taunay, antes de dar prosseguimento ao seu estudo, são para legitimar sua obra e indicar o modo como a elaborou. Nota-se que essa retomada de outros trabalhos mostra uma filiação a alguns saberes já produzidos sobre o Brasil e que para Taunay são legitimados e, por isso, tornam-se referências.

Na continuidade da obra, Taunay traz alguns comentários sobre costumes, religião, dialetos dos índios caingang retirados do trabalho de Cemitille. Analisaremos somente algumas observações que fazem referência ao saber linguístico. Vejamos alguns recortes do texto de Cemitille:

(1) Esta nação de índios é chamada pelos brasileiros *coroados* pelo costume de cortarem os cabellos a maneira dos frades franciscanos; não gostam, porém, deste appellido e a si mesmos se chamam *caingang*, que em língua portugueza quer dizer índio ou antes aborígene. Tambem se appellidam *Caingang-pé* (Índio legitimo) e *Caingang-venheré* (índio cabelo cortado), mas os historiadores sempre os tratam pelo nome de *camés*, palavra cuja etymologia ainda não nos foi dado conhecer (RIHGB, 1888, p. 258).

Há três nomeações atribuídas aos índios de Guarapuava: coroados, caingang e camé. Nota-se que essas nomeações estão relacionadas a quem nomeia os índios. Aqui, podemos perceber uma divisão da sociedade: brasileiros, índios e historiadores. Cada um dando uma

nomeação ao índio. A nomeação dada pelos historiadores, como podemos notar, ainda não está legitimada, pois não se conhece a etimologia. Explicita-se assim como o saber etimológico é forte no século XIX. Tanto a palavra *coroadado*, como *caingang* sabe-se sua origem, somente *camé* ainda não.

Os outros recortes que gostaríamos de analisar ainda na parte de costumes, são algumas nomeações de termos indígenas. Esses termos descrevem o universo indígena:

(2) Quando alguém se distingue na guerra ou na caça, toma duas e algumas vezes três e mais mulheres e chama-se então Tremani, que quer dizer valente e forte (RIHGB, 1888, p. 260).

(3) Aquelles que não entram na palestra guardam profundo silencio, dando de vez em quando signal de interesse com a cabeça, ou mostrando sua approvação com uma palavra guttural – hê – que quer dizer “está bem” (RIHGB, 1888, p. 261).

(4) Para prepararem as bebidas destinadas a essa festa mettem o milho e o pinhão juntamente com água em grandes panellas de barro, e perto do fogo e os moem com os dentes para mais depressa fazel-os fermentar; depois misturam o caldo de milho com mel, formando por este processo uma bebida embriagante, pouco agradável ao paladar da gente civilisada, mas muito apreciada dos selvagens que a chamam *aquiquim*, isto é, aguardente (RIHGB, 1888, p. 261).

Há duas formas metalinguísticas utilizadas para indicar a significação da palavra indígena na língua portuguesa, são elas: *quer dizer* e *isto é*. Essas metaenunciações controlam, precisam os sentidos. As palavras definidas apontam para alguns costumes dos indígenas: de caracterizar índios que se destacam por algum feito, de produzir e consumir um tipo de bebida muito apreciada “pelos selvagens” e pouco degustada pela “gente civilizada”. Mais uma vez vemos aqui marcada uma divisão entre a sociedade: temos os selvagens (que são os índios) e a gente civilizada (que seria o restante da população brasileira).

Na segunda parte, Cemitille falará sobre a religiosidade entre os indígenas. Nessa parte do texto, há um forte discurso que discorrerá sobre as “verdades” da religião. Para discutir essas verdades, Cemitille traz ao seu texto alguns trechos das “aventuras de Robson Crusoé”, em que Robson Crusoé conversa com seu índio Sexta-Feira sobre as “verdades principaes da religião” (RIHGB, 1888, p. 267).

Cemitille após essa comparação aponta que:

Visto não ser possível fazer com que os índios já maduros aprendam as verdades da religião, o meio mais fácil (a meu ver) é inocular-lhes o amor ao trabalho, a ambição de ganharem e possuírem as cousas, não dadas de presente, que elles mesmos dizem nada valerem, mas ganhadas á custa do seu esforço. É necessário incurtir-lhes horror ao furto e ao homicídio, a que são inclinados (...)

Si para se extirparem superstições e maus costumes de muita gente que se diz civilizada é necessário penoso trabalho, grande perseverança e contínuos sacrifícios, quanto mais com estes filhos da florestas que, prezando sobre tudo a liberdade e independência, a ninguém obedecem e estão sempre promptos, por qualquer desgosto, a ganhar outra vez o matto? E uma vez feita esta tenção, não há conselho nem agrados que os leve a mudarem de resolução (RIGHB, 1888, p. 268).

A questão da catequização é exposta por Cemitille. A “verdadeira religião” que se ensinará no século XIX é a religião católica. As crenças dos índios eram vistas como algo que precisava ser trabalhado, melhorado. Para os índios se tornarem sujeitos civilizados e deixarem de ser selvagens era necessário a fé católica.

Na última parte, Cemitille discorrerá sobre os dialetos dos índios. É trazido um pequeno texto. Vejamos:

Todas as nações civilizadas têm certas regras de linguagem seguidas pelos homens intelligentes e bem educados; mas poucas são as que não possuam seus dialectos nas differentes províncias em que se subdividem: entre os selvagens da mesma nação que fallam a mesma língua há também dialectos. Com effeito, observei que os índios do aldeamento de S. Jeronymo, bem que sejam da mesma nação que os de S. Pedro de Alcantar, têm muitas palavras pronunciadas de uma maneira inteiramente diversa, do mesmo modo que por isso concluo, si há dialecto nas nações civilizadas, os há também entre os índios selvagens (RIHGB, 1888, p.268).

Mais uma vez é apontada uma relação entre nações “civilizadas” e nações “selvagens”. Nesse trecho, podemos perceber que Cemitille busca apontar que há nas línguas indígenas também dialetos, diferenças regionais. O estudioso busca legitimar as línguas indígenas, mostrando que estas funcionam do mesmo modo como as línguas das nações consideradas civilizadas.

Taunay retoma seus comentários na parte IV de seu estudo. Nessa parte, o autor traz um estudo do Padre Francisco das Chagas Lima sobre os índios de Guarapuava. O trabalho de Francisco Chagas foi publicado no tomo 4 da RIHGB e discorre sobre a colônia de Guarapuava: clima, rios, montes, índios que habitavam essa região, seus costumes, sua linguagem. Taunay retoma alguns comentários que contam a história de Guarapuava.

Na parte V, Taunay foca seus comentários na língua dos indígenas. Inicialmente traz uma divisão dos índios dos “sertões de Guarapuava”, conforme o Padre Chagas Lima e, após, algumas observações em relação a essa divisão:

Segundo o padre Chagas Lima, os índios que povoam os sertões de Guarapuava, por ocasião da exploração e conquista, dividiam-se nas seguintes tribus: *camés*, *votorões*, *dorins* e *xocrens*, as duas primeiras moradoras dos campos, a dos *dorins* aldeada junto às margens do rio Dorim, para o lado do campo das Lorangeiras; a última, dos *xocrens* entre os rios Iguassú e Uruguay. Além destas havia a dos *tavens*, que usavam de um dialecto especial e habitavam entre os rios Paraná, Piquiry e Itatú.

A qual dessas subdivisões pertence a denominação caingang? A todas ellas deverá estender-se, ou ser mais particularmente applicada aos *camés*, segundo pretende Martius em uma nota ao vocabulário dessa tribu?

O padre Chagas nunca se refere a semelhante denominação, que não póde contudo ser posta em dúvida, conforme já deixei dito e demonstrado.

O numero total, pelo que diz a Memoria era computado approximado a 1000, dos quaes 152 *camés*, 120 *votorões*, 400 *dorins*, quando muito 60 *xocrens* e 240 *tavens* (RIHGB, 1888, p.272).

Há um questionamento em relação à nomeação caingang. Isso ocorre em virtude talvez desta ser uma nomeação dos próprios índios a sua tribo. As nomeações dadas pelos historiadores mesmo não sendo comprovadas, são aceitas e legitimadas, enquanto a indígena não. Nota-se que o modo como se nomeia os índios é feito por meio de uma nomeação espacial, isto é, por habitar tal espaço são conhecidos por determinados nomes (*camés*, *votorões* e os *dorins*). Em relação aos índios *tavens*, traz-se uma observação em relação ao dialeto falado por esses índios, ao adjetivar como “especial”, nos questionamos se não haveria semelhanças entre os falares indígenas. Taunay traz um comentário do padre Chagas Lima



que de algum modo busca homogeneizar as línguas dos índios de Guarapuava a uma única, que é a guarani. Vejamos:

Na opinião do padre Chagas, o idioma dos aborígenes de Guarapuava nada mais é do que o guarani. Entre tanto é ele muito diferente da língua de que usaram e usam os cayuás, seus vizinhos confinantes para lá do rio Paraná, conforme se pôde verificar com a simples apreciação e estudo de poucos termos do exacto vocabulário que traz a Revista Trimensal do Instituto Histórico em seu tomo XIX de pags. 448-476 (RIHGB, 1888, p. 274).

Há um equívoco sendo produzido ao buscar classificar a línguas desses indígenas. Como já indicamos as línguas do tronco tupi-guarani são vistas como o passado linguístico do Brasil. As outras línguas são “diferentes”, “misturas”, não representam a pureza. O puro estaria, como indica o padre Chagas Lima, no tupi-guarani. Os índios caingang não pertencem ao tronco tupi e sim ao tronco Macro-Jê. As línguas desse tronco se diferenciam do tupi-guarani. Contudo há um desejo de encontrar um parentesco das outras línguas indígenas no tupi-guarani. Imaginariamente é o tronco tupi-guarani que funcionaria como “origem”, língua “mãe” de todas as demais línguas indígenas.

Após esse comentário trazido de Chagas Lima, Taunay começa a discorrer sobre a estrutura da língua dos caingang. Aponta que:

A língua ou dialecto caingang é mais ou menos doce e tem certa harmonia, dando-se no fallar corrente muitas ellisões, que só se podem destrinçar, quando pronunciam as palavras de vagar e destacadamente. Aliás não há regras para a declinação dos nomes e conjugação dos verbos, ou si há, são summamente deficientes. O complemento restricto (genitivo) vem sempre antes da indicação do possuidor; assim flor de abobora, pacon feié, olho d’agua, goyó cané (RIHGB, 1888, p. 274).

Inicialmente as observações são fonéticas, sobre os sons da língua. Após, os comentários são referentes à forma da língua caingang. Podemos perceber, como aponta Taunay, a língua dos caingang como aglutinante. Em alguns trechos, vemos um

posicionamento de Taunay bem marcado em relação à língua desses indígenas de Guarapuava. Aponta-se que a língua é defeituosa, pobre. Observemos o que Taunay discorre:

Este verbo *dar* traz grandes confusões a quem quer se iniciar nos achanhados mysterios dessa pobre língua *caingang*, sendo expresso por termos mui diversos, assim *moteque, nimó, eifé* e *fiton*, v.g., dá-me mel, hamang nino – não dou, ndéya, não deu, fiton; dar pancadas, xim. As conjugações dos verbos, diz Chagas Lima, são em extremo defeituosa, faltando-lhes a clareza necessária para nelles se distinguirem modos, tempos e pessoas (RIHGB, P. 271).

Nesta parte, há a conjugação de alguns verbos: comer, ir e vir, lavar ou lavar-se, ser ou estar, accender, querer, fugir. Vejamos alguns exemplos:

Eu como	}	Có
Tu comes		
Elle come		
Nós comemos		
Vós comeis		
Elles comem		
Eu comi	}	Ahurú-co
Tu comeste		
Eu não como	}	Co-tom
Tu não comes		
Etc		

Aqui podemos perceber como se busca reforçar a ideia de uma língua aglutinante, em que para as diversas formas na língua portuguesa, há somente uma correspondente na língua indígena. Uma mesma forma verbal é usada para todas as pessoas gramaticais (não se coloca junto ao verbo os pronomes pessoais). Nos outros exemplos, os verbos são constituídos como sintgmas, em que podemos ver os sujeitos que praticam a ação. Observemos:

Vamos juntos – embratim  
 Vamos todos – moná  
 Mulher lavou roupa – curufaiá timi  
 Homem lavou roupa – curufai fiuri

Elle depois não quis – carake tem choro  
 Eu não quero – ichi ritim  
 Estar rindo – venju  
 Estar sentado – ninira  
 Estar deitado – niná  
 Ser surdo – metom (isto é, me, ouvir; tom, não)  
 Ser cego – cané tom (isto é, cané, ver; tom, não)

Em *ser surdo* e *ser cego* temos um comentário em relação à forma da língua, ao processo de formação de palavras. Junta-se o verbo a uma partícula negativa. O modo como o documentador registra esse nome é por meio do uso do verbo *ser* mais uma adjetivo.

Após essa pequena lista de verbos, Taunay expõe uma divisão, proposta por Carlos Frederico Felipe von Martius, em relação aos índios “camés” (caingang):

O Dr. Carlos Frederico Felipe von Martius, na sua obra *Glossaria linguarum brasiliensium* diz, com razão ou não, que o dialecto camé pertence a uma subdivisão da grande tribu *crén* ou *guerén* que, segundo pretende, comprehende:

- 1° Botocudos, subdivididos em encruknungs, crecmuns, nac-kangs (homens da terra), idijupurocos, etc.
- 2° Coroados que comprehendem os rios xipotô e da Aldea de Pedra
- 3° Purys
- 4° Malahys
- 5° Guatós
- 6° Patagons
- 7° Camés

Em geral o livro que o illustre sábio allemão tentou fazer com fim tão perspícuo e synthethico, pecca pela fonte duvidosa e ás vezes má de informações, além da gravissima confusão e disparidades conforma já notei em começo, no modo de escrever as palavras indígenas. Respingando a esmo de Castelnau, Saint Hilaire, Príncipe de Neuwied, Eschwege, Pohl, Wallace, Lathan e outros escriptores de nacionalidades mui diversas, constitui uma verdadeira babel, em que mal se póde ter idéa da fiel e verdadeira pronuncia das lettras e dipthongos não é curioso ver um allemão reproduzir o francez para representar o sim de u?

Assim por diante.

O interessante tentamem de Martius tão bem exposto, embóra em linguagem chã e ingênua na *Advertência dos philantropos brasileiros que lerem este livro*, ainda hoje está por fazer-se (RIHGB, 1888, p. 277-278).

Mais uma vez vemos Taunay criticando os trabalhos desenvolvidos por sujeitos de “nacionalidades” tão diversas. Como ele mesmo aponta, cria-se uma “babel” com tantas observações diferentes das línguas indígenas. O estudioso espera que a representação das

letras e ditongos seja “fiel e verdadeira” e isto, como já salientamos, só pode ser realmente feito de forma “séria” e sem “ingenuidade” e com critérios pelos cientistas brasileiros.

Taunay finaliza seu texto, antes de apresentar o *Vocabulario do dialecto caingang*, com o documento que narra a criação da povoação de Guarapuava. Não analisaremos esse texto porque não se discorre sobre um saber linguístico. Analisaremos agora o Vocabulário elaborado por Taunay.

Na primeira página do Vocabulário, embora não haja um texto prefaciando a obra, Taunay ressalta que o dialeto é dos índios de Guarapuava, província do Paraná. Também aponta sua relação com o governo imperial (Alfredo d’Esgranolle Taunay – Presidente da Província do Paraná de setembro de 1885 a maio de 1886 e senador do Imperio). Como já mostramos todos os membros do IHGB mantinham relações com o governo imperial.

O Vocabulário é uma lista de palavras em língua portuguesa com sua equivalente em língua indígena. Nesse Vocabulário, diversas são as notas de rodapé. Essas notas trazem observações em relação aos sons da língua indígena, à forma das palavras. Também são apresentadas em nota de rodapé algumas definições de palavras, alguns comentários metalinguísticos. As notas podem ser vistas como acréscimo ao texto. Considera-se a não-completude do texto e ao se colocar uma nota esse texto se tornaria completo. Esse acréscimo na nota busca controlar os sentidos possíveis que uma palavra abrigaria. Como ressalta Orlandi (2005, p. 112), em sua análise sobre a função do acréscimo: “Em um primeiro tempo a função do acréscimo é estender. Entretanto não é só a extensão física que conta (o comprimento), o acréscimo põe em funcionamento mecanismos de ajuste imaginário entre o discurso e o texto pondo em jogo a dimensão simbólica do sujeito”.

É esse “ajuste imaginário” que pretendemos observar nas notas de rodapé que são trazidas ao vocabulário caingang. Que imaginário da língua está sendo formado? Que sentidos

estão sendo explicitados? Antes, porém, gostaríamos de tecer alguns comentários gerais sobre o Vocabulário.

No *Vocabulário do dialecto caingang*, podemos notar que há uma relação palavra-palavra. Temos a palavra em língua portuguesa e em língua indígena. Há diversos verbetes que são sintagmas, em que temos um nome mais um adjetivo, um nome mais um sintagma preposicionado, verbo mais seu complemento:

Água ardente (de milho) – gôió-afé  
 Água ardente (de pinhão) – gôió-aqui, aquiqui  
 Água quente – gôió-araiangué  
 Barba de pau – cai-jêré  
 Casca de pau – caxinione  
 Cama de cão – bi ou bu  
 Chachim de espinhos – uan-fé  
 Chega de trabalhar – rain-rain ketecá  
 Come ovos – coon garicren  
 Dar á luz – acream baure  
 Dê pancada – impopêkere

Analisaremos na continuidade algumas notas de rodapé. Antes, porém, gostaríamos de apresentar uma discussão de Orlandi (1990, 2007b) sobre as notas de rodapé.

Orlandi (1990), analisando as reedições e traduções, a partir do século XIX, dos relatos dos missionários e viajantes europeus, coloca que as notas de rodapé são usadas para “domesticar a não linearidade do sentido” (1990, p. 106) e, ao domesticar, elas indicam o ponto de fuga. Para a autora (1990, p. 106), as notas são “índices da dispersão dos sentidos” e, ao mesmo tempo, “instrumentos de definição”, “sintoma de que um texto é sempre incompleto”. É nesse gesto de complementar os sentidos que as notas do texto de Taunay vão se constituindo. Sempre como um acréscimo ao texto.

Em outro trabalho, Orlandi (2007b, p. 13) coloca que os lugares no texto em que as notas são colocadas são “justamente os pontos em que há possibilidade de fuga dos sentidos: onde a alteridade ameaça a estabilidade dos sentidos, onde a história trabalha seus equívocos,

onde o discurso deriva para outros discursos possíveis” (2007b, p. 13). As notas surgem assim como um “aparato de controle”. Mas esse controle é ineficaz, já que, como afirma a autora (2007b, p.13), a nota “procura inutilmente completar o que não se completa”. É essa busca pela completude que analisaremos. Poderemos notar pelas notas de rodapé os outros discursos trazidos ao texto de Taunay, suas filiações e recusas teóricas.

A primeira que aparece ressalta os itens retirados da obra do sertanejo Telêmaco Movianes Borba. Aqui vemos uma relação entre textos. O vocabulário de Telemaco Borba serve como fonte para a coleta de alguns vocábulos:

Abobora\*                      Péjú

\* As palavras com este signal acham-se no pequeno vocabulário do Sr. Telêmaco Moricines Borba, publicado em 1882. O *j* são sempre aspirados como os *h*.

Em diversas notas aparecem outros autores e o modo como eles documentam as palavras indígenas. Esse gesto mostra uma diversidade de nomenclatura às línguas, bem como a filiação ou não de Taunay a esses autores:

Amarrar                      Texérá<sup>1</sup>

1 Têxera tomei eu; igualmente o Sr. Mendes dos Santos. O Sr. Borba traz tokfirã.

Anta                              Nhorón<sup>2</sup>

2 O Sr. Borba diz mais exactamente Oión: o vocabulário *bugre* do tom XV do Instituto Historico *ajoron*.

Arco                              Veié<sup>5</sup>

>>                                Guiá

>>                                Tieiê

5 Essas diversas maneiras de dizer arco provem do modo por que eu e o Sr. Mendes dos Santos tomamos os nossos apontamentos. O Sr. Borba traz ui.

Não se mostra como os estudiosos colhetaram essas palavras. Mas esse gesto abre para o polissêmico da língua, para o múltiplo.

Bom                              Chitagui<sup>4</sup>

4 Chitany, diz Borba. Em geral todos os índios usam da mesma palavra para exprimirem bom e bonita.

Taunay ademais de trazer *chitany* como bonito apresenta um outro item lexical (*aguy*) com esse mesmo significado. Enquanto Borba aponta que há um único item com dois sentidos (filiação à polissemia), Taunay mostra que existem dois itens com o mesmo significado (filiação à sinonímia).

Em algumas notas, Taunay traz as definições dos itens lexicais e também a “origem” das palavras documentadas:

Brasileiro

Fong<sup>1</sup>

1 Fón ou fong. Disse me o tenente general Beaupeaire Rohan que esta palavra provem do signal de fogo, que os índios a cada instante ouviram da boca dos portugueses nas perseguições que estes lhes faziam.

Há um deslizamento entre os termos brasileiros e portugueses. Taunay documenta a palavra *brasileiro*, mas a definição faz referências aos *portugueses*. O autor, acreditamos, tenta mostrar que os sujeitos que perseguiram os índios eram portugueses e não os brasileiros. Aqui, de algum modo expõe-se a sociedade brasileira que no século XIX, ainda está em formação: índios, portugueses, brasileiros, negros etc. Uma situação de conflito, perseguição é trazida à definição. Esse gesto aponta para o que se passava na sociedade brasileira no contato entre o branco (português) e o índio. Os portugueses às vezes com o objetivo de matar os índios e estes buscam resistir. O modo de nomear os portugueses já um gesto de resistência, que faz com que os índios também se imponham a esses sujeitos.

Outras definições:

Cotiara

Pan-epê<sup>4</sup>

4 Pan significa cobra. Assim cascavel pan-xaxá, urutu denpan etc.

Aqui se mostra um modo de formação de palavras no dialeto caingang. A partícula *pan* funciona em alguns verbetes como sufixo que definirá um tipo específico de cobra<sup>46</sup>.

Embuia<sup>1</sup>            Bain

1 Arvore peculiar á província do Paraná, espécie de canella preta de outros logares; tem veios muito bonitos, parecendo-se ás vezes os pannos que delle tiram peças de tartaruga, conforme se vê na capella de misericórdia em Curityba.

As notas de rodapé fazem referência, às vezes, as palavras indígenas, outras as palavras portuguesas. Essa nota fala sobre a palavra portuguesa. Há uma descrição espacial, indicando o lugar em que esta árvore é encontrada e suas características. Nessa definição, busca-se traçar algumas semelhanças como um modo de precisar os sentidos, de tornar conhecido algo desconhecido, mas por meio de algo já sabido.

Panno            Curú<sup>4</sup>

4 Curú é um panno enrançado feito de fibra de ortiga. Comprei um em Ponta Grossa por 10\$000, muito fresco e excellente para dias quentes como forro de cana.

Nessa definição, temos uma caracterização do *curú*. Ademais, há um relato de ações do documentador. Esse gesto cria de certo modo um diálogo com um público-leitor. Há também nas notas de rodapé observações em relação ao modo de pronunciar as palavras. O documentador tece alguns comentários fonéticos:

Braço            Hipen ou hijen<sup>6</sup>

6 O *h* é aspirado. O *j* sôa como no hespanhol.

Cão            Hau-hau<sup>1</sup>

1 Perfeitamente onomatopaico.

Leve            Caiu-hê<sup>4</sup>

<sup>46</sup> Isso é semelhante ao verbete *lenço*.

Lenço: Curu-chin<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Chin é pequeno, curu-chin, panno pequeno, como dizem os hespanhoes panuelo. O *chin* nessa palavra também funcionando como um sufixo.



4 Cayuí em Borba. Em geral suprimi o y, que comtudo tem significação de vogal aspirada no hespanhol; o h tambem aspirado.

Relâmpago      Tararan Ketitin<sup>2</sup>  
2 É bellissima essa onomatopéia.

Há também, nas notas, diversos comentários gramaticais que apresentam a língua caingang e frases gramaticais:

Não              Tom ou ton<sup>4</sup>  
4 Posposto sempre conforme se verifica nas palavras que seguem  
Não cacei      Tania tom  
Não achei      Vaie tom  
Não chamei    Teman tom-tim  
Não conheço   Kiea-tom  
Olho            Cané

Olhos            Canê<sup>3</sup>  
3 Não tenho certeza si a mudança de accento é que differença o singular do plural.

O documentador traz como “corruptelas”, alguns itens que surgem como empréstimos de outras línguas com as quais as línguas indígenas tiveram contato, isto é, ele documenta palavras na língua indígena que se assemelham ao item português:

Padre            Pandêra<sup>1</sup>  
1 É evidente corruptela.

Vaca            Uaca<sup>4</sup>  
4 Corruptela de vaca

No Vocabulário, como já ressaltamos, há uma tentativa de aproximar o idioma caingang do guarani. Esse gesto indicaria um parentesco entre as duas línguas:

Deus            Tupen<sup>5</sup>  
5 Tupan no guarani

Dia anterior    Aráchiê<sup>6</sup>  
6 Ará em guarani dia

Peixe Pirá<sup>7</sup>  
 7 Palavra guarany pura.

Finalizando o Vocabulário, Taunay documenta alguns adjetivos numerais (de um a oito), adjetivos possessivos (meu, teu, seu), pronomes pessoais (eu, tu, ele) e diversas frases.

Essas frases mostram situações de possíveis diálogos:

Dá-me – Emanfi  
 Espera-me lá – Ta han nhoá  
 Eu não trabalho – Uin rainramdréa  
 Eu quero bem – Ikine kengreta  
 Eu sou solteiro – Uin protom

Algumas que se constituem como ordem, com verbos no imperativo:

Vá buscar – Uetim  
 Vá buscar água – Uê tim gôyó  
 Vá buscar lenha – Uê tim pinchim  
 Vá buscar milho – Uê tim nhára

Também temos outras frases que são direcionadas ao interlocutor (você) e outras em que temos o uso de nós:

Vamos conversar – Iona uenbem  
 Vamos juntos – Embra tim  
 Vamos a ioca – Tona empãn  
 Você caçou? – Dehon tâia?  
 Você é bom – He tinin  
 Você é moço – Uan keran  
 Você me ama – Uantike veranhain

Assim finaliza-se o vocabulário de Taunay, com algumas frases. Como pudemos notar no decorrer da análise um saber sobre o índio e sobre sua língua é produzido. Nesse vocabulário, há uma busca por encontrar um parentesco entre a língua dos caingangs e a dos guaranis. Esse gesto mostra como as línguas do tronco Tupi-Guarani são legitimadas, são as

que atribuem um passado linguístico ao Brasil. As outras línguas devem ser encaixadas na forma dessas línguas. As notas de rodapé presentes no vocabulário são um acréscimo no discurso do dicionário, elas sempre explicitam algo a mais, precisam dizeres, controlam sentidos. Taunay com seu estudo constitui um lugar de autor para os brasileiros. Estudos não feitos por brasileiros, às vezes, são criticados, comentados. Um gesto científico/nacionalista podemos notar na obra de Taunay, com seu discurso sobre o Brasil, o estudioso vai explicitando como esse país se constitui e que dizeres o representam. Além de um gesto de documentar, também temos um gesto de comentar os estudos sobre o Brasil e suas línguas indígenas.

### **2.8. Vocabulário Puri: dois índios “portugueses”**

Em 1885, Alberto de Noronha Torrezão elabora um Vocabulário na Língua Puri. Este é publicado na *Revista do IHGB* no ano de 1889 (p. 511-514). Os Puris foram um grupo indígena, atualmente considerado extinto, que habitava no século XIX os estados brasileiros do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Sudeste de Minas Gerais<sup>47</sup>. Alberto de Noronha Torrezão era engenheiro. Provavelmente foi em alguma expedição de demarcação de terra que ele coletou essa obra.

O *Vocabulário Puri*, não apresenta nenhum texto introdutório, há somente um texto após a lista de palavras. O Vocabulário é composto por 179 palavras. Ele é bilíngue português-puri. Não há definição dos vocábulos:

Achar – Iah  
Acender – Kandú  
Adoecer – Kondon  
Agarrar – Iahga

---

<sup>47</sup> Em <http://pt.scribd.com/doc/21996043/Elementos-da-Lingua-Puri>. Texto de José Aristides da Silva Gamito. Acesso em 21 de Abril de 2011.

Água – Mnhãmã  
 Amargo – Kandjuh  
 Amarello – Putunra  
 Andar – Kehmûm  
 Anta – Pennân

Além disso, são apresentadas algumas orações:

Acenda o fogo – poteh kanduh  
 Água está fervendo – munhãmá prehtën  
 Eu fui me embora – ah manhmûm  
 Eu moro aqui – ah! Lekah!  
 Fogo apagou – pteh ndran  
 O tempo está ruim – ohpúêraschka  
 Quebra-te a cabeça com um pão – guê ah mopo!  
 Quero beber caxaça – ah canjana nuiá; ah canjana rumbão  
 Va-se embora – má-ndohm  
 Vou-me embora – ah! Ndômo!

Além da lista de palavras há um pequeno texto, elaborado por Alberto Torrezão, com alguns dizeres sobre os índios puris que se constituem como sujeitos informantes sobre sua língua. Esse texto inicia com uma descrição dos conflitos entre os Puris, os Botocudos e os Coropós, que contribuíram em partes para o extermínio dessas famílias indígenas: “Dos indivíduos que me forneceram estes vocabulos, o primeiro (...) diz ter assistido às guerras dos Coropós com os Botocudos, e acompanhando os primeiros atravessou duas vezes o Rio-Doce em perseguição dos segundo, tendo perdido um irmão n’esses combates” (RIHGB, 1889, p. 513).

Nesse pequeno relato, há uma descrição dos dois índios: “o primeiro, já muito velho, pois tem a cabeça completamente grizalha (...) Tem 1m 40 de alto, tronco do corpo desproporcionado às pernas, cabeça grande, rosto feio, mas bondozo, olhos quazi horizontaes, nariz extremamente xato (...)”, “O segundo, sobrinho neto do primeiro, já tem a barba pintada, assim como os cabelos, fisionomia mais inteligente, cabeça e rosto menores que os do primeiro, olhos mais oblíquos, nariz afilado, lábios delgados, parecendo mesclado de sangue

guarani” (RIHGB, 1889, p. 513-514). Podemos perceber que a descrição do índio mais velho constitui uma imagem negativa, o índio surge como um sujeito “feio”, há a imagem de algo exótico, estranho. Diferentemente do índio mais novo. Neste, é ressaltada ainda que “aparentemente” uma situação de contato entre diferentes famílias indígenas (guarani e puri). No vocabulário, temos um sujeito simbolizando o “antes”, o “passado”, “o velho” (índio mais velho) e outro, o “atual”, o “presente”, o “novo” (índio jovem). Esse “novo” talvez como o resultado de contatos entre índios de outras famílias ou entre os índios e os colonizadores. Os índios Puri pertencem ao tronco Macro-Jê. Mais uma vez temos uma tentativa de aproximar troncos indígenas diferentes. Essa mistura legitima a produção de um dizer sobre os índios Puri, já que tiveram contato com o grupo escolhido (guarani) para representar o passado brasileiro. Há nos trabalhos da RIHGB um forte discurso sobre o tronco tupi-guarani.

Uma relação com os colonizadores é explicitada quando o índio mais novo salienta ao engenheiro que “pouco se lembra de seus pais, que, segundo ele, moravam para os lados de São-Lourenço, donde disseminou-se sua família, expellida pelos mineiros” (RIHGB, 1889, p. 514). O aspecto da colonização aparece também quando o engenheiro diz como se chamam os dois índios: “chama-se o 1º Manoel José Pereira, e o 2º Antonio Francisco Pereira”. Esses nomes são portugueses e não indígenas. Vemos silenciado aí o processo de constituição da própria identidade dos índios. Mariani (2007, p. 103), refletindo sobre o nome próprio, coloca que essa nomeação remete ao discurso eurocêntrico que aponta para as distinções sociais, para as diferentes linhagens de nobreza, ou seja, para a origem de classe social. Nas palavras de Mariani (2007, p. 103):

Indo além, dar um nome próprio na cultura européia (e porque não dizer ocidental) configura um ato de linguagem que confere identidade ao indivíduo. Assim sendo, atribuir um nome próprio associado a um nome de família e batizar de acordo com os preceitos cristãos, são atos de linguagem, dizeres que significam visando atribuir identidade unívoca, ou ainda, conferir uma individuação ligada a uma linhagem. Por extensão, são atos imaginários para aquele indivíduo designado com aquele nome. O nome próprio carrega consigo o nome do pai e, no nome do pai, o nome da nação e da língua dessa nação. Língua e traços histórico-culturais,

como linhagem, inscrição na fé católica e, até mesmo, nacionalidade, se materializam neste gesto de nomeação/interpretação para povos ocidentais.

São todos esses aspectos que podemos notar ao se nomear os índios puri. São os sujeitos agora com fé, lei e rei. A identidade do índio é constituída por meio de um gesto que apaga em partes suas origens e interpela o índio por meio da ideologia dos colonizadores, dos povos dominantes. É o indivíduo-índio sendo interpelado em sujeito pela ideologia portuguesa para se constituir como um sujeito que confere ao povo brasileiro um passado, porém é um passado que não é construído por ele, índio, e sim, por outros sujeitos (portugueses-brasileiros) que tomam a voz do índio.

Esse Vocabulário é um estudo um pouco mais sintético do que os outros analisados. Nele, o foco é na relação palavra-palavra, não se traz comentários gramaticais, fonéticos etc. O objetivo é listar um conjunto de palavras e com isso aumentar o número de vocabulários das línguas indígenas produzidos pela RIHGB. Quando os membros do IHGB iam para expedições científicas, com a finalidade de estudo e de demarcação do território nacional, ao se ter contato com os índios, pelo menos uma lista de palavra era elaborada. Dessa maneira podemos perceber que o saber linguístico sobre as línguas indígenas na RIHGB vai desde uma lista de palavras até extensos vocabulários com diversas reflexões as línguas indígenas.

Na análise dos vocabulários pudemos perceber como se busca assemelhar línguas que não são do tronco Tupi-Guarani a esse tronco. Esse gesto mostra o modo como as línguas indígenas estavam sendo pensadas no século XIX. A busca por um parentesco comum, filiando-se à gramática histórica e à gramática comparada, era dada pela língua tupi-guarani. De algum modo, mesmo com os estudos de Martius mostrando que havia outros troncos linguísticos para as línguas do Brasil, em certos momentos da RIHGB explícita que só um tronco é considerado.

Na RIHGB, por meio da publicação dos trabalhos sobre as línguas indígenas, pudemos notar como os índios eram vistos e tratados no século XIX. No Brasil, alvo de perseguições, de extermínio, de curiosidade, de parentesco, de memória nacional.

Na continuidade de nosso trabalho, analisaremos a produção monolíngue da RIHGB.

### 3. Uma prática monolíngue

A RIHGB publicou durante o século XIX dois trabalhos monolíngues. O primeiro *Collecção de vocábulos e frases usados na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul* (1852), de Antonio Álvares Pereira Coruja, e, o segundo, *Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar* (1882), de Braz da Costa Rubim.

*Collecção de vocábulos e frases* documenta regionalismos presentes no idioma português. Já *Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar* documenta os empréstimos ao português de termos que provêm das línguas indígenas e de outras, tais como: africanas, neolatinas e também variantes do português do Brasil.

Conforme Nunes (2006, p. 205), durante o século XIX, apareceram os primeiros dicionários monolíngues brasileiros, que funcionaram como complementos dos dicionários portugueses. Ainda segundo Nunes (2006, p. 205), isso decorre de um conjunto de condições históricas. Nas palavras do autor (2006, p. 205):

De início, com a Independência e os movimentos separatistas que a acompanharam, ganharam relevância as diferenciações entre a língua portuguesa e a língua brasileira. Houve então uma produção de pequenos vocabulários que identificavam essas diferenciações. Em seguida, em contextos diversos, há uma produção de pequenos dicionários monolíngues: de complemento à língua portuguesa, de regionalismos, glossários apensos a obras literárias e dicionários de termos técnicos. Nesses pequenos dicionários, notam-se as marcas de um discurso rural e de um sujeito lexicográfico que estabelece uma relação do rural com o urbano.

Como Nunes observa os grandes dicionários brasileiros de língua portuguesa somente aparecem em meados do século XX:

Assim, é marcante o fato de que, no Brasil, antes do estabelecimento dos grandes dicionários de autores consagrados ou de uma língua “erudita”, tínhamos tido a produção desses dicionários que atestam os particularismos linguísticos e que constroem um percurso que vai da “natureza” à “civilização” (NUNES, 2006, p. 206).

Vejamos alguns exemplos disso:

### **3.1. *Collecção de vocábulos e frases usados na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul:* um olhar para o campo**

A obra *Collecção de vocábulos e frases usados na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*, de Antonio Álvares Pereira Coruja, foi publicada no Tomo 15 da RIHGB (1852). Segundo Nunes (2006, p. 211-212), esta obra inaugura uma série de outras relativas ao Rio Grande do Sul. A *Collecção* é uma obra de regionalismo. De acordo com Nunes (2006, p.211), “os dicionários de regionalismos atestam um período de dicionarização igualmente marcado pelo contexto rural, com a representação dos contextos das fazendas, dos engenhos e da vida no campo”. Antonio Álvares Pereira Coruja foi membro do IHGB, professor de português, autor de livros didáticos. Em sua obra poderemos perceber como a questão do campo é trazida às definições.

Antes das definições, há um texto introdutório que traz alguns comentários sobre a província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Antonio Coruja inicia seu texto mostrando que:

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, posto que não esteja muito apurada a língua portuguesa, não se pôde comtudo dizer, que ella ahi seja pronunciada com vícios, ou, como vulgarmente se chama, sotaque, o que aliás se nota em algumas outras províncias do Brazil, cujos naturaes mais ou menos se distinguem pelo metal da voz: todavia a industria peculiar, dos habitantes desta província seu character particular seus divertimentos apropriados ás circumstancias



e recursos locais, o continuo commercio dos habitantes da campanha com estados vizinhos, que exclusivamente falam a lingua castelhana, e sua antiga communicação com diferentes tribus indígenas, tem feito que seus habitantes para exprimirem certas idéas e communicarem certos pensamentos tenham adaptado alguns vocábulos e frases que não tem equivalentes nem no uso commum nem nos dictionarios da lingua muito d'estes são tirados por analogia, outros desviados de seu sentido natural e obvio para adaptarem ás suas necessidades outros (mui poucos) alterados na pronuncia, outros finalmente ou inventados ou procedentes de uma origem talvez desconhecida (RIHGB, 1852, p. 205).

Coruja explicita, por meio dessas observações, o estado da língua portuguesa na Província de S. Pedro. Aponta-se a memória da língua nesse território: é uma língua que se formou pela influência das línguas indígenas e da língua castelhana, uma língua que serve para o comércio na região. Coruja salienta que a língua falada na província é a portuguesa e não um dialeto. O que passou com a língua portuguesa foram algumas alterações para que fosse possível entre os sujeitos que ali viviam e seus vizinhos a “comunicação”. Essas alterações são de diversos tipos: “desvio de sentido”, “alteração na pronúncia”, “invenção” de termos que não possuem origem conhecida.

Na continuidade, o autor aponta que as alterações nas “línguas nacionais” são comuns, embora isso quase não ocorra na província de S. Pedro, exceto com sujeitos menos civilizados e que possuem mais contato com o campo do que com a cidade:

Si nos paizes que passam por cultos acontece, que em muitas províncias, por motivos que me não é agora dado expor, se acha a língua nacional alterada por dialectos diferentes, não admiraria, que n'esta província o mesmo tivesse logar á vista de sua posição geographica e de tantos elementos oppostos, que poderiam desconcertar sua linguagem: assim porém não acontece, e apenas os homens menos civilizados da campanha têm uma pronuncia, que se resente de sotaque castelhana, ao mesmo tempo que os Rio-Grandenses de trato mais civil passam nas outras províncias por naturaes de Lisboa (RIHGB, 1852, p. 206).

A questão espacial é apontada aqui por Coruja. O autor argumenta que algumas das poucas alterações que há na língua portuguesa na província de S. Pedro são também em virtude da posição geográfica de S. Pedro, distante da capital do Brasil. Há ademais uma divisão entre os sujeitos do campo (menos civilizados) e os sujeitos rio-grandenses que

“passam” por portugueses em algumas províncias do Brasil. Esse gesto busca expor como a província de S. Pedro é civilizada e que não há somente homens da “campanha”.

Coruja traz, finalizando esse comentário inicial, os motivos que o levaram a elaborar tal obra:

Eis pois como natural d’esta província, e em relação tanto com a gente das cidades como da campanha, tendo observado que uma grande partes dos termos e frases ali usados são familiarmente admittidos no centro das povoações, onde os objectos a que se referem não são conhecidos por outros nomes, e os pensamentos que exprimem não são de outra maneira enunciados, e que o conhecimento de muito d’elles tem até sido transmittido a algumas províncias limitrophes tendo igualmente consultado os dictionarios da lingua e ou não os encontrando, ou achando-os accepções differentes; me propuz fazer d’elles uma collecção com suas respectivas explicações, dando a muitos a origem provável, e deixando a de outros a quem com mais critério os possa investigar (RIHGB, 1852, p. 206).

Podemos perceber que a motivação para a elaboração da obra é uma situação de contato entre o campo e a cidade. As palavras do campo são usadas na cidade e até entre as cidades vizinhas a S. Pedro do Rio Grande do Sul. Nota-se que certos nomes só são conhecidos pela nomeação dada pelos sujeitos da Província. Então assim para se fazer compreensível a *Coleção de Vocábulos e Frases* surge descrevendo a realidade do campo e sua relação com a cidade.

Conforme Nunes (2006, p. 212), o título do vocabulário traz já algumas marcas do modo de enunciação da definição. Trata-se além do particípio passado *usado* do circunstancial na *Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. A primeira marca indica a descrição sincrônica de uma língua que se volta para o uso contextual. A segunda é um índice das determinações regionais representadas no dicionário. Em relação à configuração espacial da cena definidora, Nunes (2006, p. 212) aponta que esta pode ser notada pelas repetições dos locativos: *na província, no campo, na campanha, nas fazendas, nas estâncias*. Nas palavras do autor (2006, p. 212):

São esses pontos de localização que vão dando sentido à definição, regulando o uso para determinados contextos sociais. Trata-se da definição de *uso no campo*. O discurso de Coruja, nesse sentido, estabelece uma imagem do sujeito do campo, de suas atividades e rituais de sua relação com a natureza. A maioria dos verbetes reporta ao domínio da criação de gado e cavalos nas fazendas, tendo na figura do cavaleiro, do tropeiro, do viajante, o olhar de um sujeito que estabelece a relação do contexto rural com o mundo letrado das cidades.

Vejamos alguns verbetes:

**Abombar**, v.n. diz-se que o cavallo abombou, quando tendo feito grande viagem em dia de calor, fica em estado de não poder mais caminhar; mas depois de refrescar ainda pôde continuar a viagem.

**Amadrinhar**, v.a. acostumar os cavallos a persistirem junto de uma egua, a que se dá o nome de *Eguamadrinha*. O cavallo assim costumado se diz *amadrinhado*.

**Bagual**, adj, chama-se cavallo bagal o mesmo que boi chimarrão; não obedece ao costeiro, nem o fazendeiro conta com elle; só a bolas pôde ser pegado.

**Coxinilho**, s.m. (deriv. de coxim) tecido de lã tinta de preto, que serve para pôr sobre os arreios, os fios da lã apresentam como uma espécie de colchão para commando do cavalleiro, pelo que se pôde suppor este nome alterado do cast. *colchonillo*.

**Estanciero**, s.m. (do cast. estanciero) diz-se por estanceiro que achamos nos nossos dictionarios, é o fazendeiro, dono de uma estância.

Como aponta Nunes (2006, p. 215) as definições em Coruja apresentam, além da indicação da classe gramatical – substantivo, verbo, adjetivo – marcas da nomeação no contexto do campo: *se chama, diz-se de, é nome dado a*. Ademais dos nomes outras unidades são indicadas e relacionadas ao contexto rural: *usam chamar, é frase usada no campo*. Os comentários etimológicos discutem a origem castelhana e portuguesa dos termos. Em alguns dicionários analisados anteriormente, pudemos perceber que a etimologia era dada pelas línguas indígenas. Aqui em Coruja outro gesto é estabelecido. A origem é dada pela língua espanhola. Toma-se o castelhano como filiação e estabelece-se a diferença com relação ao português. Esse gesto é regular em nosso corpus. Mostram-se nessa obra outras relações de contato entre línguas. Vejamos outros verbetes:

**Anillo**, s.m. (do cast. *anillo*) corda pertencente á cólhera: é a parte que enlaça o pescoço, e prende por um botão.

**Arriconar**, s.m. (do cast. *arrinconar*, no protuguez se diz *arrincoar*) metter animaes em um rincão.

**Cadêna**, s.f. (do cast. *cadêna*, cadeia) maneira engenhosa, de tirar os chifres do touro bravo sem perigo, o laço em que se acha preso; e isto se faz com o socorro de um outro laço preso á argola do em que se achava laçado, para se fazer esta cadêna põe se o touro no chão, e então se fórma a laçada a que se dá este nome.

**Garrão**, s.m. (do cast. ou arag. *garron*, calcanhar) nervo da perna do animal cavalhar.

**Hôscó**, adj. (do cast. *hosco*) de cor escura com o lombo tostado.

Em grande número de definições, como analisa Nunes (2006, p. 216), há a posição de um sujeito de passagem, uma figura do “viajante”. Isso se mostra pelas situações descritas nas definições: “transportar gente de um lado a outro rio”, “dar passagem”, “conduzir roupa ou mantimento em viagem”, “por ter feito viagens às cidades”, “vem em viagem”, “onde se não alcança a pé”. O “viajante” e o “cavalheiro” representam essa posição do sujeito sempre em movimento, que vem de viagem (pracista), ultrapassa obstáculos naturais (passageiro), transporta mantimentos (picoá), encontra outros sujeitos no caminho (pechado):

**Pracista**, adj. (deriv. de praça) o que vivendo no campo, mostra mais alguma civilização por ter feito viagens às cidades e ter nelas praticado com pessoas de educação.

**Passageiro**, s.m. além das significações que tem em português, também significa o homem encarregado de dar passagens em canoas aos que têm de passar um rio ou arroio.

**Pechada**, s.f. (tem analogia com o cast. *pechazo*, grande coragem, ou deriv. de pecho, peito) ação de encontrarem impetuosamente ou esbarrarem dois cavaleiros, vindos de lados opostos.

**Picoá**, s.m. (do arag., *picoá*) mala de algodão ou linha com abertura no meio: serve para conduzir roupa ou mantimento em viagem. Também se costuma chamar *sapicoá*.

Há diversos sujeitos colocados na cena enunciativa ao se formular a definição lexicográfica. O “trabalhador do campo” que às vezes é definido do mesmo modo que no domínio dos animais (Pelota, “é puxada reboque por cavallo a nado, ou por um homem nadador que a leva presa aos dentes por uma corda”). O homem é mostrado ao lado do cavalo, realizando a mesma atividade. Os “cavaleiros” e “viajantes”, sujeitos sempre de passagem em oposição aos “homens do campo” sujeitos em uma posição fixada. Observemos o verbete peão:

**Peão**, s.m. homem ajustado para fazer o serviço do campo: esta designação se entende até aos escravos exclusivamente ocupados no serviço das estâncias.

Em relação a esse verbete, Nunes (2006, p. 217) aponta que há a representação de um domínio de atividades específico para o campo: “serviço do campo”, “serviço das estâncias”:

A designação “serviço”, que remete ao discurso da servidão natural, é atribuída tanto ao “escravo” como ao “homem” do campo. O primeiro aparece como “ocupado” nas atividades, o segundo, como “ajustado” para uma finalidade. O uso do particípio passado instaura a dependência social do sujeito com relação a uma posição de administrador. A natureza da relação se marca, de um lado, pela escravidão; de outro, por essa região intermediária entre a servidão e o trabalho (“ajustado”) (...) Fica estabelecido, então, através dessas identidades subjetivas uma espécie de contrato social do campo.

Nessa obra, podemos notar uma oposição entre o homem do campo e o homem da cidade (pracistas). O lugar natural do campo se opõe à “civilização” na cidade. Opõe-se ao sujeito fixado no campo, morador naturalizado, ao sujeito capaz de mobilidade, que sustenta uma posição social através do contato com o urbano, lugar da “civilização” e da “educação”.

### **3.2. Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar: uma língua contatos**

Essa obra foi publicada em 1882 (Tomo 45) na Revista do IHGB. Ela foi elaborada por Braz da Costa Rubim e busca documentar alguns termos de diferentes línguas que foram incorporados à língua portuguesa, porém, em seu uso vulgar. Assim teríamos um português sem mistura, com um uso mais culto e um português vulgar que resulta do contato com outras línguas.

Nessa obra não há nenhum texto introdutório, Braz da Costa Rubim já inicia na definição dos verbetes. A definição focalizará comentários etimológicos, buscando estabelecer a origem dos termos documentados no dicionário. A obra de Braz da Costa Rubim contém 202 palavras-entradas. Vejamos alguns verbetes da letra A:

**Abacateiro** – Do caraibico *anicate*, e a dezinencia portuguesa *eiro*. Arvore frutífera, exótica e cultivada, há varias espécies que se distinguem pela forma do fruto, e são: *redondo*, o fruto

arredondado; de *gargalo*, o fruto pyriforme de *Caienna* ou *roxo*, fruto arredondado roxo por fora: esta espécie consta que foi transportada de Caiena em 1808.

O abacate come-se com sal, pimenta, limão, assucar ou calda, ou em salada, conforme os paladares. Há uma espécie de louro, que se distingue pelo nome de *abacate*, é arvore, que atinge 12 metros de altura, e 2 metros de grossura, a madeira emprega-se na construção naval e civil, em a marcinaria, é propria do Pará.

Não temos nos verbetes marcação de classes gramaticais. Inicia-se a definição trazendo a etimologia, além de indicar o processo de formação da palavra: colocação da desinência portuguesa ao radical que é de origem indígena (caraibico). Aqui se pode notar o contato entre as duas línguas – portuguesa-indígena – que tem como resultado a formação de palavras. A definição é natural, descreve-se o objeto (fruta). Contudo, temos em alguns momentos o aparecimento de um sujeito genérico, marcado pelo uso da partícula *se*, que surge como um sujeito que pratica uma determinada ação (distinguir os frutos, comer o abacate, empregar na construção civil). Temos também na definição o contexto citadino sendo explorado, olha-se para as práticas urbanas. Também se traz à definição os aspectos históricos (em 1808). Ademais se estabelece relações no interior do Brasil (mostra-se na definição que esse fruto é próprio do Pará). Nesse momento na elaboração de obras lexicográficas o olhar está voltado para o Brasil, busca-se estabelecer diferenças entre as províncias.

**Abaeté, abaité** – Nome de vários rios em Minas-Gerais, do guarani *abá eté*, que tem as seguintes acepções: feio, torpe, bravo, honrado, cruel, espantoso. Vê-se portanto, que, não tendo n'este cazo propriedade, estes nomes fôrao dados por fantasia pelos colonos.

Temos nesse verbete uma diferença ortográfica sendo explicitada (abaeté e abaité). A mudança na grafia *e*, *i* provavelmente aponta para uma diferença no gesto de documentação. Embora sejam trazidas diversas acepções ao termo *Abaeté*, nenhuma delas é legitimada como sendo o sentido “próprio” da palavra. É trazida à cena enunciativa a posição de *colono*. É esse sujeito que atribui diversos sentidos às palavras, mas é algo “fantasioso”, não se trata de nada objetivo, que se filia a uma discursividade científica ou legitimada:

**Abarébebé** – Do guarani *abarê*, frade, abebé, voar. Nome que os indígenas civilizados Davao ao padre Manoel da Nóbrega, por cauza da sua actividade.

Nessa definição, vários são os fatos históricos trazidos. Padre Manoel da Nóbrega era um jesuíta português que chefiou a primeira missão jesuíta à América no século XVI. A aceção desse termo foi dada pelos indígenas, contudo não se trata de quaisquer indígenas, e sim dos indígenas “civilizados”, isto é, já catequisados e obedecendo à Fé, à Lei e ao Rei português. Nessa definição, volta-se ao Brasil Colonial e as práticas sociais que aconteciam na época. Temos então uma volta ao passado.

A questão temporal está muito presente nessa obra de Costa Rubim. Trabalha-se em vários momentos a relação passado-presente. Volta-se ao passado para legitimar algo que se passa no presente.

**Arapuá** – É também chamada eyrapuá, mais conforme a etimologia do guarani *eyrápuá*. Espécie de abelha grande, negra, faz caça grande de barro e estraga os grelos das laranjeiras.

Nessa definição, temos uma abertura para o polissêmico. Diversos são os modos de nomeação (arapuá, eyrapuá e eyrápuá). O último associado à etimologia da palavra. Documentam-se as diversas grafias dessa palavra.

**Abriçó** – Do francez *abricot*, por cauza da semelhança exterior do fructo. Arvore frutífera, cultivada atinge 10 metros de comprimento e 1 metro de diâmetro, a madeira tem pouco uzo, o fructo não tem estimação.

Chama-se *abriçó do Pará* ou *abricoqueiro de São Domingo* a outra espécie também cultivada, parecida com aquella nas folhas, mas o fructo é exteriormente pardo e goza de estimação.

Nessa definição, temos a língua francesa como referência. A definição traz um sujeito que “cultiva” o abriçó. É trazido também, ao enunciado definidor, um sujeito que nomeia essa árvore frutífera, esse sujeito é genérico e é marcado pelo uso da partícula *se* (chama-se). Há

duas nomeações desse fruto: *abricó do Pará* e *abricoqueira de São Domingo*. Mais uma vez à nomeação trazem-se as regiões do Brasil: Pará, São Domingo.

**Abuna** – Do guarani *abá*, homem, *hû*, escuro ou preto. Nome com que algumas indígenas civilizados designavam os jesuítas, por causa do habito preto.

Nessa definição, tem-se um sujeito explícito que define o termo *abuna*: os índios civilizados. Costa Rubim em suas definições traz para a cena enunciativa diferentes sujeitos: índios, jesuítas. Com esse gesto documenta de certo modo a história de uma época anterior do século XIX, em que os índios conviviam com e eram civilizados pelos missionários jesuítas. Rubim deixa bem marcado que o modo como os indígenas nomeiam os jesuítas é motivado pela forma significação dos termos indígenas usados (homem escuro).

**Acaçá** – Há duas preparações culinárias com este nome, que vem do guarani *caaçá*, couza cozida ou assada; uma é o angú preparado com farinha de arroz ou de milho, e serve de conducto; outra é somente de fubá mimoso de arroz reduzido a uma massa gelatinoza que desfeita em agua com assucar se toma no verão com refrigerante.

Há, nessa definição, a descrição de duas comidas que são nomeadas pelo mesmo item lexical (acaçá). Contudo, para uma delas se traz outra nomeação (angu). Esse gesto busca traçar semelhanças com outras coisas talvez mais conhecidas, mais faladas. Tem-se no enunciado definidor uma questão temporal sendo explorada. Aqui se delimita bem que esse prato é típico no verão.

**Acangápara** – Do guarani *acánga*, cabeça, *apá*, torta, espécie de cágado, assim chamado porque dobra a cabeça para o lado, e não a recolhe quando a quer esconder o casco.

Costa Rubim ao trazer a etimologia das palavras explicita algumas possíveis motivações para tal nomeação, isto é, dar nome a algo é feito a partir de sua origem, relaciona-se o nome a sua história. O sentido da palavra está na história da própria palavra.



**Acanguera** – Do guarani *acanguéra*, composto de *acánga*, cabeça, *cuera*, que foi, caveira. Certa espécie de gavião frequente nas caxoeiras dos rios Xingu e Jeraucú, na província do Amazonas, que faz ver o retrato das antigas harpias na cara humana, que tem, é muito cruel e atrevido, e dizem que ataca o homem.

Nesse verbete, delimita-se o espaço geográfico onde esse animal é encontrado. Vemos aqui mais uma vez um olhar para o Brasil, para a descrição de suas províncias. Há uma descrição do *acanguera* e salienta-se o fato desse animal atacar o homem, como dizem. O locutor desse “dizem” é indeterminado, não se delimita quem é o sujeito que se enuncia. Diferentemente de outras definições em que podíamos ver os “índios civilizados” falando.

**Acará ou Guiratinga** – Nomes, que em alguns logares, dão á garça branca; o primeiro vem do guarani *guacará* e o segundo do guarani *guirati*, composto de *guira*, ave, *ty*, branca. As pennas d’esta ave servião aos indígenas para enfeites da cabeça.

Descreve-se nesse verbete um costume indígena: o uso da pena da garça para fazer enfeites. Temos nessa definição um sujeito que se serve do objeto com uma finalidade (enfeites da cabeça).

**Acutiboia** – Do guarani *acuti*, cutia, *mboi*, cobra. Espécie de cobra, assim chamada por prear de preferência as cutias; dizem, que açouta com a cauda aos que a molestão.

A nomeação da cobra é dada pelo modo como ela age (prear as cutias). Temos também um sujeito indeterminado que “diz” sobre um certo modo de agir da acutiboia. Podemos perceber que quando há uma descrição, seja dos animais, seja dos índios, em alguns momentos, há uma indeterminação do sujeito que a ressalta. Rubim incorpora esse discurso outro a seu dizer como uma técnica para definir os seres e as coisas e nesse gesto vai documentando os fatos presentes e passados.

**Aipim** – Do guarani *aypi*. Planta, que tem a raiz alimentar, cultivão-se as seguintes espécies: *Açu* ou *guaçu*, *branco* ou *jurumû*, *pexá* ou *poxa*, preto. Além d’estas erão antigamente

conhecidas as seguintes qualidades, de que faz menção Simão de Vasconcellos: aypycurumurú, aypycumurú-mirim, aypycurucuya, aipymamacaú, aipypoca, aypyayapoya, aipytanga.

Simão de Vasconcellos (1596-1671) foi um padre jesuíta da Companhia de Jesus. Costa Rubim ao trazer como exemplos os termos desse jesuíta marca uma volta ao Brasil Colonial. Mais uma vez o passado sendo trazido à cena enunciativa.

**Anhangaquiabo** – Do guarani *anang*, diabo, ou uma espécie de macaco, a que davão este nome, *kibaba*, pente. Arvore, cujo fruto é uma bainha grande; tem dentro em si uma couza branca e dura, á feição de pente, e de que os indígenas se servião.

A definição desse verbete aponta para a utilidade do objeto que se extrai da árvore (pente). Temos nesse verbete uma sinonímia documentada. Para a nomeação *macaco*, temos um outro termo (*kibaba*).

**Aracuan** – Do guarani *araraqûá*. Ave galinácea conhecida e classificada; há outra espécie, *aracuancaá* ou *aracuan do mato*, que também está classificada.

Essa definição provoca uma certa estranheza. A ave é “conhecida” e “classificada” por quem? A expressão “classificada”, como podemos notar em outros verbetes, representa um discurso científico. Um sujeito que ocupa uma posição científica cunhada, já legitimada, classifica os animais e as plantas do Brasil. Aparentemente, já é sabido quem seriam esses sujeitos que desenvolveram um discurso científico sobre o Brasil e em virtude disso traz-se como já “conhecido”, em outros traz-se nomeados esses “cientistas”. Por exemplo:

**Caiarara** – Do guarani *cai*, mono, *cará*, destreza, *yâ*, estar dissimulado. Engraçado quadruamano frequente nas margens do rio Amazonas. Todos os naturalistas, viajantes, desde Spix, mencionão esta interessante espécie.

**Canduá** – Do guarani *canduá*, mancha de côr nas arvores. Musgo amargo e medicinal, serve também em tintura, há diversas espécies, a mais uzada foi classificada por Martius.

O último verbete da letra A é *Aurana*. Sua definição é:

**Aurana** – Do guarani *airê*, mancha *rana*, couza parecida; impigem. Por sofrerem d’esta moléstia, em razão de se alimentarem de peixe gordo, tomarão alguns indígenas o nome de Auranas.

Temos a motivação que leva os indígenas a se apelidarem de *auranas*. Como já salientamos para Rubim o sentido das palavras está na sua etimologia.

Na análise da letra A, pudemos perceber que a maioria dos termos definidos é do domínio da fauna e da flora. Há alguns itens que definem sujeitos, em geral os padres jesuítas, com os quais os indígenas tiveram contato e estabeleceram nomeações. Costa Rubim ao descrever o passado volta ao Brasil Colonial. Há no enunciado definidor uma relação entre o hoje e o ontem sendo estabelecida. Além disso, nas definições temos também um olhar para as práticas urbanas, são as cidades brasileiras sendo constituídas. Como apontamos as relações espaciais se dão no interior do Brasil, é o brasileiro olhando para seu país e refletindo sobre ele. Há diferentes maneiras como a nomeação se constitui no enunciado definidor, temos:

- (i) *nome de*,
- (ii) *nome (com) que + sujeito (índios)*,
- (iii) *é também chamada de, chama-se*,
- (iv) *assim chamado (a)*,
- (v) *nome que dão (que davão)*.

Esses diferentes modos de definir colocam em cena sujeitos. Em geral são os índios que nomeiam as coisas e seres. Outras definições são naturais, em que não aparece um sujeito que dá nome as coisas e aos seres. É como se o próprio objeto se definisse.

Gostaríamos de, na continuidade de nosso trabalho, analisar outros verbetes que apresentam algumas particularidades.

**Bitu** – Do guarani *ibitú*, vento. Côco para por medo às crianças. Cantiga que serve para nanar crianças.

**Gangana** – Voz infantil para chamar as mulheres idozas; é vocabulo introduzido pelos colonos africanos escravos, da lingua bunda **nganna**, senhora.

É colocado na cena enunciativa o sujeito “criança”. É esse sujeito, por meio de sua voz infantil, que chama as pessoas. Nota-se que se traça a estrutura da sociedade: crianças, idosos. Ademais de documentar um costume dos sujeitos em relação às crianças (por medo, cantar para nanar). Traz como etimologia da palavra *gangana* a língua bunda (africana). Há nos vocábulos introduzidos no uso vulgar além das línguas indígenas, também as línguas africanas (bunda, angolense):

**Cacunda** – Do angolense *cacunda*, corcova, é por tanto um vocabulo introduzido pelos colonos africanos escravos. Empregado familiarmente por cangote. Há uma espécie de vinhático chamado *cacunda*, e é um peixe de rio na província de Piauí.

**Calungueira** – Da lingua bunda *calunga*, mar, navegar, e a dezinencia portuguesa *eira*. Embarcação pequena para transporte de generos na bahia Niterohi.

Como já salientamos as definições se voltam também à descrição das cidades brasileiras. O olhar é para as províncias do Brasil. Fala-se do Pará, Amazonas, de Pernambuco, do Piauí, do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Minas Gerais e o modo como nessas províncias os sujeitos agem e nomeiam as coisas e os seres. Também é feita uma comparação com a Europa:

**Fuá** – Do guarani *guâ*, e assim diz o que espanta a outro de repente. Este termo é uzado nas províncias do Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Minas Geraes, com a significação de desconfiado, resabiado, espantadiço, sestroso.

**Jaguarapitanga** – Do guarani *yaguara*, cão, *py tá*, vermelho pardo. Quadrúpede de tamanho de caxorro, e mais geralmente conhecido pelo nome de rapoza por ter alguma similhaça com esta espécie da Europa.

Ao trazer para o enunciado lexicógrafo a cidade do Rio de Janeiro, o lexicógrafo se coloca na cena enunciativa. Enunciativamente, fala-se em 1ª pessoa do plural. O sujeito lexicográfico inclui-se na enunciação como alguém que também participa da enunciação:

**Jabibura** – Do guarani yabebi. Em alguns logares dão este nome ao que no Rio de Janeiro chamamos arraia.

**Jabiru** – Do guarani yabirú. Ave ribeirinha, grande, branca, remigia e retrizes de um preto arroxado, bico e pés pretos. Também se chama jabiru – moleque, em alguns logares. No passeio público da Lapa há dous jabirus prezentemente.

Não há marcação gramatical no verbete. Contudo, temos no interior do verbete algumas marcas de uso (figuradamente, vulgarmente, proverbialmente, familiarmente). Essas marcas de certa maneira mostram o funcionamento do item lexical na língua:

**Maguari** – Do guarani *mbaguari*. Espécie de cegonha, face nua, bico volumoso e curto, penas do papo em tufo, plumagem branca, azas e cauda pretas, olhos verdes. Figuradamente se diz do homem magro de pernas finas, que é um maguari.

**Cassamba** – Dá-se vulgarmente este nome ao balde de tirar água, e ao estribo de metal ou de páo com forma de sapato. O vocabulo vem da lingua bunda *massanga*, pote. Diz-se de duas pessoas inseparáveis que são corda e cassamba.

Nessa definição podemos perceber que é trazida uma expressão idiomática em que a palavra *cassamba* aparece.

**Cureira** – Do guarani *cure*, alimpadura do joeirado, e a dezinencia *eira*. Também se chama *cangica fina*. Nos tempos coloniais dava-se este nome a um angu composto das pontas do milho pelado, que se cõa para farinha, cozida e temperadas com sal e gordura, este angu supria a falta de arroz. Hoje serve para designar os grãos mais grossos da farinha de mandioca, que ficção na peneira e não passam pelo crivo, e por isso se diz proverbialmente, que em falta de farinha *cureira* serve. Alguns pronúncia erradamente *carueira*.

Além do sentido proverbial, a relação temporal é também explorada. Como já expusemos, Costa Rubim volta às práticas do Brasil Colonial para nomear certas coisas. Nesse verbete, podemos perceber como os sentidos da palavra *cureira* mudou. Na “época colonial” era um e “hoje” (século XIX) é outro.

Nesse vocabulário, podemos notar como certos aspectos do dia-a-dia são trabalhados. Temos um saber sobre o Brasil sendo produzido ao mesmo tempo em que ele se forma. Volta-se às práticas urbanas ao mesmo tempo em que se “constrói” as cidades.

Nesse trabalho de Rubim temos também documentadas algumas alterações pelas quais alguns vocábulos passaram. Em certos momentos se indica os sujeitos que praticaram tal alteração: os colonos.

**Carauatá** – Do guarani *caragnuatá*. Planta unífera, de que se conhecem duas espécies: *Açu* ou grande; e de rede. Caraguaatá parece, que era entre os indígenas um nome genérico para as plantas do gênero bromélia; e alterado pelos colonos em *gravatá*, *carauatá*, *caraquatá*.

**Curimata** – Do guarani *quirymbatá*. Peixe de 1 metro de comprimento com escamas e semelhante à tainha; a carne é roxa com muitas espinhas, e boa para comer.

Há outra espécie, *curimathi*, do guarani *quirimbatá*, nomes correm alterados para *crumatá*, *crumatahu* ou *crumatahi*, *curmatahi*.

Rubim no verbete *Sapopemba* questiona outros estudos que discorreram sobre essa palavra. Em diversos verbetes, Rubim traz o discurso-outro, seja para legitimar o que apresenta (posicionando a favor desses estudos), seja para refutar o que certos estudiosos disseram sobre o Brasil. Esse gesto aponta para uma prática de leitura de arquivo que era realizada na época. Os estudiosos citados nos trabalhos da RIHGB permitem perceber o que era lido e tinha ou não legitimidade ao IHGB. Vejamos alguns verbetes:

**Sapopemba** – Do guarani *hapó*, raiz, *pembi*, tecedura grandes raízes das árvores que saem fora da terra. Não sei em que se fundou por Gonçalves Dias para dizer que os indígenas davão este nome aos cipós gigantes das árvores, e que a palavra significa raiz xata. Creio, que houve pouco cuidado na revizão d’este artigo de seu dicionário, porque vejo n’ele confundido a palavra cipó, que vem do guarani *icipó* com raiz que na mesma língua se dizia *hapó*.

**Caistúns** – Damião de Goes diz, que assim chamavão os indígenas à farinha, que fazião da raiz da mandioca. Aquelle vocabulo é corrupção do guarani huî catú, farinha boa, a que hoje chamamos *farinha de água*.

**Linguara** – Machado de Oliveira diz, que este vocabulo vem do portuguez *lingua*, e do guarani *iara*, senhor; parece-nos porém, que é do espanhol *lenguarez*, hábil, em duas ou mais línguas: interprete.

Esse trabalho de Rubim constrói um saber sobre a língua portuguesa “vulgar”. O autor ao trazer palavras de outras línguas que foram incorporadas ao português mostra uma situação de contato entre as línguas e também entre os diferentes sujeitos que as falavam. São trazidos à cena enunciativa: portugueses, índios, africanos. De certo modo o autor do vocabulário retrata um Brasil da época Imperial, em que diversos sujeitos conviviam. Em relação ao saber linguístico, podemos perceber um estudo sobre a etimologia. É ela que atribui sentidos às palavras. Os sentidos das palavras são constituídos pela história. Essa prática monolíngue da RIHGB aponta para uma reflexão sobre a língua brasileira que será realizada pelos brasileiros. Definitivamente, a produção da RIHGB volta-se para um saber sobre o Brasil.

#### **4. Dois dicionários de especialidades: o *Dicionário Topográfico da Província do Espírito do Santo* e o *Dicionário Histórico e Geográfico***

Na produção lexicográfica da Revista do IHGB, temos também a elaboração de dois dicionários de especialidades. Temos, nestas obras, a produção de um saber sobre o território e a história nacional que passa pela nomeação dos fatos e dos espaços.

O *Dicionário Topográfico da Província do Espírito Santo* (DT) foi publicado na Revista do IHGB em 1862 (Tomo 24). Essa obra foi elaborada por Braz da Costa Rubim. Já o *Dicionário Histórico e Geográfico das Campanhas do Estado Oriental do Uruguay e Paraguay* (DHG) foi publicado em 1887 por João Vicente Leite de Castro.

O DT discorre sobre o espaço brasileiro. Focaliza na descrição da geografia nacional. Há a delimitação de limites de terras, a localização de rios, montes, povoações. Essa obra de Costa Rubim cumpre bem uma das metas do IHGB que era a descrição do Brasil, seus espaços, seus limites, suas fronteiras. Ao DT traz-se um texto inicial em que se ressalta a metodologia usada para a composição da obra. Conforme Costa Rubim (RIHGB, 1862, p.

597): “Agora venho offerecer-lhe [ao IHGB] este diccionario topographico que organizei á vista das informações officiaes e particulares, que pude obter dos mappas topographicos e corographicos inéditos ou publicados, antigos e modernos, que todos consultei”.

Após essa observação, apresentam-se os verbetes desse dicionário. Estes estão ordenados alfabeticamente. Vejamos de que modo os verbetes são formulados. Recortamos alguns verbetes da letra A:

**Acharia**, ponta de terra na margem sul da entrada da Bahia do Espírito Santo, perto da fortaleza de São Francisco Xavier.

**Affictos**, serra próxima á estrada de São Pedro d’Alcantara entre os antigos quartéis de Villa-Viçosa e Monfontez, é muito alto e difficil de subir, d’ahi lhe veio o nome.

**Agá**, povoação na margem de um sacco 4 leguas ao Norte da embocadura do rio Itapemerim e 2 leguas no Sul dado rio Puma, perto do morro de que tomou o nome.

**Alexandre**, ilha no rio Doce.

A definição traz sempre um N-cabeça (ponta de terra, serra, povoação, ilha) e depois uma determinação desse espaço. Nota-se que há uma precisão do espaço. Indica-se a localização precisa do lugar descrito no verbete. Nessa obra os verbetes constituem-se dessa maneira. Temos com esse dicionário a produção de um saber específico sendo produzido. Aqui o objetivo não é definir as línguas indígenas, os termos regionalistas que estão sendo incorporados ao português. No *Dicionário Topográfico* fala-se sobre a geografia brasileira, definindo a situação e a localização de certos espaços geográficos. Para definir esses espaços, trabalha-se com a nomeação. Os lugares são definidos por termos indígenas, africanos, portugueses.

Já no *DHG* temos uma descrição histórica dos conflitos militares que ocorreram na região do Paraguai e Uruguai e o modo como o Brasil se relacionou com esses conflitos. O autor da obra era um major (João Vicente Leite de Castro) e esteve envolvido na Guerra do Paraguai. Conforme o texto introdutório do dicionário, a elaboração de uma obra lexicográfica desse tipo dá-se em virtude de se querer:



Registrar as principaes acções praticadas pelo nosso valente exército e os logares que se tornaram notaveis, por meio de um dictionario geographico e historico, foi a tarefa de que me incumbi para aproveitar parte do tempo concedido por minhas occupações officiaes e para supprir, temporiamente, uma grave lacuna, porque infelizmente não temos uma historia completa sobre a guerra de proporções mais gigantescas que houve na America Meridional. Foi uma missão difficil que tomei e, embora conforme ao meu fraco merecimento penso prestar um serviço ao meu paiz por tornar conhecida a sua grande influencia nos destinos das republicas visinhas, como o valor de nossos soldados e a pericia dos distinctos generaes que os comandaram (RIHGB, 1887, p. 1999).

Temos a exaltação do Brasil e de seu poder militar. O DHG, semelhante a uma efemérides, busca documentar a Guerra do Paraguai e como as forças armadas nacionais contribuíram para influenciar nos destinos desses países.

A palavra-entrada no dicionário é ou um nome de um rio, de um monte ou de uma estrada. A palavra-entrada é relativa ao espaço geográfico por onde a Guerra do Paraguai foi passando:

**Abagibá**, arroio affluente do rio Corrientes. Nasce na serra de Maracajú, ao norte da republica do Paraguay e corre a uma légua de distancia da Villa de Curuguay.  
**Acajuosa**, albardão por onde passa a estrada, que communica a península do chaco, em frente a Hamaytá, com forte do Timbó (...)

Esse dicionário em termos de forma do verbete é semelhante ao *Dicionário Topográfico*. Inicialmente descreve-se o espaço. Contudo, uma diferença grande entre esses dois dicionários de especialidades é que o DHG também apresenta fatos históricos, isto é, descreve a história de um conflito, caracterizando a relação deste com seu espaço. A descrição desse fato histórico é feita por meio da data em que o evento ocorreu, por isso a semelhança com uma efemérides<sup>48</sup>. Vejamos um exemplo:

**Abagibá**

(...)

29 de Setembro de 1869. No ultimo periodo da guerra contra o governo d'aquella republica era commandante em chefe de exercito Sua Alteza o príncipe conde d'Eu, descendente de illustres guerreiros que se tornaram distinctos nas campanhas do velho continente (...)

---

<sup>48</sup> *Efemérides*, s.f. 1. Relação de fatos dia por dia (Dicionário Michaelis Eletrônico).

Depois dos sucessivos combates de Dezembro de 1868; em que nossos bravos soldados tanto ennobreceram o nome brasileiro, o dictador Francisco Solano Lopes foi impellido a seguir com seu exercito para a serra de Ascurra, afim de oppor-nos a guerra de recursos para a qual estávamos preparados (...) (RIHGB, 1887, p. 200).

Todos os verbetes seguem essa estrutura: descrição do espaço geográfico, depois descrição do evento histórico. A descrição do evento tem marcas de um texto narrativo, em que se discorre sobre as ações e os personagens que a praticam. Aqui os personagens exaltados são os brasileiros que lideraram uma parte do conflito contra o Paraguai.

Finalizando, neste capítulo, analisamos a produção lexicográfica da RIHGB. Pudemos perceber que a RIHGB publica desde listas de palavras em língua indígena-língua portuguesa (vice-versa) até dicionários de especialidades, no caso específico do IHGB, dentro dos domínios da história e da geografia brasileira. Na análise das obras foi possível observar com o saber linguístico foi participando da constituição da história de um país, como os índios entraram em cena, como os escravos também participaram da formação de uma língua portuguesa. Na produção lexicográfica da RIHGB, pudemos perceber como as três vertentes do rio brasileiro (Martius) é trabalhada: o índio legitimando o passado linguístico brasileiro, o português com sua língua que em certos momentos sofre alterações em virtude da relação com outras línguas (entre elas as africanas). Nas obras lexicográficas um dizer sobre o Brasil e suas línguas do tronco Tupi-Guarani, do tronco Macro-Jê e da família Aruák também são contemplados. Buscamos mostrar como a produção lexicográfica da RIHGB é um excelente lugar para se observar a constituição das línguas do Brasil durante o século XIX. Essa constituição passa por questões geográficas, históricas, geopolíticas e também linguísticas.

---

## CAPÍTULO V: A REVISTA DO IHGB N° 400 E O PERCURSO TEMÁTICO DE ARQUIVO

---

Neste capítulo, pretendemos analisar como a *Revista do IHGB n°400* constitui um índice em que uma divisão em temas dos textos publicados nas RIHGB anteriores a essa publicação pode ser vista. Nossa análise desse material justifica-se uma vez que pelo modo como se categoriza em temas, podemos perceber como sentidos vão surgindo, enquanto outros vão sendo apagados, esquecidos, silenciados. Nosso objetivo é analisar o modo como, no século XX, se organiza a produção concernente ao século XIX da RIHGB, buscando analisar como ao se dividir em temas se produz sentidos às coisas, aos sujeitos, aos espaços, aos acontecimentos brasileiros.

A *Revista do IHGB n° 400*, publicada em 1998 em comemoração aos 160 anos do IHGB, busca dar conta de uma periodicidade de 159 anos da *Revista do IHGB*. A *Revista n° 400* é um índice dividido em *assunto*, *título* e *autor*. Temos também um texto (*Apresentação*) do Presidente do IHGB (Arno Wehling) e um texto (*Introdução*) assinado pela direção da Revista.

Consideramos a *Revista n° 400* um texto documentador que sistematiza a documentação de obras (textos) sobre diversos temas produzidos ou coletados pela RIHGB. De acordo com Nunes (2008, p. 83), convém distinguir os textos a serem documentados (obras) dos textos documentadores (descrições, comentários, resumos, indexações, bibliografias, periodizações etc):

Uma obra passa a ser um “documento” na medida em que ela é historicizada, ou seja, na medida em que ela se torna objeto de um saber documental. O texto documental nomeia, data, seleciona objetos e traça percursos. Sua tipologia é variada e caracteriza-se pelo caráter metalingüístico. Por vezes ele se apresenta inserido em um texto teórico, outras vezes apresenta-se como texto de arquivo, com o objetivo reconhecido de documentação (NUNES, 2008, p. 83).

A *Revista* n° 400 se apresenta com o objetivo de documentação: “fazia falta, entretanto, um índice que cobrisse o conjunto da produção da Revista, atualizado até nossa época e dentro dos moldes técnicos”. Assim, com o objetivo de refletir sobre a prática de documentação efetuada pela Revista do IHGB, analisaremos como os textos documentais, especificamente relacionados ao saber linguístico, foram reunidos e divulgados nesse texto documentador que se constitui a *Revista do IHGB* n° 400. Antes, porém, analisaremos os textos introdutórios que fazem parte da *Revista do IHGB* n°400.

### **1. Apresentando um guia: as palavras do presidente do IHGB**

O texto de *Apresentação* da RIHGB n°400, de Arno Wehling, é um texto curto (uma página) e discorre, de maneira geral, em relação à importância de um trabalho de indexação como o realizado pelo IHGB no ano de 1998. Em nossas análises das revistas, vimos que durante o século XIX, temos a publicação de alguns índices nas Revistas do IHGB, todavia são índices menores que dão conta de uma pequena periodicidade da Revista do IHGB.

Nessa apresentação, o trabalho de indexação retomado é o realizado por Max Fleiuss já no século XX. Nesse texto de apresentação o trabalho de Max Fleiuss de 1938 surge como referência. De certo modo apaga-se toda uma prática de documentação realizada pelo próprio IHGB no século XIX. Diversos trabalhos como este, realizados por outras instituições, são ressaltados nessa introdução:

No Brasil há outros exemplos de guias que auxiliam o pesquisador, como os que possuem os *Anais* e os *Documentos Históricos*, ambos da Biblioteca Nacional e as *Publicações* do Arquivo Nacional e o índice da *Revista de História da USP*. O próprio IHGB deve ao seu secretário Max Fleiuss, em 1938, um índice que cobriu quase cem anos da Revista (*Apresentação*).

O próprio Max Fleiuss projetara um, do qual seu trabalho de 1938 era encarado como mero ensaio. Não foi adiante o projeto, como não prosseguiram tentativas posteriores, inclusive a do Professor Galante de Souza, agora em grande parte incorporado ao presente índice (*Apresentação*).

Como podemos notar são os trabalhos de Max Fleiuss e Galante de Souza que são incorporados como tentativas de elaboração de uma obra produzida pelo IHGB que desse conta de “classificar” e “ordenar” todas as produções da RIHGB. Contudo são obras ainda vistas como “ensaios” que não seguem “moldes técnicos”. É a obra de 1998 que passará a funcionar como referência, como índice da produção da RIHGB.

Arno Wehling aponta em seu texto o significado de uma prática de indexação. Esta justifica-se em virtude do “aumento da informação”:

Com o avassalador aumento da informação disponível em todos os campos do conhecimento, os procedimentos de indexação têm, cada vez mais, um papel relevante a desempenhar, constituindo-se em verdadeiros guias para temas, autores e questões estudadas. Da indexação bíblica, onde tudo começou, ao menos no mundo ocidental, às obras fundadoras de nossa cultura, este ininterrupto trabalho de classificar, ordenar e relacionar as informações é um dos pilares do conhecimento (Apresentação).

No interior de um discurso das tecnologias da informação, Arno Wehling constitui seu dizer sobre a RIHGB nº400. A Revista surge como um objeto em que se estarão classificadas, ordenadas e relacionadas as “informações” de 159 anos da RIHGB. São, para Arno Wehling, as práticas de indexação um dos pilares do conhecimento, pois por meio de índices, funcionando como “guias”, um pesquisador encontra temas, autores, questões que podem se tornar objetos de estudos. A imagem que o presidente do IHGB constitui para essa obra é a de um auxiliar às pesquisas, uma vez que um saber ali está organizado. O uso da palavra “guia” abre para uma multiplicidade de sentidos: um guia indica caminhos, traça percursos, seleciona sentidos que devem ser divulgados e outros que devem ser apagados.

Para Arno Wehling, os periódicos científicos, como a Revista do IHGB, representam um desafio à indexação. Isso porque:

Pela sua própria finalidade e natureza, possuem material diversificado. Resultados de pesquisas, completos ou como notas prévias, estudos, ensaios, relatórios, cartas, resenhas bibliográficas e documentos constituem um acervo multifacetado que foi crescendo. Quando a publicação, como

esta Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, alcança o número 400, cada qual com algumas centenas de páginas, estamos diante de uma monumental que corre o risco de se tornar muito arduamente decifrável, com a informação diluída em volumes, partes e seções e nem sempre intitulada pelos próprios autores à cartesiana, com idéias claras e distintas (Apresentação).

Nesse trecho, temos uma imagem do índice como um facilitador de pesquisas diante da “monumental” que é a RIHGB. Por meio da “diluição” do conhecimento se “decifra” o que foi produzido no IHGB. Temos a imagem do saber como algo possível de ser segmentado, fragmentado em “partes” e é essa divisão (“diluição”) que auxilia na clareza das ideias. Temos uma filiação a um discurso racionalista das ideias que buscam concisão e clareza.

A RIHGB (desde o século XIX até hoje) é vista como um grande acervo, “repositório de investigações e de documentos”. Como já mostramos nos capítulos anteriores, a Revista do IHGB se constitui como um lugar de memória, um lugar que arquiva a história e a geografia do Brasil. Assim a Revista do IHGB n°400 surge como mais um instrumento (“guia”) que contribuirá para que seja preservado e “decifrado” um saber sobre a nação brasileira.

Analisemos agora o texto introdutório da RIHGB n°400:

## **2. Introdução: o presente e o passado**

A *Introdução* da Revista do IHGB n°400 é assinada pela Direção da Revista. Não temos um sujeito específico apontado como autor do texto. É um locutor coletivo que formula a enunciação. Nessa *Introdução*, podemos notar como o passado e o presente passam a funcionar no discurso da Revista n°400. As práticas do passado dão legitimidade às práticas do presente. A *Introdução* inicia-se salientando que:

É com indisfarçável júbilo que o IHGB coloca nas mãos de seus sócios e demais leitores a presente edição de sua tradicional Revista, ora atingindo o n°400. A publicação, vale lembrar, em antiguidade e constância – festejando 159 anos de fecunda existência e que jamais teve

interrompida sua circulação – ocupa o primeiro lugar nas três Américas, e no Mundo cede esta honrosa posição apenas para outra Revista (Introdução).

Nota-se aqui uma ampliação em relação ao público leitor da Revista. No século XIX, a circulação da Revista era restrita. Seus leitores eram somente os membros do IHGB (sócios) e as instituições nacionais e estrangeiras com as quais o IHGB mantinha contato. Já na RIHGB n°400 ademais dos sócios do IHGB, essa revista também direciona-se aos demais leitores (público geral). Nesse trecho inicial, temos, além disso, sendo ressaltado um lugar de notoriedade alcançado pela Revista do IHGB. Esse lugar foi conquistado em virtude da elevada qualidade dos trabalhos da instituição:

Mas não somente sua idade e a continuidade na publicação põem-na em destaque em relação a outros periódicos, e já seria o bastante. Mas e acima de tudo, a respeitabilidade conquistada pela elevada qualidade dos trabalhos nela estampados durante essas quase dezesseis décadas de intenso labor conferem-lhe, no Novo Mundo e além dele, evidência merecida: daí também a credibilidade de que até hoje se pode jactar (Introdução).

Nessa Introdução, temos um discurso de exaltação das conquistas do IHGB. São estas que legitimam e dão credibilidade à instituição. Ademais os critérios usados para a seleção de trabalhos que comporão a Revista também marcam bem o comprometimento do IHGB com a produção do conhecimento. Esse gesto, nos dizeres da RIHGB, provoca alguns questionamentos. Contudo a RIHGB se defende dessas críticas apontando que é um “zelo” em relação ao “idioma”. A preocupação da RIHGB apontada na sequência está em relação ao uso que fazem do idioma, também considerado como um patrimônio que deve ser cuidado:

Note-se que desde os primeiros números os editores têm-se esforçado em situá-la e mantê-la em elevado nível, às vezes, e sem razão sempre, foram por isso acoimados de excessiva severidade na seleção dos textos, quanto ao conteúdo e quanto à forma.

Se o rigor na escolha dos assuntos, verificada pelo conselho Editorial, raramente sofre contestação, houve e ainda há articulistas que nem sempre aprovam o zelo que o mesmo conselho lhes recomenda no uso do nosso idioma, outro patrimônio de que não devemos descurar (Introdução).

Por esse trecho, aparentemente, haveria sujeitos que não veem o idioma como um patrimônio e por isso não teriam “zelo” ao utilizá-lo. A RIHGB, por esse discurso, se constitui também como um lugar em que a língua será “preservada”. Como já mostramos, o “amor as letras” no IHGB é algo que está sempre sendo considerado quando se produz ou se seleciona textos a serem publicados na RIHGB. Além da história e da geografia, o idioma é um patrimônio do IHGB e sua representação estará nas páginas de sua Revista.

Na continuidade da *Introdução*, traça-se um percurso histórico sobre a Revista do IHGB. Salientam-se suas primeiras publicações, sua periodicidade, as tipografias em que a Revista era impressa. Esses fatos são explicitados, objetivando explicar como se dá o funcionamento atual da Revista e seu índice que é trazido à publicação. Vejamos:

O n°400, que estamos trazendo a lume, não corresponde, matematicamente, ao número de anos que a publicação tem de idade, em se tratando de órgão trimensal. Explica-se: o n°1, impresso pela *Typographia da Ass. do Despertador*, dirigida por J.M. da Rocha Cabral, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instalado na Rua da Quitanda, n°55, no Rio de Janeiro, veio à luz em abril de 1839, e, fazendo as contas, deveríamos estar lançando o n°590. Essa diferença reside no fato de, nos primeiros anos, até 1862, ter saído apenas um volume por ano. Desse ano em diante, até 1942, foram publicados dois volumes anuais, tendo sido intercalado na numeração, em 1888, um terceiro volume, o de n°78, de *Suplemento*. Somente a partir de 1943, iniciou-se de fato com volume n°178, a publicação trimensal (*Introdução*).

Nesse trecho, ressalta-se como de fato ocorreu a circulação da Revista do IHGB. O projeto da Revista era uma publicação trimestral, todavia isso só passará efetivamente a acontecer no ano de 1943. Mais de 100 anos depois da publicação do primeiro tomo da RIHGB. De certo modo, traz-se o real ao discurso e o funcionamento imaginário do que deveria ser a Revista aparece no fio do discurso. Essa volta ao passado vem justificar algo que se passa no presente: a numeração da Revista n°400. O passado explica o presente.

Após esses comentários relativos à periodicidade da Revista, indicam-se, em um percurso histórico, as tipografias que faziam a publicação da Revista até chegar à Imprensa Nacional – “órgão do governo” – responsável pela publicação da revista desde 1926. Aqui



temos uma relação com o governo sendo estabelecida. Antes a publicação da Revista era realizada por tipografias particulares até que em 1922, por meio de um convênio, em virtude a um decreto assinado pelo Presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa, passa-se a Imprensa Nacional:

O convênio formado com a Imprensa Nacional, em 18 de abril de 1922, em virtude do Decreto n°15.431, de 5 de abril daquele ano, assinado pelo então presidente da República, Dr. Epitácio Pessoa, veio a dar solução ao angustiante e oneroso problema da publicação das atividades dos membros da vetusta instituição, à época com um atraso já de 4 anos. Depois, uma vez ou outros pequenos retardamentos houve, como, por exemplo, por ocasião da transferência do imenso parque gráfico da Imprensa Nacional, do Rio de Janeiro para a nova capital (Introdução).

Mostra-se por esses comentários uma filiação do IHGB com o governo Republicano. Este de algum modo auxiliando ao IHGB na publicação da Revista. Contudo não sem alguns momentos de conflito:

São percalços hoje vencidos e, com a introdução, há 4 anos ocorrida, do envio da matéria diretamente em disquetes de computador para as oficinas gráficas, não acreditamos possam acontecer novos atrasos, mormente quanto contamos com um perfeito entrosamento entre o Rio de Janeiro e Brasília. Referida modernização, conseqüência do inexorável progresso de técnica de comunicação e retenção da memória, não foi aceita de imediato por alguns, mas já se firmou, uma vez que proporciona absoluta fidelidade entregues pelos autores. E há mais: desde 1996 a Imprensa Nacional, vindo ao encontro de anseios dos autores das matérias estamapadas, fornece-lhes, graciosamente, 30 separatas dos artigos, devidamente encapadas (Introdução).

Nesse excerto, há uma filiação aos discursos da modernidade, das tecnologias da informação, da teoria da comunicação. Aponta-se também uma certa resistência no início desse processo, mas depois uma aceitação em virtude dos “benefícios” que a modernização traz para a “comunicação” e para a “retenção da memória”. É uma memória até certo ponto metálica, uma vez que as relações entre os autores e as “oficinas gráficas” são mediadas pelo computador. São as novas tecnologias fazendo parte do IHGB.

No prosseguimento da *Introdução*, salientam-se algumas “curiosidades” sobre o IHGB, além de ressaltar as diferentes nomeações pelas quais a Revista do IHGB passou:

Convém recordar, a título de curiosidade, que o IHGB, antes de editar a atual Revista publicou *Memórias do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, impressas pela *Typographia Laemmert*, e das quais saiu um único volume, in 4º, logo substituído pela revista *Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Este título foi mudando ligeiramente através dos tempos, e encontramos, pouco mais tarde, os nomes *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, *Revista do Instituto Historico e Geographico do Brazil* e *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, que até hoje permanece, apenas adaptado à nova grafia (Introdução).

Finalizando a Introdução, a Direção da Revista agradece a seus colaboradores e aponta que:

Decorridos tantos anos desde o número inicial e publicadas muitas centenas de títulos, julgamos oportuno o momento, na verdade inadiável, para inserir nesta longa série de contribuições culturais um número especial, de índices, abrangendo desde a primeira publicação, de abril de 1839, até a de nº399 (abril-junho de 1998). Para a sua consecução pusemo-nos em atividade desde cedo, sempre com integral apoio da Diretoria do IHGB, que contratou até pequena equipe para que, auxiliando o corpo de bibliotecárias da instituição, pudéssemos entregar em tempo hábil esta contribuição aos nossos confrades e leitores em geral, e assim concorrer, a nosso modo, para abrilhantar as comemorações programadas para a data magna, 21 de outubro do ano corrente. É, por conseguinte, também uma homenagem que a atual administração da Revista presta a todos aqueles que com seu quinhão de trabalho coadjuvaram para a sua grandeza, desde os 27 fundadores da Instituição até aqueles, de todos os níveis, que nesta casa labutam na data presente. Esperamos que o magno esforço despendido na elaboração do presente volume se projete igualmente sobre as gerações vindouras e, assim pensando, repetimos *Carpent tua poma nepotes* – Teus netos colherão os frutos (Virgílio, *Éclogas*, IX, 50) (Introdução).

Nesse discurso de exaltação, o passado, o presente e o futuro são colocados em cena. Rememoram-se os fundadores do IHGB – como um gesto cultural – e para homenageá-los a Revista do IHGB nº400. Esta documentando práticas passadas e surgindo hoje como um instrumento de pesquisa. Essa pesquisa baseada nas teorias da comunicação e da informação. Curioso perceber essas filiações teóricas da RIHGB nº 400. Não se fala tanto em história, como no século XIX, mas sim da facilidade e da velocidade que essas “informações” podem chegar aos pesquisadores consulentes.

Agora, vejamos como essa memória foi documentada.

### 3. A tematização na RIHGB n°400: os dicionários, as línguas e os índios

Nosso objetivo nesta parte é analisar como a RIHGB n°400 se divide em temas. Como já ressaltamos, a divisão temática indica alguns sentidos, seleciona fatos, apaga acontecimentos. Para essa análise especificamente nos baseamos na parte do índice *Assunto*. Analisamos especificamente três temas dessa divisão: *Dicionário*, *Língua* e *Índios*. Esses temas foram selecionados porque em todo o nosso trabalho são eles que perpassam a produção sobre um saber linguístico divulgado na RIHGB no século XIX. Pretendemos notar que textos são contemplados em tais tematizações? Que sentidos circulam? Que sentidos são apagados? Como um discurso, que se coloca como cultural, informacional, divulga um saber produzido no Brasil do século XIX.

No tema *Dicionário e Língua*, temos contemplados os seguintes textos:

#### **Dicionário**

- Dicionário abreviado tupinambá-português: apêndice a Poranduba maranhense, 1891.
- Dicionário da língua geral do Brasil, 1891.
- Dicionário histórico e geográfico das campanhas do Estado Oriental do Uruguai e Paraguai, 1887.

#### **Língua**

- Vocabulário da língua bugre, 1852.
- Explicação conveniente acerca do trabalho de Pablo Restivo sobre a língua guarani, 1895.
- A língua geral do Amazonas e o guarani, 1888.
- Um manuscrito guarani, 1880.
- Palavras guaranis, 1897.

- Partículas de la lengua guarani, 1895.
- Questões propostas sobre alguns vocábulos da língua geral brasileira, 1882.
- Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, 1852.
- Coleção de etimologias brasílicas, 1846.
- Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil, 1841.
- A grammar and vocabulary of the tupi language, 1880.
- Vocabulário da língua geral usada hoje no alto do Amazonas, 1854.

Nessa divisão, as línguas documentadas são: *tupinambá*, *língua geral do Brasil*, *língua geral do Amazonas*, *língua geral brasileira*, *língua brasílica*, *língua tupi*, *língua geral usada no alto do Amazonas*, *língua guarani* e *língua bugre*. Ademais temos uma obra em língua portuguesa (*Coleção de vocábulos e frases usados na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*) e uma obra de especialidades (*Dicionário Histórico e Geográfico das Campanhas do Estado Oriental do Uruguai e Paraguai*). Há somente uma língua (bugre) que não pertence ao tronco Tupi-Guarani<sup>49</sup>, as demais línguas fazem parte desse tronco. Essa divisão constitui um imaginário de que as línguas que tem estatuto de língua são as do tronco Tupi-Guarani, além de apagar o multilinguismo existente no Brasil. No texto *Memória sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil*, podemos notar que não há a indicação de quais línguas indígenas devem ser ensinadas e estudadas. No entanto, essa divisão proposta pela *RIHGB n° 400* permite-nos pensar que são somente as línguas do tronco Tupi-Guarani objetos de um estudo. Cria-se um imaginário de que as “línguas indígenas do Brasil” são somente essas nomeadas nessa parte do índice. De acordo com Barros (1990), “no mundo

---

<sup>49</sup> Pertencente ao Tronco Macro-Jê.

acadêmico do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi a principal instituição responsável pela produção e difusão dessa visão normativa do tupi”. Embora, haja uma predominância da descrição de línguas pertencentes ao tronco tupi-guarani, na documentação do século XIX realizada pela RIHGB, como buscamos mostrar, outras famílias linguísticas indígenas também são analisadas e descritas.

O modo como o índice se constitui por temas (aqui, especificamente, *língua e dicionário*) encobre a diversidade linguística do Brasil. O índice leva a pensar que no espaço de “estudo e ensino” das línguas indígenas do Brasil só teríamos as línguas gerais (tupi-guarani) e que somente essas línguas foram gramatizadas e objeto de interesse do IHGB. Na *RIHGB n° 400*, a língua tupi-guarani é que dá unidade no espaço multilíngue que é o Brasil, é essa imagem de homogeneidade, que apaga a diversidade, que se historiciza nessa tematização do índice e que se sustentará no tema *Índios*.

A tematização *Índios* se constitui da seguinte forma: há a indicação do grupo indígena mais a indicação do tema do texto referente aos indígenas. Essas tematizações vão indicando os sentidos do índice. Vejamos:

#### **Índios Aimoré – Condições Sociais<sup>50</sup>**

- Qual era condição do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?, 1842.

#### **Índios Apiacá – Mato Grosso**

- Memória sobre os usos, costumes e linguagem dos Apiacás e descobrimento de novas minas na província de Mato Grosso, 1844.

#### **Índios Bororo – Glossários, Vocabulários, etc.**

- Vocabulário da língua dos Bororos-Coroados do Estado de Mato-Grosso, 1918.

---

<sup>50</sup> Alguns desses vocabulários não foram analisados em nossa pesquisa por terem sua publicação no século XX e a nossa tese concentrou-se no século XIX.

Os temas que são contemplados nessa parte do índice são: *condições sociais; glossários, vocabulários, etc; usos e costumes; direitos civis; lendas; relações com o governo; religião e mitologia; línguas – estudo e ensino; dicionários, línguas*. A tematização *dicionários e línguas* aparecem duas vezes. Uma sem a indicação do grupo indígena e outra com a indicação desse grupo. Com a indicação só parece essa estrutura temática uma única vez, fazendo referência aos índios *Tupinambá*:

### **Índios Tupinambá – Dicionários**

- Dicionário abreviado tupinambá-português: apêndice a Poranduba Maranhense, 1891.
- Dicionário da língua geral do Brasil, 1891.

### **Índios Tupinambá – Línguas**

- Dicionário abreviado tupinambá-português: apêndice a Poranduba Maranhense, 1891.
- Dicionário da língua geral do Brasil, 1891.

Mais uma vez tem-se a imagem do tronco Tupi (língua geral, tupinambá) como o tronco legitimado para ser tratado como “língua”, “dicionário”. Os outros trabalhos relativos a outros grupos indígenas não fazem parte dessa tematização, mas sim da “glossário e vocabulários”. A língua indígena legitimada pela RIHGB é a língua Tupi-Guarani, as outras línguas aparecem secundariamente e fazem referência a um saber sobre o índio e não em relação à sua língua.

Os “Vocabulários e Glossários” contemplados nesse índice são:

### **Índios Bororo – Glossários, Vocabulários, etc**

- Vocabulário da língua dos Bororos-Coroados do Estado de Mato Grosso, 1918.

#### **Índios Caiapó – Vocabulários, Glossários, etc**

- Vocabulários indígenas, 1892.

#### **Índios Caingangue – Glossários, Vocabulários, etc**

- Vocabulário do dialeto caingang, 1888.

#### **Índios Carajá – Vocabulários, Glossários, etc.**

- Vocábulos indígenas, 1892.

#### **Índios da América do Sul – Brasil – Glossários, Vocabulários, etc.**

- Notas sobre a história pátria, 1876, 1877, 1878, 1879.
- Vocábulos indígenas e outros introduzidos no uso vulgar, 1882.

#### **Índios da América do Sul – Rio de Janeiro (RJ) – Glossários, Vocabulários, etc.**

- Os topônimos indígenas do Rio de Janeiro quinhentista, 1967.

#### **Índios Guaná – Glossários, Vocabulários, etc.**

- Vocabulário da língua guaná ou xane, 1875.

#### **Índios Mundurucu – Glossários, Vocabulários, etc.**

- Estudos sobre a tribo Mundurucu, 1977.

#### **Índios Puri – Glossários, Vocabulários, etc.**

- Vocabulário Puri, 1889.

#### **Índios Tukuna – Glossários, Vocabulários, etc.**

- Gramática, dicionário, verbos e frases e vocabulário prático da língua dos índios Tucunas, 1944.

Nessa tematização, temos alguns glossários e vocabulários contemplados. Estes não estão presentes na tematização *Língua e Dicionário*. Qual seria o critério de tematização? Essas outras línguas não teriam o estatuto de língua? Apaga-se, como já ressaltamos, as

línguas pertencentes ao tronco Macro-Jê. A divisão em temas é feita pela nomeação do grupo indígena (índios *bororo*, *caingangue*, *guaná*, *mundurucu*, *puri*) e não por sua língua. Esse gesto de documentação apaga as outras línguas e o imaginário de unidade e de representatividade da língua tupi é explicitado. Ademais, podemos perceber uma flutuação nas nomeações: ora o vocabulário é de língua, ora de dialeto, ora é somente pelo nome do grupo indígena, ora aparece sob a nomeação “vocábulo indígenas”, não especificando a que grupo pertence. Não há uma estabilidade nessas nomeações.

As línguas do tronco Tupi-Guarani aparecem nas três tematizações: *Dicionários*, *Línguas* e *Índios*. Essa repetição reforça o imaginário de que as línguas indígenas do Brasil pertencem ao tronco Tupi-Guarani.

Além disso, por essa tematização, podemos dizer que há uma separação do sujeito leitor. O índice divide a sociedade, os sujeitos. Na tematização *Língua e Dicionário*, teríamos textos direcionados a linguistas, a estudiosos das ciências da linguagem. Já na tematização *Índios*, ao sujeito antropólogo. Por isso as outras tematizações trazidas ao tema *Índios*. Ao sujeito antropólogo interessam as condições sociais, os usos, os costumes, os direitos civis, as lendas, a religião, a mitologia dos indígenas. Para produzir um saber sobre o indígena é necessário saber sobre a vida desses, além da língua que falam.

Finalizando, na análise desses temas, podemos perceber a não-completude ao categorizar-se, as falhas, os equívocos que um gesto de documentação produz no real e no imaginário da linguagem. Apagam-se alguns sentidos para tornar transparentes outros. A *Revista n° 400*, como um texto documental, estabiliza sentidos e vai construindo um discurso racional, classificatório em que podemos ver como as línguas do tronco Tupi-Guarani, em uma relação de força, se sobrepõem às línguas de outros troncos indígenas, tais como do tronco Macro-Jê, e cria um imaginário de unidade, de homogeneidade. Embora até se apresente a diversidade das línguas do Brasil, esta é homogeneizada na tematização, gerando



assim um controle do multilinguismo existente no Brasil desde o início da colonização. Esse controle foi pelo extermínio dos indígenas, por sua catequização, por sua civilização, pelo controle dos sentidos, pela imposição de uma unidade à diversidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Neste trabalho, nosso objetivo foi analisar a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no ano de 1838 no Brasil Imperial. Buscamos mostrar como os discursos dessa Instituição vão se formulando e dando forma ao Instituto e ao próprio Brasil, que se torna independente no século XIX. Essa reflexão foi importante, pois nos permitiu analisar a RIHGB. Suas condições de produção, isto é, em que contexto ela surge, para que tipo de público, que materiais sobre o saber linguístico ela documenta.

Criada em 1839 em um Brasil já independente de Portugal, a RIHGB direciona-se a uma elite intelectual tanto brasileira, como estrangeira. Essa elite tem o poder de ler, escrever e discutir a produção do IHGB. Ao fazer parte dessa Instituição, os membros do IHGB ganham notoriedade no território nacional e internacional. A RIHGB busca, no século XIX, documentar uma história para o Brasil em que as línguas indígenas surgem como um objeto central dessa documentação. Temos nas Revistas do IHGB a divulgação de dicionários, listas de palavras, vocabulários, comentários sobre as línguas indígenas. Essas obras publicadas na RIHGB foram coletadas ou em arquivos ou em aldeias indígenas (“pesquisa de campo”). Essa pesquisa de campo é realizada com o objetivo de estabelecer os limites geográficos para o Brasil. Ao estabelecer esses limites, o sujeito que habita esse espaço participa da formulação de dizeres sobre o espaço que está sendo demarcado. A questão territorial, no interior do IHGB, é uma questão fundamental. É o espaço geográfico junto com a história que dá forma ao Brasil. São essas duas vertentes que embasam os discursos do IHGB e que darão unidade ao território nacional brasileiro pelas propostas do IHGB.

Os membros do IHGB, em suas posições de autores, legitimados pelo Instituto, vão formulando dizeres e retomando outros que de algum modo vão construindo um dizer oficial/nacional/patriótico/científico sobre o Brasil. Na Revista, vemos documentada uma história que fundará outros dizeres que ecoarão na memória do sujeito brasileiro. Como

mostra Schwarcz (1993, p. 99), “criado logo após a independência política do país, o estabelecimento carioca cumpria o papel que lhe fora reservado (...) construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”. No interior do IHGB, temos dois tipos de membros que contribuirão para a produção da RIHGB e para interpretação dos arquivos que a instituição consultará. Temos membros considerados autores, estes têm como dever compor uma história/geografia do Brasil, e membros vistos como coletadores. A estes, o dever de coletar todos os tipos de documentos espalhados em diferentes arquivos, tanto nacionais como internacionais. Assim, aos autores, um gesto de compreensão da história e da geografia do Brasil; aos coletadores, a coleta/documentação da história e da geografia com os direcionamentos já dados pela RIHGB. Na RIHGB, podemos notar diferentes gestos de interpretação dos arquivos.

O IHGB, no ato de sua fundação, filia-se a um discurso nacionalista/patriótico. Exaltam-se as coisas da Pátria, buscando mostrar o quão nacionalista é o Brasil, o quão culta está a sociedade brasileira. Busca-se uma semelhança entre o IHGB e outras instituições (como o Instituto Histórico de Paris) que apresentam um discurso já legitimado. Além disso, forte se faz a relação com o Governo Imperial. D. Pedro II, como patrono do IHGB, participa das discussões, propõe temas a serem pesquisados, doa materiais de sua biblioteca relativos à história e à geografia do Brasil.

No ato de fundação do IHGB, a nação é aclamada, o país é exaltado. Filiando-se a um discurso romântico o IHGB aponta os sentidos do que é ser patriótico, do que é ser brasileiro. A instituição filia-se a um dizer nacionalista e os brasileiros devem cumprir também essa função, que é ser “amante das letras e da Pátria”. As letras, no IHGB, abarcam os conhecimentos literários, científicos, históricos e geográficos do Brasil. O IHGB, como uma “associação literária”, documenta e divulga, por meio de sua Revista, esses saberes sobre o

Brasil. Na RIHGB, vemos um jogo entre uma memória (Brasil Colônia) e uma atualização (Brasil Independente) do dizer que passa a se significar no discurso da RIHGB. Na atualização desse dizer, o contexto é o de um Brasil independente, que estabelece uma outra relação entre pátria/nação/território que o IHGB buscará na sua revista apresentar a seus compatriotas.

A Revista será o lugar em que todas as atividades do IHGB estarão documentadas. Nas atas, documentam-se as obras ofertadas ao IHGB, os membros que são aceitos para fazerem parte da Instituição. Nelas, temos um discurso que busca “guardar”, “arquivar” os dizeres produzidos no IHGB. Nas atas, podemos ver o gesto de documentação do IHGB que sempre tem como finalidade “preservar” sua história.

Os trabalhos publicados na RIHGB sobre um saber linguístico brasileiro são baseados nos domínios: (i) do comentário linguístico – em que se nomeiam seres e coisas, fala-se sobre a forma da língua, sobre sua história – (ii) da letra – em que se realiza um estudo sobre os sons das línguas e sua representação ortográfica – (iii) da palavra – em que a unidade de análise é a palavra em sua história (uso) e em sua etimologia; (iv) dos tratados gramaticais – em que as práticas voltam-se para a constituição de um saber linguístico que analisa os diversos domínios de uma língua, no caso específico das RIHGB do século XIX, das línguas indígenas e sua relação com a língua portuguesa.

Nas RIHGB do século XIX, o olhar estava para o índio e seu falar. Há a disciplinarização de estudos que se voltam para o saber linguístico. Esses estudos são entremeados pelos estudos geográficos, antropológicos, etnográficos, científicos e históricos. Disciplinariza-se um saber linguístico enciclopédico em que diversos domínios contribuem para a constituição de um dizer sobre as línguas do Brasil e de suas fronteiras.

Analisando a produção lexicográfica da RIHGB, pudemos perceber que a RIHGB publica desde listas de palavras em língua indígena-língua portuguesa (vice-versa) até

dicionários de especialidades, no caso específico do IHGB, dentro dos domínios da história e da geografia brasileira. Na análise das obras, foi possível observar com o saber linguístico foi participando da constituição da história de um país, como os índios entraram em cena, como os escravos e outros povos também participaram da formação de uma língua portuguesa. Além disso, forte se faz a relação do IHGB com pesquisas estrangeiras. Traz-se o discurso do estrangeiro à RIHGB, mas o IHGB sempre terá algo a acrescentar, a comentar. O saber estrangeiro sobre o Brasil está sempre na incompletude que o IHGB busca preencher com seus dizeres produzidos por sujeitos nacionais e fiéis às coisas da Pátria.

Analisando a *Revista do IHGB n°400*, índice que documenta toda a produção da RIHGB desde 1839 até 1998, explicitamos como em uma revista funciona a tematização. A *Revista n° 400*, como um texto documental, estabiliza sentidos e vai construindo um discurso da história em que podemos ver como as línguas do tronco Tupi-Guarani, em uma relação de força, se sobrepõem às línguas de outros troncos indígenas, tais como do tronco Macro-Jê, e cria um imaginário de unidade, de homogeneidade. Embora até se apresente a diversidade das línguas do Brasil, esta é homogeneizada na tematização, gerando assim um controle do multilinguismo existente no Brasil desde o início da colonização.

Buscamos mostrar em nossa tese que no IHGB há um espaço de construção de uma história, geografia, ciência do Brasil. Todavia, há, sobretudo, uma prática de documentação de materiais esparsos pelo Brasil e por outros lugares que o IHGB faz questão de recuperar e preservar em sua instituição, uma vez que esses documentos contam uma história da nação brasileira.

Assim, nesta tese, nosso objetivo foi explicitar o modo como analisamos o IHGB e sua Revista. Refletimos sobre a divulgação de um saber linguístico na RIHGB. A circulação desse saber possibilitou ao IHGB se constituir como uma instituição que tem poder para falar/pensar/analisar o Brasil do século XIX e dos séculos anteriores. É no Instituto Histórico

e Geográfico Brasileiro que uma história, uma geografia, uma ciência relativa ao Brasil e suas formas é construída e legitimada e é na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* que este dizer científico, articulado à história e à geografia, pode ser lido e contado pelos próprios sujeitos que o constituem, ou seja, os brasileiros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- AUROUX S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Histoire des idées linguistiques*. Liège: Mardaga, 1992b.
- \_\_\_\_\_. *A questão da origem das línguas, seguido de a historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG, 2008.
- BARRETO, P.R.C. *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens*. disponível em : [www.encontro2008rj.anpuh.org/resourecs/content/anais/1212685654\\_ARQUIVO\\_ARTIGO\\_REVISADO.pdf](http://www.encontro2008rj.anpuh.org/resourecs/content/anais/1212685654_ARQUIVO_ARTIGO_REVISADO.pdf). Acesso em 18 jul.2011.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1959. vol. 1 e 2.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. *Un prêt à parler: le dictionnaire*. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- COSERIU, E. *Introducción a la lingüística*. Madrid : Greda, 1986.
- COSTA, C.R. da. *O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e sua Viagem ao Brasil (1815-1817)*. Dissertação de Mestrado. USP. Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2008.
- D'ANGELIS, W.da. R. *O primeiro século de registro da língua kaingang (1842-1950): valor e uso da documentação etnográfica*. Disponível em: [www.portalkaingang.org/Primeiros100anos.pdf](http://www.portalkaingang.org/Primeiros100anos.pdf).
- FARIA, M. A. de O. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. *Revista do IHGB*, vol. 266, p. 64-148, 1965.
- FERREIRA, L.M. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *História , ciência, saúde – Manguinhos*. v. 13, n. 2, p. 271-292.
- \_\_\_\_\_; NOELI, F.S. João Rodrigues. Precursor da etnoclassificação na arqueologia amazônica. In: *Amazônica – Revista de Antropologia*. V.1, n. 1, 2009. Disponível em: [www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/138/214](http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/138/214).
- FOUCAULT, M. *O que é um autor*. Trad. Antonio Fernando Cascais; Edmundo Cordeiro. 4.ed. Lisboa: Passagens/Vega, 1992.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- \_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas*. Trad. Antonio Ramos Rosa. Lisboa: Portugalia, 1996.
- GOMES, M. P. *Os índios e o Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GUILHAUMOU, J.; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso ao lado da História. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

GUIMARÃES, E. Política de línguas na lingüística brasileira: da abertura dos cursos de Letras ao Estruturalismo. In: ORLANDI, E.P (org). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_; ORLANDI, E.P. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E.P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_. O conhecimento sobre a linguagem. In: PFEIFFER, C.C.; NUNES, J.H. (org). *Introdução às ciências da linguagem – linguagem, história e conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

GUIMARÃES, M.L.S. Uma história da história nacional: textos de fundação. Disponível em: <[www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/1122008005626.pdf](http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/1122008005626.pdf)>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Nação e civilização nos trópicos: o instituto histórico e geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

GUIMARÃES, L.M.P. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*. Rio de Janeiro. v. 156, n. 388, jul/set, 1995.

\_\_\_\_\_; HOLTEN, B. *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Real Sociedade dos Antiquários do Norte e o Dr. Peter Wilhelm Lund: a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz e a ciência*. Disponível em: <http://lasa.internacional.pitt.edu/LASA97/guimholten.pdf>.

INDURSKY, F.O texto nos estudos da linguagem: especificidade e limites. In: ORLANDI, E.P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. *Introdução às ciências da linguagem – discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

LAGAZZI-RODRIGUES. A língua portuguesa no processo de institucionalização da lingüística. In: ORLANDI, E.P.; GUIMARÃES, E. (org). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Texto e autoria. In: \_\_\_\_; ORLANDI, E. *Introdução às Ciências da linguagem: Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.

LIMA, I. S. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LUCAS, C. de. *Indexação: gesto de leitura do bibliotecário*. Campinas, 1996. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

MARIANI, B. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das academias literárias e da política do Marques de Pombal. In: ORLANDI, E.P. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_. *Colonização lingüística. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Quando as línguas eram corpos: sobre a colonização lingüística portuguesa na África e no Brasil. In: ORLANDI, E.P. (org) *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.



MELIÁ, B. *La lengua guaraní del Paraguay: Historia, sociedad y literatura*. Madrid: MAPFRE, 1992.

MOREL, M. Cinco imagens e múltiplos olhares: descobertas sobre os índios do Brasil e a fotografia do século XIX *História, Ciências, Saúde* . Manginhos, vol. VIII (supplement), 1039-58, 2001.

MURASSE, C. M. A contribuição da sociedade auxiliadora da indústria nacional para a educação de jovens e adultos no século XIX. Disponível em: [http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss01\\_03.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem01pdf/sm01ss01_03.pdf)

NUNES J. H. *Formação do leitor brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

\_\_\_\_\_. *Discurso e instrumentos lingüísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários*. Campinas, 1996. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) – Instituto da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

\_\_\_\_\_. Léxico e língua nacional: apontamentos sobre a história da lexicografia no Brasil. In: ORLANDI, E.P (org). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_; PETTER, M. *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanistas; Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. Definição lexicográfica e discurso. *Línguas e instrumentos lingüísticos*, (n.)11, p. 09-30, jan/jun, 2003a.

\_\_\_\_\_. Lexicografía e iluminismo: el Dicionário da Língua Portuguesa, de Antonio Moraes e Silva. In: ARNOUX, E. N. *El pensamiento ilustrado y el lenguaje*. Buenos Aires: EUDEBA, 2003b.

\_\_\_\_\_; SELIGMAN, K. Discurso lexicográfico: as reedições do Dicionário da Língua Portuguesa de Moraes. *Alfa*, v. 47, p. 37-51, 2003c.

\_\_\_\_\_. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas, São Paulo, São José do Rio Preto: Pontes, Fapesp, Faperp, 2006.

\_\_\_\_\_. Lexicologia e lexicografia. In: GUMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. *Introdução às Ciências da linguagem: a palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006.

\_\_\_\_\_. *O discurso documental na história das idéias lingüísticas e o caso dos dicionários*. *Alfa*. 2008.

ORLANDI, E.P. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, E. (Org). *Linguística: questões e controvérsias*. *Serie Estudos*, n. 10, Uberaba, Fiube, 1984.

\_\_\_\_\_. A língua imaginária e a língua fluída: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: \_\_\_\_\_.(org). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez; Editora da Unicamp, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_; GUIMARÃES, E. (org). *Institucionalização dos estudos da linguagem: a disciplinarização das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2002a.

- \_\_\_\_\_. *Língua e Conhecimento Lingüístico*. Campinas: Pontes, 2002b.
- \_\_\_\_\_. Odíscuro naturalista. In:\_\_\_\_. *Língua e Conhecimento Lingüístico*. Campinas: Pontes, 2002b.
- \_\_\_\_\_. Vão surgindo sentidos. In:\_\_\_\_. (org). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2005.
- \_\_\_\_\_. A Análise de Discurso em suas diferenças tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C. L. (org). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005b.
- \_\_\_\_\_. Análise de Discurso. In: RODRIGUES-LAGAZZI, S.; ORLANDI, E.P. (org). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, 2006.
- \_\_\_\_\_. Apresentação: há palavras que mudam de sentido, outras ... demoram mais. In: \_\_\_\_ (org). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo na contemporaneidade. In: \_\_\_\_ (org). *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007c.
- \_\_\_\_\_. Os sentidos de uma estátua: espaço, individuação, acontecimento e memória. In: *Entremeios: revista de estudos do discurso*. v.1, n.1, jul/2010. Disponível em: [www.entremeios.inf.br](http://www.entremeios.inf.br).
- PÊCHEUX, M. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- \_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Semântica e Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- RODRIGUES, A.D. *Línguas brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- \_\_\_\_\_. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A*, vol9, n.1, p. 83-103, 1993.
- SÁ, M.R. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. In: *História, ciência e saúde – Manguinhos*. v. 3, 2001, p. 899-924. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104\\_59702001000500006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104_59702001000500006).
- SÁNCHEZ, E.C.T. *Revista do IHGB: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. Dissertação de mestrado na Universidade Estadual de Campinas, IEL, 2003, 221p.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, institutos, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Guardiões de nossa história oficial*. São Paulo: Idesp, 1989.
- SENNA. J. O ponto precário: o parnaso fundacional de Januário da Cunha. . Disponível em: [www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/1122008004148.pdf](http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/1122008004148.pdf)>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

SILVA, V.C.da. *Missão, aldeamento e cidade: os guaná entre os Albuquerque e Cuiabá*. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2001, 162p.

SODRÉ, N. W. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Grall, 1977.

ZOPPI-FONTANA, M. *Cidadãos modernos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

Autorizo a reprodução xerográfica para fins de pesquisa

São José do Rio Preto, 08/11/2011

---

**Dantielli Assumpção Garcia**